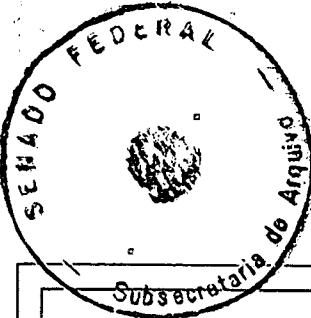


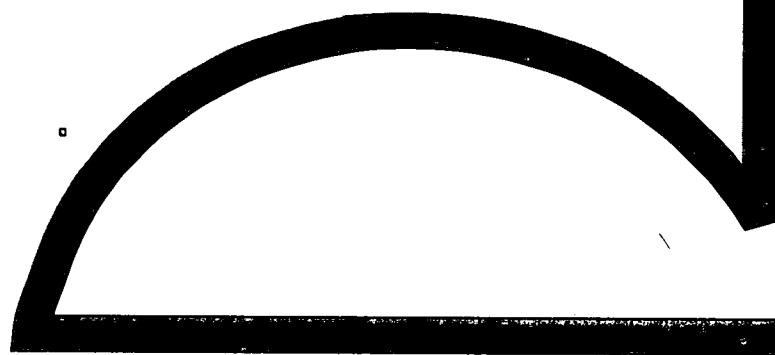
EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	3º Secretário <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i> Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro - PFL - MT</i> 4º <i>Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor ⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos ⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores ⁽²⁾ <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Vago</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>Vago</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i>	LIDERANÇA DO PMDB Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i>	LIDERANÇA DO PSDB Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPB Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i>
LIDERANÇA DO PFL Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO Líder <i>Marina Silva</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antônio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PTB Líder <i>Arlindo Porto</i> Atualizada em 26-2-99

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 7ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE MARÇO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Requerimentos

Nº 53, de 1999, de autoria do Senador Amir Lando, solicitando a criação de Comissão incumbida de conhecer, analisar e propor medidas relativas à dívida do setor público no Brasil. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente....

Nº 54, de 1999, de autoria da Senadora Heloisa Helena, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão.

1.2.2 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1999, de autoria do Senador Nabor Júnior, que modifica a redação do art. 21 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, e dá outras providências. À Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Arquivamento das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38 a 45, de 1998, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 187 a 189, de 1998, em atendimento à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Recebimento do Aviso nº 65, de 1999, de 25 de fevereiro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 36/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente à Auditoria Operacional no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no Estado de Santa Catarina, realizada no segundo semestre de 1998, com abrangência aos exercícios de 1997 e 1998 (Diversos nº 8, de 1999). À Comissão de Fiscalização e Controle.

Recebimento do Recurso nº 11, de 1999, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1995, de autoria do Senador João França, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores....

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1995.

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR NABOR JÚNIOR – Crítica ao valor das alíquotas do Imposto de Renda cobradas dos assalariados. Posicionamento contrário à criação de novas cargas tributárias de maneira compulsória. Premência da reforma tributária.

04128

SENADOR LUIZ ESTEVÃO – Repúdio às declarações do Ministro Almir Pazzianotto, Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, dirigidas ao Presidente Antonio Carlos Magalhães.

04131

SENADOR CARLOS WILSON – Considerações sobre a questão da quarentena para os ocupantes de cargos públicos no sistema financeiro, em especial o cargo de Presidente do Banco Central.

04132

1.2.5 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 1999, de autoria do Senador Djalma Falcão, que altera o art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, determinando a obrigatoriedade de fotografia no título eleitoral. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

04134

Projeto de Lei do Senado nº 81, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

04135

1.2.6 – Requerimentos

Nº 55, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, solicitando a constituição de Comissão Especial Interna, integrada por 11 (onze) membros para, no prazo de um ano, promover estudos e levantamentos visando estabelecimento de um sistema logístico de transporte, que seja integrado por portos e terminais conectados entre si por meio de linhas regulares de navegação, operando como um sistema coordenado, na região do Corredor Atlântico do Mercosul, que integra todo o sistema portuário, marítimo e hidroviário da América do Sul. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

04137

Nº 56, de 1999, de urgência para o Projeto de Resolução nº 10, de 1999, que autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor de US\$757,570,000.00, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco International para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, na modalidade de ajuste setorial, da Previ-

04127

04127

04127

dência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil. Será votado após a Ordem do Dia.

04144

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.710-7, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04144

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.711-7, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que acresce dispositivo às Leis nºs 9.526, de 8 de dezembro de 1997, e 9.496, de 11 de setembro de 1997. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04144

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.718-5, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que acresce parágrafo ao art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04145

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.785-2, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito extraordinário no valor de R\$2.932.395.868,00, para os fins que especifica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04145

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.786-2, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, renumerado para o art. 20, nos termos da Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04146

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.787-2, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que altera e acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966,

às Leis nºs 5.972, de 11 de dezembro de 1973, e 9.636, de 15 de maio de 1998, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04147

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.789-2, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04147

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.792-2, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04148

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.794-10, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04148

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.800-1, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04149

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.801-10, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04149

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.802-2, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

04150

Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.803-2, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na Faixa de Fronteira, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	04151	da pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	04154
Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.804-6, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$68.383.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	04151	Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.812-9, em 26 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	04154
Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.805-5, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	04151	Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.813-1, em 26 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$183.000.000,00, para os fins que especifica. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	04155
Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.806-4, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	04152	Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.814, em 26 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	04155
Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.807-1, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PA-SEP e sobre o lucro líquido, do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....	04152	1.2.8 – Discursos do Expediente (Continuação) SENADOR MAGUITO VILELA – Proposta para que o Senado Federal vote nota de repúdio às declarações do Ministro Almir Pazzianotto, Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, sobre a vida pessoal do Presidente Antonio Carlos Magalhães.....	04156
Adoção, pelo senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.811, em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que estabelece critérios para consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívi-	04153	O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradecimento aos pronunciamentos dos Senadores Luiz Estevão e Maguito Vilela.....	04157
		SENADOR EDISON LOBÃO – Desqualificação das declarações do Ministro Almir Pazzianotto, dirigidas ao Presidente Antonio Carlos Magalhães.....	04157
		SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Registro de ameaças à vida do Deputado Joaldo Barbosa, do Estado de Sergipe, que tem como suplente o Sr. Arnaldo Bispo.....	04157
		1.2.9 – Requerimento Nº 57, de 1999, de autoria do Senador Maguito Vilela, solicitando à Mesa Diretora que seja	

oficiado ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST, à revelia do Senador Antonio Carlos Magalhães, nota de repúdio às declarações atacando o Presidente do Senado, publicadas pela imprensa.	04158	lha do Senhor Luiz Fernando Figueiredo para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Aprovado. (Votação nominal e secreta) ...	04189	
1.3 – ORDEM DO DIA		Item 6		
Item 1		Parecer nº 73, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 74, de 1999 (nº 156/99, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. Aprovado , após usarem da palavra a Srª Maria do Carmo, os Srs. Roberto Saturnino, José Eduardo Dutra, Lauro Campos, Roberto Freire, Roberto Requião, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Sebastião Rocha, a Srª Marina Silva, e os Srs. Pedro Simon, Ademir Andrade e Romeu Tuma. (Votação nominal e secreta)	04191	
Item 2	04158	Item 7	Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1995, de iniciativa do Senador Osmar Dias e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal (prazo prescricional das ações trabalhistas). Aprovada , em segundo turno, após usarem da palavra os Srs. José Eduardo Dutra e Osmar Dias. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para redação final. (Votação nominal.)	04193
Parecer nº 69, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 77, de 1999 (nº 241/99, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Daniel Luiz Gleizer para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Aprovado. (Votação nominal e secreta)	04183	Item 8	Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/99, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas i do inciso I do art. 102 e c do inciso I do art. 105 da Constituição Federal (criação de juizados especiais – habeas corpus tribunal superior STF e tribunal estadual STJ). Não houve oradores no quarto dia de discussão em primeiro turno.	04196
Item 3		1.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia	Requerimento nº 56, de 1999, lido no Expediente da presente sessão. Aprovado.	04196
Parecer nº 70, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 78, de 1999 (nº 242/99, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Edison Bernardes dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Aprovado , após usar da palavra o Sr. Roberto Freire. (Votação nominal e secreta)	04185	1.3.2 – Discurso após a Ordem do Dia	SENADOR JORGE BORNHAUSEN – Solidariedade ao Presidente Antonio Carlos Magalhães quanto às críticas feitas pelo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto. Urgência na realização da reforma tributária.	04196
Item 4		1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação	SENADOR HUGO NAPOLEÃO – Posição contrária à transferência e extinção de órgãos federais instalados no Estado do Piauí.	04200
Parecer nº 71, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 79, de 1999 (nº 243/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luiz Carlos Alvarez para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. Aprovado , após usar da palavra o Sr. Roberto Freire. (Votação nominal e secreta)	04187	SENADOR ERNANDES AMORIM – Considerações sobre a Medida Provisória nº 1.811, de 25 de fevereiro de 1999, que estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinan-		
Item 5				
Parecer nº 72, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 80, de 1999 (nº 244/99, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a esco-				

ciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica.....	04201	Nº 916, de 1999, referente ao servidor Paulo Teixeira Gondim de Lima.....	04295
1.3.4 – Comunicações da Presidência		Nº 917, de 1999.....	04296
Lembrando ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o jornal Correio Braziliense pelo recebimento do prêmio World's Best Design, concedido pela Society for New Design – SND, de acordo com o Requerimento nº 48, de 1999, do Senador Luiz Estevão e outros Senadores, continuando abertas as inscrições para a referida homenagem.....	04202	Nº 918, de 1999, referente à servidora Ana Luiza Ribas Mariz de Barros.....	04297
	04202	Nº 919, de 1999, referente ao servidor Erônio Aquino Soares.....	04298
	04202	Nº 920, de 1999.....	04299
	04202	Nº 921, de 1999, referente à servidora Cláudia Gama Franco de Oliveira.....	04300
	04202	Nºs 922 a 927, de 1999.....	04301
	04202	Nº 928, de 1999, referente ao servidor Francisco Pereira da Silva.....	04307
	04202	Nº 929, de 1999, referente à servidora Sandra Pereira Cantuaria.....	04308
	04202	Nº 930, de 1999, referente ao servidor Antônio Coelho Ribeiro.....	04309
	04203	Nº 931, de 1999, referente à servidora Patrícia Ratto Abritta.....	04310
	04203	Nº 932, de 1999, referente ao servidor Alex Pereira de Andrade.....	04311
	04203	Nº 933, de 1999, referente à servidora Maria Verônica de S. La Rocca R. Miranda.....	04312
	04210	Nºs 934 e 935, de 1999, referentes ao servidor Rodrigo de Araújo Costa.....	04313
	04210	Nº 936, de 1999.....	04315
	04210	Nºs 937 a 940, de 1999.....	04316
	04210	Nº 941, de 1999, referente à servidora Delza Maria de Oliveira Batista.....	04320
	04210	Nº 942, de 1999, referente ao servidor Dival Ferreira da Silva.....	04321
	04292	Nº 943, de 1999, referente ao servidor José Aparecida Campos.....	04322
	04293	7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
	04294	8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
	04294	9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 7ª Sessão Deliberativa Ordinária em 3 de março de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Ronaldo Cunha Lima

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Ademir Andrade – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezzerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Djalma Falcão – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emilia Fernandes – Ermandes Amorim – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Luzia Toledo – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osimar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tião Viana – Wellington Roberto

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 53, DE 1999

Requer a criação de Comissão incumbida de conhecer, analisar e propor medidas relativas à dívida do setor público no Brasil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no que dispõe o art. 58 da Constituição Federal e o art.74 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência que submeta à deliberação do Plenário pedido de criação de Comissão, composta de 11 (onze) membros titulares e igual número de suplentes, incumbida de, no prazo de 90(noventa) dias, analisar a dívida do setor público no Brasil, quanto à sua origem e composição, bem como oferecer proposições no sentido de equacionar os problemas decorrentes do endividamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e suas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelos poderes públicos.

Justificação

A questão da dívida pública brasileira tem ocupado lugar de destaque na mídia do país e do mundo nos últimos meses. Não é à toa. Considerando-se a dívida líquida do setor público, incluindo-se, aí, Governo Federal, Banco Central, empresas estatais e Governos Estaduais e Municipais, os valores, que somavam, em 1994, a preços de janeiro deste ano, R\$196,4 bilhões, atingiram R\$386,4 bilhões, em novembro do ano passado. Isso significa 41,9% do PIB. E é preocupante, em função da pressão que os custos de seu giro, num contexto de juros elevados, exerce sobre as finanças públicas, cujo desequilíbrio também tem sido crescente. Assim, considerando-se o período de dezembro de 1997 a novembro de 1998, o total dos juros pagos pelo setor público brasileiro somou algo em torno de R\$64,2 milhões (7,54% do PIB), o que significa 85,2% do déficit público no período. Em razão da elevação ainda maior da taxa de juros depois da moratória da Rússia, estima-se que a carga de juros, em 1998, tenha atingido cerca de R\$90 bilhões.

Outro aspecto crucial do endividamento do setor público diz respeito ao endividamento das esferas inferiores de governo, particularmente dos governos estaduais que, tendo renegociado suas dívidas com a União, hoje enfrentam dificuldades para compatibilizar o cumprimento dos contratos com o exercício das funções tradicionais do serviço público. Na realidade, a situação crítica de endividamento em que se encontram mergulhados, de uma maneira ge-

ral, os governos estaduais, no Brasil, não é nova, mas adquiriu cores dramáticas e tornou-se preocupante na década de 90 por duas razões principais: a) pelo crescimento explosivo de seu montante nos últimos anos, acompanhado do temor de que essas unidades da federação, além de não conseguirem honrar seus compromissos financeiros futuros podem ver-se incapacitadas a atender as demandas sociais que lhes são encaminhadas e a desempenhar suas atividades e tarefas básicas; e b) pelos problemas que essa situação acarreta para a gestão e administração do programa de estabilização – o Plano Real –, que se encontra em curso, no País, desde 1994.

Os governos subnacionais – estados e municípios –, depois de registrarem um superávit, no conceito operacional, em 1993, de 0,23% do PIB, passaram a incorrer em elevados déficits nos anos seguintes, respondendo por, praticamente, 50% do desequilíbrio global do setor público, nos anos de 1995 e 1996. Entre os fatores que explicam essa deterioração crescente das finanças dos governos subnacionais, destacam-se, preponderantemente, os encargos da dívida que, se considerados em termos reais, se situam na média de 1,62% do PIB no triénio 1994-96 e, a partir de 1995, também, os resultados de suas contas primárias, que perdem a condição de superavitárias alcançadas entre 1998 e 1994 e passam a responder, em proporção crescente, por parcela dos déficits operacionais deste segmento.

A dívida líquida de Estados e Municípios somavam, em novembro do ano passado, R\$124,3 bilhões (13,5% do PIB), quase o dobro do valor de dezembro de 1994 (R\$ 65,5 bilhões). Esse foi o quadro encontrado pelos governadores empossados em janeiro último. Segundo alguns, trata-se de casos típicos de insolvência, não permitindo, ao menos, que se cumpram os requisitos constitucionais relativos aos serviços sociais básicos, como saúde, educação, segurança, entre outros. A falta de recursos tem acarretado acirradas discussões e proporcionado a oportunidade de um amplo debate sobre questões relevantes, como o pacto federativo, as reformas fiscal e tributária, a soberania nacional, a governabilidade etc.

A discussão sobre tais números de tamanho vulto, e a carência de serviços sociais básicos decorrentes da escassez de recursos, saiu da esfera burocrática e ocupou as ruas. O que mais se pergunta é como a dívida pública brasileira alcançou tamanhos volumes, em tão pouco tempo, sem que a população tenha percebido serviços públicos correspondentes. Ao contrário, o volume da dívida e o suprimento de carências sociais tem se mostrado, aos olhos da população, com relação inversa.

E, esse tema tem ocupado a agenda das discussões nas universidades, nas instituições governamentais, nas igrejas, nos sindicatos e em todos os tipos de locais públicos. Portanto, se o momento é de crise, pode ser, também, de oportunidade para que se formule políticas públicas legitimadas pela discussão e pela vontade popular.

E o Senado Federal é o espaço privilegiado para consolidar essa discussão. Como representantes, nos termos constitucionais, de todas as unidades da Federação, os Senhores Senadores revestem-se da devida legitimidade para promover debate de tamanha importância para os destinos do País, bem como estabelecer mecanismos legais para enfrentar os desafios que se colocam, no sentido de uma Nação soberana e de uma população verdadeiramente cidadã.

Sala das Sessões, 3 de março de 1999. – Senador **Amir Lando**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, de conformidade com o disposto no art. 255, inciso II, alínea "c", item 6, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 54, DE 1999

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Exceléncia seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Pedido de Informações sobre a execução do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), período de 1989 a dezembro de 1998, esclarecendo, especificamente:

1 – o volume de recursos transferidos, anualmente, pelo Tesouro Nacional, à conta do Fundo, expressos em valores de dezembro de 1998;

2 – os volumes totais de recursos disponíveis pelo Fundo, anualmente, em valores de dezembro de 1998;

3 – demonstrativos anuais das aplicações financeiras dos recursos do Fundo, em valores de dezembro de 1998;

4 – os valores aplicados, anualmente, a preços de dezembro de 1998, por unidade federada e programa de atividades, neste caso, informando a distribuição dos recursos, por categoria de produtor;

5 – a evolução anual do patrimônio líquido do Fundo;

6 – os montantes de recursos mantidos em indisponibilidade, a cada ano, em valores de dezembro de 1998;

7 – as receitas anuais do Banco do Nordeste (em valores de dezembro de 1998), derivadas da administração do Fundo e de cobrança de **del credere** sobre as operações nas formas previstas pela Lei n. 7.827/89 e, posteriormente, pela Lei n. 9.126/95;

8 – os critérios adotados, a cada ano, para definição dos portes dos beneficiários e os respectivos encargos e garantias estabelecidos, por programa de atividade;

9 – evolução anual dos índices de inadimplência, por programa de atividade e porte do beneficiário.

Requeiro ainda, que as informações prestadas observem, rigorosamente, os itens acima expostos, não cabendo, portanto, a simples remessa de relatórios anuais de atividades do Fundo.

Sala das Sessões, 3 de março de 1999. – Senadora **Heloisa Helena**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, na forma regimental.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 79, DE 1999

Modifica a redação do art. 21 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Dê-se ao art. 21 da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998, a seguinte redação:

"Art. 21. O art. 3º da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º A comprovação da efetiva prestação de serviços a que alude esta Lei far-se-á mediante justificação administrativa, preferencialmente, com base em provas materiais, ou mediante ação declaratória.

§ 1º É vedada a concessão de justificação administrativa baseada em início de prova testemunhal.

§ 2º Os elementos materiais comprobatórios da efetiva prestação de serviços a que alude o **caput** serão apresentados perante os órgãos do Ministério da Previdência Social, que, após analisá-los, determinarão sua validade ou invalidade para os fins colimados.

§ 3º Caberá à Defensoria pública, por solicitação do interessado, promover a ação declaratória contra o INSS intervindo o Mi-

nistério Público como fiscal da Lei, ficando o solicitante isento de quaisquer custas judiciais ou outras despesas.

§ 4º O prazo para julgamento da justificação administrativa será de quinze dias e o da ação declaratória será de quarenta e cinco dias."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A imensa dívida que o Brasil tem com os veteranos da heveicultura nacional, os chamados "Soldados da Borracha", é algo que jamais poderá ser efetivamente resgatado, porque de sua luta e de seus sofrimentos sobreveio a vitória do Mundo Livre sobre o totalitarismo nazi-fascista, nos anos 40. Foi, com efeito, uma verdadeira operação de guerra, em que os recursos para enfrentar e vencer o inimigo estavam escondidos no meio da mata fechada da Amazônia, para onde foram levados os filhos da caatinga, homens e mulheres nascidos no agreste nordestino.

O primeiro gesto concreto da nacionalidade, no sentido de reconhecer aquela obrigação histórica, foi tomado pela Assembléa Nacional Constituinte, quando acatou emenda apresentada pelo signatário deste projeto, no sentido de conceder pensão mensal vitalícia aos remanescentes daquela epopéia, benefício estendido a seus legítimos sucessores legais. Afigrou-se, então, o problema em torno das condições processuais práticas para habilitação dos candidatos, pois eles são, na quase totalidade, pessoas simples, sem maiores graduações escolares – sem menosprezar o grande decurso de tempo verificado entre sua chegada aos seringais e a aprovação da Carta de 88. Seria irrealista qualquer exigência que se fundamentasse apenas em documentos rotineiros, exigíveis nas práticas burocráticas, porque, mesmo que existissem tais papéis, poucos daqueles migrantes teriam tido motivos para guardá-los por quase meio século.

Imbuído de tal consciência, o Governo estabeleceu, através do art. 3º da Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, que a comprovação daquela prestação de serviços seria feita "por todos os meios de prova admitidos em direito, inclusive a justificação administrativa ou judicial", o que incluía, sem dúvida, o uso de provas exclusivamente testemunhais para abertura do processo habilitatório. Nos anos seguintes, todavia, a administração pública se dedicou a tornar menos absolutas as facilidades para obtenção do benefício. Primeiro, fez uso de normas secundárias, que receberam contestação judicial, até, finalmente,

em 20 de novembro de 1998, sancionar a Lei nº 9.711, que fechou as portas aos depoimentos como peças iniciais, determinando que aquela comprovação será baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal".

A medida pode ter tido, como efetivamente teve, o louvável escopo de evitar fraudes – mas foi um golpe mortal para as justas pretensões de muitos veteranos que não conseguiram localizar caderetas, recibos, notas fiscais ou outros documentos de meio século atrás, principalmente por se tratar de pessoas precariamente letradas, muitos deles, na verdade, analfabetos.

O desafio imposto aos legisladores, agora, é conciliar a necessidade de barrar falsas pretensões e, ao mesmo tempo, resguardar os direitos de quem não teve foi alertado para guardar papéis sem aparentes importância ao longo de tantos anos. Mesmo porque – e isso é importante frisar – até 1988, quando propus e a Constituinte aceitou a tese, não havia qualquer perspectiva de concessão de benefício aos pioneiros da guerra da borracha.

É o que se pretende, agora, com o presente projeto: quando houver prova documental, bastará apresentá-la à repartição competente da Previdência Social e pedir o benefício; não havendo essa materialidade, o petionário buscará a Justiça, em processo sumário e especial, no qual a Administração Pública terá o direito de contestar, exigir subsídios e cobrar a observância dos pontos que julgar importantes para a avaliação do pleito. E o estabelecimento de prazos concretos para as decisões, administrativa ou judicial, já se encontra incrustada nas citadas leis anteriores, devendo, destarte, ser mantida como exigência justa, socialmente desejável e administrativamente exequível.

Na elaboração deste projeto, colheram-se no próprio Ministério da Previdência Social as raízes e os objetivos de suas salutares cautelas, buscando-se ao mesmo tempo, a cooperação de pessoas que conhecem a fundo todos os aspectos sociais, humanos e políticos da questão, merecendo destaque a valiosa contribuição prestada pelo ex-Secretário de Administração do Estado do Acre e ex-Deputado Estadual, o advogado Cleudo Mendonça.

Sala das Sessões, 3 de março de 1999. – Senador **Nabor Júnior**

(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais – cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

1001

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que remeteu ao Arquivo, em atendimento à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em sua reunião do dia 27 de janeiro último, as seguintes matérias:

- Propostas de Emenda à Constituição de nºs 38 a 45, de 1998;
- Projetos de Lei do Senado de nºs 187 a 189, de 1998.

Todas as matérias são de autoria da Comissão de Reforma Político-Partidária.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu o Aviso nº 65, de 1999, de 25 de fevereiro último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 36/99, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam referente à Auditoria Operacional no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Estado de Santa Catarina – PNAE, realizada no segundo semestre de 1998, com abrangência aos exercícios de 1997 e 1998 (Diversos nº 8, de 1999).

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 11, de 1999, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1995, de autoria do Senador João França, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 11, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 3º e 5º do art. 91 do Regimento Interno, solicito que o PLS/167/95, seja submetido à apreciação do Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 3 de março de 1999

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Projeto de Lei do Senado nº 167, de 1995, ficará peran-

te a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 234, II c, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, por vinte minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, como acontece todos os anos, é intensa a movimentação dos cidadãos brasileiros empenhados em atender às determinações do Imposto de Renda, que reafirma as exigências de sempre e traz algumas novidades para, como de hábito, tornar ainda mais sofridos esses dias para o trabalhadores assalariados. Sim, porque, em síntese, não se trata de imposto sobre a renda, mas de um imposto sobre o salário. Ao invés de voltar-se para aqueles que realmente detêm a riqueza nacional e consomem os benefícios do Produto Interno Bruto, o tributo devora partes substanciais dos proventos auferidos pelos empregados públicos ou da iniciativa privada. A alíquota maior, de 27,5%, abate-se sobre quem ganha R\$21.600,00 anuais, tachado de rico, conceito que chega a ser risível se lebrarmos que isso equivale a menos de US\$10,000, também por ano, que é o que recebe os pobres, os que exercem as mais humildes atividades nos países

Existem muitos fatores que potencializam e tornam ainda mais grave essa taxação sobre o salário do povo brasileiro. A carga tributária redobra, a cada dia, sua sanha brutal e esmagadora contra os assalariados, numa perversa espoliação. Afinal, a sistemática vigente se apoia na voracidade ilimitada sobre os assalariados e uma complacência também ilimitada quanto aos donos do capital. Todos conhecemos a realidade: o trabalhador recebe seu holerite com os poucos créditos e muitos débitos. Não há como fugir; a perda é inevitável. Quando as contas oficiais não fecham, esta é a primeira providência dos gênios da tecno-burocracia: aumentar os impostos realmente compulsórios.

Perdoem-me V. Ex^{as}s, mas não se trata de redundância ou pleonasmo: a subversão de valores expressa no sistema tributário nacional chega ao ponto de instituir impostos "impositivos" compulsórios e impostos que não se impõem. Impostos compulsórios, como disse, são aqueles realmente cobrados, aqueles inexoráveis, facilmente estabelecidos e mais facilmente ainda arrecadados. Não exigem esforço nem responsabilidade por parte do Poder Público, que se limita a contabilizar os lançamentos feitos nos espelhos de pagamento e cobrar o que julga devido. É muito fácil!

Já os impostos que o Governo não consegue impor são notórios. Sua perpetuação encamece da sociedade, que os vê como "não impostos", as isenções absurdas; é a sonegação pura e simples, através de artifícios legais ou de simples desprezo pelas leis e pela fiscalização. O assalariado já recebe especificados seus descontos, mas as grandes empresas, os grandes capitalistas dispõem de exércitos de habilidosíssimos especialistas na arte da maquiagem contábil, da busca de brechas legais, da engenharia numérica que transforma fabulosos lucros tributáveis em prejuízos dignos de misericórdia e de isenções.

É voz corrente no meio empresarial que os balanços anuais de muitas das nossas empresas são, na verdade, verdadeiras peças de ficção contábil, tecidos fio a fio, item por item, combinando todos os artigos, parágrafos, incisos e alíneas do farto cipoal de contradições que somente grandes tributaristas conseguem entender e manipular com eficácia. Ao fazer tal afirmação, não produzo nenhum juízo de mérito quanto a esses profissionais, porque eles se limitam a trabalhar com as regras existentes, explorando suas falhas e suas omissões.

Já abordei o assunto do Congresso Nacional em diversas oportunidades, frisando sempre que as duas reformas realmente indispensáveis, urgentes, essenciais e inadiáveis são a reforma política e a reforma tributária.

Temos dois monstros grotescos em nosso cenário institucional: as contradições das estruturas político-partidárias e a caótica sistemática tributária, uma plethora de normas loucas e absurdas, que veio minando, progressivamente, todas as bases da arrecadação na União, nos Estados e nos Municípios. São Paulo, que sempre se beneficiou desses mecanismos, hoje protesta com veemência contra a chamada "guerra fiscal", detonada por outras Unidades, empenhadas em tirar do irmão mais poderoso algumas indústrias e riquezas, para criar empregos em seus próprios territórios.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Parabenizo V. Ex^a pela importância do pronunciamento, de modo especial para a classe trabalhadora deste País, que é sacrificada com a pesada carga tributária imposta hoje. É uma situação delicada, que exige, de fato, como V. Ex^a coloca, uma reforma tributária urgente. Se o Brasil fosse um país em que a carga tributária fosse elevada, sacrificasse o trabalhador, mas as políticas públicas, especialmente as políticas sociais, no campo da saúde e da educação, dessem as respostas adequadas, haveria um contentamento e uma aceitação do povo brasileiro.

Mas há uma carga tributária muito violenta sobre os pequenos e alguns benefícios, algumas fugas permitidas às grandes fortunas deste País. Conversei, há poucos dias, com um Procurador da Fazenda, e ele alertava para o fato de que hoje há grupos organizados, envolvidos em grandes fortunas, que fazem curso de como burlar a política tributária brasileira. E o pequeno, que é vulnerável, que não está preparado para se defender, paga um preço muito elevado. O Brasil não pode mais adiar a discussão sobre a reforma tributária. Devemos discuti-la de forma a rever o papel do Governo Federal na arrecadação e no manuseio dos recursos públicos e permitir um sentimento federativo verdadeiro, onde os Estados e os Municípios tenham mais acesso às políticas públicas e que tome justa a arrecadação do trabalhador, mas que fundamentalmente devolva-lhe o seu direito a políticas sociais, na área da saúde, na área da educação, áreas que eu diria sagradas para o brasileiro. Assim, parabenizo-o e solidarizo-me integralmente com V. Ex^a.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Tião Viana. Os dados que fiz inserir no meu pronunciamento são fornecidos pela própria Receita Federal, cujo titular, Dr. Everardo Maciel explicitou alguns elementos, que citarei ainda no presente discurso, para conhecimento da Casa. Agradeço a V. Ex^a a oportuna participação e os comentários que tece a respeito do tema deste pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como dizia, reputo as reformas político-partidária e tributária como decisivas para o fortalecimento das estruturas nacionais. Hoje, todavia, por mais importante que seja a reforma política, não vou abordá-la, porque prefiro concentrar minha atenção e minhas palavras nos problemas fiscais do País, em suas três esferas de administração.

Contra fatos não há argumentos; mais, ainda, contra números definitivos não cabem sofismas ou tergiversações. O próprio Secretário da Receita Federal admite que o Brasil nunca teve um pacto federativo tributário, uma justa divisão de responsabilidades entre União, Estados e Municípios. O que existe é uma série de colagens, uma aberração tão desconjuntada que nem mesmo o Dr. Frankenstein seria capaz de imaginar, em seus delírios. Mas o que para nós é um horror, para os beneficiários é o paraíso: metade das 530 principais empresas do País estão absolutamente a salvo do Imposto de Renda, inclusive duas das maiores montadoras de veículos. Esclareço que estou usando expressões fornecidas pelo Secretário da Receita Federal, Dr. Everardo Maciel.

Quem deu números atualizados a essa antiga informação foi o ex-Deputado, hoje articulista do jornal

O Globo, Márcio Moreira Alves, em sua coluna, domingo passado. Ele trouxe a realidade concreta das distorções fiscais, que poderiam ter na indústria automobilística o melhor exemplo, porque o setor contribui com apenas 0,16% de seu faturamento para o Imposto de Renda – enquanto, não podemos esquecer, o cidadão que ganha R\$2 mil mensais está enjaulado na alíquota 27,5%.

A construção civil – também são dados da Receita Federal – comparece perante o tímido "leão" com 1,21% de suas receitas, enquanto os operários que ganham uma média de R\$1 mil mensais pagam 15%. O poderoso setor farmacêutico também se contenta em contribuir com uma média de 2,54% de Imposto de Renda, embora tenha sido um dos maiores beneficiários pelas portas escandalosas da globalização que o Brasil foi obrigado a implantar.

Aqui abro um parênteses, Sr. Presidente, para informar que, hoje, pela manhã, ouvi, pela rádio CBN, que a indústria farmacêutica, nesses dois primeiros meses de 1999, já reajustou em torno de 18% os seus produtos, alguns medicamentos foram reajustados em até mais de 50%. E a indústria farmacêutica contribui com o Imposto de Renda em apenas 2,54%, embora tenha sido, repito, um dos maiores beneficiários pelas portas escandalosas da globalização que o Brasil foi obrigado a implantar.

Mas a festa é delirante nas corporações financeiras: computadas 66 empresas importantes, 28 não pagam um reles centavo; outras, com louvável consciência, contribuem com menos de 1%. Existem duas que pagam 4%, mas, certamente, tentarão "corrigir" isso no atual exercício.

A pergunta que Moreira Alves se faz é a que qualquer pessoa lúcida também faria a si própria e às autoridades: como isso é possível, sem que ninguém vá para a cadeia? O próprio articulista se incumbe de responder, no artigo intitulado "Por que não pagam?".

Mais uma vez citando o Secretário da Receita Federal, aponta três causas para essas aberrações: interpretações elásticas do critério de "prejuízos" nos balanços das empresas, a morosa ação do Judiciário contra os fraudadores e os malabarismos promovidos pelas empresas multinacionais nos fluxos de investimentos, lucros e perdas.

O artigo do ex-Deputado Márcio Moreira Alves, como disse há pouco, foi publicado há quatro dias, em **O Globo**, mas não perdeu a atualidade, ao contrário, deti-me, neste início de semana, na leitura e releitura de suas informações, procurando conhecer com profundidade os mecanismos deletérios que transformam

a legislação tributária brasileira em uma campeã de perversidade, injustiça e incompetência.

Sempre ouvimos, de autoridades e especialistas da área econômica que para cada real arrecadado existe um real sonegado. Ou seja, o Estado só consegue arrecadar a metade do que poderia e deveria arrecadar. As teorias e as explicações também convergem, com pequenas elevações, para aquele elenco de três pontos. Só falta esclarecer uma coisa: por que isso continua assim?

V. Ex^{as}s já leram, decerto, o artigo que citei no presente pronunciamento. A quem não leu, permito-me, com humildade e muita ênfase, sugerir que o faça com urgência, pois ali estão as raízes e as evidências do grave descontrole fiscal brasileiro. Não adianta devorar os parcos proventos dos aposentados; é inócuo qualquer aumento setorial de tributos; é cruelmente covarde o avanço praticado sobre os salários dos trabalhadores. Nada justifica a perpetuação dos erros que marcam as distorções da recaída colhida pela máquina oficial.

A precariedade dos quadros e dos instrumentos da fiscalização deve ser encarada como o primeiro inimigo digno de combate frontal e decidido, mas esbarramos, novamente, na falta de recursos e de critérios da ação governamental, que cortou as verbas para treinamento dos fiscais e vem achatando seus salários nos últimos anos.

Para economizar, não permite uma fiscalização eficaz; e sem fiscalização, não há arrecadação. Qualquer pessoa razoavelmente versada na administração pública saberia que uma estrutura obstinada de fiscalização paga seus próprios custos e vai muito além, gerando receitas e fechando as brechas por onde se esvaziam os recursos que tanta falta fazem para a educação, a saúde, a segurança pública, as estradas destruídas que maltratam a frota automotiva nacional.

O ex-Ministro da Fazenda, atual Deputado Delmi Netto, ensina que "a parte mais sensível do corpo humano é o bolso". Talvez por isso, no Brasil da virada do terceiro milênio, o ramo mais lucrativo dos grandes escritórios de advocacia e de consultoria seja aquele voltado para os tributos, onde a habilidade de sonegar e de distorcer ganha cores mais reincidentes e sofisticadas a cada dia.

Acompanhamos, nas últimas semanas, a queda-de-braço entre a indústria automobilística, seus empregados e o Governo. Mesmo com os pátios atropetados e demitindo os trabalhadores por falta de mercado, as grandes montadoras, no primeiro bimestre do ano, aumentaram os preços em 10%, 13% e até 16%. Parecia absurdo, mas, no Brasil, a

coisa funciona assim mesmo: agora, em nome da manutenção de suas folhas de pagamento, elas estão conseguindo a isenção de impostos para baratear os veículos que produzem, acenando com a estabilização das tabelas por alguns meses – mas não falam em recuar os aumentos insanos já cometidos. Trocando em miúdos, como diz o povo, a jogada é antiga; porém, sempre funciona: aumentaram os preços e foram em busca de isenções fiscais equivalentes, prometendo não fazer novos reajustes. Jogam nas costas do povo, dessa forma, duas contas distintas e cumulativas, os preços majorados e o dinheiro subtraído pela isenção. Além de praticamente não pagar Imposto de Renda, furtam-se novamente de outros tributos, como o IPI e o ICMS.

Concluo, Sr. Presidente, com um detalhe espanhoso, dentro do conjunto de informações valiosas trazidas à sociedade por Márcio Moreira Alves, no citado artigo: "não espanta que alguns advogados fiscalistas estejam também na relação dos 500 maiores contribuintes do Imposto de Renda de pessoas físicas. São eles que fazem a engenharia fiscal que permite às empresas elidir impostos; ganham uma percentagem sobre o que pouparam aos seus clientes".

A lição que daí se pode extrair é acadiana, no sentido de sua explícita natureza: no trato dos interesses das pessoas jurídicas, a saída está naquilo que a voz do povo chama de "o caminho das pedras", a trilha reservada aos iluminados, por meio do pântano que caracteriza o sistema tributário nacional. Mas quanto às pessoas físicas, a ordem é ponderar e ter prudência na hora de apresentar a conta à Receita.

E se aqueles profissionais – a elite da casta especializada na manipulação dos fatores econômicos – evitam abusar de suas habilidades e não se expõem como contribuintes individuais é porque aí reside o único ponto digno de respeito de toda a máquina. Que o digam os assalariados, que simplesmente não têm defesas nem técnicas para escapar do apetite insaciável dessa fera voraz, impiedosa e vesga, que dispensa os grandes predadores da sociedade e lança suas garras nas costas das presas mais fracas e mais desprotegidas: os trabalhadores.

Sr. Presidente, rogo a V. Ex^a que a íntegra do artigo "Por que não pagam", assinado pelo jornalista e ex-Deputado Márcio Moreira Alves e estampado em **O Globo** de domingo último, dia 28 de fevereiro, seja publicado na íntegra como parte integrante desse pronunciamento.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NABOR JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO:

POR QUE NÃO PAGAM

Não se estanca hemorragia com esparadrapo, diz o Deputado Valfrido Mares Guia é preciso fazer um novo pacto federativo através de uma reforma tributária, dizem os governadores. Caso não se garantam os serviços básicos ao povo, educação, saúde e segurança, perde-se a governabilidade, afirma Ronaldo Lessa, governador de Alagoas. Os presidentes da Câmara e do Senado prometem dar prioridade à reforma tributária.

A convergência de intenções é tão grande que, desta vez, é possível que se chegue finalmente a uma simplificação dos tributos e a uma justa divisão de responsabilidades entre União, estados e municípios. Na verdade, o Brasil nunca teve um pacto federativo tributário, diz o secretário da Receita, Everardo Maciel. O que temos é uma série de colagens.

Há, no entanto, uma etapa anterior, que é a da arrecadação dos impostos que já existem. Metade das 530 maiores empresas industriais do país – 49,8% para ser exato – não paga um tostão de Imposto de Renda. Entre essas felizardas estão duas das maiores montadoras de automóveis. As outras pagam tão pouco que a contribuição é quase simbólica. No total, as empresas do setor automobilístico pagam 0,16% de Imposto de Renda sobre o seu faturamento. Na indústria da construção civil, a maior empresa de todas e duas das empreiteiras que controla tampouco pagam alguma coisa. O setor paga 1,21% de Imposto de Renda sobre o seu faturamento. O setor farmacêutico, o que mais aumentou os seus preços desde o lançamento do Plano Real, paga 2,54% sobre o faturamento. Somente 78 empresas pagam mais de 4% de Imposto de Renda sobre o faturamento que têm.

Entre as empresas financeiras, que são 66 ao todo, 28 não pagam um tostão e 17 pagam menos de 1% de sua receita. Apesar de duas pagam mais de 4%, contribuindo com R\$ 87 milhões por ano. Os assalariados descontam em folha até 27,5% de seus salários.

Esses números são oficiais, colhidos na Receita Federal. Na verdade, o maior contribuinte individual do Imposto de Renda, o apresentador Silvio Santos, rende mais para o Tesouro que inteiros setores industriais. Não espanta que alguns advogados fiscalistas estejam também na lista dos 500 maiores contribuintes do Imposto de Renda de pessoas físicas. São eles que fazem a engenharia fiscal que permite às empresas elidir impostos. Ganham uma percentagem sobre o que pouparam aos seus clientes.

Como é isso possível, sem que ninguém vá para a cadeia? Everardo Maciel aponta três causas principais, sendo que apenas a última está sendo enfrentada.

A primeira causa é a interpretação da lei que permite a compensação em anos seguintes de prejuízos que uma empresa possa ter num exercício. Em princípio, essa lei deveria permitir a empresas recém-estabelecidas ou que tivessem feito acidentalmente maus negócios cobrir essas perdas descontando dos impostos devidos o prejuízo passado. Inicialmente, essa possibilidade era limitada aos quatro anos seguinte ao prejuízo. Recentemente, eliminou-se o prazo mas estabeleceu-se um teto para os descontos em 30% do devido. No entanto, muitas empresas têm conseguido liminares permitindo-lhes superar esse teto.

Everardo Maciel considera que a Receita é vítima de uma verdadeira indústria de liminares. No passado, os juízes eram obrigados a julgar o mérito das liminares que concediam no prazo de 90 dias. Se não fizessem isso, a liminar perderia o seu efeito. Hoje, os juízes podem simplesmente conceder a liminar e meter à causa na gaveta, sem entrar no seu mérito. Segundo ele, obter uma decisão liminar passou a ser um produto que os escritórios

de advocacia oferecem aos seus clientes. Há até liminares contra a constitucionalidade de artigos da Constituição.

A terceira forma de evitar impostos é o chamado "preço de transferência". Cerca de dois terços do comércio mundial são hoje feitos entre multinacionais. Muitas praticam um superfaturamento nas importações que fazem, tanto das suas matrizes como entre multis, gerando prejuízos, e subfaturam exportações, gerando outros prejuízos. Para enfrentar essas manobras, a Receita criou uma delegacia especializada em assuntos internacionais, mas reconhece ser ainda precária a sua capacidade de fiscalização, inclusive porque as suas verbas de treinamento foram cortadas nos últimos orçamentos. Ou seja: o Governo cortou o galho onde estava sentado.

Logo, há medidas legislativas a serem adotadas antes da reforma tributária, inclusive em relação aos processos jurídicos. O efeito vinculante das decisões do Supremo, obrigando os juízes de instâncias inferiores a obedecer as decisões da mais alta corte do país, é uma. Os advogados são contra, claro, porque perderiam dinheiro se houvesse ordem. Dar prazo para o julgamento do mérito das liminares é outra.

Aprová-las é uma questão de vontade política.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF) – Sr. Presidente, solicito a concessão do uso da palavra, como Vice-Líder do PMDB, por breves minutos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Para uma comunicação urgente de interesse partidário, concedo a palavra ao Senador Luiz Estevão por cinco minutos.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – O objetivo dessa comunicação, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é manifestar o meu repúdio às declarações do Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho acerca do Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Solidarizo-me com o homem público, um homem de riquíssima biografia, que foi Deputado Estadual, Prefeito de sua cidade, Secretário de Estado, Senador, Governador por três vezes, Ministro de Estado e que possui uma das mais ricas e dignas biografias da vida pública brasileira. Solidarizo-me também com o Presidente do nosso Congresso Nacional, lembrando ao Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho que esta Casa, ao reconduzir o Senador Antonio Carlos Magalhães para um novo mandato, fê-lo porque confia, como confiou nos últimos dois anos, na sua capacidade de responder aos anseios do povo brasileiro, da Nação e, sobretudo, pela liderança, no sentido de afirmar cada vez mais o Senado da República como a grande força política das instituições nacionais.

Por fim, Sr. Presidente, solidarizo-me com o ser humano. Um homem que, há pouco menos de um ano, passou por aquela que talvez seja a maior

provação, a maior privação que um ser humano pode experimentar e que, em nenhum momento, mostrou-se alquebrado, abatido, consciente que é das imensas responsabilidades que sobre ele pescam, na qualidade de representante do povo da Bahia e do povo brasileiro neste Senado.

Se há alguma observação a fazer sobre os graves acontecimentos que emocionaram a vida pessoal do Senador Antonio Carlos Magalhães seria, sem dúvida, enaltecer-lo; enaltecer-lo pela demonstração de coragem, pela demonstração de fibra, porque todos sabemos que o que S. Ex^a tem feito e a sua dedicação ao Senado e à causa pública são a grande afirmação de que é um homem de qualidades insuperáveis e que o demonstra, a cada dia, nesta Casa e em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Por permuta com o Senador Carlos Patrocínio, concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson por vinte minutos.

O SR. CARLOS WILSON (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a economia brasileira atravessou, neste início de ano, uma turbulência que levou à saída sucessiva de dois Presidentes do Banco Central em menos de um mês. Se o choque colocou em séria dúvida a estabilidade do real e a credibilidade internacional do País, teve, em minha opinião pelo menos, uma consequência positiva. Trata-se da volta do debate a respeito da necessidade da instituição de um período de quarentena para os altos dirigentes daquele órgão. Entre deixarem seus cargos oficiais e assumirem posições na iniciativa privada, eles deveriam ficar algum tempo, cuja definição possa ser objeto de debate, afastados do mercado financeiro.

Quero alertar, preliminarmente, que não se entenda tal quarentena como violação aos direitos individuais de liberdade de iniciativa ou de emprego de pessoas, pois essas liberdades devem estar submetidas, como qualquer direito, a princípios de ordem mais alta, como a igualdade, a justiça e a preservação do Estado democrático. Evidente é que, mais do que desleal com os outros agentes privados do mercado, a ação de ex-dirigentes do Banco Central pode ser altamente perniciosa aos interesses da Nação, sobretudo quando exercida nos setores mais especulativos das Bolsas de Valores, mercadorias e futuros.

O debate nada tem de novo, pois, desde 1989, no início da atual Ordem Constitucional – já se vão quase dez anos –, tramita sobre a matéria, no Congresso Nacional, um projeto de lei complementar de autoria do Senador Itamar Franco, aprovado nesta

Casa e paralisado na Câmara dos Deputados. Embora o projeto original seja passível de muita crítica, como as que a ele fez a jornalista Suely Caldas, do **Estado de S. Paulo**, na edição do dia 06 de dezembro do ano passado, é inegável que essa demora na tramitação de um projeto que regulamenta dispositivo constitucional que exige explicitamente sua elaboração depõe gravemente contra este Congresso e contra o próprio Governo.

Srs e Srs. Senadores, a falta de regulamentação do art. 192 da Constituição Federal dez anos após sua promulgação é algo que não se justifica. Lendo um artigo do brilhante Senador Pedro Simon publicado na seção Ponto de Vista da revista **Veja** de 14 de junho de 1995, no qual nosso ilustre Parlamentar denuncia o entra-e-sai promiscuo de executivos entre o Banco Central e as empresas financeiras, vejo que já se passaram quase quatro anos e nenhuma providência ainda foi tomada. Àquele momento – antecedente ao período de calmaria que, sabemos agora, não seria longo –, mudava-se pela sexta vez, em cinco anos, a Presidência do Banco Central. Agora, ela é mudada de vinte em vinte dias. Em diversas dessas ocasiões, os presidentes demitidos do Banco Central pularam imediatamente de suas poltronas para a banca da iniciativa privada.

As sugestões que fazia então o Senador Simon estão agora nos noticiários, incluídas que foram no substitutivo enviado, em dezembro, pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados. Não somente se define a quarentena de um ano, durante o qual o ex-dirigente não poderá exercer cargo ou função em instituições privadas que explorem serviços da área bancária, de seguros, capitalização, consórcio, previdência ou mercado de capitais e em quaisquer instituições sujeitas à supervisão do Banco Central, como também se define um mandato de três anos, permitida a recondução, desde que precedida de nova aprovação por esta Casa.

A única sugestão do Senador Simon não contemplada por esse substitutivo – sugestão, aliás, da maior importância, porque diz respeito à tão falada autonomia – é a referente à impossibilidade de demissão do Presidente do Banco Central pelo Presidente da República, como ocorre, aliás, nos Estados Unidos. A demissão do Presidente do Banco Central exigiria, na sugestão do Senador Simon, um voto de desconfiança de dois terços do Senado.

O substitutivo inova, principalmente, por prever o pagamento ao ex-dirigente do Banco, durante a quarentena, do valor correspondente à remuneração do cargo que ocupava. Desse modo, corrige-se o ab-

surdo incluído no projeto original, que previa quarentena sem remuneração, imposição que constituiria, esta sim, violação aos direitos fundamentais da pessoa.

O momento político é particularmente oportuno para a aprovação desse projeto, vez que, do lado governista, a proposta é percebida como um antídoto contra o constrangimento e o desgaste sofridos pelo Governo em consequência da indicação de Arminio Fraga, profissional do mercado especulativo, para a presidência do Banco Central; do lado oposicionista, por sua vez, há de longa data o ânimo para a aprovação de medida nesse sentido. Não é sempre que se dispõe de tal convergência e não podemos deixar de aproveitá-la.

Se a experiência internacional significa alguma coisa, nosso País está muito atrasado no estabelecimento dessas regras. No Canadá, por exemplo, quem é indicado para a presidência do Banco Central, se for acionista de empresas financeiras, tem um prazo para se desfazer de sua participação; a pena para quem não o fizer e tentar ocultar o fato é de até três anos de prisão. Nos Estados Unidos, o Presidente do Federal Reserve Bank fica proibido de trabalhar em instituição financeira privada pelo prazo de dois anos. Em qualquer caso, mesmo quando cumpre até o final o seu mandato, a Ordem Executiva nº 12.834, assinada pelo Presidente Clinton no começo do seu mandato, veda ao ex-dirigente do Fed a possibilidade de prestar serviços a diversos tipos de empresas por até cinco anos.

Cito, também, os exemplos da Espanha, onde o presidente do Banco Central e o seu vice são obrigados a dois anos de quarentena, recebendo 80% dos salários depois de deixarem seus cargos, e do Chile, onde é vedado o exercício da presidência do Banco Central por pessoas que tenham parentes até o terceiro grau com participação societária em entidades financeira privadas. São países que levam a sério a separação entre as esferas do público e do privado e a obrigação de credibilidade de que dependem tais instituições para poderem desempenhar o seu papel de planejadores e executores da política monetária do Governo. Por que nós não poderíamos fazer o mesmo?

O Sr. Djalma Falcão (PMDB - AL) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS WILSON (PSDB - PE) - Com muito prazer, ouço o Senador Djalma Falcão.

O Sr. Djalma Falcão (PMDB - AL) - O aparte que lhe solicito, nobre colega Carlos Wilson, é para, em primeiro lugar, congratular-me com o oportuno pronunciamento que faz, nesta tarde, a respeito da imperiosa necessidade de se colocarem em quaren-

tena, por tempo a ser definido em lei, as pessoas que tenham exercício de comando nos órgãos da política econômica do País. V. Ex^a citou o exemplo de vários países - como Espanha, Estados Unidos e Canadá - e quero-lhe dar um exemplo doméstico, que caracteriza também uma quarentena e poderia servir de parâmetro para orientar a discussão e, posteriormente, a aprovação de uma medida absolutamente indispensável à boa condução da política econômica do País. No estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil há uma cláusula que coloca em quarentena de dois anos - chama-se interstício - os profissionais da advocacia que hajam exercido mandato popular. Nós, advogados, que exercemos o mandato de deputado, senador, prefeito, governador e Presidente da República, ou qualquer outro mandato popular, estamos proibidos de atuar contra a Fazenda Pública durante dois anos e não há, nisso, uma **capitis diminutio** contra os nossos direitos de cidadãos ou de advogados. Cito o fato para dizer que, na nossa legislação doméstica, brasileira, já há o exemplo do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. E por que não estendê-lo aos que conduzem a política econômica do País? Confesso a V. Ex^a que me escandalizou a interferência ostensiva do Sr. Périco Arida, ex-Presidente do Banco Central, nos bastidores das negociações para a privatização do Sistema Brasileiro de Telecomunicações. De sorte que - sem querer fazer um juízo apressado a respeito do Sr. Périco Arida - , certamente S. S^a, ao ingressar nos leilões para a privatização da Telebrás, possuía informações privilegiadas sobre aquelas transações. Congratulo-me com V. Ex^a pela oportunidade do seu discurso e, enquanto estiver no mandato de Senador, quantos queiram discutir essa questão, aprofundá-la e vê-la definitivamente resolvida terão o meu integral apoio e a minha integral solidariedade. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. CARLOS WILSON (PSDB - PE) - Muito obrigado, Senador Djalma Falcão. V. Ex^a lembra, como brilhante advogado que é, o interstício que o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil obriga àqueles que são advogados. V. Ex^a lembra também a presença do economista Périco Arida no cargo de Presidente do Banco Central, o qual, logo depois de sua passagem naquele banco, ocupou um cargo na iniciativa privada e transformou o **Opportunity** num dos principais bancos de investimento do País. Esse banco teve uma participação destacada no processo de privatização das telecomunicações.

Para não se fazer esse prejulgamento, para o qual V. Ex^a fez questão de chamar a atenção, devemos ter o cuidado de preservarmos as pessoas que

vão ocupar cargos em instituições financeiras públicas, como foi o caso do Sr. Pérsio Arida.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para concluir o meu discurso, quero dizer que é chegada a hora de agilizarmos a votação e a aprovação de lei complementar que implemente regras para a nomeação, demissão e quarentena dos dirigentes do Banco Central do Brasil. Que seja algum dos projetos que já tramitam no Congresso Nacional ou outro que vier a ser elaborado, e que sofra o projeto eventualmente escolhido emendas que as Comissões e os Plenários julgarem necessárias. O que o País não suporta mais é essa grotesca transferência e mudança de Diretores do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 80, DE 1999

Altera o art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, determinando a obrigatoriedade de fotografia no título eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 6º da Lei nº 7.444, de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

§ 1º O Tribunal Superior Eleitoral aprovará o modelo do título, que deverá conter, além dos dados de qualificação do eleitor e outros necessários ao procedimento eletrônico de alistamento, uma fotografia digitalizada do eleitor e numeração por código de barras. (NR)

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral, no prazo de cento e vinte dias da publicação desta lei, estabelecerá o novo modelo do título eleitoral e procederá ao recadastramento dos atuais eleitores.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2002.

Art. 4º Revoga-se o § 4º do art. 5º da Lei nº 7.444, de 1985.

Justificação

Dentre as medidas que vêm sendo tomadas para modernizar o processo eleitoral brasileiro destaca-se a Lei nº 7.444, de 20-12-85, que implantou o processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e determinou a revisão do eleitorado. Como

resultado de sua aplicação, o recadastramento eleitoral efetuado em 1986 e a introdução do processamento eletrônico eliminaram os vícios anteriores e criaram condições para identificar e impedir outras irregularidades.

Tais mudanças resultaram no aprimoramento dos procedimentos eleitorais, criando condições para assegurar aos cidadãos a livre e válida manifestação de sua vontade. Todavia, a ausência de fotografia no título de eleitor ainda é responsável pela permanência de fraudes, impedindo um melhor controle do alistamento eleitoral e contaminando, a partir dessa fase inicial, outros procedimentos eleitorais, e até mesmo a eleição. Com efeito, cabos eleitorais inescrupulosos costumam envolver cidadãos menos informados e mais ingênuos em processos de transferência de títulos ou de inscrições de eleitores já inscritos em outras localidades, inflacionando o número de eleitores e evitando de vícios todo o processo eleitoral.

A reintrodução da fotografia no título de eleitor e a realização de um novo recadastramento eleitoral justificam-se, assim, em razão da necessidade de se impedirem as fraudes que ainda ocorrem no alistamento e, consequentemente, de se garantir a lisura de todas as etapas do pleito.

A utilização de fotografia digitalizada e a implantação de código de barras na numeração do título de eleitor são medidas necessárias, úteis e possíveis, graças aos constantes avanços tecnológicos que permitem reproduzir, com boa qualidade, fotografia por computador. Tal processo já é utilizado na confecção das novas carteiras nacionais de habilitação de motorista, que já contam com fotografias digitais, atendendo determinação do Contran – Conselho Nacional de Trânsito, conforme a Resolução nº 71, de 23 de setembro de 1998.

O projeto de lei que submeto à apreciação desta Casa prevê, além dessa mudança, a participação do Tribunal Superior Eleitoral na edição das instruções necessárias à implantação do novo modelo, que será adotado a partir do ano de 2002.

Sala das Sessões, 3 de março de 1999. – Senador **Djalma Falcão**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 7.444, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1985

Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado e dá outras providências.

Art. 6º Implantado o sistema previsto no art. 1º desta Lei, o título eleitoral será emitido por computador.

§ 1º O Tribunal Superior Eleitoral aprovará o modelo do título e definirá o procedimento a ser adotado, na Justiça Eleitoral, para sua expedição.

§ 2º Aos eleitores inscritos, em cada Zona, após a revisão e conferência de seu registro, na conformidade do art. 3º e parágrafos desta Lei, será expedido novo título eleitoral, na forma deste artigo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 81, DE 1999

Dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam anistiados os débitos decorrentes de multas aplicadas aos eleitores que deixaram de votar nas eleições realizadas nos dias 4 e 25 de outubro de 1998.

Art. 2º Ficam igualmente anistiados os débitos resultantes das multas aplicadas pela Justiça Eleitoral, a qualquer título, em decorrência de infrações praticadas no período de 7 de abril a 25 de outubro de 1998.

Parágrafo único. A anistia referida no **caput** deste artigo não se aplica a candidatos eleitos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O projeto de lei que submeto à apreciação do Congresso Nacional propõe a anistia das multas de qualquer natureza relativas à campanha eleitoral de 1998, devendo beneficiar tanto eleitores que deixaram de votar quanto partidos políticos, candidatos não eleitos, veículos de comunicação e aqueles que fizeram propaganda ilegal, no período de 7 de abril a 25 de outubro de 1998.

Tal medida tem por base prerrogativa que a Constituição concede ao Congresso, e seu art. 48, inciso VIII, e graças à qual tem sido perdoados débitos e faltas de eleitores e candidatos, principalmente em ano de eleições, ou logo após a sua realização. Registram-se como exemplos recentes dessas medidas, já tradicionais na legislação eleitoral brasileira, a Lei nº 8.744, de 9 de dezembro de 1993, que anistiou débito dos eleitores que deixaram de votar no plebiscito de 21 de abril de 1993, e a Lei nº 9.274, de 7 de maio de 1996, que anistiou os débitos dos eleitores que deixaram de votar nas eleições de 3 de

outubro e 15 de novembro, nos anos de 1992 e 1994, bem como os débitos dos membros das mesas receptoras que não atenderam às convocações.

É inegável que a legislação eleitoral necessita dispor, no tocante à propaganda política, de mecanismos capazes de proteger a todos os candidatos, para assegurar o objetivo geral de equilibrar, entre eles, as condições de acesso à opinião pública, e garantir ao eleitor um conjunto de informações abrangentes e confiáveis, para que possa escolher os seus candidatos livre de influências ou distorções espúrias. A experiência de 1998, entretanto, mostrou que, longe de conduzir a esses objetivos, algumas das disposições vigentes serviram muitas vezes para reforçar dificuldades e erros que se desejava evitar.

Boa parte da responsabilidade por essa distorção pode ser creditada à conta da grande novidade introduzida nas eleições de 1998: a reeleição de candidato no exercício de cargos executivos. Embora não se tenham observado essas distorções na disputa para a Presidência da República, o mesmo não se pode dizer das eleições para os Governos Estaduais.

A aplicação, por exemplo, do art. 45 da Lei nº 9.504/97 foi um dos elementos de ampliação do desequilíbrio entre candidatos e desorientação do eleitorado. A norma constante desse dispositivo estabelece que está sujeita a multa a emissora de rádio ou televisão que difunda opinião contrária ou favorável a partido ou candidato.

Embora salutar, essa norma tornou praticamente impossível a ação das oposições na maioria dos Estados. De um lado, a propaganda institucional dos Governos estaduais, dos seus programas, das inaugurações festivas não era, na maioria das vezes, considerada como opinião favorável a um candidato. Inversamente, a crítica ao governo, a decisões e comportamentos do Govenador, era quase sempre entendida como opinião contrária ao candidato. Vale dizer que, a partir da formalização da candidatura do governante, a oposição a ele, por meio dos veículos de comunicação, teria de cessar, pois, de outro modo, seria considerada como opinião contrária a um candidato, expondo o veículo às sanções previstas no citado art. 45 da Lei nº 9.504/97.

Dessa forma, em plena democracia, chegou-se, em muitos Estados, a uma situação comparável à das mais sombrias ditaduras: sob o manto protetor da Lei e em nome da sua aplicação, podia-se falar a favor do Governo, mas não criticá-lo.

Muitos outros exemplos do mesmo tipo poderiam ilustrar a situação que o presente projeto de lei

pretende corrigir e que, em última análise, resultou da aplicação imprópria de dispositivos que o legislador nunca pretendeu que fossem usados, senão para proteger a limpidez do processo democrático.

Assim, enquanto o art. 1º prevê a anistia das multas a que estão sujeitos os eleitores que deixaram de votar nas eleições de 4 e 25 de outubro último, o art. 2º amplia a anistia a todas as demais hipóteses, resultando no perdão de multas aplicadas aos veículos de comunicação e a pessoas físicas no curso do processo eleitoral de 1998, excetuando, pelas razões já expostas, os candidatos que tenham sido eleitos.

Espera-se, com a presente proposição, evitar que sejam consumadas injustiças resultantes da aplicação quase sempre bem intencionada de dispositivos da lei que se mostraram impróprios para uma eleição de que participem, como candidatos, governantes no exercício dos seus cargos.

Sala das Sessões, 3 de março de 1999. – Senador **Gerson Camata**.

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....
VIII – concessão de anistia;

.....
LEI Nº 8.744, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993

Anistia débito dos eleitores que deixaram de votar no plebiscito de 21 de abril de 1993.

.....
LEI Nº 9.274, DE 7 DE MAIO DE 1996

Dispõe sobre anistia relativamente às eleições de 3 de outubro e de 15 de novembro dos anos de 1992 e 1994.

.....
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições

.....
Art. 45. A partir de 1º de julho do ano da eleição, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário:

I – transmitir, ainda que sob a forma de entrevistas jornalísticas, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral em que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados;

II – usar trucagem, montagem ou outro recurso de áudio ou vídeo que, de qualquer forma, degradem ou ridicularizem candidato, partido ou coligação, ou produzir ou veicular programa com esse efeito;

III – veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrário a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes;

IV – dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação;

V – veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, mesmo que dissimuladamente, exceto programas jornalísticos ou debates políticos;

VI – divulgar nome de programa que se refira a candidato escolhido em convenção, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou com a variação nominal por ele adotada. Sendo o nome do programa o mesmo que o do candidato, fica proibida a sua divulgação, sob pena de cancelamento do respectivo registro.

§ 1º A partir de 1º de agosto do ano da eleição, é vedado ainda às emissoras transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo único do artigo 55, a inobservância do disposto neste artigo sujeita a emissora ao pagamento de multa no valor de vinte mil a cem mil UFIR, duplicada em caso de reincidência.

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se nos sítios mantidos pelas empresas de comunicação social na Internet e demais redes destinadas à prestação de serviços de telecomunicações de valor adicionado.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 55, DE 1999

Requeiro à Mesa que , nos termos do Art. 74 c/c 75. do Regimento Interno , seja constituída Comissão Especial Interna , integrada por 11 (onze) membros para, no prazo de um ano , promover estudos e levantamentos visando estabelecimento de um sistema logístico de transporte , que seja integrado por portos e terminais conectados entre si por meio de linhas regulares de navegação , operando como um sistema coordenado, na região do “Corredor Atlântico do MERCOSUL” , que integra todo o sistema portuário, marítimo e hidroviário da América do Sul.

Tal postulação decorre do cenário atual de implementação da Lei Portuária nº 8.630 , e em consequência das privatizações ferroviária, já executadas, e portuária , em curso , bem como da necessidade premente de integração das diversas sub-regiões do país , aos já resultados econômicos fantásticos , decorrentes da paulatina implantação do MERCOSUL .

JUSTIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Uma substancial parte da população e da economia do MERCOSUL , localiza-se ao longo da costa atlântica da América do Sul , distribuindo-se por distâncias superiores à 5.000 km . Trata-se de uma grande economia , em termos absolutos, e como consequência , geradora de grandes fluxos de transportes , através de longas distâncias .

A maior parte deste transporte é realizado por rodovias , à custos elevados . A navegação hidroviária, costeira e os Portos , não sendo utilizados em escala significativa , em virtude de uma combinação de custos altos , mais elevados do que os rodoviários, atrasos , e falta de confiabilidade .

Recentemente , foi constituída uma organização privada , sem fins lucrativos , formada por empresas de navegação , portos , sindicatos , fundações de estudos oceânicos , etc. , com o objetivo de tornar competitivas as vias marítimas costeiras , e desta forma , capacitá-las à atrair alguns milhões de toneladas de carga , adicional , ano .

Os benefícios para os portos , as empresas de navegação , e para o MERCOSUL, sendo óbvios . Por exemplo , a distante região Nordeste do Brasil, se tornaria um verdadeiro participante do MERCOSUL , em lugar de marginal , como na situação presente .

A DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

A distribuição da população sobre o território da América do Sul , não é homogênea . Uma grande parte da mesma , está concentrada nas zonas costeiras , enquanto a parte central do continente apresenta uma baixa densidade demográfica , abaixo de 1 (um) hab/km² .

A população total é de aproximadamente 320 milhões , dos quais cerca de 60% pertence aos países do MERCOSUL , e está , predominantemente , localizada em sua costa atlântica , ao longo de 5.000 Km .

A GEOGRAFIA DA ECONOMIA DO MERCOSUL

O MERCOSUL constitui uma grande economia , com um PIB na faixa de 1 (um) trilhão de dólares/ano , e a maior parte desta produção , é gerada ao longo de sua costa atlântica .

No caso do Brasil , quase todos os seus maiores centros urbanos , se localizam no interior de uma faixa litorânea , com cerca de 600 km de largura .

Segundo uma visão simplificada , é possível discernir-se três sub-regiões, ao longo da costa atlântica , às quais contém , o grosso da economia do MERCOSUL :

- O Norte-Nordeste do Brasil , com uma população aproximada de 50 milhões e um PIB próximo de 100 bilhões de dólares/ano .
- O Sul-Sudeste do Brasil , com população próxima de 80 milhões e concentrando a maior parte da economia do país .
- A região do Rio do Prata , compreendendo a grande Buenos Aires , e grande Montevidéu , próxima ao Atlântico , e Assunção , rio acima .

É relevante destacar que a distância entre o Norte-Nordeste do Brasil , e a região do Rio do Prata , é muito grande , superior a 5.000 km , ao longo da costa atlântica .

A ECONOMIA DO MERCOSUL E O TRANSPORTE

O grande tamanho da economia do MERCOSUL , e as longas distâncias entre os seus diversos centros urbanos e industriais , geram consideráveis fluxos de transporte , sobre grandes distâncias .

Uma substancial parcela deste transporte é realizada por caminhões , através da rede viária da região . No caso brasileiro esta parcela se eleva à 70% da carga transportada . Como resultado inevitável , seu custo interno de transporte se situa entre os mais elevados do mundo : 60% acima dos USA , e o dobro do canadense.

Os volumes físicos transportados são muito grandes e em crescimento . Uma projeção para o Brasil aponta para 140 milhões de toneladas/ano , para o ano 2.000 , apenas para os fluxos interestaduais , de longa distância . Com a maior parte correndo ao longo da costa atlântica .

É relevante assinalar que o comércio , entre os membros do MERCOSUL , está crescendo rapidamente , tendo saltado de cinco para quinze bilhões de dólares/ano , em apenas cinco anos , originando volumes crescentes de transporte .

A utilização de rodovias em tal escala , agrupa custos elevados de transporte ao comércio e à produção , e prejudica o processo de integração econômica do MERCOSUL .

Um importante caso ; se refere à região Norte-Nordeste do Brasil . Esta grande economia está muito distante da região do Rio do Prata , quase 5.000 Km , para conseguir fazer face com elevados custos de uma integração baseada , quase que , exclusivamente , em transporte rodoviário .

Neste ponto , uma questão óbvia se coloca : porque a navegação costeira , um modo de transporte intrinsecamente mais econômico , não é utilizado , em larga escala , ao longo da costa atlântica da América do Sul ?

Todos os elementos , físicos e geográficos , para este desenvolvimento , estão presentes : a economia e a população do MERCOSUL , distribuídas ao longo da costa atlântica , e grandes tonelagens , a serem transportadas por longas distâncias .

Uma resposta simples, possivelmente, seria que desde os anos 50, as políticas governamentais (este é o caso do Brasil), basicamente, favoreceram o transporte rodoviário, como um estímulo ao desenvolvimento de uma forte indústria automotiva local. Portos e ferrovias foram então rebaixados a níveis de prioridades menor, e esta situação permaneceu por longo tempo, com aqueles setores recebendo poucos investimentos, controlados pelo Estado, e obsoletos, quase que sob todos os aspectos.

Como resultado, atualmente, na maior parte dos casos, é mais barato, rápido e confiável, utilizar-se o transporte rodoviário, ao invés das (em outras circunstâncias) alternativas mais lógicas.

A INICIATIVA DO CORREDOR ATLÂNTICO DO MERCOSUL

Esta iniciativa objetiva agilizar e facilitar o processo de integração entre os países do MERCOSUL, com base no presente programa de privatização de instalações portuárias, patrocinado pelo governo federal.

O objetivo da iniciativa é simplesmente a transferência de algumas dezenas de milhões de toneladas de carga, do sistema rodoviário, para o mar, para um sistema de navegação costeira.

Objetivando alcançar tais resultados, vários portos, localizados sobre a costa do Atlântico Sul, decidiram somar esforços, e recentemente fundaram o “Consórcio do Corredor Atlântico do MERCOSUL”.

Os principais apoiadores da iniciativa foram as seguintes entidades, portos, e organizações de transporte:

Manaus, Belém, São Luiz, Suape, Salvador, Vitória, Corredor CENTROLESTE, Rio de Janeiro e Imbituba – Brasil
Consorcio de Gestión del Puerto de Bahia Blanca e Administración General de Puertos S.E - Puerto de Buenos Aires – Argentina
Administración Nacional de Puertos - Montevideo – Uruguai
Ministério das Relações Exteriores – Paraguai

As entidades acima mencionadas, decidiram que, para alavancar os seus objetivos, os portos deveriam desempenhar uma série de papéis, tais como:

- Agir como um centro regional de coordenação , entre as redes terrestres locais de transportes , e a navegação costeira . Para tanto , organizando um sub-sistema de transporte integrado , multimodal , monitorado pelo porto .
- Estruturar uma associação operacional , entre os diversos portos , objetivando o desenvolvimento de operações integradas porta-a-porta entre as suas respectivas zonas de influência , através da navegação costeira .
- Atuar localmente como centro de promoção de comércio e investimento .

Estas , entre diversas outras , serão as principais tarefas do Consórcio . O resultado final destas ações , sendo a construção de um grande sistema multimodal integrado , conectando uma , atualmente , dispersa coleção de rodovias , ferrovias , portos , e linhas de navegação ,formando uma plethora de elos integrados porta-a-porta , servindo toda a costa do Atlântico Sul , operando a custos inferiores ao da alternativa rodoviária , e oferecendo serviços pontuais e confiáveis .

O sistema incluirá as hidrovias do Paraguai e do Amazonas , desta forma penetrando profundamente o Continente Sul-Americano . É relevante assinalar, que esta iniciativa deve ser fortemente suportada por sistemas de telecomunicações e processamento de dados .

UM MACRO OBJETIVO SOCIAL

O desemprego vem crescendo , atualmente à nível mundial . A situação , na América do Sul , não é exceção . Além disto , o tamanho da população pobre do continente , já é muito grande . Vastas quantidades de empregos devem ser criados , a ritmo intenso , para absorver esta grande massa de pessoas em estado de necessidade .

A atual população do mundo , no nível de 5.6 bilhões de pessoas , caminha rumo à 10 bilhões por volta do ano 2.030 . Este enorme crescimento , já está sobrecarregando as fontes usuais de alimentos , energia , e matérias prima em geral .

A região central da América do Sul , constitui uma vasta e rica reserva de recursos naturais , dependendo , para ser desenvolvida da organização de um sistema de transporte racional , de baixo custo .

O casamento entre uma demanda internacional crescente , recursos naturais , uma força de trabalho ociosa , e sistemas de transporte apropriados , é capaz de produzir um forte e consistente processo de criação de empregos , suficientemente poderoso para transformar as realidades sociais da América do Sul , em poucas décadas .

O “Corredor Atlântico do MERCOSUL” em associação com outras iniciativas , no Brasil , como por exemplo o projeto do “Corredor CENTROLESTE” (que lhe serviu como inspirador) , objetiva prestar , também , uma contribuição neste sentido .

REPERCUSSÃO MINISTERIAL E DE GOVERNOS

Todas as ações propostas por este novo “Corredor Atlântico do MERCOSUL”, têm sido fortemente apoiadas por alguns Ministérios , tais como o Ministério das Relações Exteriores , que além de apoiar ao Acordos Internacionais , tem , promovido através de sua Embaixada na Argentina , diversos seminários e reuniões empresariais , bem como reuniões técnicas-operacionais , com as diversas entidades envolvidas , e autoridades governamentais , visando integrar as ações propostas , pelo Consórcio que gerencia este Corredor .

A SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República , hoje na coordenação de um importantíssimo projeto à nível nacional , o Cenário - Brasil 2.020 , tem inserido , também , em seu projeto as considerações deste Corredor , principalmente na dimensão espacial .

O Ministério dos Transportes , vem apoiando e acompanhando passo as ações deste novo Corredor , o Atlântico do MERCOSUL , principalmente , pela sua integração ao já bem sucedido Corredor CENTROLESTE .

Também , os países do MERCOSUL , através de suas Representações Diplomáticas , não têm faltado em apoio e entusiasmo ao projeto em pauta , que consideram de fundamental importância para o desenvolvimento de seus países , bem como o incremento da economia do MERCOSUL .

Considerando o exposto , e confirmando que o próprio Governo federal confere importância prioritária à consolidação deste Corredor de Transporte, como instrumento efetivo para :

- promover a formação de um verdadeiro “Corredor Atlântico do MERCOSUL” , integrado por portos e terminais conectados entre si por meio de linhas regulares de navegação , operando como um sistema coordenado .

- atrair o investimento privado para os portos , a navegação , e para as instalações de apoio ao sistema .
- a integração eficiente destes portos com suas respectivas interlândias, através de redes ferroviárias , rodoviárias e hidroviárias eficientes .
- a gradual redução dos custos de transportes entre as diversas sub-regiões , segundo um conceito “porta-a-porta”, através da transferência para a navegação , dos grandes volumes de carga que circulam ao longo da faixa costeira através das rodovias .
- a dinamização das trocas econômicas entre as diferentes regiões envolvidas , em especial entre os extremos Norte-Nordeste e a Patagônia.
- a transformação dos portos , em polos de desenvolvimento econômico regional e centros ativadores do comércio e do investimento para as suas regiões de influência .
- a criação de zonas portuário-industriais que se beneficiem da presença dos portos .
- o planejamento do desenvolvimento ecológico , urbanístico e social das zonas portuárias , objetivando a proteção e recuperação do patrimônio ambiental , o desenvolvimento equilibrado da infra-estrutura urbana local , e a incorporação planejada da população dos municípios portuários no processo .

Tudo isto , e a abrangência dos resultados que podemos esperar das ações deste Corredor , principalmente considerando os esforços desenvolvidos pelo Governo Federal visando a promoção do comércio exterior, cuja base principal é a logística de transportes, tem uma magnitude , que justifica plenamente a proposta por nós oferecida à consideração de Vossas Excelências, de se criar no Senado Federal uma comissão especial para promover estudos, levantamentos, seminários, que visem o estabelecimento de toda uma logística de transportes na área do “Corredor Atlântico do MERCOSUL”, principalmente considerando o novo cenário de privatização portuária em curso no país , contribuindo para a consolidação efetiva desse fundamental eixo de desenvolvimento .

CONCLUSÃO

Acolhido o Requerimento , o Senado Federal terá a oportunidade ímpar , porque pioneira , de oferecer à Nação as evidências de como podem ser harmônicos e até mesmo interativos os Poderes do Estado , quando sobressaem a toda e qualquer reivindicação setorial os interesses superiores de toda Nação .

Senado Federal, 3 de março de 1999

Senadora *Luzia Toledo*

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 6, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lido o seguinte:

Requerimento Nº 56, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II do art. 336, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Resolução nº 10, de 1999, que autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor de US\$757.570,000.00, de principal entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, na modalidade de ajuste setorial, da Previdência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro International ao Brasil.

Sala das Sessões, 3 de março de 1999. – **Mozarildo Cavalcanti** – **Jader Barbalho** – **Sérgio Machado** – **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.710-7, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Djalma Bessa	Hugo Napoleão
José Agripino	Romeu Tuma
	PMDB
Jader Barbalho	Iris Rezende
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Fábio Hartung	Lúdio Coelho

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

Maria Silva Antonio Carlos Valadares
PPB

Leonor Quintanilha Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares **Suplentes**
PFL

Luciano Pizzatto Carlos Melles
Pauderney Avelino Ciro Nogueira

PSDB

Eduardo Barbosa Marinha Raupp
Lino Rossi Sebastião Madeira

Bloco (PMDB/PRONA)

Freire Júnior Márcio Bittar
Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Genoíno Fernando Ferro
PPB

Celson Russomanno Nelo Rodolfo

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista
Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista
Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.711-7, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Acresce dispositivo às Leis nºs 9.526, de 8 de dezembro de 1997, e 9.496, de 11 de setembro de 1997".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Djalma Bessa	Geraldo Althoff
Moreira Mendes	Carlos Patrocínio

PMDB		nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:	
Jader Barbalho	Iris Rezende		
Nabor Júnior	Carlos Bezerra		
PSDB		SENADORES	
Osmar Dias	Lúdio Coelho	Titulares	Suplentes
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
Marina Silva	Antonio Carlos Valadares	Carlos Patrocínio	Bello Parga
	PPB	Bernardo Cabral	Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim	Jader Barbalho	Iris Rezende
		Nabor Júnior	Carlos Bezerra
DEPUTADOS		PSDB	
Titulares	Suplentes	Lúcio Alcântara	Artur da Távola
	PFL		Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)
Darci Coelho	Laura Carneiro	Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
Jaime Fernandes	Pauderney Avelino		PPB
	PSDB	Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim
Aécio Neves	Marcio Fortes		DEPUTADOS
Aloysio Nunes Ferreira	Jutahy Junior	Titulares	Suplentes
	Bloco (PMDB/PRONA)		
Milton Monti	Hermes Parcianello	PFL	
	Bloco (PT/PDT/PC do B)	Ursicino Queiroz	Laura Carneiro
José Genoíno	Fernando Ferro	Ronaldo Caiado	Benedito Dias
	PPB		PSDB
Enivaldo Ribeiro	Zé Índio	Carlos Mosconi	Arnon Bezerra
		Sebastião Madeira	Fátima Pelaes
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		Bloco (PMDB/PRONA)	
Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista		Armando Abílio	
Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista		Darcísio Perondi	
Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade		Bloco (PT/PDT/PC do B)	
Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista		José Genoíno	
Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional		Fernando Ferro	
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.718-5, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Acresce parágrafo ao art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento".		PPB	
De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução		Alcione Athayde	
		Robério Araújo	
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		Até 3-3-99 – designação da Comissão Mista	
Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista		Até 4-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade	
Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista		Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional	
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.785-2, adotada			

em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito extraordinário no valor de R\$ 2.932.395.868,00, para os fins que especifica".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Hugo Napoleão Edison Lobão	Francelino Pereira Freitas Neto
	PMDB
Jader Barbalho Nabor Júnior	Iris Rezende Carlos Bezerra
	PSDB
Carlos Wilson	Artur da Távola
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)
Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
	PPB
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Aroldo Cedraz José Carlos Coutinho	Carlos Melles Luciano Pizzatto
	PSDB
Alberto Goldman Sérgio Carvalho	Eduardo Barbosa Sebastião Madeira
	Bloco (PMDB/PRONA)
José Priante	Laire Rosado
	Bloco (PT/PDT/PC do B)
José Genoíno	Fernando Ferro
	PPB
Nilton Baiano	Robério Araújo

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista
Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista
Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.786-2, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 17 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, renumerado para o art. 20, nos termos da Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Hugo Napoleão Edison Lobão	Francelino Pereira Freitas Neto
	PMDB
Jader Barbalho Nabor Júnior	Iris Rezende Carlos Bezerra
	PSDB

Luiz Pontes	Luzia Toledo
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)
Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
	PPB
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Pauderney Avelino	Zila Bezerra
José Melo	Raimundo Santos
	PSDB
Arthur Virgílio	Antônio Feijão
Luiz Ribeiro	Luciano Castro
	Bloco (PMDB/PRONA)
Jorge Costa	Confúcio Moura
	Bloco (PT/PDT/PC do B)
José Genoíno	Fernando Ferro

PPB

Gerson Peres Luiz Fernando
 De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:
 Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista
 Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista
 Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade
 Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista
 Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.787-2, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Altera e acresce dispositivos ao Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, às Leis nºs 5.972, de 11 de dezembro de 1973, e 9.636, de 15 de maio de 1998, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Hugo Napoleão	Francelino Pereira
Edison Lobão	Freitas Neto
	PMDB
Jader Barbalho	Iris Rezende
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Carlos Wilson	Osmar Dias
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
	PPB
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Aracely de Paula	Robson Tuma
Arolde de Oliveira	Gervásio Silva

PSDB

Aécio Neves	Marcio Fortes
Aloysio Nunes Ferreira	Jutahy Junior
Bloco (PMDB/PRONA)	
Barbosa Neto	José Chaves
Bloco (PT/PDT/PC do B)	
José Genoíno	Fernando Ferro
PPB	
Telmo Kirst	Simão Sessim
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria: Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional	

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.789-2, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Bello Parga	Edison Lobão
Freitas Neto	Jonas Pinheiro
	PMDB
Jader Barbalho	Iris Rezende
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
José Roberto Arruda	Artur da Távola

Titulares	Suplentes
	PFL
Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
	PPB
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim

DEPUTADOS		Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Titulares	Suplentes	Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
	PFL		PPB
Rubem Medina Eliseu Resende	Maluly Netto Pauderney Avelino	Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim
PSDB		DEPUTADOS	
Antonio Carlos Pannunzio Yeda Crusius	Ayrton Xerez Nicias Ribeiro	Titulares	Suplentes
Bloco (PMDB/PRONA)		PFL	Silas Câmara Antônio Geraldo
Fernando Diniz	Freire Júnior	Aécio Neves Aloysio Nunes Ferreira	Marcio Fortes Jutahy Junior
Bloco (PT/PDT/PC do B)		Bloco (PMDB/PRONA)	
José Genoíno	Fernando Ferro	Edinho Araújo	José Chaves
	PPB	Bloco (PT/PDT/PC do B)	
Delfim Netto	João Pizzolatti	José Genoíno	Fernando Ferro
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:		PPB	
Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista		Herculano Anghinetti	
Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista		Airton Cascavel	
Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade		De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:	
Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista		Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista	
Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional		Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista	
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.792-2, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional e dá outras providências".		Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade	
Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista		Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista	
Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional		Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional	
O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.794-10, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências".		O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.794-10, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, e 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências".	
De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:		De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:	
SENADORES			
Titulares	Suplentes	SENADORES	
	PFL	Titulares	Suplentes
Geraldo Althoff José Agripino	Bello Parga Hugo Napoleão	PFL	
	PMDB		
Jader Barbalho Nabor Júnior	Iris Rezende Carlos Bezerra	Romeu Tuma Edison Lobão	Hugo Napoleão Moreira Mendes
	PSDB		
José Roberto Arruda	Lúdio Coelho		

Jader Barbalho	PMDB	Iris Rezende	1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:
Nabor Júnior		Carlos Bezerra	
Pedro Piva	PSDB	Lúcio Alcântara	SENADORES
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)			Suplentes
Marina Silva		Antonio Carlos Valadares	Hugo Napoleão
PPB			Francelino Pereira
Leomar Quintanilha		Ernandes Amorim	Freitas Neto
DEPUTADOS		Jader Barbalho	Iris Rezende
Titulares		Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PFL	Sergio Machado	Osmar Dias
Antônio Geraldo		Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Vilmar Rocha		Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
PSDB		Francisco Rodrigues	PPB
João Castelo		Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim
Salvador Zimbaldi			
			DEPUTADOS
Titulares		Suplentes	
Mendes Ribeiro Filho		Jorge Wilson	PFL
Bloco (PT/PDT/PC do B)			
José Genoíno		Zila Bezerra	Francisco Coelho
PPB		Jaime Fernandes	Expedito Júnior
Alcione Athayde			PSDB
		Aécio Neves	
		Aloysio Nunes Ferreira	
			Marcio Fortes
			Jutahy Junior

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

3-3-99 – designacão da Comissão Mista

Dia 4-3-99 - instalação da Comissão Mista

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.800-1, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-3-99 - designação da Comissão Mista

Dia 3-3-99 - designação da Comissão Mista

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 12/3/98 prazo final da Comissão Mista

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista
Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.801-10, adotada

em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Carlos Patrocínio	Hugo Napoleão
José Agripino	Bello Parga
	PMDB
Jader Barbalho	Iris Rezende
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Pedro Piva	José Roberto Arruda
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
	PPB
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Silas Câmara	Santos Filho
Manoel Castro	Deusdeth Pantoja
	PSDB
Aécio Neves	Marcio Fortes
Aloysio Nunes Ferreira	Jutahy Junior
Bloco (PMDB/PRONA)	
Pinheiro Landim	Saraiva Felipe
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Genoíno	Fernando Ferro
	PPB
Cunha Bueno	Herculano Anghinetti

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista

Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.802-2, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Carlos Patrocínio	Hugo Napoleão
Jonas Pinheiro	Edison Lobão
	PMDB
Jader Barbalho	Iris Rezende
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Lúcio Alcântara	Artur da Távola
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
	PPB
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Osvaldo Coelho	Laura Carneiro
Corauci Sobrinho	Betinho Rosado
	PSDB
Manoel Salviano	Arnon Bezerra
Raimundo Gomes de Matos	Eduardo Barbosa
Bloco (PMDB/PRONA)	
Jorge Alberto	Nair Xavier Lobo
Bloco (PT/PDT/PCdoB)	
José Genoíno	Fernando Ferro

PPB

Nilton Baiano

Antonio Joaquim Araújo

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista

Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.803-2, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Bernardo Cabral
Jonas Pinheiro

Freitas Neto
Geraldo Althoff

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Iris Rezende
Carlos Bezerra

PSDB

Lúdio Coelho

Carlos Wilson

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

Marina Silva

Antonio Carlos Valadares

PPB

Leomar Quintanilha

Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Expedito Júnior
Zila Bezerra

Celcita Pinheiro
Pedro Pedrossian Filho

PSDB

Basílio Villani
Marisa Serrano

Marinha Raupp
Odílio Balbinotti

Bloco (PMDB/PRONA)

Geddel Vieira Lima

Cesar Shirmer

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Genoíno

Fernando Ferro

PPB

Hugo Biehl

Edmar Moreira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista

Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.804-6, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$ 68.383.840.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

José Agripino
Geraldo Althoff

Hugo Napoleão
Djalma Bessa

PMDB

Jader Barbalho
Nabor Júnior

Iris Rezende
Carlos Bezerra

PSDB

Osmar Dias

Lúdio Coelho

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

Marina Silva

Antonio Carlos Valadares

PPB

Leomar Quintanilha

Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Manoel Castro Corauci Sobrinho	Francisco Coelho José Melo
	PSDB
Aécio Neves sAloysio Nunes Ferreira	Marcio Forte Jutahy Junior
	Bloco (PMDB/PRONA)
Edinho Bez	Múcio Sá
	Bloco (PT/PDT/PCdoB)
José Genoíno	Fernando Ferro
	PPB
Ricardo Izar	Simão Sessim

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista

Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.805-5, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, da Lei nº 5.627, de 1º de dezembro de 1970, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
José Agripino Edison Lobão	Francelino Pereira Freitas Neto
	PMDB
Jader Barbalho Nábor Júnior	Iris Rezende Carlos Bezerra
	PSDB
Sergio Machado	Osmar Dias

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

Marina Silva	Antônio Carlos Valadares
	PPB

Leomar Quintanilha
Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL

Jorge Khoury	José Melo
Gervásio Silva	Pedro Bittencourt

PSDB

Aloysio Nunes Ferreira	Mário Negromonte
Arthur Virgílio	Roberto Brant

Bloco (PMDB/PRONA)

Jurandil Juarez	Igor Avelino
	Bloco (PT/PDT/PCdoB)

José Genoíno	Fernando Ferro
	PPB

Odelmo Leão	Gerson Peres
	De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista

Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.806-4, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Jonas Pinheiro	Hugo Napoleão

Março de 1999

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 4 04153

José Agripino
PMDB
Bernardo Cabral

Jader Barbalho
Nabor Júnior
PSDB
Iris Rezende
Carlos Bezerra

Lúcio Alcântara
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)
PFL
Lúdio Coelho

Marina Silva
PPB
Antônio Carlos Valadares

Leomar Quintanilha
DEPUTADOS
Ernandes Amorim

Titulares
PFL
José Carlos Aleluia
Inocêncio Oliveira

PSDB
Roberto Pessoa
Betinho Rosado

Jovair Arantes Alberto Goldman
Marisa Serrano Pedro Henry

Bloco (PMDB/PRONA)
João Henrique Armando Monteiro

Bloco (PT/PDT/PC do B)
José Genoíno Fernando Ferro

PPB
Roberto Balestra João Tota

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista
Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.807-1, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PA-SEP e sobre o lucro líquido, do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares
PFL
Hugo Napoleão
Edison Lobão

Francelino Pereira
Freitas Neto

PMDB
Jader Barbalho
Nabor Júnior
Iris Rezende
Carlos Bezerra

PSDB
Antero de Barros
Osmar Dias

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)
Marina Silva Antonio Carlos Valadares

PPB
Leomar Quintanilha Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares
PFL
Medeiros
Celcita Pinheiro

Paulo Marinho
Paulo Octávio

PSDB
Aécio Neves
Aloysio Nunes Ferreira

Marcio Fortes
Jutahy Junior

Bloco (PMDB/PRONA)
Euler Morais Olavo Calheiros

Bloco (PT/PDT/PC do B)
José Genoíno Fernando Ferro

PPB
Gerson Peres Arnaldo Faria de Sá

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista
Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.811, adotada em 25 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 26 do mesmo mês e ano, que "Estabelece critérios para consolidação, a assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Freitas Neto	Edison Lobão
Francelino Pereira	Bello Parga
	PMDB
Jader Barbalho	Iris Rezende
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB
Romero Jucá	Paulo Hartung
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
	PPB
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Cesar Bandeira	Pedro Pedrossian Filho
Santos Filho	Francisco Rodrigues
	PSDB
Aécio Neves	Marcio Fortes
Aloysio Nunes Ferreira	Jutahy Junior
Bloco (PMDB/PRONA)	

Geddel Vieira Lima	Cezar Schirmer
Bloco (PT/PDT/PC do B)	
José Genoíno	Fernando Ferro
	PPB
Odelmo Leão	Gerson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista

Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista

Até 3-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 12-3-99 – prazo final da Comissão Mista

Até 27-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.812-9, adotada em 26 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Hugo Napoleão	Francelino Pereira
Edison Lobão	Bello Parga
	PMDB
Jader Barbalho	Fernando Bezerra
Nabor Júnior	Carlos Bezerra
	PSDB

Sergio Machado	Osmar Dias
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)	
Marina Silva	Antonio Carlos Valadares
	PPB
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	PFL
Inocêncio Oliveira	Arolde de Oliveira
José Carlos Aleluia	José Carlos Coutinho
	PMDB
Geddel Vieira Lima	Milton Monti
Cezar Schirmer	Fernando Diniz
	PSDB
Antonio Carlos Pannunzio	Eduardo Barbosa

Março de 1999

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 4 04155

	PT	José Carlos Aleluia	José Carlos Coutinho
Marcelo Déda	Fernando Ferro	PMDB	
PPB	Geddel Vieira Lima	Milton Monti	
Gerson Peres	Cezar Shimer	Fernando Diniz	
	PSDB		
	Sérgio Carvalho	Eduardo Barbosa	
	PT		
	Marcelo Déda	Fernando Ferro	
	PPB		
	Odelmo Leão	Gerson Peres	
		De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:	
		Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista	
		Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista	
		Até 4-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade	
		Até 13-3-99 – prazo final da Comissão Mista	
		Até 28-3-99 – prazo no Congresso Nacional	
		O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.813-1, adotada em 26 de fevereiro de 1999 e publicada no dia 27 do mesmo mês e ano, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 183.000.000,00, para os fins que especifica".	
		De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:	
		SENADORES	
Titulares	Suplentes		
Hugo Napoleão	Francelino Pereira		
Edison Lobão	Freitas Neto		
	PMDB		
Jader Barbalho	Fernando Bezerra		
Nabor Júnior	Carlos Bezerra		
	PSDB		
Sergio Machado	Osmar Dias		
	Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
Marina Silva	Antonio Carlos Valadares		
	PPB		
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim		
		DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes		
Inocêncio Oliveira	Arolde de Oliveira		

PPB	
Leomar Quintanilha	Ernandes Amorim
DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PFL	
Inocêncio Oliveira	Arolde de Oliveira
José Carlos Aleluia	José Carlos Coutinho
PMDB	
Geddel Vieira Lima	Milton Monti
Cezar Schirmer	Fernando Diniz
PSDB	
Carlos Mosconi	Arnon Bezerra
PT	
Marcelo Déda	Fernando Ferro
PPB	
Odélio Leão	Gerson Peres

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 3-3-99 – designação da Comissão Mista
Dia 4-3-99 – instalação da Comissão Mista

Até 4-3-99 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 13-3-99 – prazo final da Comissão Mista
Até 28-3-99 – prazo no Congresso Nacional

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a, que dispõe de cinco minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO). Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, li, hoje, pela manhã, com surpresa, entrevista concedida pelo Vice-Presidente do TST, Ministro Almir Pazzianotto, em que faz críticas ao Presidente do Senado Federal. Pelo teor equivocado das declarações do Sr. Pazzianotto e pelo conteúdo injusto das palavras proferidas por ele, eu não poderia deixar de manifestar a minha indignação e o meu repúdio, num gesto de desagravo ao Presidente do Senado Federal.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Senador Antonio Carlos Magalhães tem uma vida marcada por lutas e vi-

tórias. O Brasil inteiro conhece o trabalho desenvolvido por S. Ex^a em seu Estado, a Bahia. Foi S. Ex^a, enquanto Governador, quem reorganizou administrativa e financeiramente a Bahia, fazendo daquele Estado um dos que mais crescem hoje no Brasil e um dos mais respeitados política e culturalmente.

Quando assumiu postos importantes na República também teve um desempenho brilhante. Com muita coragem pessoal, impondo seu prestígio e a força de seu ideal, insurgiu-se sempre contra questões que feriam o povo brasileiro, especialmente o povo mais pobre.

Se no decorrer dos anos tragédias abateram sobre sua vida, foi fruto dos desígnios de Deus, foi algo absolutamente distante do nosso alcance e de nosso próprio entendimento. Mas as tragédias só abatem os fracos. Os fortes, como Antonio Carlos Magalhães, apenas tiram delas lições e mais força para continuar a luta contra as desigualdades e injustiças que ainda imperam neste País.

A proposta de rediscussão do papel dos Tribunais brasileiros, inclusive com a possibilidade de extinção de alguns deles, é apenas mais uma justa luta encampada pelo Presidente desta Casa com muito idealismo. Esse é um tema altamente pertinente e momentoso. Num instante em que o País discute o urgente ajuste de suas contas públicas, a questão dos Tribunais tem que ser levantada aqui no Senado e discutida com todo o povo brasileiro. Não é mais possível permitirmos que verdadeiros mamutes, que pagam os melhores salários do Brasil, prestando um serviço que, na maioria das vezes, deixa a desejar, não dêem a sua parcela de contribuição à Pátria neste momento.

Pensar diferente disso é que é falta de equilíbrio. Pensar diferente disso é que é falta de patriotismo, de desprendimento e de preocupação com o social.

Mexer com os Tribunais no Brasil é como mexer num vespeiro. É atacar fundo a maior reserva de privilégios existente hoje no País. Mas o Senado Federal tem a obrigação de abraçar a tese esposada e levantada pelo Presidente desta Casa e de abrir essa discussão com o Brasil, não descartando, em nenhuma hipótese, proposições inclusive de extinção de alguns Tribunais.

E falo isso muito à vontade, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores. Na minha passagem pelo Governo de Goiás, travei uma luta hercúlea com todos os Tribunais do meu Estado, fazendo-os ver que deveriam reduzir gastos, e todos eles reduziram os seus gastos. Quando Governador do meu Estado,

propus também a fusão dos dois Tribunais de Contas existentes. Sr. Presidente, no Estado, há apenas dois Tribunais de Contas com a função de fiscalizar. A Assembléia do meu Estado apoiou essa sugestão, mas o Supremo Tribunal Federal não a aceitou.

Apresentarei uma emenda no Senado, propondo que, em todos os Estados brasileiros onde haja dois Tribunais de fiscalização, seja feita a sua fusão em um só. Não há justificativa para que haja em qualquer Estado dois Tribunais de fiscalização de contas do Governo e dos Municípios.. Quando Deputado Federal Constituinte, fui um dos autores da emenda que proíbe a criação de novos Tribunais de Contas em nosso País. Precisava dar um basta nessa criação exagerada de tribunais.

Ao terminar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero propor à Mesa Diretora desta Casa que seja feita, à revelia do Presidente, uma nota de repúdio às declarações do Ministro Pazzianotto, que feriram não apenas a figura do Presidente, mas todo Colegiado de Senadores.

Registro mais uma vez a minha solidariedade e o meu apoio ao Presidente do Senado Federal pelo seu talentoso trabalho.

Sr. Presidente, é muito clara a Constituição Brasileira, em seu art. 53:

"Os Deputados e Senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos".

De forma que apresento esta minha sugestão de uma nota de repúdio ao Presidente do TST, pelas declarações infelizes e inoportunas do Ministro Pazzianotto.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Antes de conceder a palavra ao Senador José Eduardo Dutra para uma comunicação inadiável, quero agradecer a V. Ex^a, Senador Maguito Vilela, pelas palavras, bem como ao Senador Luiz Estevão, que não tive a oportunidade e o prazer de ouvir, e dizer a V. Ex^as que em tempo oportuno usarei a tribuna para tratar deste assunto em minúcia.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, por cinco minutos:

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva em seguida para uma comunicação de liderança.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Se o Senador Edison Lobão for tratar desse último assunto, posso inverter com S. Ex^a, porque o meu seria outro tema.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero falar, neste instante, como Senador pelo meu Estado e como Líder do meu Partido. Considero, tanto quanto o Senador Maguito Vilela, uma grosseria despropositada do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.

V. Ex^a, Sr. Presidente, tem significado este poder. Em todos os instantes que em nome dele falou, falou com vistas ao seu engrandecimento. Tem honrado a alta magistratura do Congresso Nacional e nós, particularmente do meu Estado e do meu Partido, temos a alegria de tê-lo no nosso meio, como nosso companheiro na representação suprema do Congresso Nacional.

Quero apoiar, integralmente, a moção do Senador Maguito Vilela, por entender que tudo quanto V. Ex^a tem dito, sobretudo da alta tribuna do Congresso Nacional e desta, do Senado, é em nome do engrandecimento do Senado e do Poder Legislativo, que todos nós integramos.

Eram essas as palavras que gostaria de emitir neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Obrigado, nobre Líder, pelas suas palavras.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, utilizo-me deste horário da comunicação inadiável para fazer um registro de um fato extremamente preocupante e que está inclusive nos jornais do meu Estado de hoje e de segunda-feira.

O Brasil, recentemente, ficou chocado com o assassinato da Deputada Ceci, de Alagoas. Houve um episódio no Estado de Sergipe que pode até não ter fundamento, mas espero que as autoridades não aguardem a conclusão para ver se tem ou não fundamento. No jornal CINFORM, que é um jornal semanal de Sergipe, sai às segundas-feiras, há uma notícia de que na terça-feira da semana passada uma jornalista desse jornal, a jornalista Cássia Santana, estava conversando ao telefone do jornal com um empresário; nesse momento, surge uma linha cruzada e ouve-se uma voz que, segundo a jornalista,

ta, fez afirmações muito claras, repetindo, inclusive duas vezes, e que ela repassou imediatamente ao editor do jornal. A voz dizia o seguinte: "Aquele deputado **sub judice**, mate!". Há afirmação duas vezes dessa frase. E, mais adiante: "Aquele deputado **sub judice**, pode matar".

O jornal anuncia essa conversa.

Em Sergipe, existe apenas um deputado **sub judice**, o Deputado Estadual Joaldo Vieira Barbosa, do PMN, porque há um pedido de recontagem de votos no Tribunal Superior Eleitoral. O pedido de recontagem foi indeferido no TRE e está no TSE.

A partir daí, naturalmente, já começam as especulações. Em função até do episódio de Alagoas, começa-se a especular que o interessado na morte do Deputado seria o suplente.

Posso afirmar o seguinte: conheço o suplente do Deputado Joaldo Barbosa, o Sr. Arnaldo Bispo, que é irmão do Prefeito de Itabaiana, Luciano Bispo. Nem ele nem seu irmão têm temperamento violento, não têm quaisquer vinculações com o crime organizado.

Agora, é necessário que as autoridades do Estado apurem esse episódio. Segundo os jornais de hoje, inclusive, uma comitiva de Deputados Estaduais de Sergipe, liderada pelo Presidente da Assembléia, Deputado Reinaldo Moura, do PFL, foi à Secretaria de Segurança Pública pedir garantia de vida para o Deputado Joaldo Barbosa.

O Deputado Geraldo Moura, Presidente da Assembléia Legislativa, segundo o jornal, afirma que a denúncia tem que ser apurada pelos órgãos de segurança do Estado. Segundo ele existe a suspeita de ameaça de morte contra um Deputado e a Polícia tem que investigar para chegar à veracidade dos fatos. O fato é grave e precisamos tomar providências imediatas.

Concordo plenamente com o Deputado Geraldo Moura. Conheço também a jornalista Cássia Santana. Tenho certeza que ela seria incapaz de inventar uma história dessas. É possível que não tenha nenhum fundamento, é possível que seja trote, é possível tudo. O que não é possível é que as autoridades fiquem de braços cruzados e depois aconteça a tragédia e vá-se procurar os responsáveis pelo episódio.

Faço esse registro nesta Casa, porque é um assunto que está hoje em toda a imprensa do meu Estado e que, a meu ver, merece, efetivamente, um olhar mais cuidadoso por parte das autoridades de Sergipe.

Nem o Deputado Joaldo Barbosa nem o seu suplente são meus aliados políticos, são aliados mesmo do Governador. Mas acho que, na verdade, é uma suspeita de uma ameaça a um membro do Poder Legislativo. Esperamos que não venha a acontecer nada. É necessário que as autoridades tomem as devidas providências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 57, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro a Mesa Diretora do Senado seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST, á revelia do Senador Antonio Carlos Magalhães, nota de repúdio às declarações atacando o Presidente do Senado, publicadas pela imprensa.

Sala das Sessões, 3 de março de 1999. – Senador **Maguito Vilela**.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PARECER Nº 68, DE 1999

Escolha de Autoridade

Discussão, em turno único, do Parecer nº 68, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 74, de 1999 (nº 156/99, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Arminio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

Discussão do parecer em turno único.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE) – Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, com relação à aprovação do candidato à Presidência do Banco

Central, longamente sabatinado na semana passada, gostaria de fazer algumas considerações.

Não gostaria de discutir se é certo ou errado o convite feito ao Sr. Armínio Fraga para ocupar a Presidência do Banco. Essa questão é irrelevante diante do quadro econômico que o País enfrenta, até porque o Sr. Armínio Fraga é professor de uma das mais conceituadas universidades dos Estados Unidos, a Universidade de Columbia. Não acho cabível entrar nesse mérito, embora respeite a opinião daqueles que divergem.

A esse respeito, no entanto, há uma outra importante observação a ser feita. Na década de 30, quando os Estados Unidos enfrentavam a maior de suas crises, Roosevelt pensava em criar uma agência reguladora do mercado de capitais. Para dirigi-la, foi buscar o maior dos especuladores do país, que era Joseph Kennedy, pai do futuro Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy. Ele foi buscar alguém do mercado, alguém que entendia do mercado para regular o mercado especulativo. Em razão disso, sinto-me ainda menos autorizada a questionar a decisão das autoridades com relação ao Banco Central.

Feitas essas observações, gostaria de trazer à consideração dos Srs. Senadores outros aspectos que considero relevantes dentro do atual contexto econômico. Gostaria de dizer do clima de extrema instabilidade que vive a área financeira do mundo.

Para se ter uma idéia do que ocorre, calcula-se que hoje o somatório do dinheiro que muda diariamente de mãos no mercado financeiro internacional atinge a cifra de US\$1,5 trilhão, montante que equivale a quatro meses de todo o comércio mundial. Isto é, a economia do mundo não é mais movida pelo comércio do aço, de carros, de computadores ou de **commodities**, mas pelo comércio de moedas e ações. Tal fato transformou a economia global – especialmente os mercados emergentes da América Latina, Ásia e Europa do Leste – num imenso cassino, onde frios operadores do outro lado do mundo podem levar à falência repentina nações importantes, como a Coréia do Sul, o México e o Brasil.

Ou seja, no mundo presente prevalece a insegurança total. Por conta disso, hoje há quase um consenso quanto à premência de se estabelecer regras nesse mercado totalmente desregulado. Apesar desse consenso teórico, no entanto, nada se faz de prático em razão do voto ostensivo aos Estados Unidos, o maior beneficiário dessa insana desordem financeira.

Ora, quando se examina o caos que se implantou no mundo moderno, vemos que os países em

desenvolvimento que melhor se saíram foram aqueles que, apesar das pressões americanas, não abriram os seus mercados financeiros – tal é o caso da China e da Índia. Recentemente tivemos o caso emblemático da Malásia que, vendo o mercado despençar nos países vizinhos, resolveu espontaneamente se afastar do mercado financeiro globalizado que estava dizimando seus vizinhos, como a Indonésia e a Coréia do Sul. A Malásia, contrariando a onda global, adotou controle rígido do capital financeiro, inclusive fixando o câmbio. E o que aconteceu? Hoje, sua moeda está estável, as reservas cambiais cresceram e seu mercado de ações quase triplicou.

Outro exemplo é o do Chile, que incentiva o acesso de capitais de longo prazo, mas tributa o capital especulativo.

Alguns estudiosos preconizam a necessidade de se taxar a saída do capital especulativo; outros defendem a criação de um imposto global para desestimular a volatilidade do mercado.

As idéias são diferentes, mas prevalece um consenso: do jeito como está não pode ficar, sob pena de tudo o que está ocorrendo no Brasil e na Ásia, mais cedo ou mais tarde, voltar a acontecer.

Não obstante todas essas correntes de pensamento, o FMI se opõe arrogantemente a quaisquer desses controles. Prega o **laissez faire**, ou seja, o livre fluxo de capitais, privilegiando os especuladores e punindo impiedosamente as nações.

Em relação a esse mesmo FMI – cujas práticas e teorias são combatidas pelos mais renomados economistas do mundo – manifesta-se até mesmo Milton Friedman, o oráculo dos monetaristas, que afirmou em recente entrevista: "A ação do FMI está prejudicando os países aos quais ele está emprestando e beneficiando os estrangeiros que emprestaram a eles". Ou seja, sua opinião é de que o FMI traz mais estragos do que benefícios às nações que se submetem a seu receituário.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero deixar aqui a minha preocupação severa com os destinos do Brasil. Se seguirmos rigorosamente a política do FMI, corremos o risco de incorrer em grandes fracassos, como aconteceu com a Ásia e a Rússia.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, Sras e Srs. Senadores, conhecemos antecipadamente o resultado da votação do primeiro item da nossa pauta de hoje. Escusado dizer que sabemos que a indicação do Sr. Armínio Fraga vai ser aprovada. Isso poderia constituir motivo de desalento para nós da Oposição, para qualquer iniciativa de debate, de argumentação, visto que as nossas proposições, as nossas idéias, os nossos argumentos acabam caindo no vazio.

Sou de um tempo – estive nesta Casa pela primeira vez nos idos de 1975 – em que também se teve essa sensação. De nada valia criticar a ditadura militar de então, de nada valia buscarmos o embate de razões e de argumentos nesta Casa, porque prevalecia a regra – aliás, regra geral de todos os parlamentos – segundo a qual a minoria discute e a maioria vota.

No entanto, nem por isso nos deixamos vencer pelo desalento e continuamos falando sobre o assunto. Pela imprensa nossa voz não repercutia, coríamos até riscos de cassação, e parecia inútil tudo aquilo que dizíamos. Entretanto, foi crescendo, crescendo, crescendo a corrente de opinião contra a ditadura, e ela acabou sendo derrubada.

Assim é, Sr. Presidente, que, mesmo sabendo o resultado dessa votação, cumprimos nosso dever, pois acreditamos que ele tem uma dose de utilidade que compensa nosso esforço, nosso desgaste. Sei muito bem que não adianta falar em ética, pois ética não enche o bolso de ninguém. Porém, a eficácia imediatista traz muitas vantagens concretas para algumas pessoas que têm grande influência nas decisões do País.

Entretanto, devo e continuo falando que essa inversão de valores, essa depreciação da ética em favor da eficácia imediatista acaba produzindo, a longo prazo, efeitos absolutamente deletérios sobre a estruturação da sociedade brasileira. Essa atitude cínica generalizada de dizer que não tem sentido falar em moral quando se fala de governo, porque governo seria uma entidade eminentemente aética, que busca resultados e não o respeito a valores morais, isso produz um efeito péssimo, altamente destruidor sobre a sociedade brasileira, a partir da descrença do povo nas autoridades do País, de um modo geral, e, especialmente, na classe política, a que pertencemos.

E a violência, a corrupção, a injustiça, a chamada banalização da injustiça, a respeito da qual muitos têm falado, parece, de repente, ser uma coisa natural, inevitável. Diz-se que temos que compreender que a realidade do mundo é assim. Então,

é preciso, por exemplo, tributar os aposentados para ter dinheiro a fim de pagar os juros aos bancos, que, como os jornais noticiam hoje, tiveram os maiores lucros de sua história. Ora, não tem que ser assim. Há alternativas; é preciso construí-las, é preciso argumentar e chamar à razão aqueles que decidem sobre os destinos do País.

A designação do Sr. Armínio Fraga é um caso típico, emblemático, para usar a expressão muito em voga, porque ele foi o diretor da área internacional do Banco Central no Governo Collor. Foi ele quem construiu toda a abertura para os capitais especulativos neste País; foi o iniciador desse processo que, hoje, asfixia a nossa produção. Antes dele, os capitais tinham exigências de permanência mínima no País. Foi exatamente pela construção das resoluções do Banco Central, naquela época, que se arrombou aquela defesa e se permitiu o início de um processo que hoje está asfixiando a nossa produção e fazendo o Brasil se render à lógica do mercado. Tudo depende do mercado. Os governantes não podem tomar nenhuma decisão que, logo abaixo dela, vem um comentário a respeito do mercado, se o mercado gostou ou não. Se o mercado não gostou, aí meu Deus! Realmente, é o mercado quem manda, e ele é uma coisa impessoal, não se cristaliza em ninguém, é uma entidade acima dos governos, das normas éticas e de quaisquer outras valores que não sejam os interesses pecuniários que movem essa máquina demoníaca.

O Sr. Armínio Fraga, cujo talento ninguém nega, um ou dois meses depois de deixar a diretoria do Banco Central, foi alugar o seu talento e as informações que possuía sobre esse Banco e sobre a economia brasileira ao maior especulador internacional, o Sr. George Soros.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, ele tentou nos convencer de que poderia haver o bom e o mau especulador, o ético e o antiético, o maldoso e o bondoso. A mim, não me convenceu. Especulador é aquele que busca o resultado imediato da sua aplicação em seu próprio benefício e dos acionistas que ele representa, em prejuízo dos interesses da coletividade, no caso, da Nação brasileira. Com relação ao episódio da Tailândia, realmente, ele esteve à frente da especulação que derrubou a moeda, que iniciou todo o processo da crise asiática, que veio bater no Brasil de uma forma absolutamente negativa.

Ele iniciou esse processo e vai continuar. As suas declarações na Comissão e as suas entrevisas dão conta de que ele é um homem de mercado e contra qualquer tipo de controle. A Senadora Maria

do Carmo ainda levantou a hipótese de se estabelecer controles sobre capitais especulativos, mas sabemos que, da iniciativa dele, não partirá nenhum controle do fluxo de capitais ou das operações de câmbio. Promete elevar os juros nos próximos seis meses pelo menos; não disse que vai propor a venda do Banco do Brasil, mas deixou mais ou menos claro, para quem não é ingênuo, que ele é favorável à privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, liquidando, assim, as últimas peças estratégicas do Governo brasileiro no sistema financeiro. Enfim, começou e vai dar continuidade ao processo, que faz parte deste grande processo que é a marcha da insensatez no Brasil.

Lembro-me de ter lido, não faz muito tempo, um livro da historiadora americana Barbara Tuchman, intitulado *A marcha da insensatez*, onde sustentava que a ciência e a tecnologia evoluíram muito rapidamente, mas a arte de governar continuava tão cheia, tão recheada de insensatez como há mais de dois mil anos e demonstra com exemplos clássicos, ao longo da história, de decisões de governos que contrariam evidentemente os interesses da coletividade pelas quais deviam zelar.

O caso brasileiro é um desses casos. Todo o mundo está vendo que isso não vai dar boa coisa, entretanto, continuam a dizer que tem que ser assim porque senão o mercado vai deixar, isolar, retaliar e continuar mandando no Brasil e os brasileiros que se queixem ao bispo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Fazendo soar a campainha)

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PSB – RJ) – Já vou concluir, Sr. Presidente. Tenho escutado com muita atenção os discursos dos Senadores do PMDB: do Senador Jader Barbalho, Maguito Vilela e do meu velho companheiro de lutas, o admirável Senador Pedro Simon; e começo a querer acreditar que o PMDB, com a sua experiência, com a sua maturidade, está enxergando que essa situação não pode continuar, que é preciso começar a ensaiar uma resistência a essa marcha da insensatez, que vai acabar liquidando nossa economia. Porque tudo é contra a produção e a favor da especulação financeira; e sendo contra à produção é contra o emprego. E os índices de desemprego batem todos os recordes a cada mês. Então, aonde vamos chegar?

Sr. Presidente, quero crer – e encerro aqui, agradecendo a benevolência de V. Ex^a – que nós estamos próximos do fim dessa marcha de insensatez. Mas, infelizmente, hoje vamos presenciar mais um passo dessa marcha: a aprovação do Sr. Armí-

nio Fraga para a presidência do Banco Central, não obstante todo o seu talento e a sua competência de homem de mercado. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Sr. Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, durante a sabatina do Dr. Armínio Fraga, procuramos centrar o foco das nossas perguntas e das nossas intervenções em cima da relação promíscua que tem sido a regra do sistema financeiro nacional, juntamente com o Banco Central.

Infelizmente, o que prevalece em nosso País é a análise meramente cínica, é a visão – que foi brilliantemente definida pelo Senador Jefferson Péres desta mesma tribuna em sabatina ao Sr. Mendonça de Barros – da ética de resultados.

Não pretendo, nesta discussão de hoje, voltar de forma tão insistente a este assunto, até porque já vi que "dessa vaca não sai leite", mas gostaria de fazer uma análise da sabatina em si, de alguém que veio ser sabatinado pelos Senadores como candidato a Presidente do Banco Central, porque a Constituição obriga que haja essa sabatina, para que possa expor a sua visão, os seus conceitos e a linha de política monetária que vai adotar no nosso País.

Na sabatina, o Senador Roberto Freire disse que as respostas eram evasivas. Estive consultando os Anais e constatei que as respostas evasivas não eram apenas às perguntas feitas pelos Senadores da Oposição. Vários Senadores têm usado essa tribuna para criticar a política de juros altos, para dizer que a continuidade dessa política é a destruição do Brasil, que a continuidade dessa política levará o Brasil para o buraco, que nenhum país do mundo pode conviver com taxa de juros dessa magnitude por tão longo tempo.

Vamos à pergunta sobre juros, feita pelo Senador Carlos Bezerra:

"V. S^a. disse que pretende, no segundo semestre, retornar os juros aos patamares anteriores, quer dizer, a quase 30% ao ano, o que considero ainda muito nocivo para o nosso País. Eu esperava uma atitude mais robusta de V. S^a."

Mesmo com essa afirmação extremamente tímida do Senador Carlos Bezerra, Sr. Armínio Fraga fez questão de desmentir.

"Com relação à questão dos juros, eu não me recordo de ter dito que eles iriam retornar ao patamar anterior."

Então, o Senador Carlos Bezerra retrucou:

"No segundo semestre, V. Ex^a afirmou."

E o Sr. Armínio Fraga:

"Não, em relação ao segundo semestre, eu disse que esperava já uma retomada, uma recuperação da economia. Com relação aos juros, espero que eles caiam no futuro."

No futuro, possivelmente, todos nós estaremos mortos.

Mais à frente, o mesmo Senador Carlos Bezerra, em relação à dívida:

"Temo pelo prazo; veja bem, em novembro, a dívida era de R\$378 bilhões, para este trimestre deve ficar em R\$423 bilhões, são R\$45 bilhões a mais de novembro para este trimestre. Não sei se o Brasil, com essa política que V. S^a apontou, vai conseguir superar a dificuldade. Acho impossível e gostaria de que V. S^a me explicasse melhor."

No que respondeu o Sr. Armínio Fraga:

"Vai superar sim e a conta tem que ser feita na ponta do lápis."

Foram perguntas de Senadores da base governista.

Com relação à pergunta insistente feita ao Sr. Armínio Fraga sobre a privatização do Banco do Brasil pelos Senadores Sebastião Rocha, Roberto Freire, Heloísa Helena e Ademir Andrade, o que disse o Sr. Armínio Fraga? Optou até pela gozação:

"O assunto Banco do Brasil tem sido levantado com tanta freqüência que estou começando a ficar curioso sobre o porquê."

Essa foi a resposta do Sr. Armínio Fraga, que considero evasiva porque ele estava com medo de perder um ou outro voto de Senadores da base governista caso declarasse claramente a sua opinião, que é a de privatização do Banco do Brasil. Hoje, aliás, pela manchete de **O Globo**, deduz-se que a opinião não é apenas dele, mas também do Ministro Pedro Malan.

E quero reforçar o que eu disse ontem ao comentar aparte do Senador Jader Barbalho. A postura do Governo em relação à privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e da Petrobrás é diferente daquela relativa à Companhia Vale do Rio Doce, quando bastou uma decisão do Conselho Na-

cional de Desestatização. No caso do Banco do Brasil, da Petrobrás e da Caixa Econômica, a lei proíbe. Quero, inclusive, fazer uma correção: ontem fiz referência aqui à Lei nº 8.031. Como a capacidade legiferante do Executivo é tão grande, eu até não tinha conhecimento de que a Lei nº 8.031 já havia sido revogada pela Lei nº 9.491, que também teve origem em uma Medida Provisória. E a Lei nº 9.491, no seu art. 3º, diz que não se aplica o dispositivo dessa Lei, portanto, privatização ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; da mesma forma que a lei que regulamentou a quebra do monopólio estabelece de forma explícita que a União manterá o controle acionário da Petrobras.

Portanto, o Governo vai precisar de autorização do Congresso para mudar a lei. E espero urgentemente esse debate na Casa, caso ele venha, para ouvir as manifestações do PMDB e do PFL da Bahia.

Mas, Srs. Senadores, o mais grave não é isso. As notas taquigráficas mostram que o Sr. Armínio Fraga mentiu na Comissão de Assuntos Econômicos. V. Ex^as devem estar lembrados que indaguei de S.S^a qual era a natureza das informações privilegiadas que ele havia obtido nesse período antes de ser sabatinado pelo Senado, na condição de Assessor do Sr. Ministro da Fazenda?

E a resposta do Sr. Armínio Fraga foi:

"Respondendo a sua pergunta, as informações às quais tive acesso foram macroeconômicas, de conhecimento público, que, hoje, fazem parte da discussão do País. As reservas são divulgadas com 24 horas. O valor das contas públicas é divulgado quase que instantaneamente. Esse foi o teor das informações a que tive acesso."

Mais adiante – e quero dizer, inclusive, que fui alertado pela imprensa a respeito dessa contradição, mais particularmente pelo jornal **Folha de S.Paulo** – o Senador Antero Paes de Barros fez a seguinte pergunta ao Sr. Armínio Fraga:

"A **Folha de S.Paulo** publicou que o Banco Central estaria, supostamente, negociando com o Fundo Monetário Internacional um sistema de intervenções no câmbio. O senhor teria conhecimento dessas negociações?"

Resposta do Sr. Armínio Fraga:

"Começando pela questão do Banco Central e à sua atuação no mercado, devo dizer que o acordo com o Fundo e a política

do Governo nessa área são assuntos que não são públicos e não estão, portanto, na linha do que me é permitível abordar aqui. Seria uma informação privilegiada que eu não posso dividir, aqui, com a platéia."

Em que momento o Sr. Armínio Fraga estava dizendo a verdade? Ao me responder que não tinha nenhuma informação privilegiada e que só tinha informações que eram de domínio público, relativas à informações macroeconômicas, reservas, etc., ou ao responder ao Sr. Antero Paes de Barros de que as informações que ele tinha eram informações privilegiadas que não poderia dividir com a platéia? Ele não poderia dividir essas informações com a platéia de Senadores, mas, muito provavelmente, vai poder dividi-las com os seus amigos banqueiros e especuladores.

Essa é a lógica do homem que está sendo indicado para o Banco Central. Mas, infelizmente, a maioria governista prefere bater na tecla de que essa é uma discussão meramente de moralismo pequeno burguês da Oposição, como, aliás, disse um grande jornal em editorial.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Peço a V. Ex^a que conclua porque o seu tempo está esgotado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Para concluir, uma outra demonstração da especulação.

O que diz a **Folha de S.Paulo** de hoje, na coluna Painel:

"Margem de Manobra – Leitura feita no mercado financeiro sobre o fato de o dólar ter sido vendido ontem a US\$2,22. Armínio Fraga, que já dá a linha do BC, estaria esperando a posse oficial amanhã para forçar uma baixa e ganhar manchetes na linha 'Fraga assume, dólar cai'."

Quer dizer, ele não perde a mania de especular! É uma especulação não para ter ganhos financeiros, mas para ter prestígio político, esquecendo-se de que essa especulação e essa falta de ação do Banco Central estão causando, sim, prejuízos ao Brasil, ao contrário do que disse, de forma insistente, o Sr. Armínio Fraga, na Comissão, no sentido de que nunca fez nada que desse prejuízo ao Brasil.

Por esses argumentos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos cada vez mais convencidos de que o Sr. Armínio Fraga não tem reputação ilibada para assumir a tarefa de defensor da moeda brasileira; talvez a tenha para defender o dólar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Srs. Senadores, o Senado é sempre uma Casa de moderação – e eu hoje me julgo até fruto disso. Daí porque peço a V. Ex^as que, na medida do possível, moderem a linguagem, para que fatos desagradáveis...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Não é em relação ao meu discurso, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– não ocorram como na sexta-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que se pode dizer tudo o que se pensa, de uma maneira elegante, sobretudo a Oposição tem a capacidade de fazê-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, ainda que o voto seja secreto, assim como os Senadores da Oposição estão externando o seu posicionamento, dizendo que votarão contrariamente à matéria, e como é tradição da Casa que haja alternância entre pronunciamentos a favor e contra, seria interessante que os Senadores que defendem a designação do Sr. Armínio Fraga Neto também viessem a se inscrever, até para que conhecêssemos os argumentos, que porventura existissem, dos membros que apóiam o Governo e a designação do Sr. Armínio Fraga Neto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Embora V. Ex^a não seja mais o Líder do Bloco, e sim a Senadora Marina Silva, creio que V. Ex^a pode influenciar bastante o Bloco de Oposição. Mas não queira também dirigir o Bloco que não é da Oposição.

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, vou começar de longe e tranquilo.

O Ministro de Luiz XIV, Jean-Baptiste Colbert, escreveu-lhe uma carta que se encontra transcrita em um livro chamado *Mercantilism*, de Heckscher, em dois volumes; livro esse que foi considerado por Lorde Keynes a maior obra já escrita sobre o mercantilismo no mundo. Dizia Colbert a Luiz XIV o seguinte: "Movemos uma guerra monetária contra a Espanha E a Holan-

da e já os derrotamos. Resta agora a Inglaterra. As finanças públicas são o nervo vital da guerra". A concepção de Colbert sobre a moeda é muito diferente da concepção dos neoliberais e mesmo da concepção de São Tomás de Aquino, por exemplo, para quem, baseado em Aristóteles, a moeda desempenhava principalmente as funções de crematística e de catalática, ou seja, de instrumento de troca e de conservação, acumulação e ganho de dinheiro, de riqueza.

Estamos colocando hoje, no Brasil, o mais perigoso, o mais forte instrumento de guerra, guerras externas e internas movidas contra a população, quando o Presidente do Banco Central, que detém o controle lítrico, o controle do dinheiro, é provavelmente capaz de continuar a desfachar essa guerra monetária interna contra a população brasileira. A inflação, por exemplo, se considerada como fenômeno monetário, já mostrou e demonstrou muitas vezes o seu poder de realizar uma guerra contra a massa da população brasileira, contra trabalhadores e aqueles que não podem reajustar seus salários diante da desvalorização monetária.

A moeda é algo tão importante que Heilbronner afirmava em seu principal livro que se a Alemanha de Hitler tivesse aprendido a controlar, por meio das suas contas nacionais, a questão financeira e monetária tão bem quanto a Inglaterra e os Estados Unidos o fizeram, certamente isso representaria um ganho superior ao da própria bomba atômica. É uma arma de guerra.

Os seres transnacionais, os cidadãos do mundo são também pluripatriotas. A pátria dos tecnocratas que dirigem as mesas de câmbios é a mesma de seus patrões. Onde está o dinheiro, aí está a pátria. Ao dirigir ataques especulativos – que nos lembram, obviamente, operação de guerra – contra a libra inglesa, o wan, o rublo, o real, a lira italiana, o bath, George Soros afirmou que poupou a França de seus ataques por ser simpático àquele país. Será o megaespeculador do Fundo Quantum simpático ao Brasil? Terá nos poupado ou não? Gostaria de saber do Presidente do Banco Central, que dirigiu, durante tanto tempo, as operações especulativas do Fundo Quantum contra a América Latina e que é sócio do dito fundo, quantos bilhões de dólares o Quantum surrupiou do Brasil.

A arrogância e a ousadia são geralmente tão maiores quanto mais ignorante for o agente, presa fácil do messianismo. Soros se propõe a reformular o mundo e a vida sobre a Terra. Mostra sua determinação e coragem quando confessa que criou uma

ONG para combater o comunismo dentro da União Soviética, ajudando, na prática, como guerrilheiro da economia de mercado, a provar que o socialismo real era inconsistente.

O Dr. Fraga Neto deixou a direção do Banco Central para ser um marechal do exército Fundo Quantum. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, com rara felicidade, percebeu que, com o transplante de capital estrangeiro para o Brasil, sua aliança com os capitalistas nacionais fornecedores de partes, peças e insumos, com as relações desse capital com comerciantes e políticos aqui, no Brasil, ia-se constituindo aquilo que FHC chamou de o antiestado nacional – que estaria sendo construído dentro do Brasil, de acordo com as palavras do Professor e sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

E, hoje, não há dúvida alguma de que existe um marechal assestado na Presidência do Banco Central por culpa nossa, que aprovamos a indicação desse nome sem conhecê-lo, sem indagar, sem investigar coisa alguma. E posso dizer de cátedra, porque votei no Sr. Francisco Lopes: não sou um intransigente refugador de nomes enviados pelo Governo Federal, mas procuro conhecer as pessoas que estou julgando.

Pois bem, o megaespeculador George Soros escreveu, em um livro prefaciado pelo marechal Fraga, que os fundos especulativos detêm, hoje, uma soma de poderes superior ao de muitos Estados nacionais. Quando o Dr. Fraga era um simples diretor do Banco Central do Brasil, antes de ser marechal do poderoso exército da república volátil de George Soros, escreveu um opúsculo em parceria com o Dr. Sérgio Werlang, no Ensaio Econômico nº 203, "Os Bancos Estaduais e o Descontrole Fiscal, Alguns Aspectos", no qual defende as vantagens da privatização das instituições financeiras públicas, dos bancos estaduais, do Banco do Brasil, do Nordeste do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás, etc., em nome de uma maior eficiência e de acesso do Banco Central à fiscalização daquelas instituições. E o diretor do Banco Central veio a esta Casa, há dois anos, e declarou que o Banco Central é incapaz de fiscalizar. Por isso, ocorreram aqueles desmandos da época do Proer.

O Dr. Fraga, diante do desastre da privatização que doou o patrimônio público nacional a empresas privadas estrangeiras e nacionais, continua defendendo a privatização do que sobrou. Como e por que bancos privados eficientes, como diz S. Sª – muito mais eficientes do que os bancos estatais, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil –, ruíram mais

"fragarosamente" do que os incompetentes bancos estaduais?

O Proer socorreu com US\$21 bilhões os bancos privados eficientemente quebrados. Se os bancos estatais que os socorreram não existissem – e, diante da crise dos Estados e Municípios, tiveram de funcionar como emissores de segunda estância –, certamente a crise das finanças públicas de Estados e Municípios teria ocorrido muito tempo antes.

Os ataques especulativos, Soros à frente, volatizaram US\$50 bilhões das reservas que, de defesa a ataques especulativos contra o Brasil, transformaram-se em alimento para vampiros voláteis e especuladores insaciáveis. A pontaria do marechal Fraga Neto é globalmente reconhecida: "Brasileiro que afundou o baht agora tenta salvar o real", em manchete do jornal **The Nation**, de Bangkok, Capital da Tailândia, sobre o Presidente do Banco Central do Brasil, Arminio Fraga.

Aquelas reservas, naquilo que elas tinham de real e palpável, não teriam sido criadas para alimentar os chamados ataques especulativos, isto é, para serem servidas ao Fundo Quantum e semelhantes? Criaram as reservas para que, obviamente, elas pudessem ser usadas pelos exércitos que nos atacaram com seus ataques especulativos. Talvez Quantum à frente. Eu perguntei isso ao candidato à presidência do Banco Central e S. S^a não me respondeu, como nada respondeu, aliás.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Excelência, infelizmente o nosso inimigo, o tempo.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Vou, então, apenas fazer uma ligeira referência ao seguinte fato: a ação do Sr. Fraga em uma das diretorias do Banco Central conseguiu construir uma estrada real, pela qual começaram a afluir para o Brasil capitais especulativos de curto prazo.

A construção desse caminho, ou melhor, desse descaminho que franqueou os investimentos especulativos e seu retorno feliz aos países de origem foi realizada principalmente em 1991, coincidentemente com a presença de Fraga na diretoria do Banco Central. Esse trabalho fantástico de amparo ao capital especulativo internacional visou a remover as dificuldades apresentadas pela regra básica prevista na Resolução nº 1.289, de 20 de março de 1987, que procurava proteger o Brasil dos movimentos especulativos de curto prazo, representada pela exigência de prazo de permanência mínima dos investimentos. A Resolução nº 1.832, de 31 de maio de 1991, alterou o Anexo IV da Resolução nº 1.289, introduzindo dispositivos visando à "flexibilização das regras que

orientaram a participação de investidores institucionais externos nas bolsas brasileiras" – Relatório do Banco Central de 1991, página 62.

Nova alteração do Anexo IV foi feita pelo art. 27 da Resolução 1.867, de 23 de setembro de 1991. Assim, foi sendo construída essa avenida, que facilitou, sem pedágio e sem quaisquer garantias, a avalanche de capital estrangeiro que para aqui afluiu.

A Resolução nº 1877, de 22 de outubro de 1991, que "eliminou os critérios de diversificação de aplicações nos casos de sociedades e fundos, onde todos os acionistas e condôminos fossem investidores institucionais estrangeiros, bem como os prazos de permanência para investimentos realizados via sociedades de investimentos e fundos de investimentos, conforme estava previsto na Resolução nº 1.289, de 20 de março de 1987 – Relatório do Banco Central de 1991, página 63.

Assim, percebemos que o Sr. Fraga, além de Diretor para a América Latina, é também sócio do Fundo Quantum, de acordo com a **Gazeta Mercantil** de 03/02/99, o qual, segundo o Sr. Soros, é mais poderoso do que muitos Estados nacionais.

Pois bem, para terminar, depois de ter feito essa via pela qual os capitais especulativos entraram no Brasil, estragaram a nossa estrutura produtiva e confundiram as nossas diretrizes, o Presidente do Banco Central está voltando ao Brasil no fim da festa: bancos falidos (públicos e privados), parque industrial sucateado, desemprego em alta, US\$380 bilhões da dívida pública da União – e prometem as autoridades do Governo que ela chegará a US\$414 bilhões, em um período próximo –, mais de US\$240 bilhões de dívida externa, salário mínimo de US\$65 mensais, etc, em nome da ESTABILIZAÇÃO e da REELEIÇÃO. Parece que o processo schumpeteriano de "destruição criadora" a que o Sr. Fraga se referiu ficou na primeira etapa, a da destruição apenas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Fazendo soar a campainha.) – Caro Senador, ajude-me.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT-DF) – Pois não. Para terminar, vou apenas declarar que, embora tenha votado no nome do Sr. Francisco Lopes para o cargo de Presidente do Banco Central, sou obrigado, por um imperativo categórico, por um preceito que a minha consciência dita, de estar agindo bem e dignamente, a votar contra a aprovação do nome do Sr. Arminio Fraga para a Presidência do Banco Central.

Sr. Presidente, peço que seja transcrita na íntegra este meu pronunciamento.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR LAURO CAMPOS:

O Ministro de Luiz XIV, Jean-Baptiste Colbert, escreveu-lhe uma carta que se encontra transcrita em um livro chamado *Mercantilism*, de Heckscher, em dois volumes, livro esse que foi considerado por Lorde Keynes a maior obra já escrita sobre o mercantilismo no mundo.

Dizia Colbert a Luiz XIV o seguinte: "Movemos uma guerra monetária contra a Espanha e a Holanda e já os derrotamos. Resta agora a Inglaterra. As finanças públicas são o nervo vital da guerra". A concepção de Colbert sobre a moeda é muito diferente da concepção dos neoliberais e mesmo da concepção de São Tomás de Aquino, por exemplo, por quem, baseado em Aristóteles, a moeda desempenhava principalmente as funções de crematística e de catalática, ou seja, de instrumento de troca e de conservação, acumulação e ganho de dinheiro, de riqueza.

Nós estamos colocando hoje, no Brasil, o mais perigoso, o mais forte instrumento de guerra, guerras externas e internas movidas contra a população, quando o Presidente do Banco Central, que detém o controle lítrico, o controle do dinheiro, é provavelmente capaz de continuar a desfechar esta guerra monetária interna contra a população brasileira. A inflação, por exemplo, se considerada como fenômeno monetário, já mostrou e demonstrou muitas vezes o seu poder de realizar uma guerra contra a massa da população brasileira, contra trabalhadores e aqueles que não podem reajustar seus salários diante da desvalorização monetária.

A moeda é algo tão importante que Heilbronner afirmava em seu principal livro que se a Alemanha de Hitler tivesse aprendido a controlar, por meio de suas contas nacionais, a questão financeira e monetária tão bem quanto a Inglaterra e os Estados Unidos o fizeram, certamente isso representaria um ganho superior ao da própria bomba atômica. É uma arma de guerra.

Os seres transnacionais, os cidadãos do mundo são também pluripatriotas. A pátria dos tecnocratas que dirigem as mesas de câmbio é a mesma de seus patrões. Onde está o dinheiro, aí está a pátria. Ao dirigir ataques especulativos – que nos lembram, obviamente, operação de guerra – contra a libra inglesa, o wan, o rublo, o real, a lira italiana, o bath,

George Soros afirmou que poupou a França de seus ataques por ser simpático àquele País. Será o megaespeculador do Fundo Quantum simpático ao Brasil? Terá nos poupado ou não? Gostaria de saber do Presidente do Banco Central, que dirigiu durante tanto tempo as operações especulativas do Fundo Quantum contra a América Latina e que é ou foi sócio do dito fundo, quantos bilhões de dólares o Quantum surripiou do Brasil?

A arrogância e a ousadia são, geralmente, tão maiores quanto mais ignorante for o agente, presa fácil do messianismo. Soros se propõe a reformular o mundo e a vida sobre a Terra. Mostra sua determinação e coragem quando confessa que criou uma ONG para combater o comunismo dentro da União Soviética ajudando, na prática, como guerrilheiro da economia de mercado, a provar que o socialismo real era inconsistente.

O Dr. Fraga deixou a direção do Banco Central para ser um marechal do exército do Fundo Quantum. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, com rara felicidade, percebeu que, com o transplante de capital estrangeiro para o Brasil, sua aliança com os capitalistas nacionais fornecedores de partes, peças e insumos, com as relações desse capital com comerciantes e políticos aqui, no Brasil, ia-se constituindo aquilo que FHC chamou de o antiestado nacional.

E, hoje, não há dúvida alguma de que existe um marechal assestado na Presidência do Banco Central por culpa nossa, que aprovamos a indicação desse nome sem conhecê-lo, sem indagar, sem investigar coisa nenhuma. E posso dizer de cátedra, porque votei no Sr. Francisco Lopes; não sou um intransigente refugador de nomes enviados pelo Governo Federal, mas procuro conhecer as pessoas que estou julgando.

Pois bem, o megaespeculador George Soros escreveu, em um livro prefaciado pelo Marechal Fraga, que os fundos especulativos detêm hoje uma soma de poderes superior ao de muitos Estados nacionais. Quando o Dr. Fraga era um simples diretor do Banco Central do Brasil, antes de ser marechal do poderoso exército da república volátil de George Soros, escreveu um opúsculo em parceria com o Dr. Sérgio Werlang, no Ensaio Econômico nº 203, "Os Bancos Estaduais e o Descontrole Fiscal, Alguns Aspectos", no qual defende as vantagens da privatização das instituições financeiras públicas, dos bancos estaduais, do Banco do Brasil, do Noroeste do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás etc,

em nome de uma maior eficiência e de acesso do Banco Central à fiscalização daquelas instituições.

E o diretor do Banco Central veio a esta Casa, há dois anos, e declarou que o Banco Central é incapaz de fiscalizar. Por isso, ocorreram aqueles desmandos da época do Proer.

O Dr. Fraga diante do desastre da privatização que doou o patrimônio público nacional a empresas privadas estrangeiras e nacionais continua defendendo a privatização do que sobrou. Como e por que bancos privados eficientes, como diz ele – muito mais eficientes do que os bancos estatais, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil –, ruíram mais "fragorosamente" do que os incompetentes bancos estatais?

O Proer socorreu com 21 bilhões de dólares os bancos privados eficientemente quebrados. Se os bancos estatais que os socorreram não existissem, e, diante da crise dos Estados e Municípios, tiveram de funcionar como emissores de segunda estância, certamente a crise das finanças públicas de Estados e Municípios teria ocorrido muito tempo antes.

Os ataques especulativos, Soros à frente, volatizaram US\$ 50 bilhões das reservas que, de defesa a ataques especulativos contra o Brasil, transformaram-se em alimento para vampiros voláteis e especuladores insaciáveis.

Aquelas reservas, naquilo que elas tinham de real e palpável, não teriam sido criadas para alimentar os chamados ataques especulativos, isto é, para serem servidas ao Fundo Quantum e semelhantes? Criaram as reservas para que, obviamente, elas pudessem ser usadas pelos exércitos que nos atacaram com seus ataques especulativos. Talvez Quantum à frente. Eu perguntei isso a ele e ele não me respondeu como não respondeu nada, aliás.

Quem garante que os mais de US\$70 bilhões mantidos em reserva, em nome da defesa contra os ataques especulativos – e que nada defenderam além dos lucros dos especuladores –, não tiveram, desde o início, esse objetivo? Não será o Dr. Fraga um inconsútil, um moralista, um neocavalo de Tróia induzido no centro da economia brasileira para liquidar o que restou do patrimônio público?

O Dr. Fraga, enquanto era diretor do Banco Central, ao tempo do Governo Collor, viu o processo de abertura dos mercados especulativos brasileiros aos capitais de curto prazo e participou dele. Para cá afluíram, sem qualquer quarentena, sem tempo mínimo de permanência, sem pagar pedágio ou qualquer proteção, sem as cautelas mínimas que países

como o Chile, fanatizados pelo neoliberalismo, tomaram.

Naquele tempo de direção do Banco Central, a chave do cofre estava sendo fundida para ser entregue aos especuladores estrangeiros. Os prêmios oferecidos ao Dr. Fraga pelo Fundo Quantum – sociedade no Fundo, diretoria e régua remuneração – não foram gratuitos. As medidas arquitetadas a partir de 1990 permitiram que se construísse uma larga avenida pela qual entraram as hostes especulativas, que elevaram de US\$0.6 bilhão, em 1991, para US\$30.9 bilhões os capitais especulativos de curto prazo.

A construção desse caminho, ou melhor, des-caminho que franqueou os investimentos especulativos e seu retorno feliz aos países de origem foi realizado principalmente em 1991, coincidentemente, com a presença de Fraga no diretoria do Banco Central. Esse trabalho fantástico de amparo ao capital especulativo internacional visou remover as dificuldades apresentadas pela regra básica prevista na Resolução nº 1.289, de 20 de março de 1987, que procurava proteger o Brasil contra os movimentos especulativos de curto prazo, representada pela exigência de prazo de permanência mínima dos investimentos. A Resolução nº 1.832, de 31 de maio de 1991, alterou o Anexo IV, da Resolução nº 1.289, introduzindo dispositivos visando à "flexibilização das regras que orientaram a participação de investidores institucionais externos nas bolsas brasileiras". Relatório do Banco Central, de 1991, página 62.

Nova alteração do Anexo IV foi feita pelo art. 27 da Resolução nº 1.867, de 23 de setembro de 1991. Assim, foi sendo construída essa avenida, que facilitou, sem pedágio e sem quaisquer garantias, a avalanche de capital estrangeiro que para aqui afluui. Continuemos a acompanhar as pedras que foram colocadas para receber esses invasores, cujos efeitos muito bem conhecemos no Brasil. Estamos sofrendo até hoje as suas consequências.

A Resolução nº 1.877, de 22 de outubro de 1991, que "eliminou os critérios de diversificação de aplicações nos casos de sociedades e fundos, onde todos os acionistas e condôminos fossem investidores institucionais estrangeiros bem como os prazos de permanência para investimentos realizados via sociedades de investimentos e fundos de investimentos, conforme estava previsto na Resolução nº 1.991, pág. 63.

A Resolução nº 1.935, de 30 de junho de 1992, autoriza os fundos e as carteiras de investimentos, regulamentadas pelas Resoluções nºs 1.289 e

1.883, a realizarem operações de opções de futuros, referenciadas em valores mobiliários, taxas de juros e câmbio.

Arrombada a porta, os capitais de curto prazo invadiram o País, introduzindo os movimentos especulativos tão aplaudidos pela tecnocracia, pela cúpula governamental e pelos grupos de pressão, que sempre se mobilizaram para impedir a queda da taxa de juros ou a regulamentação do capital estrangeiro, para que mais estatais sejam levadas a leilão. É o mesmo grupo, fazem parte do mesmo exército, daquele Estado antinacional, que, de acordo com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, se constituía no Brasil. O Presidente do BNDES é outro coronel desse exército de ocupação.

O relatório de 1993 do Banco Central, pág. 113, assim descreve os resultados da abertura no balanço de pagamentos, quando a atual equipe já estava no comando das áreas econômico-financeira. "As inversões estrangeiras direcionadas ao País totalizaram 16,6 bilhões de dólares, em sua quase totalidade destinadas ao mercado de capitais, refletindo a atratividade do mercado acionário brasileiro e a rentabilidade proporcionada pela taxa de juros. Tudo para atrair o capital especulativo internacional. Ao longo do ano, observou-se o movimento especulativo das aplicações nesse mercado, evidenciando-se a saída de US\$8,7 bilhões de recursos do País".

Desde então a entrada e saída dos capitais especulativos levaram a balizar-se esse dinheiro de "dinheiro de motel". Os anos de ouro do escancaramento do Brasil pelas capitais especulativas, a década de 1990, promoveram o Sr. Marcílio Marques Moreira*, Ministro da Fazenda entre 1991 e 1992, a consultor da Corretora Meril Lynch; o Dr. Francisco Gros, Presidente do Banco Central, de maio de 1991 a novembro de 1992, a Diretor Executivo do Banco Morgan Stanley Dean Witter; o Sr. Armínio Fraga Neto, Diretor de Área Internacional do Bacen, de junho de 1991 a novembro de 1992, a Diretor Gerente da Soros Fund Management LLC, que administra o Fundo de investimento Quantum desde dezembro de 1992 (in **Gazeta Mercantil**, 3-2-1999, caderno B, pág. 2).

A **Gazeta Mercantil** de 3-2-1999 assim descreve a trajetória do Dr. Fraga, cujo nome a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou para a Presidência do Banco Central e que o plenário vai confirmar.

Vejamos o que diz a **Gazeta Mercantil**: "Fraga Neto saiu do BC em novembro de 1992, logo após o

impeachment de Collor ... Mas ele não esquentou cadeira. Em dezembro daquele ano, Fraga Neto já estava empregado quando anunciou que iria ser sócio e diretor da Soros Fund Management do megaespeculador George Soros". Apontando os defeitos da economia moderna, dominada pelos fluxos especulativos, Soros aponta a promiscuidade entre as empresas privadas e as governamentais como um dos principais defeitos da economia aberta (G. Soros, *A Crise do Capitalismo*, pág. 152). Portanto, se Soros estivesse no Senado da República examinando a indicação de Fraga Neto para a Presidência do Banco Central rejeitaria esse nome, a fim de evitar as relações promíscuas entre o estatal e o privado. Até Soros negaria apoio à indicação de um nome que não apenas é suspeito, mas certamente perigoso e impróprio.

A Direção do Banco Central se transformou numa chocadeira de gênios especuladores e operadores notáveis. É preciso saber se o Dr. Fraga pretende completar sua guerrilha contra o patrimônio das estatais – ele prometeu fazê-lo no trabalho que citei no início deste discurso –, se pretende continuar favorecendo a entrada de capitais especulativos.

E realmente foi quando esses capitais especulativos secaram, quando a oferta externa de dinheiro secou e não pôde continuar com a mágica de importar barato as mercadorias que achataram os preços, quebraram as indústrias e abafaram a inflação, que contiveram a inflação no Brasil. Agora não temos mais recursos internos para continuar com a taxa de câmbio favorecida, para importar mercadorias e controlar a inflação dessa maneira fantástica, absurda. De modo que eles tiveram – foi a realidade que lhes impôs isso – de fazer a mudança do câmbio; essa decisão não saiu de nenhuma cabeça. Essa mudança foi aprovada pela falta de recursos para continuar a enxurrada das importações, subsidiadas pela taxa de câmbio criado pelo Sr. Gustavo Franco e criticada já pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso em junho de 1997 (págs. 9, 10 e 11 da **Gazeta Mercantil**).

O Presidente do Banco Central está voltando ao Brasil no fim da festa: bancos falidos (públicos e privados), parque industrial sucateado, desemprego em alta, US\$380 bilhões de dívida pública da União – e prometem as autoridades do Governo que ela irá a US\$414 bilhões, em um período muito próximo –, mais de US\$240 bilhões de dívida externa, salário mínimo de US\$65,00 por mês, etc., em nome da Estabilização e da Reeleição. Parece que o processo

schumpeteriano de "destruição criadora" ficou na primeira etapa: a da destruição.

Ao aprovar recentemente o nome do Prof. Francisco Lopes para Presidência do Banco Central, declarei que S. S^a estava sendo colocado no "olho do furacão", no vórtice da crise. Agora, temerariamente, instalam no Banco Central alguém muito competente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, talvez uma boa prática, iniciada com a indicação do Sr. Francisco Lopes, tenha sido a de não se trazer para o plenário, de imediato, após a sabatina, a discussão e a votação do nome indicado para a Presidência do Banco Central. Digo que essa foi uma boa prática, porque, hoje, passado algum tempo, assentada a poeira, pode-se analisar melhor tudo aquilo que ocorreu. E mais que isso, alguns eventos, que lá possam ter sido levantados, melhor esclarecidos ficaram com esse interregno.

Primeiramente, mostra-se quão evasivo, quão omisso nas definições de política monetária, de política da moeda, de política do Banco Central, foi o Sr. Armínio Fraga. Em segundo lugar, mostra-se que, diferentemente do que alguns imaginaram, a veemência não significou má educação, mas sim dureza. É importante que isso se afirme sempre, porque a este Senado não compete apenas cumprir uma formalidade, mas também definir, com a indicação, a sua opção por políticas. Por último, a Oposição, evidentemente, não aceita conselhos de moderação. Talvez, hoje, a Oposição possa dar conselhos de moderação na relação entre os Poderes, particularmente entre o Senado e o Poder Judiciário.

Dito isso, vamos discutir não mais a questão dos requisitos legais de ilibada reputação e de notório conhecimento; até porque isso foi derrotado em preliminares e na sabatina. Mas é importante, adotando a expressão em desuso "na lata", que foi utilizada pelo carioca Armínio Fraga, sabermos o que significa a escolha do Sr. Armínio Fraga hoje. Fica evidente, pela política já adotada pelo Banco Central com sua influência, que essa escolha vai de encontro a tudo o que a grande maioria desta Casa e da sociedade brasileira vem tentando reverter, como política do Governo Federal, na questão dos juros.

Nitidamente, o Sr. Armínio Fraga veio para implementar uma política, que está no receituário do Fundo Monetário Internacional, de ortodoxia no combate à inflação, uma política monetária que visa ao aumento das taxas de juros em nosso País. Isso vai contra aquilo a respeito do que, rotineira, repetitiva e recorrentemente, pelo menos a grande maioria vem se pronunciando.

Mesmo com sua evasiva, não se considerando um político, embora exercendo um cargo da maior importância – não falo nem da guerra a que se referiu o Senador Lauro Campos, mas de política monetária; ele é um homem de responsabilidade pública definida e não meramente técnica –, a política de privatização de instituições financeiras públicas, a que ele evasivamente não quis se referir, mas que implicitamente ficava clara, hoje se desvenda. É um elemento claro, dentro do Governo, para defender a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Isso foi evidenciado hoje pelo Ministro da Fazenda Pedro Malan.

Vamos decidir sobre essa questão. Presidente do Banco Central, defensor da privatização, aprovado pelo Senado? É o Senado aprovando a política de privatização, ou podemos ter outro raciocínio? A lógica não implica isso e não há silogismo algum. Que posição o Sr. Armínio Fraga defenderá no Comitê de Gerenciamento das Instituições Públicas? A evasiva ficou clara.

O Ministro da Fazenda indica-o. O PFL, por meio de um de seus principais dirigentes, vem defendendo-o aberta e publicamente. O Senado decidirá se o quer.

O Senador Maguito Vilela fez um pronunciamento nesta Casa. Com seu voto de hoje, sabermos se há coerência. Da mesma forma agirá o Líder do PMDB e aqueles que defendem, em praça pública e nos seus discursos, não por ser estratégica, de forma genérica, a privatização. E vejamos que quem está falando é um homem de esquerda, que defende processos de privatização, mas que determina caso a caso e que determina aquilo que não deve ser privatizado, pelo menos de acordo com a sua consciência.

Instituições financeiras como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás são instrumentos importantes de política pública e, portanto, não são passíveis de serem transferidas para o mercado. Mercados outros podem ir. Podemos discutir. Aprovamos alguns, defendemos outros e de outros participamos, mas esses, queremos deter. E o Senado deve pronunciar-se sobre isso.

Aprovar o nome do Sr. Armínio Fraga é aprovar a política das taxas de juros cada vez mais altas para vencer a inflação, como política monetária determinada pelo Fundo Monetário para gerar supéravits primários. Aprovando o nome de Armínio Fraga, aprova-se essa política, e discursos contrários às taxas de juros, evidentemente, são mera retórica, palavras vazias.

Da mesma forma, aprovar o nome de Armínio Fraga e aprovar que, no Comitê, seja aprofundada ainda mais a decisão do Governo, hoje esclarecida para a opinião pública, de privatizar o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. A decisão é nossa. Não se trata mais de saber se há ilibada reputação; não se trata de saber da sua promiscuidade com o mercado financeiro internacional e da direção por ele indicada como mercado nacional da banca financeira. Isso já é algo passado. Vamos decidir a política.

Tentando decidir a política e independentemente do que aqui for votado, estou apresentando à Mesa do Senado um projeto de decreto legislativo que visa, com base na competência constitucional do Senado de sustar atos normativos do Executivo que exorbitam as delegações de poderes legislativas ou regulamentares, à sustação de qualquer medida, ação ou estudo feito no Comitê de Integração, de Gerenciamento e de Coordenação das Instituições Públicas Financeiras deste País que almejam a privatização.

Faço isso com base numa lei que foi aprovada por este Congresso em 1990, no Governo Collor. Trata-se do chamado Programa Nacional de Desestatização, que, até hoje, expressa e determina que ficam fora desse programa e, portanto, da aplicação dessa lei o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobrás. É uma lei por nós votada. É uma lei que determina que o Executivo, se assim pretender, primeiramente escute o Poder Legislativo deste País e não promova, internamente, com os seus Armínios Fragas da vida, o processo de solapamento dessas instituições, a não ser que, aqui, a maioria assim o queira.

Espero que essa decisão seja política. Não estamos escolhendo um técnico, mas sim o Presidente do Banco Central, responsável pela política monetária juntamente com outros da equipe econômica. Há esses dois postulados sobre os quais o Senado deverá se pronunciar hoje.

Obrigado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tomo a palavra neste momento para deixar clara a minha oposição à aprovação do nome de Armínio Fraga para a Direção do Banco Central do Brasil.

Em artigo de **O Globo** de hoje, o Veríssimo, ironicamente, analisa o fato de que, se esse anunculado patriotismo de Armínio Fraga realmente tivesse existido, ele teria passado informações ao País quando trabalhava para os especuladores de Nova Iorque. Armínio Fraga operou um ataque ao Baht, a moeda tailandesa. No rastro de sua ação de pistoleiro do megaespeculador George Soros, encontramos algumas centenas de milhares de desempregados, toda a estrutura produtiva da Tailândia destruída, desemprego e desespero. Todos os jornais que trouxeram notícias sobre Armínio Fraga o fizeram de forma negativa. A revista **Carta Capital** trouxe o depoimento de um especulador europeu, Treacher, que não deixa mais qualquer dúvida sobre os lucros extraordinários de George Soros obtidos com a compra e a venda de reais e títulos **Bready's** da dívida externa brasileira.

O Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso insiste, persiste, se obstina e não desiste, como diria Armando Falcão, de sua proposta de colocar o Brasil na dependência absoluta da economia norte-americana internacional. Esse propósito já era descrito em seus livros de 67, notadamente, Senador Saturnino Braga, em *Desenvolvimento e Dependência na América Latina*, que escreveu em parceria com o chileno Enzo Faletto. A proposta é antiga. A vertente do dependentismo se contrapondo ao nacional desenvolvimentismo se exacerbava no Governo de Sua Excelência e a estrutura produtiva brasileira é destruída.

Numa reunião da Bancada do PMDB, o Senador José Alencar, das Minas Gerais, reiterava a brutal transferência de recursos do setor produtivo brasileiro para os bancos nacionais e internacionais e os grandes especuladores. Mas o Presidente, cego, persiste na mesma trilha, acenando, numa sondagem de opinião pública, com a nomeação do Mendonça de Barros e de Pérsio Arida para funções públicas importantes no Brasil, a venda, a dissolução definitiva do patrimônio público que é representado pela Petrobras. Não acredito que isso se concretize.

Sr. Presidente, chegamos ao limite da tolerância. Se o Governo insistir na venda da Petrobras, da Caixa Econômica e do Banco do Brasil cai o Governo, cai Fernando Henrique Cardoso, mas tenho a certeza absoluta de que o País não resiste mais a essa dilapidação que, de resto, já se mostrou absolutamente inócuas do ponto de vista da diminuição da dívida do País. De R\$62 bilhões de dívida interna, acumulados de Pedro Álvares Cabral até Fernando Henrique Cardoso, saltamos, nos quatro anos do atual Governo, para uma dívida interna acima de R\$400 bilhões. Rigorosa e absolutamente impagável. Avalia o Banco do Brasil, segundo notícias veiculadas pelos principais jornais, entre R\$4,6 e R\$6 bilhões, e R\$400 bilhões à juros de 6% ao ano significam R\$24 bilhões. O Banco do Brasil não seria suficiente para cobrir o furo de dois meses, dois meses e meio ou três meses de pagamento de juros da dívida interna do País.

É preciso que se ponha cobro a essa situação. Todavia, mais uma vez, com os argumentos de pane de que, se rejeitarmos Armínio Fraga, o Brasil entrará numa crise, como se fosse possível entrarmos numa crise maior do que a que estamos vivendo, o Senado vai, disciplinadamente, votar com o Presidente e vai, contra o meu voto e contra o voto de inúmeros Senadores, aprovar um instrumento operacional do megaespeculador no Banco Central do País.

E, a seguir esse raciocínio de que o especulador especulará para nós, estaríamos aceitando o fato de que não somos mais um País, mas um jogador num grande cassino universal e que um especulador, montado – como diz o especulador europeu, Sr. Treacher – num cavalo branco, viria como um príncipe encantado com a sua espada de fogo, com jogadas na roleta do cassino internacional resgatar todos os erros acumulados do Governo Fernando Henrique Cardoso, como se o resgate não pudesse ser feito apenas pela mudança radical da política econômica, privilegiando a produção nacional, a agricultura, as pequenas e as médias empresas. E, repetindo um raciocínio esboçado apenas pela nossa Senadora do Sergipe, uma proposta com a devida redução sociológica, mas muito parecida com o **new deal** de Franklin Delano Roosevelt, devolveria aos brasileiros a confiabilidade no seu País e a esperança na sobrevivência pelo trabalho.

Arminio Fraga será aprovado, mas os partidos que apóiam essa barbaridade, e o próprio Congresso Nacional; se associarão de forma indissolúvel e

indiscutível com o desastre que ocorrerá na administração de Armínio Fraga no Banco Central.

Não quero ser o profeta do apocalipse, mas quero trazer ao Senado da República a análise de alguns macroeconomistas com os quais discuti a situação brasileira no fim-de-semana que passou. A probabilidade concreta com essa loucura de elevar os juros para segurar o processo inflacionário é a de que tenhamos o dólar cotado a R\$4,00 e um processo de hiperinflação destruindo instituições e jogando o País em uma entaladela, num um beco sem saída.

Vejo o sorriso divertido na Mesa do nosso novo Senador Jorge Bornhausen. Mas esse sorriso persistia enquanto dizíamos que o Plano Real estava arrebatado e que o dólar iria disparar, porque não há como segurar o preço da moeda norte-americana quando ela está escassa e a demanda é muito grande. Não há maneira ou forma de segurar, Senador, apesar do seu sorriso, a estabilidade monetária, quando o processo de aumento de juros internos quebra a credibilidade do País e aumenta a dívida pública.

Esse sorriso, talvez não seja a intenção, vejo-o como de escárnio ao pronunciamento que faço, é o sorriso que irá presidir o desastre da economia brasileira.

Que deste caos que se avizinha surja uma proposta nova de um País orgulhoso da sua nacionalidade, que preze a soberania do seu Estado, mas, acima de tudo, que não invista a favor dos especuladores, mas a favor da produção, do emprego e do desenvolvimento.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Sr. Presidente, tendo sido citado nominalmente, peço a palavra para uma explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Jorge Bornhausen, que, tendo sido citado pelo orador, deseja prestar um esclarecimento.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tenho a responsabilidade de representar o meu Estado, de ser Presidente de um grande partido. Não aceito as colocações irreverentes, pouco polidas e incoerentes do Senador Roberto Requião. Cumprí meu mandato nesta Casa e honrei meu Estado. Peço-lhe o respeito que mereço e que V. Ex^a de fazer por merecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Pérlio Arida, Gustavo Loyola, Gustavo Franco, Francisco Lopes e Armínio Fraga, as propostas nominais oferecidas ao Senado Federal para a Presidência do Banco Central pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na sua gestão administrativa. São cinco economistas considerados pelo Governo, segundo os currículos apresentados, como da mais alta competência, de lisura irrepreensível e reputação ilibada. Todos eles, menos o que será submetida à apreciação do Senado, tiveram de abandonar o cargo, e os motivos até hoje não foram devidamente esclarecidos à opinião pública do nosso País, embora saibamos que abandonaram a função que lhes fora delegada com a aprovação do Senado pelo Governo Federal, porque não conseguiram controlar a política monetária ou fazer a vontade do invisível. O invisível é esse instrumento que nós sabemos que existe, mas não pegamos, não tocamos. Entretanto, sua influência é tão grande que é capaz de substituir, mesmo contra a vontade dos indicados, autoridades constitucionalmente aprovadas pelo Senado Federal, como é o caso dos Diretores do Banco Central.

Então, Sr. Presidente, o visível está aí. É a pobreza de norte a sul, de leste a oeste deste País sofrido, humilhado e submisso. O invisível, esse ser todo poderoso que consegue prejudicar nações, que consegue tirar-lhes a sua autonomia, é o chamado mercado. Em nome do mercado, que é um ente invisível, faz-se de tudo; mas, em favor daquele para o qual nós fomos eleitos, lamentavelmente não temos feito o que deveríamos fazer. Ou tirando dos meus ombros, dos ombros da Oposição, a culpa por essa situação reinante no nosso País, diríamos que a pobreza do Nordeste, a miséria com a simples enchente que quase que diariamente acontece em São Paulo, onde pessoas pobres morrem debaixo de casbres, porque não têm uma residência digna para morar, aquilo é um quadro visível, que estamos vendendo que não pode continuar – já são cinco anos que o invisível demite quatro presidentes de banco, e agora entra o quinto, que, já sabemos, vem para atender ao invisível. Se não atender na devida conta, será demitido de novo, não há dúvida. Esta é a previsão que fazemos.

E o Senado Federal, naquela reunião enfadonha, monótona, em que se transformou a reunião com a presença do Sr. Armínio Fraga, não teve as respostas às perguntas que fez. Os Senadores da Oposição – não querendo dizer que os do Governo não cumpriram – cumpriram com o seu papel, e todos fizeram as suas perguntas.

Mas quem se der ao trabalho de estudar as notas taquigráficas daquela reunião vai ficar estarrecido diante da omissão, das respostas evasivas e da indiferença do Sr. Armínio Fraga, candidato do Presidente da República à Presidência do Banco Central. Parece-me, Sr. Presidente, que ele estava achando aquela reunião uma chatice.

Veja: um homem que ganhava milhões lá fora, e vêm uns Senadores chatos dizer que ele não tem ética nem os requisitos necessários para o exercício do cargo de Presidente do Banco Central. Ele não estaria livre disso se estivesse lá, ao lado de George Soros, ganhando os seus milhões, enquanto esses chatos ficam lhe perguntando? Daí por que ele não respondeu nada, porque já haviam dito a ele: "olhe, tenha calma; não precisa responder tudo; seu nome será aprovado". Ele ficou ali, num ato de penitência, ouvindo todas aquelas perguntas, de paciência esgotada, e não respondeu a praticamente nada, Sr. Presidente. E ele é candidato a Presidente do Banco Central! Foi feita aquela pergunta: "O Senhor vai instituir aqui o plano argentino, o Plano Bonex". E ele não falou nada, ficou calado. Disse que não atenderia a moratória – isso ele respondeu. Por que ele não atenderia a moratória? Naturalmente, porque veio para cá atender as ordens do capital internacional, porque uma moratória certamente é um perigo para o capital internacional. Mas responder, Sr. Presidente, o que S. Ex^a fará no Banco Central, é um enigma para todos nós. Mas nós já sabemos: quatro, cinco, seis, sete, oito – quem sabe até o final do Governo Fernando Henrique Cardoso – teremos essa novela terminada! O Banco Central e o Governo terão que se posicionar em favor do Brasil ou em favor do invisível. O Brasil é a pobreza que aumenta todos os anos, é o desemprego avassalador que humilha o cidadão. O visível, Sr. Presidente, é a ameaça da venda do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da própria Petrobrás, e quem sabe até a venda do Banco Central em nome do ser todo poderoso, o mercado financeiro internacional.

Voto contra, Sr. Presidente, porque a minha consciência dita que as respostas não foram suficientes para o meu convencimento total.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Se V. Ex^a quiser o discurso para uma revisão, o objetivo de não ficar qualquer dúvida quanto ao Bloco da Oposição que participou tão ativamente, na sexta-feira, da reunião, para não parecer que foram enfadonhos os discursos dos colegas de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a não entendeu: parecia até que o indicado estava achando aquilo uma chatice.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Não. Antes, não foi bem assim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu não quero fazer nenhuma revisão. Eu quero que permaneça o que eu disse para que, futuramente, a história registre que um indicado pelo Presidente da República para a Presidência do Banco Central não teve a devida consideração às perguntas feitas pelos Senadores, principalmente os da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

Agradeceremos, se V. Ex^a puder nos ajudar no tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com precisão, atenderei ao tempo regimental solicitado por V. Ex^a.

Interessante foi a lembrança de Carlos Heitor Cony sobre a peça Júlio César, de William Shakespeare, a propósito da decisão que nós Senadores estamos agora por tomar. Por coincidência, poucos dias antes, quando conversava com um grande médico brasileiro sobre o dilema que estávamos vivendo – o de ter ou não de referendar a designação, para a Presidência do Banco Central, de alguém que foi diretor do Fundo Soros, por seis anos, logo após ter sido diretor do mesmo Banco Central –, o meu interlocutor também me falou daquele famoso e irônico discurso de Marco Antonio, pronunciado à beira do túmulo de César assassinado:

"Amigos, (...) compatriotas, prestai-me atenção! Estou aqui para sepultar César, não para glorificá-lo (...). O nobre Brutus vos disse que César era ambicioso. Se assim foi, era uma falta grave, e César a pagou gravemente. Aqui, com a permissão de Brutus e dos demais (pois Brutus é um homem honrado como todos os demais são homens honrados), venho falar nos funerais de César. Era meu amigo, leal e justo comigo;

mas Brutus diz que era ambicioso; e Brutus é um homem honrado... Não falo para desaprovar o que Brutus disse, mas estou aqui para falar aquilo que conheço!"

Ah! Honrados Srs. Senadores, honradas Sras. Senadoras, eu também gostaria de ficar inteiramente convencido da honradez da pessoa que vamos votar para Presidente do Banco Central. Queria muito que o Ministro da Fazenda, até por uma questão de respeito ao Senado, nos explicasse porque ele e o Presidente resolveram afastar Francisco Lopes poucos dias depois de sua indicação e, em seguida, arguição e aprovação pelo Senado. Apresentei requerimento para que o Ministro Pedro Malan nos explicasse, na Comissão de Assuntos Econômicos, as razões da demissão de Francisco Lopes, mas os honrados Srs. Senadores que compõem a base governamental julgaram que não precisavam conhecê-las e não aprovaram o requerimento da Oposição.

Queria muito saber, em defesa da honradez do Sr. Armínio Fraga, quais foram as operações realizadas com títulos brasileiros pelo Fundo Quantum do Grupo Soros, durante janeiro e fevereiro. Isso se faz necessário em função, senão do que escreveu o professor Paul Krugman, do que asseverou o Sr. Simon Treacher, maior investidor europeu em mercados emergentes. Solicitei que nos enviasse essas informações, até porque o Sr. George Soros o autorizou a revelá-las publicamente. Infelizmente, em que pese tivesse reiterado a solicitação por carta que o tem enviei e que chegou às mãos do Sr. Armínio Fraga, reforçando o que dissera na arguição, não recebi resposta.

Queria ter a certeza de que o novo Presidente do Banco Central se preocuparia não apenas com a estabilidade da moeda – guardião da moeda que ele precisa ser –, mas também com o agravamento do desemprego, com as formas de corrigi-lo e com a reversão do quadro de gritantes desigualdades que marcam o nosso País, até porque a administração das taxas de juros e da política monetária, ao lado da política fiscal, muito contribui para definir a distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

Não percebi que essas fossem as suas maiores preocupações, nem as da equipe por ele designada. Entretanto, ele declarou que sempre procurou agir em defesa de seu País. E assim todos os senhores e senhoras que também são honrados poderão hoje sufragar o seu nome. Mais do que isso, poderão regozijar-se, pois afinal são positivos os resul-

tados da economia, pelo menos para alguns setores, como anuncia a imprensa hoje.

"Superlucros dos bancos com a desvalorização" – anuncia a **Gazeta Mercantil**, ressaltando que os bancos nacionais e sobretudo os estrangeiros tiveram de duas a oito vezes mais lucros em janeiro de 1999 do que em janeiro de 1998. Isso ocorreu, em grande medida, porque adquiriram títulos do Governo brasileiro como **hedge** para se proteger de uma desvalorização que se tornava cada vez mais inevitável em decorrência da temerosa sobrevalorização do real, que perdurou até 12 de janeiro último.

Os bancos se prepararam. E o Governo brasileiro, o que fez?

Ora, por essa razão, o FMI está pedindo ao Governo brasileiro que agora garanta um superávit primário de 3,1% do PIB em 1999. Trata-se de assegurar os recursos de que o Governo precisa para pagar essas instituições. Mas as Senadoras e os Senadores são todos honrados e poderão continuar aplaudindo os resultados dessa política econômica. O outro lado da medalha desses superlucros para os bancos é a taxa recorde de desemprego de 7,73%, medida em janeiro nas seis regiões metropolitanas, com destaque para São Paulo, onde atingiu 9,18%, a maior até hoje registrada pelo IBGE.

Ah! O Sr. Gustavo Franco retornou às suas atividades acadêmicas na PUC, e disse em aula ontem que o desemprego não é tão grave assim; basta olhar para o Ceará, onde quase não estaria havendo; desemprego ocorre só em São Paulo.

Ora, ele está tranquilo. O desemprego em São Paulo está em apenas 9,18%, segundo o IBGE. Mas e na Bahia, em Salvador, Sr. Presidente? Lá a proporção de desemprego é de uma para cada quatro pessoas. É melhor dizer ao Sr. Gustavo Franco, ao Sr. Francisco Lopes, ao Sr. Armínio Fraga, ao Sr. Pedro Malan que o desemprego é coisa grave! A notícia de superlucros dos bancos hoje assinalados na primeira página da **Gazeta Mercantil** é apenas o outro lado da medalha.

Sr. Presidente, embora a votação seja secreta, anuncio meu voto contrário. Espero que ao dizer "não", com franqueza, à indicação de Armínio Fraga para a Presidência do Banco Central esteja sinalizando a urgência de uma reviravolta nos valores que têm presidido a formulação da política econômica brasileira.

Ah! Será, como disse o Senador Pedro Simon, durante a arguição, que Armínio Fraga vai, como

Saulo, converter-se, nessa sua segunda oportunidade, ao ir para o Banco Central? Vejamos, Sr. Presidente, vejamos se ele irá converter-se, se irá, mais do que fizeram seus antecessores, dialogar tão frequentemente com os empresários, sobretudo das instituições financeiras. Será que dessa vez vamos ver um Presidente do Banco Central que irá dialogar com os trabalhadores, com os desempregados e com os que até hoje estiveram marginalizados dos progressos da economia brasileira, com os descendentes dos escravos e todos aqueles que ainda não tiveram oportunidade de serem cidadãos neste País? Espero e veremos. V. Ex's são homens e mulheres honrados que saberão o que fazer neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Como V. Ex^a hoje só excedeu um minuto de seu tempo, oferecerei a V. Ex^a após a sessão o discurso de Marco Antônio no túmulo de Júlio César, numa tradução de Carlos Lacerda.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Trata-se de um discurso interessantíssimo.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Eu o tenho em inglês e português, mas aceito com muita alegria a tradução de Carlos Lacerda. Ele, obviamente, foi um dos maiores tribunos deste País que soube, no Congresso Nacional, tantas vezes, fazer com que toda a Nação e sobretudo os Parlamentares prestassem atenção em suas palavras, com as quais nem sempre concordei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex^a assim vai perder a tradução.

Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, inicialmente quero me penitenciar pelo fato de tomar-lhes dez minutos do precioso tempo de todos para vir à tribuna tratar de um assunto que, para a Oposição, se torna cansativo e, para a Situação, extremamente desgastante, haja vista que, de um lado, o que se observa são críticas profundas e enfáticas sobre a indicação do Sr. Armínio Fraga e, de outro lado, o silêncio ou, quando não o silêncio, respostas evasivas, superficiais, sem qualquer conteúdo que possa, de fato, ajudar numa análise criteriosa do nome do Sr. Armínio Fraga para ocupar o importante cargo de Presidente do Banco Central.

Também me penitencio pelo fato de ser médico, e não economista, não podendo brindar-lhes com um discurso de grande análise macroeconômica sobre o nosso País e também sobre a economia internacional.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Senadores, exatamente porque agi desta maneira há alguns dias; aliás, quando, na oportunidade, vim defender o nome do Sr. Francisco Lopes para a Presidência do Banco Central. Manifestei-me nesta Casa publicamente, mesmo sendo de um Partido de Oposição, apoiando a indicação do Sr. Francisco Lopes em função de toda a sua biografia, de todo o seu histórico e de ser realmente um técnico praticamente com todas as suas atividades voltadas e concentradas no Banco Central.

No entanto, hoje nos deparamos com uma situação bastante diferente. E por isso quero começar dizendo que desta vez não vou, de forma nenhuma, poder conceder um voto favorável à indicação do Presidente do Banco Central, mesmo partindo da mesma compreensão que tive da outra vez de que isso faz parte da burocracia interna do Governo e que seria da competência do Presidente da República fazer a indicação. Ao Senado, não restando, logicamente, qualquer dúvida quanto ao caráter, à hombridade e à biografia ou à qualificação do indicado, caberia aqui fazer a aprovação do nome, como disse, indicado pelo Presidente da República.

Agora nos deparamos, como já disse, com uma indicação de um técnico cuja biografia, do ponto de vista acadêmico e de qualificação, possa ser, ou deva ser, intocável ou irretocável. No entanto, a sua vinculação com o capital especulativo nos leva a pôr em dúvida a sua real função à frente do Banco Central e, logicamente, o que disso poderá resultar para o futuro do nosso País.

A minha pretensão ao vir à tribuna é questionar muito mais aspectos sociais desta crise que aprofunda as desigualdades sociais no nosso País do que fazer contestações pelas amizades que possa ter o Sr. Armínio Fraga com especuladores.

Quando do debate na Comissão de Assuntos Econômicos, fiz questão de fazer esta pergunta ao Sr. Armínio Fraga: quais as armas de que ele poderia dispor para combater os especuladores, como deseja o Presidente da República, como anuncia o próprio Banco Central e como eminentes figuras do Parlamento têm pleiteado – o combate rigoroso aos especuladores –, se a arma principal do Sr. Armínio

Fraga não seria exatamente a amizade com os especuladores?

Será que o Brasil estará a salvo da especulação simplesmente porque o Sr. Armínio Fraga – um brasileiro que conseguiu destaque no meio de investidores internacionais – é um homem respeitado entre os especuladores e é brasileiro? Estaremos a salvo da especulação, a exemplo do que disse o Sr. George Soros com relação à França, que não faria qualquer especulação contra a França porque gostava desse País? Então essa é a realidade do Brasil?

Estamos diante de um novo "salvador da pátria"? Conhecemos muito bem essa história de salvadores da pátria. Basta recordarmos um pouco a recente história de Fernando Collor de Mello, que entrou na Presidência da República como tal. Por isso não posso entender que o Sr. Armínio Fraga seja um salvador de pátria e que, nas mãos apenas deste homem, estejam as condições adequadas para superar a crise em que o Brasil se aprofunda. Inclusive, o Sr. Armínio Fraga vai ter que implementar uma política com base em decisões maiores, decisões de um grupo, decisões de governo. Por isso, essa figura do salvador da pátria não cabe muito bem no nosso País nos dias atuais. Não posso dispor, portanto, de qualquer grau de confiabilidade na gestão do Sr. Armínio Fraga à frente do Banco Central.

Dizia eu que buscara alguns elementos dentro dos agravamentos sociais por que passa o País, até porque a gestão do Presidente do Banco Central como condutor de uma política econômica a ser definida em uma esfera maior tem implicações severas e profundas na área social. Vimos o FMI impor mais um corte de US\$4,5 bilhões nos orçamentos públicos do País. Vimos recortes no Programa Comunidade Solidária, conforme já anunciado em plenário por outros Senadores. Medidas que atingem em profundidade o servidor público federal, como o adiamento do pagamento dos 28% e agora a ameaça, ou já uma informação que começa a circular nos meios de comunicação, de que o Governo colocará em disponibilidade milhares de servidores públicos com vencimentos proporcionais, mais uma vez tentando fazer a equação do saneamento dos gastos públicos. Os salários estão defasados em função da desvalorização do real em relação ao dólar. E o salário mínimo – como já indagava há alguns dias –, em comparação ao dólar, não vale US\$65,00. Atualmente, o salário mínimo é menor que US\$65,00. O desemprego está se agravando, como disseram aqui o Sena-

dor Suplicy e outros Senadores. E qual é a receita do Sr. Armínio Fraga? É uma política monetária restritiva, que significa juros altos e aprofundamento da recessão, com mais desempregos.

Numa matéria recente num dos jornais de nosso País, um ilustre jornalista questionava o que ele chamava de "opiniólogos". Entre esses opiniólogos, citava uma opinióloga, uma renomada economista estrangeira, que dizia que a receita ideal para o Brasil seria o aprofundamento da recessão. E o jornalista perguntava: "Será que essa economista conhece a realidade do País? Será que ela não teme que esse aprofundamento da recessão possa fazer com que legiões de brasileiros invadam supermercados e lojas, na busca de gêneros de primeira necessidade?"

Esse agravamento da recessão, que é a receita do Sr. Armínio Fraga, não se coaduna com aquilo que pensamos ser o ideal, do ponto de vista das conquistas sociais para o Governo e para o nosso País.

Daqui a pouco, como previsto, assistiremos ao discurso do eminente Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen. Li a entrevista de S. Ex^a numa revista de circulação nacional, em que afirmava que defendia com muita ênfase – e deve reafirmar isso aqui em seu discurso – a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. E que o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, embora inicialmente se manifestasse contrário a essas privatizações, concordaria com elas num futuro próximo. Hoje lemos nos jornais que Pedro Malan já concorda com a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Portanto, a receita do PFL já está tendo resultados dentro da área econômica do Governo.

É nessa escala de aprofundamento da crise social que o nosso País também se envolve, cada vez mais, numa crise sem precedentes do ponto de vista econômico. E por não confiar que o Sr. Armínio Fraga, inspirado nessa figura de salvador da pátria, possa resolver esses graves problemas do Brasil, manifesto meu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, começo meu pronunciamento atendendo ao apelo do Presidente da Mesa para que não façamos comparações pouco elegantes nesta discussão. Em substituição ao que foi dito pelo Senador Lauro Campos, do meu Partido, na Comis-

são de Assuntos Econômicos, faço também algumas comparações.

Pelo critério posto pela Bancada de sustentação do Governo nesta Casa, o Sr. Armínio Fraga teria sido indicado para a Presidência do Banco Central por ser um homem que entende das operações do mercado, que viveu do outro lado e que, como tal, estaria apto para enfrentar a crise brasileira. Digamos que o Senado Federal fosse o Olimpo. No tabernáculo grego, indicar Armínio Fraga para a Presidência do Banco Central seria como se os deuses do Olimpo indicassem Narciso para a campanha de combate às vaidades. Na Roma Antiga, seria como se o Senado romano indicasse Nero para a campanha de combate às queimadas – supondo que eles tivessem a Amazônia. Na Igreja Católica, para contemplarmos as mulheres, seria como se indicassem Afrodite para a campanha do celibato.

Com essas palavras, atendo ao pedido de V. Ex^a para que não façamos comparações deselegantes. Busco a história, a mitologia e o Direito Romano para fazer comparações do mesmo teor.

Além disso, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quanto à indicação do Sr. Armínio Fraga, discordo de meu colega de Bloco, Senador Roberto Freire. S. Ex^a afirmou que não traríamos mais a este Plenário nossa tese da Comissão de Assuntos Econômicos, por ter sido derrotada em função de questionamentos éticos. Entendo ser pertinente esta discussão aqui, porque a Comissão de Assuntos Econômicos conta apenas com uma parte deste Plenário; são apenas alguns Senadores. Aqui, temos a possibilidade de dialogar com cada um de V. Ex^{as}, lembrando que a Humanidade tem gerado procedimentos que utilizam dois pesos e duas medidas. Os seres humanos, em seu questionamento ético, costumam repudiar práticas inaceitáveis tais como a prostituição infantil, o terrorismo, o roubo, o assassinato e tantas outras mazelas que deterioram o crescimento da civilização humana. No entanto, convivemos pacificamente com homens de negócio que são até mesmo elogiados por sua competência ou esperteza, mas que, num lance, numa operação, colocam em risco a vida de povos inteiros, de civilizações inteiras. Era isso o que fazia o Grupo Soros, era isso o que fazia o Sr. Armínio Fraga quando estava operando a dita pasta dos países emergentes. Ele mesmo diz: "Eu era responsável pela observação da economia dos países emergentes, em seus aspectos políticos, econômicos e sociais". E o que fazia com essas informações? Dava

o tiro certeiro, Sr. Presidente, levando essas economias à bancarrota.

Diante disso, pergunto: qual a diferença entre uma guerra biológica que acaba com vidas, massacra populações e a guerra biológica da fome, que inviabiliza economias, países e culturas inteiras? O Sr. Armínio Fraga fazia isso, e a nossa civilização não condena esses procedimentos. Por isso, penso que é pertinente fazermos o debate ético desses procedimentos quando discutimos a indicação do Presidente do Banco Central.

Como Líder do Bloco de Oposição, sou contra a indicação do Sr. Armínio Fraga. Não é um problema pessoal, pois até penso que S. Ex^a é aprovado quanto ao notório saber. Se não o fosse, não poderia ter sido indicado para ser operador de uma "megaempresa" de especulação, ganhando o salário que ganhava. Se não fosse notório o seu saber, não estaria trabalhando ora em instituições públicas, ora em instituições privadas. Sr. Presidente, é notório o seu saber, mas é o saber a serviço de quem, a serviço do quê, para beneficiar a quem?

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, vamos proceder a uma votação. A Constituição de 1988 deu-nos a possibilidade de aprovamos ou não a indicação do Presidente do Banco Central. É uma candidatura cujo Partido é o Presidente Fernando Henrique Cardoso e cujos eleitores são os Srs. Senadores. Resta saber se, neste embate, faremos prevalecer o segundo critério, que é o da reputação ilibada, o mais importante de todos neste momento.

Não acredito que Zeus, no Olimpo, tivesse a coragem de colocar Narciso para fazer uma campanha de combate às vaidades. Não acredito que o Senado romano colocasse Nero para fazer uma campanha de combate às queimadas. É por isso que faço um apelo a esta Casa: que questionemos a posição daquele que está sendo indicado para a Presidência do Banco Central.

Sr. Presidente, já concluo meu discurso, para ser disciplinada, como tem apelado V. Ex^a. No discurso do Sr. Armínio Fraga, S. Ex^a dizia que "as economias estão em desenvolvimento e que isso é uma condição sine qua non para o crescimento econômico, que haja a poupança – inclusive a pública, diz S. S^a –, que haja investimento na área de ciência e tecnologia e que haja o fundamental: educação.

Quero ver como S. S^a vai compatibilizar essa sua teoria com relação ao crescimento econômico com a política econômico-social que está sendo implementada neste País, com cortes nas áreas de

educação, de saúde, nas universidades e nos centros de excelência. É uma contradição.

Infelizmente, não somos cobrados por aquilo que dizemos e fazemos. É por isso que as pessoas vêm ao Senado, vão à Presidência da República, aos Partidos e dizem o que bem entendem, porque também podem fazer o que bem entendem após dizerem e, principalmente, após eleitos.

Sr. Presidente, faço um apelo a esta Casa, num momento tão importante para o nosso País, em que estamos aprovando ou não aquele que irá operar a política monetária deste País, para que pensemos na política econômica a ser adotada pelo Presidente indicado para o Banco Central.

Sou contra a indicação do Sr. Armínio Fraga, por todas essas colocações e pelas de ordem técnica que foram manifestadas pelos meus colegas de Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, lamento profundamente que estejamos votando esta matéria sem que antes, de acordo com a proposta que fiz na Comissão de Assuntos Econômicos, tivesse sido votada na Câmara dos Deputados a Lei da Quarentena.

Não se pode dizer que essa apreciação foi difícil ou impossível. Essa é uma questão tremendamente grave, de uma grande responsabilidade. Esta Casa aprovou por unanimidade a Lei da Quarentena.

Sr. Presidente, peço um pouco de silêncio ao Plenário. Parece que os votos já estão definidos, e há uma movimentação paralela inédita na história do Plenário. Para que a imprensa observe, vamos fingir que estamos dando importância à indicação do Presidente do Banco Central e, pelo menos, manter o silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Há um equívoco de V. Ex^a. O Plenário está atento talvez pela presença de V. Ex^a na tribuna.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a acha que o Plenário está atento? Estava agora porque V. Ex^a falava. Quando V. Ex^a fala, até pela expectativa do que vai dizer, pela admoestação que fará, faz-se o silêncio. Silenciou quando V. Ex^a falou; quando parou, começou a risada.

É profundamente grave o fato de os Diretores do Banco Central terem saído da administração do Banco e ido para uma empresa, estrangeira ou na-

cional, ligada ao setor financeiro, de onde saíram para retornar ao Banco Central.

Esta Casa aprovou, por unanimidade, a Lei da Quarentena, tendo o apoio e a cobrança de toda a imprensa. O Presidente da Câmara reuniu os Líderes e submeteu o Projeto da Quarentena à votação. De repente, o Governo, até então indiferente com relação ao assunto, envia um projeto que foi acoplado ao aprovado pelo Senado. No momento da votação, como não houve entendimento, retiraram de pauta o Projeto da Quarentena.

Em dezembro, o Governo convocou extraordinariamente o Congresso Nacional. Deveria ter incluído na Convocação Extraordinária da Câmara o citado projeto. Não o fez e assume a responsabilidade. Lamentavelmente, os Parlamentares, que poderiam tê-lo inserido numa votação plenária, não o fizeram.

Na semana passada, por ocasião desta apreciação, apelei para não o fazermos antes de o Governo cobrar da Câmara a votação do Projeto da Quarentena.

Aliás, vou fazer justiça. O próprio indicado para a presidência do Banco Central diz ser favorável a essa idéia. No entanto, vamos votar seis nomes, quatro dos quais provenientes de entidades empresariais financeiras, para as quais voltarão, a exemplo dos seus antecessores, como tudo leva a crer. Mas, se temos a chance de, hoje, agora, neste instante, moralizar esse processo, se podemos fazer isso e se o Governo está interessado – e consegue tudo o que quer –, por que, já que a Câmara está reunida, não suspendemos essa sessão agora e cobramos da Câmara a votação hoje da Lei da Quarentena, para que nos reunamos amanhã e votemos esse Projeto? É o mínimo que esta Casa poderia fazer.

O Poder Executivo deveria ter respeito por esta Casa. Em quatro meses, houve quatro Presidentes do Banco Central. No entanto, vamos apreciar mais um nome. O adiamento poderia ser requerido por 24 horas. V. Ex^a, Sr. Presidente, tem prestígio, mas não quer fazê-lo. Muitos sabem que, se V. Ex^a não for a favor, não será aprovado. Mas, se V. Ex^a tivesse feito de outra forma, todos saberíamos que seria aprovado. V. Ex^a poderia ter transferido a sessão para amanhã e telefonado para o Presidente Michel Temer solicitando que a Câmara votasse esse projeto até amanhã. Estaria resolvido. Se votarmos hoje o Presidente do Banco Central, a quarentena será votada posteriormente e, não podendo retroagir, não o atingirá mais e nem os cinco Diretores indicados. Mas, se votarmos a quarentena antes, seus nomes

serão atingidos. Vamos começar a dar vida nova a esse processo.

Incomoda-me saber que o próprio Presidente do Banco Central está a favor, dizendo que defende a Lei da Quarentena por ser necessária, justa e ética.

No entanto, o Senado está reunido para esta apreciação. Tudo ocorreu em uma quarta-feira, a Câmara já votou várias matérias e agora mesmo há **quorum**. Sabemos que, se houvesse uma reunião de Líderes; aquela Casa suspenderia a sessão e, daqui a uma hora, votaria essa matéria – como sempre faz. Sou capaz de dizer que até poderemos votar esse projeto hoje à noite.

Sr. Presidente, faço-lhe um apelo do fundo do meu coração. V. Ex^a é um homem de capacidade e competência, e, mesmo que discordem das suas opiniões, todos sabem que assume e que briga pelo que defende. Faço um apelo dramático a V. Ex^a, que tem falado sobre nossa luta para valorizar o Senado e o Congresso, que tem apresentado grande quantidade de serviço realizado. Nunca se trabalhou tanto e tantas matérias foram votadas como nesta presidência. V. Ex^a cresce por votar e também por deixar de votar matérias. No caso, não é preciso deixar de votar, mas apenas adiar. Que exemplo extraordinário faríamos agora se suspendêssemos a reunião para irmos à Câmara. V. Ex^a poderá ir sozinho, mas poderia levar, apenas como figuração, os Líderes de Bancada e apelar para que se vote, imediatamente, a Lei da Quarentena. Se assim o fosse, amanhã esse projeto seria votado. Basta V. Ex^a querer. Sr. Presidente, está em suas mãos. É o mínimo que podemos fazer.

Com relação ao voto, faço um apelo ao ilustre Presidente: não tome o resultado da votação como aplauso à indicação do nome; tome como resultado da votação o esforço do Senado querendo ajudar, o medo do Senado ao terrorismo que se fez de que, se o nome for rejeitado, não se sabe o que vai acontecer. Mas se pegarmos um a um dos parlamentares do Governo e perguntarmos a eles, iremos sentir o constrangimento com que estão votando, vamos sentir o esforço que estão fazendo para tentar ajudar.

Numa hora como esta, quando estamos vivendo numa encruzilhada total: ou o Governo controla o dólar e a inflação, e continuamos, ou o dólar e a inflação disparam e, com dois meses, o Governo chega ao seu final.

A palavra está com V. Ex^a, Sr. Presidente. Se V. Ex^a consultar os Líderes de todos os Partidos, S. Ex^as haverão de dizer-lhe isso. Coragem é o que

não lhe falta, Sr. Presidente; é hora, mais uma vez, de demonstrá-la.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Os argumentos finais do Senador Pedro Simon me impedem de atender a sua proposta de adiamento. A situação do Brasil não permite que se adie a votação de um Presidente do Banco Central.

Encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Sr. Presidente, o Senador Romeu Tuma estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Senador Ademir Andrade, V. Ex^a encaminhará a votação. V. Ex^a não estava inscrito. Mas a discussão está encerrada. Estamos em processo de votação.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex^a, na Mesa, fará o seu protesto.

Estamos em processo de votação. Vou ligar o painel.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a tem conduzido os trabalhos do Senado com muita elegância. Peço a V. Ex^a, apelo a V. Ex^a que me conceda a palavra como último inscrito, para que eu possa falar por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex^a não se inscreveu propositadamente. Não quis se inscrever. Encerrada a discussão, V. Ex^a tem o direito de encaminhar a votação.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Em cinco minutos é impossível, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Então, V. Ex^a terá seis minutos.

Concedo a V. Ex^a a palavra para encaminhar a votação.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, desejo esclarecer que o Senador Romeu Tuma estava inscrito para discutir a matéria. Eu esperava que S. Ex^a fizesse para; depois, me pronunciar. Mas, lamentavel-

mente, foi feita essa manobra e só me é permitido encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Senador, não houve manobra. V. Ex^a é da Mesa, trate de respeitá-la.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – RA)

– Sr. Presidente, não estou desrespeitando-a. Estou relatando um fato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Então, entre no assunto.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– A Oposição não radicaliza contra nomes. Quando da votação do nome do Sr. Francisco Lopes, só três votos foram contrários nesta Casa, os dos Senadores José Eduardo Dutra e Antônio Carlos Valadares e o meu.

Neste momento, chamo a atenção dos Srs. Senadores, principalmente dos do PMDB, para a manchete do **Correio Braziliense**, a declaração do Ministro Pedro Malan em reunião com Senadores do PFL, em que admite a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal e declara, inclusive, que, numa reunião do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o PFL, elogiou-se as privatizações.

Estamos nomeando um dirigente para o Banco Central para cuja política – a que ele pretende exercer – eu quero chamar atenção dos Srs. Senadores, porque, nesta Casa, permanentemente, os Senadores Carlos Bezerra, Fernando Bezerra, Jonas Pinheiro e tantos outros vêm a esta tribuna se queixar e lamentar a política de juros.

Pois bem, o Sr. Armínio Fraga, em seu depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos, disse que a âncora deixa de ser a paridade do real com o dólar e passa a ser a política monetária. Em outras palavras, disse que "vamos manter os juros altos". Disse também: "Eu sou um homem de compromissos. Vamos cumprir todos os nossos compromissos assumidos".

Srs. Senadores, lembrei os quatro anos passados para que entendam o que ocorreu com este País. Durante quatro anos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso cumpriu seus compromissos externos. Para tanto, manteve juros altos, capitais voláteis e elevou a dívida interna a valor astronômico, impagável. Hoje não é mais possível continuar com isso. A dívida interna brasileira chegou a seu limite, 46% do Produto Interno Bruto, e não é possível superar isso. E agora? Qual a solução para continuar pagando os compromissos externos e cumprindo os

compromissos internos? Acabar com a única coisa boa que o Presidente Fernando Henrique Cardoso alcançou nesses quatro anos, a inflação. Além disso, destruiu, mudou a política cambial, passou para o câmbio flutuante e a inflação está de volta.

Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, quando votávamos a aprovação do Sr. Francisco Lopes, afirmei, na tribuna desta Casa, que, no final de março, a inflação no Brasil estaria em 10%. Todos deram risadas, mas em janeiro, a inflação foi 1%, em fevereiro, 3,4%, e a previsão para março já é de 4,5%. Portanto, a inflação, no final de março, será superior a 10%, e não ao valor que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que não entende nada de economia, afirmou que, ao longo do ano, a inflação poderia chegar a 10%.

Vivemos quatro anos acumulando dívida interna, rolando, mês a mês, para cumprir, captar dólares e pagar o serviço da dívida externa. Agora, como essa política não é mais possível. Então, tira-se do Orçamento, do Social, dos aposentados, dos funcionários públicos, de tudo para continuar cumprindo esses compromissos externos.

Não tenho dúvida da política que o Sr. Armínio Fraga pretende desenvolver com o Sr. Malan, seu aliado e companheiro. Não estou aqui discutindo a sua origem, mas quero lembrar a V. Ex^a, Sr. Presidente, e aos Senadores desta Casa que se há responsáveis pelos R\$400 bilhões de dívida interna são os especuladores internacionais. Quem fez essa dívida? Eles, com o consentimento claro e pacífico da equipe econômica do Governo. Será que o Congresso Nacional não enxerga a incapacidade e o comprometimento político dessa equipe econômica? Submetendo-se, mais uma vez, à determinação do Senhor Fernando Henrique e do Sr. Malan, mesmo depois de todos os erros cometidos por eles? Como aceitar uma imposição do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso?

Ao final de março, chegaremos a uma inflação de 10%, como afirmei no momento em que votávamos a indicação do nome do Sr. Francisco Lopes. Não tenho dúvidas de que as exportações aumentarão, como já estão aumentando. Tivemos superávit agora em fevereiro e teremos um superávit muito grande em março. No fim do ano, chegaremos a superávit de US\$ 7 a 8 bilhões, porque agora não há mais como captar dinheiro aumentando a dívida interna. Agora tem de se gerar superávit a qualquer custo. Como fazer isso? Com juros altos, com a contenção forçada de consumo do povo brasileiro e com estímulo à aplicação no sistema financeiro. Como fa-

zêr isso com redução e achatamento salarial dos trabalhadores brasileiros, dessa vez, de forma muito mais grave, sem ninguém atentar para isso? Agora, o desemprego é maior, o poder aquisitivo é menor e haverá falta de mercadorias, uma vez que as importações serão reduzidas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Peço a V. Ex^a que conclua, pois já ultrapassou dois minutos do seu prazo.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Concluirei logo, Sr. Presidente.

Os produtores brasileiros deixarão de vender no mercado interno para fazê-lo no mercado internacional, porque para eles essa política do dólar é muito melhor. Apenas o cego não vê isso e não entende que essa equipe econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso é incompetente, comprometida com o capital internacional e continua seguindo as ordens e as determinações dessa gente incompetente.

Finalizando, é hora do Brasil, da classe política e dos Governadores assumirem de fato a sua posição. Cumprir o dever não é fazer o que o Poder Executivo manda, mas discutir as soluções para este País. Lamentavelmente, o Congresso não fez isso. E, mais uma vez, ao votar nesse cidadão, estará deixando de cumprir a sua responsabilidade e de avançar os problemas por que passa o nosso País.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra à Senadora Marina Silva pela ordem.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na condição de Líder do Bloco da Oposição, farei um esclarecimento para que não pare nenhuma dúvida sobre os nossos procedimentos de discussão de matéria. Parece-me que não se constitui uma exigência regimental a inscrição na Mesa para debater as matérias. Ao serem avisados de que continua em discussão a matéria, é possível aos Srs. Senadores do Plenário inscreverem-se para falar. É só um esclarecimento, porque, da forma como foi dito, deu-se a entender que, não estando inscrito na Mesa, não se poderia falar, quando é possível também a inscrição do Plenário da Casa, como tem ocorrido aqui pelo direito consuetudinário, se não pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– V. Ex.^a, com os seus conhecimentos jurídicos, aborda uma questão. Mas, na prática, sem conhecimento jurídico, respondo: trata-se de querer falar na hora que se deseja. Se há um livro de inscrição, ou

uma lista de inscrição, falam os inscritos na ordem de inscrição. O que houve foi uma transigência com o Senador Eduardo Suplicy, que pediu para aprontar mais ainda o seu pronunciamento. Então, eu tirei S. Ex.^a de uma posição, que era a quarta, e o passei para a oitava ou nona. Daí por que acho que V. Ex.^a não tem razão nas suas considerações, mas, mesmo assim, eu as acato com muito prazer, como sempre faço.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acredito que o tempo já ultrapassou em muito a expectativa dos Srs. Senadores. Creio também que todos os membros do Bloco da Oposição tiveram oportunidade de tratar do assunto sobre a indicação do Sr. Armínio Fraga e dos demais membros da futura Diretoria do Banco Central. Eu apenas lembraria que o Senador Fernando Bezerra, ao presidir a Comissão de Assuntos Econômicos, aquiesceu a todos os levantamentos de ordem feitos pelo Bloco de Oposição e os colocou em funcionamento de acordo com aquilo que lhe foi proposto por ela.

Ficamos por nove horas na sabatina do Sr. Armínio Fraga e demais Diretores, ocasião em que todos os pontos foram explorados. Diria que o Senador Ney Suassuna, ao elaborar seu brilhante relatório, teve o cuidado de conversarmos um pouco antes sobre o assunto para fazermos um trabalho que, em linguagem policial, se diz de investigação sobre as pseudo ou prováveis denúncias, suspeitas e dúvidas que pairavam sobre o comportamento ético do Sr. Armínio Fraga durante o seu trabalho em uma empresa privada.

Todas as conclusões a que chegou o Relator foram feitas após serem ouvidos os vários segmentos da sociedade civil. Ao terminar a sua exposição, como primeiro membro a interpelar o indicado, S. Ex.^a fez o rol das perguntas que ainda pairavam como dúvidas para a conclusão de sua indicação. Dando-se por satisfeita, concluiu que Armínio Fraga e os demais membros preenchiam os pré-requisitos exigidos pela lei em vigor, a Constituição. Além disso, o indicado respondeu com tranquilidade, respeito e segurança a todas as questões que lhe foram levantadas durante o exaustivo tempo em que foi sabatinado.

Foi aprovado o nome do Dr. Armínio Fraga Neto por uma grande maioria. Talvez eu não tenha usado uma linguagem juridicamente correta, mas, na

prática, acho que ela tem muito valor. Qualquer um de nós que veio a esta Casa tem uma história, representou alguma coisa na vida pública. Por isso, nossos eleitores nos trouxeram a esta Casa. A ética e a moral são analisadas quando recebemos votos para a esta Casa virmos.

É claro que há temas discutíveis! Mas eles não podem, em hipótese alguma, ser generalizados num plenário como este.

Tenho ética e dignidade, e aqui estou porque o povo entendeu assim e aqui me trouxe por mais de cinco milhões e seiscentos mil votos. Entendi a indignação do Senador Bornhausen ao repudiar as acusações que lhe foram feitas pelo que S. Ex.^a representou no seu mandato anterior. Bem disse o Senador Suplicy: que todos nós somos dignos, e, por isso, aqui nos encontramos. O Senador Sebastião Rocha disse que não há salvador da pátria, mas há homens de boa vontade que vão procurar lutar para melhorar a situação difícil em que o País se encontra.

Todos nós estamos angustiados, preocupados, e alguns até desesperados. Não acredito, em hipótese alguma, que o Senhor Presidente da República possa estar indiferente ao índice de desemprego, seja ele qual for. Não são os 17, os 12, um emprego que falte para um trabalhador brasileiro, penso eu que seja motivo de preocupação para aqueles que gerenciam os negócios do Estado.

Não há milagre. Temos que nos unir nessas horas difíceis para buscar auxiliar aqueles que lá estão a ter um espaço de apoio e liberdade para poderem alcançar os objetivos que traçaram. Armínio Fraga foi claro. Um de seus objetivos, uma de suas metas é lutar contra a inflação, manter o câmbio flutuante, controlar os juros.

Se essa meta não for alcançada, teremos a responsabilidade de chamar a cada passo a atenção de S. S.^a e também exigir que providências sejam tomadas.

Respondendo pela Liderança do Governo, apelo aos Srs. Senadores que votem favoravelmente, pois, há mais de um mês, o Banco Central está tentando gerenciar a crise com um Presidente substituto. O Sr. Armínio Fraga foi claro: por não estar ainda na Presidência, não pôde tomar conhecimento de fatos que interessam para a definição de uma política completa para o Banco Central e as suas metas.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Passa-se à votação. As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 68, DE 1999 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. ARMÍNIO FRAGA NETO, PARA EXERCER O
CARGO DE PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Nº Sessão: 1

Nº Vol.: 1

Data Início: 03/03/1999

Hora Início: 17:37:16

Data Sessão: 03/03/1999

Data Fim: 03/03/1999

Hora Fim: 17:55:09

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	Votou	BLOCO	AC	MARINA SILVA	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PMDB	RR	MARLUCE PINTO	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou	PFL	RO	MOREIRA MENDES	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PFL	RR	MORARILDO CAVALCANTI	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	Votou
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PTB	MG	ARLINDO PORTO	Votou	PSDB	PR	OSMAR DIAS	Votou
PFL	MA	IBELLO PARGA	Votou	PSDB	ES	PAULO HARTUNG	Votou
PFL	AM	IBERNARDO CABRAL	Votou	PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou	PSDB	SP	PEDRO PIVA	Votou
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	Votou	PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PSDB	PE	CARLOS WILSON	Votou	PMDB	MS	RAMEZ TEbet	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou	BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	Votou
PFL	BA	DIJALMA BESSA	Votou	BLOCO	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PMDB	AL	DJALMA FALCÃO	Votou	PSDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	PFL	SP	ROMEO TUMA	Votou
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
BLOCO	SP	EDUARDO SUPlicy	Votou	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	Votou
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	Votou	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	Votou
PPB	RO	ERNANDES AMORIM	Votou	BLOCO	AC	TIAO VIANA	Votou
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	Votou
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou				
PFL	PI	FREITAS NETO	Votou				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou				
PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	Votou				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	Votou				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	Votou				
PMDB	MA	JÓAO ALBERTO SOUZA	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	Votou				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou				
PMDB	RS	JOSÉ FOQAÇA	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	MS	JUVENTÍCIO DA FONSECA	Votou				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	Votou				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSBD	MS	LÚDIO COELHO	Votou				
PMDB	DF	LUIZ ESTEVÃO	Votou				
PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou				
PSDB	ES	LUZIA TOLEDO	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Votos Sim: 57

1º Sec.: *

2º Sec.: *

3º Sec.: *

4º Sec.: *

Votos Não: 20

Total: 77

Votos Abst: 0

Operad.: MANUTENÇÃO KOPP

Emissão em: 03/03/99 - 17:55

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) –
Votaram SIM 57 Srs. Senadores e NÃO 20.

Não houve abstenção.

Total: 77 votos.

Foi aprovado o nome do Sr. Armínio Fraga Neto para Presidente do Banco Central.

Será feita a comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) –

Item 2:

PARECER Nº 69, DE 1999

Escolha de autoridade

Discussão, em turno único, do Parecer nº 69, de 1999, da Comissão de Assuntos

Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 77, de 1999 (nº 241/89 na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Daniel Luiz Gleizer para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 69, DE 1999 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. DANIEL LUIZ GLEIZER, PARA EXERCER O
CARGO DE DIRETOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 2

Data Início: 03/03/1999

Hora Início: 17:55:39

Data Sessão: 03/03/1999

Data Fim: 03/03/1999

Hora Fim: 17:58:51

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	Votou	PFL	RO	IMOREIRA MENDES	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PSDB	PR	OSMAR DIAS	Votou
BLOCO	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	Votou	PSDB	ES	PAULO HARTUNG	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou	PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou	PSDB	SP	PEDRO PIVA	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou	PMDB	RS	PEORO SIMON	Votou
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	Votou	PMDB	MS	RAMEZ TEbet	Votou
PSDB	PE	CARLOS WILSON	Votou	BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou	BLOCO	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	DJALMA BESSA	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	AL	DJALMA FALCÃO	Votou	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	Votou
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	Votou
BLOCO	SP	EDUARDO SUPILY	Votou	BLOCO	AC	TIÃO VIANA	Votou
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	Votou	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	Votou
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou				
PFL	PI	FREITAS NETO	Votou				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou				
PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	Votou				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	Votou				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	Votou				
PMDB	MA	JOÁO ALBERTO SOUZA	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	Votou				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou				
PMDB	RS	JOSÉ FOGACA	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	Votou				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	Votou				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou				
PMDB	DF	LUÍZ ESTEVÃO	Votou				
PPB	PA	LUÍZ OTÁVIO	Votou				
PSDB	CE	LUÍZ PONTES	Votou				
PSDB	ES	LUZIA TOLEDO	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	Votou				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	Votou				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃE

Votos Sim: 52

1º Sec.: *

2º Sec.: *

3º Sec.: *

4º Sec.: *

5º Sec.: *

Votos Não: 19

Total: 73

Votos Abst: 2

Operad.: MANUTENÇÃO KOPP

Emissão em: 03/03/99 - 17:58

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Votaram SIM 52 Srs. Senadores e NÃO 19.

Houve 2 abstenções.

Total: 73 votos.

Aprovado.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 3:**

PARECER N° 70, DE 1999

Escolha de Autoridade

Discussão, em turno único, do Parecer nº 70, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 78, de 1999 (nº 242/99, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Edison Bernardes dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Em discussão.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE) – Sr. Presidente, peço a palavra discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de ressaltar que votarei favoravelmente, porque há demonstração, e o relatório do Senador Ney Suassuna indica isto, que nos quadros do Banco Central do Brasil existem servidores públicos que podem desempenhar função de direção naquela instituição.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR) – Sr Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra, pela ordem, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar aos Senadores que após a votação dos indicados para a Diretoria do Banco Central haverá a votação do Item 7, que é uma PEC e exige votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Encerrada a discussão. Em votação.

As Srs e Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 70, DE 1999 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. EDISON BERNARDES DOS SANTOS, PARA
EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 3

Data Início: 03/03/1999

Hora Início: 17:59:17

Data Sessão: 03/03/1999

Data Fim: 03/03/1999

Hora Fim: 18:02:13

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	Votou	PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PSDB	PR	OSMAR DIAS	Votou
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PSDB	ES	PAULO HARTUNG	Votou
PTB	MG	ARLINDO PORTO	Votou	PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou	PSDB	SP	PEDRO PIVA	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou	PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	Votou	BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	Votou
PSDB	PE	CARLOS WILSON	Votou	BLOCO	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PMDB	SC	CASILDO Maldaner	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PFL	BA	DJALMA BESSA	Votou	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
PMDB	AL	DJALMA FALCÃO	Votou	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	Votou
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou	BLOCO	AC	TIÃO VIANA	Votou
BLOCO	SP	EDUARDO SUPILCY	Votou	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	Votou
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	Votou				
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou				
PFL	PI	FREITAS NETO	Votou				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou				
PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	Votou				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	Votou				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	Votou				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	IMS	JUVENTÍCIO DA FONSECA	Votou				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	Votou				
PPB	TO	LEONMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	IMS	LÚDIO COELHO	Votou				
PMDB	DF	LUIZ ESTEVÃO	Votou				
PPB	PA	ILUZ OTÁVIO	Votou				
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou				
PSDB	ES	LUZIA TOLEDO	Votou				
PMDB	GO	MACUITO VILELA	Votou				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	Votou				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	Votou				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃE

Votos Sim: 64

1º Sec.: *

2º Sec.: *

3º Sec.: *

4º Sec.: *

Operad.: MANUTENÇÃO KOPP

Votos Não: 7

Total: 73

Votos Abst: 2

Emissão em: 03/03/99 - 18:02

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 64 Srs. Senadores; e NÃO, 7.

Houve 2 abstenções.

Total: 73 votos.

Aprovado.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 4:**

PARECER N° 71, DE 1999

Escolha de Autoridade

Discussão, em turno único, do Parecer nº 71, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 79, de 1999 (nº 243/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Luiz Carlos Alvarez para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

(Procede-se à votação nominal.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Tem a palavra o Senador Roberto Freire para encaminhar a votação.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE)

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, pelos mesmos motivos expostos anteriormente, voto a favor desse nome por ser o indicado funcionário de carreira do Banco Central desde a década de 70, que é a demonstração, para as Srs. Senadores e para a opinião pública, de uma tese que há muito tempo defendemos, isto é, que o Banco Central, por ser uma instituição pública, deve ser dirigido por servidores públicos, evitando-se, assim, a promiscuidade, que, parece-me, o Sr. Armínio Fraga pensou em repelir. Isso, infelizmente, retrata muito bem a realidade do Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação. As Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER N° 71, DE 1999 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. LUIZ CARLOS ALVAREZ, PARA EXERCER O
CARGO DE DIRETOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 4

Data Início: 03/03/1999

Hora Início: 18:02:35

Data Sessão: 03/03/1999

Data Fim: 03/03/1999

Hora Fim: 18:04:59

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	Votou	PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PSDB	PR	OSMAR DIAS	Votou
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PSDB	ES	PAULO HARTUNG	Votou
PTB	MG	ARLINDO PORTO	Votou	PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou	PSDB	SP	PEDRO PIVA	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou	PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	Votou	BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	Votou
PSDB	PE	CARLOS WILSON	Votou	BLOCO	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PFL	BA	DIJALMA BESSA	Votou	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
PMDB	AL	OJALMA FALCÃO	Votou	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	Votou
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou	BLOCO	AC	TIÃO VIANA	Votou
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	Votou
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	Votou				
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou				
PFL	PI	FREITAS NETO	Votou				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou				
PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PNB	AP	GILVAM BORGES	Votou				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	Votou				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	Votou				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	Votou				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	Votou				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	Votou				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou				
PMDB	DF	LUÍZ ESTEVÃO	Votou				
PPB	PA	LUÍZ OTÁVIO	Votou				
PSDB	CE	LUÍZ PONTES	Votou				
PSDB	ES	LUÍZA TOLEDO	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	Votou				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	Votou				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Votos Sim: 65

1º Sec.: *

2º Sec.: *

3º Sec.: *

4º Sec.: *

Votos Não: 7

Total: 73

Votos Abst: 1

Operad.: MANUTENÇÃO KOPP

Emissão em: 03/03/99 - 18:04

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 65 Srs. Senadores; NÃO, 7.

Houve 1 abstenção.

Total: 73 votos.

Aprovado.

Será feita a comunicação ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 5:**

PARECER Nº 72, DE 1999

Escolha de Autoridade

Discussão, em turno único, do Parecer nº 72, de 1999, da Comissão de Assuntos

Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 80, de 1999 (nº 244/99, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Luiz Fernando Figueiredo para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER N° 72, DE 1999 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO, PARA EXERCER
O CARGO DE DIRETOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 5

Data Início: 03/03/1999

Hora Início: 18:05:21

Data Sessão: 03/03/1999

Data Fim: 03/03/1999

Hora Fim: 18:07:20

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	Votou	PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PSOB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PSDB	PR	OSMAR DIAS	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PSDB	ES	PAULO HARTUNG	Votou
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PTB	MG	ARLINDO PORTO	Votou	PSDB	SP	PEDRO PIVA	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou	PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou	PMDB	MS	RAMEZ TEbet	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou	BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	Votou
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	Votou	BLOCO	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PSDB	PE	CARLOS WILSON	Votou	PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
PFL	BA	DJALMA BESSA	Votou	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	Votou
PMDB	AL	DJALMA FALCÃO	Votou	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	BLOCO	AC	TIÃO VIANA	Votou
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	Votou
BLOCO	SP	EDUARDO SUPILY	Votou				
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	Votou				
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou				
PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	Votou				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	Votou				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	Votou				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	Votou				
PMDB	AP	JOSE SARNEY	Votou				
PMDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	Votou				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	Votou				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou				
PMDB	DF	LUIZ ESTEVÃO	Votou				
PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PSDB	CE	LUIZ PONTES	Votou				
PSDB	ES	LUZIA TOLEDO	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	Votou				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	Votou				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Votos Sim: 52

1º Sec.: *

2º Sec.: *

3º Sec.: *

4º Sec.: *

Votos Não: 18

Total: 72

Votos Abst: 2

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 52 Srs. Senadores; e NÃO, 18.

Houve 02 abstenções.

Total: 72 votos.

Aprovado.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 6:**

PARECER Nº 73, DE 1999**Escolha de Autoridade**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 73, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, sobre a Mensagem nº 81, de 1999 (nº 245/99, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE)

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a exemplo do Senador Roberto Freire, votei a favor dos Srs. Edison Bernardes dos Santos e Luiz Carlos Alvarez. Registro que, dos seis nomes que estamos votando hoje, quatro são oriundos do mercado financeiro: o Sr. Armínio Fraga e mais três; um é do Garantia e outro, do BBM – dois bancos que supostamente, segundo o Deputado Aloizio Mercadante, teriam feito movimentações suspeitas às vésperas da mudança da política do dólar. Um deles é do BBA, instituição financeira que, nas apostas para a escolha de Diretor do Banco Central, é pule de dez – o BBA sempre emplaca algum diretor. A sigla BBA, como sabemos, é formada por B de Bacha, B de Bracher e A de Arida. Não estou fazendo nenhum juízo de valor sobre os nomes em si, mas esses fatos confirmam essa promiscuidade entre o Banco Central e o sistema financeiro nacional.

Voto contra a aprovação desse nome, como o fiz nos Itens 1, 2, 5 e 6.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Passa-se à votação. As Srªs e Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal.)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER N° 73, DE 1999 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG, PARA
EXERCER O CARGO DE DIRETOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 6

Data Início: 03/03/1999

Hora Início: 18:07:40

Data Sessão: 03/03/1999

Data Fim: 03/03/1999

Hora Fim: 18:11:13

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	Votou	PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	PMDB	AC	NABOR JUNIOR	Votou
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	Votou	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PSDB	PR	OSMAR DIAS	Votou
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PSDB	ES	PAULO HARTUNG	Votou
PTB	MG	ARLINDO PORTO	Votou	PFL	BA	PAULO SOUTO	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou	PSDB	SP	PEDRO PIVA	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou	PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	Votou	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	Votou	BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	Votou
PSDB	PE	CARLOS WILSON	Votou	BLOCO	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou	PFL	SP	ROMEO TUMA	Votou
PFL	BA	DJALMA BESSA	Votou	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
PMDB	AL	DJALMA FALCÃO	Votou	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	Votou
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou	BLOCO	AC	TIÃO VIANA	Votou
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	Votou
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	Votou				
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou				
PFL	PI	FREITAS NETO	Votou				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou				
PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	Votou				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	Votou				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	Votou				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	Votou				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	Votou				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou				
PMDB	RS	JOSÉ FOGACA	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	Votou				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou				
PMDB	DF	LUÍZ ESTEVAO	Votou				
PPB	PA	LUÍZ OTÁVIO	Votou				
PSDB	CE	LUÍZ PONTES	Votou				
PSDB	ES	LUZIA TOLEDO	Votou				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	Votou				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	Votou				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	Votou				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃE

Votos Sim: 53

1º Sec.: *

2º Sec.: *

3º Sec.: *

4º Sec.: *

Votos Não: 19

Total: 73

Votos Abst: 1

Operad.: MANUTENÇÃO KOPP

Emissão em: 03/03/99 - 18:11

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM 53 Srs. Senadores; e NÃO 19.

Houve 1 abstenção.

Total: 73 votos.

Aprovado.

Será feita a comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– **Item 7:**

Votação, em segundo turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 64**, de 1995, de iniciativa do Senador Osmar Dias e outros senhores Senadores, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal (prazo prescricional das ações trabalhistas).

A matéria constou da pauta da sessão deliberativa de 15 de dezembro, quando teve a votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se, assim, à votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta matéria já foi exaustivamente debatida quando da votação em primeiro turno. Primeiramente, desejo registrar que, nesta questão, o Bloco está liberado, pois não há posição fechada. No entanto, quero lembrar que, quando da discussão da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, apresentei uma emenda – relatada pelo Senador Ramez Tebet –, que recebeu parecer favorável, tendo sido aprovada à unanimidade. A emenda reconhecia que não se deveria manter a imprescritibilidade de Direitos Trabalhistas para a área rural, como na atual Constituição. Contudo, eu insistia em que houvesse um tratamento diferenciado entre trabalhadores rurais e urbanos. Se não me engano, falava-se em oito anos para aqueles e cinco anos para estes últimos. Pelo fato de haver sido a emenda aprovada por unanimidade na Comissão Constituição e Justiça, pressupus ter havido um acordo político nesta Casa. Infelizmente, ao chegar em Plenário, foi a mesma rejeitada por maioria.

Embora reconheça que alguns dos argumentos do Senador Osmar Dias sejam procedentes, entendo que, em vez de discutirmos simplesmente a retirada de alguns direitos trabalhistas da Constituição,

deveríamos, antes, estar dispostos a regulamentar o artigo que trata da demissão imotivada. Se assim fizermos, poderemos votar de acordo com o texto original. Mas, na medida em que isso não aconteceu até o momento; na medida em que o Congresso não se dispôs a regulamentar esse importante artigo; na medida em que o Plenário não seguiu aquele acordo feito – no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça –, eu, particularmente, votarei contra. Se a emenda tivesse sido aprovada, votaria a favor. Todavia, reafirmo que o Bloco de Oposição está liberado para votar de acordo com suas convicções.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, como o Senador José Eduardo Dutra disse, esta matéria foi muito debatida no final da Legislatura passada. Entretanto, como há novos Senadores na Casa, penso que devo fazer uma brevíssima explanação sobre a Proposta de Emenda Constitucional ora em apreço.

Na Constituição atual, os prazos de prescrição das ações trabalhistas para o trabalhador urbano estão claramente estabelecidos: dois anos para ingressar com a ação, com direitos sobre os últimos cinco anos de vigência do contrato de trabalho. Quanto ao trabalhador rural, não há a previsão desse segundo prazo, ou seja, também o trabalhador rural tem dois anos para ingressar na Justiça, sem, contudo, estabelecer-se, na Constituição de 1988, o período de tempo em que os direitos trabalhistas estariam alcançados pela sentença. Destarte, há ações tramitando na Justiça reclamando direitos sobre mais de trinta anos de trabalho, o que, evidentemente, sobre-carrega a Justiça do Trabalho, tornando quase impossível a conclusão dos feitos e a consequente decisão das causas hoje submetidas ao crivo daquela Justiça especializada.

Há, por outro lado, o fato de que, muito dificilmente, o empregador rural tivesse arquivado a documentação durante tanto tempo, ou seja, por 35, 40 anos, o que resulta em contestações em número elevado na Justiça, emperrando, também assim, o trâmite dos processos na Justiça do Trabalho.

Quando se pensou que estava sendo criado um privilégio para o trabalhador rural, o que se estava fazendo, na verdade, era condenando à extinção um número enorme de empregos no campo, de vez que os empregadores, assustados e temerosos com

os valores astronômicos das ações trabalhistas movidas até aqui, afastaram-se da prática de oferecer emprego permanente, optando por contratar o trabalhador volante ou pelo chamado "bóia-fria". Esta, de fato, a grande causa ou a grande indústria de criação da massa de "bóias-frias" que se formou em nosso País. Posso citar, como exemplo, o meu Estado, onde há hoje quase 500 mil famílias nessas condições, sendo egressas de postos de trabalho permanentes no campo, com anotação em carteira, além da garantia da percepção dos encargos sociais, bem como a contagem de tempo para aposentadoria etc. Na verdade, quando pensaram estar ganhando um privilégio, o que de fato sucedeu foi que perderam tudo isso porque perderam o emprego.

Há hoje, claramente, a ação dos empregadores rurais, dos proprietários rurais, que, temerosos pelas circunstâncias, quando um funcionário seu alcança três, quatro ou cinco anos de contrato de trabalho, simplesmente demitem aquele trabalhador para contratar outro, na evidente tentativa de evitar uma ação trabalhista cujos valores, às vezes, ultrapassam o próprio valor da propriedade. Citei aqui, quando da discussão e votação anteriores, o exemplo de uma ação, ainda em curso na Justiça do Trabalho, de uma pessoa que, tendo trabalhado durante 30 anos em uma dada propriedade rural, cultivando um hectare de área, move uma ação cujo valor ultrapassava, já à época, a totalidade do valor dos 40 alqueires, ou ainda, dos 100 hectares que constituem a

área total daquela propriedade. Isto, a meu sentir, é injusto para quem empregou, a par de que, na verdade, não resultará em ganhos para quem trabalhou, porque, por trás dessas ações trabalhistas, há advogados especializados que cobram até 80% do resultado daquela ação, como é o caso no Estado do Paraná. Há ainda muitos exemplos que poderíamos citar aqui; contudo, o que se verifica é que o benefício fica, isto sim, com alguns profissionais inescrupulosos e aéticos – algo muito discutido aqui durante o dia de hoje, Senador Edison Lobão –, que se aproveitam dessas circunstâncias.

A emenda proposta por mim, aprovada em primeiro turno por sessenta votos, nada mais faz que restabelecer a justiça e a paz no campo, acabando com os conflitos na relação do trabalhador rural com seu patrão. Muito mais que isso, haverá a geração de empregos, visto que, a partir do momento em que esta emenda constitucional for aprovada pelo Congresso Nacional, os empregadores, os proprietários rurais, voltarão a dar empregos permanentes aos trabalhadores.

Por essas razões, faço um apelo àqueles que ainda não votaram, mesmo os do Bloco de Oposição, para que votem a favor do trabalhador rural, votando favoravelmente a esta emenda.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação. As Sras e Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal.)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 64, DE 1995

DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XXIX DO ART. 7º E REVOGA O ART. 233 DA CONST.FED. (PRAZO PRESCRICIONAL DAS AÇÕES TRABALHISTAS)

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 7

Data Início: 03/03/1999

Hora Início: 18:11:38

Data Sessão: 03/03/1999

Data Fim: 03/03/1999

Hora Fim: 18:21:16

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	NAO	PFL	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM	PMDB	AC	NABOR JUNIOR	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	SIM	PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	PSDB	ES	PAULO HARTUNG	SIM
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM	PFL	BA	PAULO SOUTO	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM	PSDB	SP	PEDRO PIVA	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM	PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCINIO	SIM	BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	ABST.
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM	BLOCO	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PFL	BA	OJALMA BESSA	SIM	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM
PMDB	AL	OJALMA FALCÃO	SIM	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM	PSDB	CE	SÉRGIO MACHADO	SIM
PFL	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM	BLOCO	AC	TIÃO VIANA	NAO
BLOCO	SP	EDUARDO SUPILY	SIM	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	SIM
BLOCO	RS	EMILIA FERNANDES	SIM				
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
PFL	MO	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	SIM				
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	NAO				
PSDB	RN	GERALDO MELO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
BLOCO	AL	HELOISA HELENA	NAO				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
BLOCO	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PMDB	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	NAO				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM				
PMDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PSBD	MS	LÚDIO COELHO	SIM				
PMDB	DF	LUIZ ESTEVÃO	SIM				
PPB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM				
PSOB	CE	LUIZ PONTES	SIM				
PSOB	ES	LUIZ TOLEDO	SIM				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	NAO				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
Presid.:	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votos Sim:	65				
1º Sec.:	*	Votos Não:	6	Total:	72		
2º Sec.:	*	Votos Abst:	1				
3º Sec.:	*						
4º Sec.:	*						
Operad.:	MANUTENÇÃO KOPP						

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram SIM, 65 Srs. Senadores; e NÃO, 6.

Houve 01 Abstenção.

Total: 72 votos.

A matéria foi aprovada e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a redação final.

É a seguinte a Proposta de Emenda Constitucional aprovada:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N° 64, DE 1995**

Dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional. Art. 1º O inciso XXIX do art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º

.....
XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

....."

Art. 2º Revogam-se o art. 233 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 8:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO N° 1, DE 1999**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 37, de 1999 – art. 281 do Regimento Interno)

Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/99, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição Federal (criação de juizados especiais – habeas corpus tribunal superior STF e tribunal estadual STJ), tendo

Parecer favorável, sob nº 57, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça.

Transcorre hoje o quarto dia de discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 56, de 1999, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 10, de 1999, que autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor de US\$ 757,570,000.00, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, na modalidade de ajuste setorial, da Previdência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil. O requerimento será votado após a Ordem do Dia.

Em votação.

As Sras e Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados (Pausa.).

Aprovado.

A matéria cumprirá o prazo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen.

Após o discurso do Senador Jorge Bornhausen, haverá o lançamento de um livro do eminentíssimo Senador Bernardo Cabral.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC).

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, Exmºs Sras Senadoras, Exmºs Srs. Senadores, a quem quero saudar e cumprimentar, manifestando o meu desejo da melhor convivência, com o maior respeito às opiniões e à dignidade de cada um.

Sr. Presidente, antes de iniciar o tema de meu discurso, desejo, como Senador, como Presidente do Partido da Frente Liberal, expressar a minha solidariedade a V. Exª e o meu repúdio às manifestações deselegantes, impróprias e injustas do vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Manifesto não só o apoio a V. Exª, mas à justa causa que V. Exª defende.

É com muito orgulho e honra que, ao exercer o mandato de Senador da República, ocupo esta tribuna, com o compromisso de defender os interesses de Santa Catarina e do Brasil. Essa responsabilidade é acrescida pelas missões políticas que me ca-

bem na qualidade de Presidente Nacional do Partido da Frente Liberal.

Tivemos um grande resultado nas urnas. Elegemos seis governadores, seis vice-governadores, cinco senadores, 106 deputados federais e 171 deputados estaduais, além de, com alegria e responsabilidade, ter co-participado da eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do nosso grande Líder e companheiro, o Vice-Presidente Marco Antônio Maciel.

Vejo, neste momento, o Congresso Nacional como o grande foro para as mais importantes decisões do País. Só o Congresso tem a força e o poder para as reformas. "Vamos vencer a crise com uma agenda positiva", tal como enunciou com lucidez e determinação, em seu pronunciamento de abertura dos trabalhos legislativos, o eminente Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães. Nesse sentido, considero válida a discussão entre os governadores e o Presidente da República sobre problemas institucionais. Mas a eles compete somente cumprir a Constituição e as leis e, no máximo, contribuir com idéias e sugestões para o encaminhamento das mudanças que só o Congresso pode e deve promover.

O povo quer salvar o Real. A estabilidade da moeda foi uma grande conquista. Ela propiciou ganhos sobretudo aos menos favorecidos. Em seu difícil percurso, a sociedade produtiva – exigida ao máximo – chegou, agora, ao limite de sua capacidade de pagamento de impostos.

É hora de agir, de agendar e não de ser agendado. A responsabilidade é nossa, integrantes do Congresso, representantes dos Estados e do povo.

Chega de remendos e ajustes intermináveis. Temos que ir às raízes de nossos males e procurar, obstinadamente, mudar tudo aquilo na Constituição e nas leis que prejudique ou retarde o encontro definitivo do Brasil com o desenvolvimento sustentado e com a justiça social.

Devemos, de imediato, colocar na pauta a reforma política, bem como a complementação da reforma do Estado, que desembocará na definitiva reforma tributária e na segunda e imprescindível etapa da reforma da Previdência.

Neste primeiro pronunciamento desta tribuna, abordarei a complementação da reforma do Estado para, em próxima ocasião, apreciar a reforma política, sem deixar de salientar que as duas devem tratar concomitantemente.

É 1999 um ano de encerramento e, também, um ano de recomeço para o Brasil, para o Mercosul e para toda a comunidade global. Estamos diante do

fim de mais um século e, mais do que isso, diante do encerramento de todo um milênio. Esse fato é muito significativo porque empurra toda a humanidade para um momento de reflexão e de revisão de ações que visam a definir os próximos passos na direção do futuro que se avizinha. Ainda não se sabe exatamente como será este futuro, mas, com certeza, já se vislumbram os contornos de uma época em que toda a ciência e toda a tecnologia estarão voltadas para a valorização do homem, tendo como parâmetros principais a sua saúde, a sua longevidade, a sua qualidade de vida, a sua maior integração social, além do estímulo à convivência harmoniosa das comunidades humanas com o seu patrimônio ambiental.

O Brasil tem diante de si o desafio de acompanhar essas tendências e, ao mesmo tempo, de se organizar para ajustar-se ao maior fenômeno socioeconômico deste século, que é a globalização. Sua principal consequência foi integrar o mundo em uma só aldeia com característica de o tornar mais compactado, mais transparente e mais interdependente e, portanto, mais pluralista e diverso em todos os sentidos. Isso vem ocorrendo com a introdução, na vida de cada nação, governo, empresa ou cidadão, de um sem-número de novas variáveis e informações que jamais alguém sonhou antes de acompanhar e, muito menos, com elas ter que interagir continuamente.

Pois é exatamente o que acontece na aldeia global, onde uma alteração no regime cambial brasileiro afeta profundamente os negócios nos Estados Unidos, na Ásia e na Europa.

É com essa realidade que o Brasil hoje se depara e é para essa perspectiva que temos que organizar a nossa Nação para o próximo milênio.

A estabilidade trazida pelo Plano Real resultou, principalmente, da aplicação de dois componentes: dos juros altos e da âncora cambial. Todas as reformas anunciadas, absolutamente necessárias, não se concretizaram a tempo e no seu todo. As sucessivas crises financeiras internacionais e as nossas dificuldades internas abalaram o caminho pretendido, mostrando que novas e urgentes medidas e reformas teriam e terão que ser feitas.

A política econômica do primeiro mandato do Presidente da República esteve voltada para a reabilitação do consumo, principalmente dos extratos mais baixos de renda, antes punidos pela inflação. Mas não foi só isso. A produtividade de setores antes aprisionados por controles estatais – de comunicações, de produção de energia elétrica, de trans-

portes, de produção de gás e de rodovias, bem como do financeiro – já começa a apresentar resultados e saltos que repercutirão nos próximos anos em termos de investimentos e geração de empregos.

O setor privado da economia evoluiu como pôde, defendendo-se do chamado "custo Brasil", agora agravado pela escalada de impostos que elevou a carga de impostos que elevou a carga tributária de 26% do PIB para além de 30%. A insuficiência do ajuste das despesas públicas, em todos os níveis, prejudicou o avanço da economia privada e culminou por ampliar os déficits gêmeos do lado fiscal e do setor externo. Em consequência, o endividamento público elevou-se mais do que proporcionalmente à expansão da economia produtiva, mesmo apesar da expressiva e importante contribuição das receitas decorrentes das privatizações concretizadas no período.

A crise asiática e, posteriormente, a crise da Rússia, obrigaram o Brasil a buscar recursos de órgãos multilaterais e a submeter-se a um conjunto de regras que diminuíram o nosso grau de liberdade para atuar na economia de forma autônoma.

A pergunta agora é o que fazer para reverter esse quadro de desequilíbrio fiscal e descompasso das contas externas, impondo um mínimo de custo para a população e para os setores produtivos.

A resposta nos remete ao mesmo diagnóstico que já havia sido feito pelo PFL com absoluta antecedência ao tratar dos fatos da conjuntura atual, quando os economistas ligados ao nosso Partido, tendo à frente o Dr. Paulo Rabelo de Castro, produzindo documento consubstanciado em nossa contribuição ao programa do então candidato Fernando Henrique Cardoso.

O Partido entende que o País sofreu, como tem sofrido, com a demora de certos setores da sociedade e do Governo em admitir a urgência e relevância de um amplo conjunto de reformas.

Mas as esperanças não estão perdidas. Longe disso. Este é o momento da virada, quando a opinião dos investidores oscila entre o otimismo irrealista e o pessimismo derrotista.

Este é o momento de capturar a oportunidade que passa, tal como o atual Presidente da República soube fazê-lo, de modo magistral no episódio do qual resultou o Plano Real em 1994.

Agora, a Nação exige dos líderes deste mesmo processo a capacidade de enxergar, num só lance, a retomada da confiança no Plano Real, com a recuperação da credibilidade externa a ser manifestada

pelo equilíbrio urgente das contas públicas internas e pelo equacionamento correto dos compromissos com o setor externo.

O fundamental é que ambos os processos ocorram simultaneamente.

Que vontade foi expressa pelo povo brasileiro nesta hora difícil? A resposta é clara e incisiva – ela está, aí, refletida em todas as pesquisas de opinião divulgadas nas últimas semanas: o povo quer salvar o Real e recuperar, com isso, sua esperança de um futuro melhor.

A representação política da sociedade só se legitima, nesta hora de grandes desafios, se for capaz de produzir, ao mesmo tempo, uma dupla transformação: de si mesma, de suas próprias regras de formação e conduta – a Reforma Política –, bem como a da qualidade do funcionamento do Estado – a Reforma do Estado – na preparação para o ingresso do Brasil nas realidades multifacetadas do terceiro milênio.

Urge um novo pacto federativo.

"Cada um de *per si* e todos por todos" é o novo lema das competências federativas. O princípio da subsidiariedade exige que, primeiro, cada qual faça por si e assuma suas responsabilidades e atribuições junto às comunidades regionais e locais para que, só então, supletivamente, venha o Estado Nacional a complementar com o "todos por todos", na razão direta das necessidades e na razão inversa da capacidade contributiva de cada um. Só assim conseguiremos conciliar o princípio inalienável da justiça social com a parcimônia e com a responsabilidade clara no uso e na distribuição de recursos públicos.

A Reforma do Estado se inicia por um encontro geral das contas públicas, processo pelo qual deverá haver uma explicitação de todos os passivos escondidos e um saneamento de todos os impasses hoje vividos pelos entes públicos que são devedores líquidos.

O "Encontro de Contas" proposto desde julho de 1998 pelo PFL, baseado nos estudos do Prof. Paulo Rabelo de Castro, do Instituto Atlântico, precisa, com urgência ser examinado e discutido pelo Governo e pelo Congresso Nacional.

Em resumo, o Tesouro Nacional deverá propor um grande acerto de ativos e passivos a ser empreendido e liquidado em, no máximo, 120 dias.

O Congresso precisará autorizar a União a antecipar – com regras específicas – seus respectivos Fundos de Participação, vencíveis nos próximos 20 anos. Ao amortizar tais Fundos, que serão liquidados

dos, o Tesouro depositará em conta bloqueada os fundos correspondentes, para acerto das contas passivas, dos Estados e Municípios.

Os Estados superavitários, após o acerto, terão uma regra de saque dos créditos remanescentes, podendo utilizá-los livremente. Estados deficitários emitirão papéis lastreados em ativos disponíveis, que o Governo Federal colocará no mercado.

Complementarmente a essas providências, simples e lógicas, não haverá mais autorização de aval federal de qualquer espécie e a Lei da Dívida Pública disciplinará a matéria.

Assim, ganhará o Estado que mais disciplina fiscal tenha apresentado e o Governo Federal não reterá dívidas de Estados, já que elas serão 100% do mercado, lastreadas em ativos reais em um processo onde não poderá haver maquiagens ou subterfúgios.

Em síntese, aí, poderemos partir para a indispensável redefinição do Pacto Federativo. E devemos partir com urgência. Cabe ao Congresso Nacional agendá-la, discuti-la e realizá-la.

Para chegarmos a uma Reforma Tributária correta, é preciso que se estabeleçam, de forma clara e definitiva, as competências respectivas da União, dos Estados e dos Municípios.

A dualidade e a triplicidade, muitas vezes existentes, são fontes de desperdício que aumentam de forma considerável o déficit público. Ademais, complicam a atividade econômica, comprometem os custos das empresas, dificultam a vida dos cidadãos, punem os geradores de riquezas e alargam os espaços onde tende a vicejar a corrupção.

É preciso definir quem deve fazer o que, para chegarmos à Reforma Tributária estabelecendo uma distribuição de recursos de acordo com as respectivas competências.

O PFL defende uma ampla reforma das competências nas esferas da organização federativa, de forma a se atender ao velho princípio da subsidiariedade em que "tudo o que uma comunidade menor pode e sabe fazer não deve ser feito por uma comunidade maior".

A Reforma Tributária é urgente. Mas, fazê-la sem a correta distribuição dessas competências e sem uma adequada separação das responsabilidades é correr o risco de construir um sistema defeituoso, capenga e ineficiente.

Concordo com a palavra de ordem do eminente Presidente e Senador Antonio Carlos Magalhães, quando afirma que o Congresso deverá votar, ainda este ano, a Reforma Tributária. Mas é preciso seguir

o roteiro certo, para evitarmos distorções entre as receitas e as competências estabelecidas.

Na esteira do encontro geral de contas e da distribuição de competências, vem a Reforma Tributária e Fiscal; aí, sim, capaz de devolver ao público a proteção necessária contra os excessos de impulso arrecadador do Estado deficitário e cronicamente endividado. Será uma reforma para simplificar e reduzir a carga de impostos, eliminar a evasão de recursos e devolver um mínimo de eqüidade à relação entre o Poder Público e o sofrido contribuinte brasileiro.

Digo mais: se depender deste Senador catarense, não haverá mais moção favorável ao aumento da já exagerada carga tributária.

O cidadão precisa enxergar nosso compromisso com o alívio da carga fiscal, com a urgente e indispensável privatização das estatais ainda restantes e com a complementação da Reforma Previdenciária, a ser montada de forma realista para dar lastro de capitalização aos aposentados de hoje e aos do futuro.

Uma vez retomada a confiança na estabilidade da moeda, o País, por seu Parlamento, deve mostrar-se capaz de levar a cabo três revoluções econômicas como preparação para o saldo de progresso esperado para os próximos anos. São elas:

- 1) a revolução no conceito de poupança;
- 2) a revolução no conceito de investimento; e
- 3) a revolução no conceito de cidadania.

1) A revolução no conceito de poupança se faz pela introdução do elemento confiança no futuro que, por sua vez, está apoiado em três pilares:

– no da Reforma Previdenciária que resulte da ampliação da presença do setor privado no sistema geral de aposentadorias, introduzindo um elemento de competitividade na formação de poupanças previdenciárias;

– no da reforma da previdência oficial, de forma a impedir que o atual sistema seja implodido por falta de sustentação e coerência; e

– no da reforma do sistema financeiro, para permitir maior transparência e solidez das instituições que o compõem e nos homens que as dirigem, evitando-se, assim, os traumas das perdas que sempre reduzem a confiança no futuro.

2) A revolução no conceito de investimento tem a ver com a estabilidade de regras e com o estabelecimento de condições mínimas para que o empresário brasileiro, na liderança de negócios de todos os portes, da microempresa à megacorporação, possa deixar de ser um mero administrador de crises e

voltar-se, afinal, para a produção e o crescimento. Isso implica: redução e simplificação de impostos; redução de encargos sociais e flexibilização de leis trabalhistas; e geração de recursos de longo prazo para projetos viáveis e transparentes (uso de estruturas novas para o financiamento de projetos e securitização de fluxos de receitas futuras de concessões, de recebíveis imobiliários e de outros mais).

3) A revolução no conceito de cidadania está ligada às conquistas mínimas dos cidadãos nos campos do direito à educação, à saúde, à qualidade ambiental e à imposição de um meio em que haja observância da ordem e do respeito às leis. Esses temas serão objeto de um novo pronunciamento que, em breves dias, farei desta tribuna.

Poderíamos estender-nos muito mais na descrição e no detalhamento das ações exigidas para recompor imediatamente nossa confiança no futuro. Mas o que é mais importante neste momento é compreender a gravidade e as raízes da crise e acionar, o mais rapidamente possível, os mecanismos que restabeleçam a credibilidade do Governo e a sinalização para os brasileiros e para os demais habitantes da aldeia global que o Brasil vai enfrentar, com determinação e pragmatismo, os desafios impostos pela crise. Essa será a forma de permitir que a chegada do novo milênio seja o início do mais longo ciclo de crescimento, prosperidade e confiança jamais desfrutados por esta Nação.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Com todo o prazer, eminente Senador Hugo Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Dado o avançado da hora, infelizmente não posso permitir apartes, até porque o tempo da sessão já terminou e o Senador Bernardo Cabral e o Ministro das Relações Exteriores já estão esperando para o lançamento de um livro. Peço desculpas aos Senadores Ademir Andrade, Hugo Napoleão, Casildo Maldaner e Eduardo Suplicy, que poderão pronunciar-se posteriormente sobre o assunto.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que

é ocupada pelo Sr. Antônio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Os Srs. Senadores Hugo Napoleão e Ernandes Amorim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) –

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Brasil vive uma crise econômica, com profundas raízes nas finanças públicas. Para superar essas dificuldades, o Governo Federal adota um programa de ajuste das contas públicas, efetivando cortes em vários setores, alguns deles produtivos, o que é lamentável.

Não podemos negar que o Senado, com o nosso apoio, aprovou as medidas de contenção de gastos. Foram dados ao Governo Federal os instrumentos para o ajuste. Todavia, devemos ser parcimoniosos e criteriosos na aplicação das medidas contenciosas, porque boa parte da população já paga um preço alto. Portanto, os cortes devem ser feitos de forma seletiva, evitando-se onerar ainda mais as regiões e Estados mais carentes. Historicamente, há décadas as regiões e as populações mais pobres vêm pagando as contas dos planos e programas de ajuste econômico. Com raras exceções, temos o real que proporcionou melhores condições de vida para as populações mais necessitadas.

Também é verdade que o desenvolvimento brasileiro, por razões históricas e de indução programática, ocorreu e ainda ocorre, com maior ou menor freqüência, de forma concentradora, transferindo, proporcionalmente, ônus para às regiões social e economicamente mais débeis.

Ao longo de nossa história econômica, o Norte e Nordeste têm sido sofredores no processo de desenvolvimento brasileiro; parceiros de um jogo desigual nas receitas e despesas. Muitas vezes, para se justificar a continuidade dos desequilíbrios regionais, amplificam-se na mídia, na burocracia estatal e nos segmentos mais esclarecidos da sociedade, os eventuais descaminhos e desvios na aplicação de recursos públicos. Dissemina-se, assim, uma visão propositadamente deturpada, segundo a qual o Nordeste é o maior beneficiário da distribuição de receitas federais. Recebe muito e pouco aplica nos programas de interesse público. Essa aritmética é falsa. Não corresponde à realidade dos fatos.

Temos obrigação de combater a má aplicação dos recursos públicos, conscientes de que ocorre no Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Não

é um privilégio dos nordestinos e nem por isso se justificam os desmandos.

Não é correta e patriótica a leitura, segundo a qual o Nordeste é um trem descarrilado. Um diagnóstico isento do Brasil nos leva a outra conclusão. A conclusão de que essa postura distorcida e discriminatória serve como pano de fundo para justificar, racionalmente, a distribuição desigual de recursos e programas.

Estamos e continuaremos alinhados ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso na busca de soluções para a crise econômica. Também entendemos que o caminho passa pelo ajuste; que os cortes são necessários. Mas gostaríamos de fazer uma ponderação, para evitar que o remédio mate o doente, dado o exagero da dose ministrada.

Agora mesmo, temos notícias de que serão extintas várias representações, delegacias, superintendências de órgãos e autarquias federais no Piauí. Uma boa parte desses órgãos, empresas e autarquias será transferida para outros Estados.

Por exemplo, a delegacia do MEC já foi extinta. Cogita-se, também, da extinção da diretoria do DNOCS e da Superintendência do Banco do Brasil e de outros órgãos federais. Estou preocupado. Fiz gestões junto ao Governo Federal. Empenhei-me na permanência das representações da SUDENE e do INSS.

Todavia, se confirmadas as suspeitas de extinção e transferência das repartições que ora atendem ao Piauí, o Estado será duplamente punido. Primeiro, porque qualquer assunto referente a esses órgãos extintos teria de ser tratado em outros Estados. O deslocamento de pessoas representa custo, tempo. E tudo isso é dinheiro. Segundo, porque os recursos destinados a esses órgãos assim como a massa salarial de seus funcionários ajudam a fraca e incipiente economia piauiense.

Ora, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não há dúvida de que, mais uma vez, o Governo Federal está promovendo uma concentração na distribuição regional de rendas. Os mais aquinhoados, recebem mais. Os Estados mais pobres serão os mais penalizados.

Não podemos concordar com o esvaziamento do Piauí. O Governo Federal deve repensar e fazer o caminho inverso.

Recentemente, reunidos na querida cidade de Picos, prefeitos da região elaboraram um documento, repudiando a transferência de órgãos federais, instalados no Piauí. Na semana passada, reafirmaram a mesma preocupação. Assim, a nossa voz é o

eco das bases das lideranças políticas, voltadas ao interesses maiores do Estado.

Sr. presidente, o piauiense é altivo. Não aceita medidas que possam agravar, ainda mais, a situação econômica do Estado. O povo piauiense não pode pagar uma conta que não fez. Apesar das idiossincrasias da atual administração estadual e até por causa delas, o Piauí precisa de apoio.

Assim, transmitem o mais veemente apelo ao Presidente da República, no sentido de que seja repensada a política de transferência e extinção das superintendências e das representações dos órgãos públicos federais que tantos serviços têm prestado e prestam ao Piauí.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB-RO) _ Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Senadores, hoje pela manhã, em reunião da Confederação Nacional dos Municípios, aqui no Congresso Nacional, o Prefeito Célio Castro, de Belo Horizonte, alertou que a Medida Provisória 1.811, editada agora, em 25 de fevereiro, com a desculpa de refinanciar dívidas dos municípios, tem o objetivo de assegurar ao Banespa, em vias de privatização, e ao Banco do Brasil, que também já está na lista para privatizar, um crédito de 8 bilhões de reais relativos a títulos de dívidas públicas da Prefeitura de São Paulo, em custódia naquele instituições.

As dívidas dos municípios brasileiros somam 23 bilhões de reais, e deste total, a Medida Provisória contempla para refinanciamento, apenas a parcela referente a dívida mobiliária 11 bilhões, dos quais 8 bilhões da Prefeitura de São Paulo.

Na realidade, se examinarmos as medidas do Governo Federal desde 1995, em relação ao endividamento dos Estados e Municípios, o que vamos encontrar, é a permanente preocupação em assegurar a liquidez aos credores.

Nunca o sistema financeiro possuiu um governo tão dócil a seus interesses.

Assim foi o Proer, que assegurou liquidez aos credores dos bancos falidos com o Plano Real, o Voto 162 e 175 de 1995, do Conselho Monetário Nacional, que assegurou liquidez aos credores de operações ARO com os Estados; e posteriormente a Medida Provisória da privatização dos bancos estaduais, que assegurou liquidez a seus credores no mercado interbancário; e mais recentemente a Lei n. 9.496, de 1997, da renegociação das dívidas dos Estados, pela qual se assegurou liquidez aos credores de sua dívida mobiliária.

Dívidas contraídas com juros de risco, que foram recebidas com os juros, mas sem qualquer risco.

É assim que o Governo Federal tem tratado os investidores no Brasil.

O investimento feito em títulos emitidos por estados, que por ser de risco tem remuneração elevada, foi assegurado pelo Governo Federal, integralmente.

O Governo Federal quitou os títulos estaduais, emitindo seus próprios títulos com os mais altos juros do mundo, e agora quer fazer isto em relação a títulos emitidos por municípios.

Quando a responsabilidade era do estado, o credor não tinha garantia de receber o valor contratado, e se sujeitava a negociar os títulos por valor inferior ao valor de face.

Mas com a responsabilidade transferida ao Governo Federal, o pagamento é integral. E de onde vem o dinheiro?

Exatamente para captar este dinheiro é que se quer eliminar o déficit público, e para isto está em curso o chamado Ajuste Fiscal.

Nada mais, nada menos, que juntar dinheiro para pagar os juros do endividamento que tem sido feito na emissão de títulos federais.

Títulos emitidos para assegurar liquidez a credores da dívida mobiliária dos estados, e agora dos municípios, ou para assegurar a internação de dólares necessários à formação de reservas cambiais, que este mesmo mercado exige.

Nunca é demais lembrar que a dívida mobiliária dos estados e municípios não era paga, mas refinanciada, e que com a renegociação o Governo Federal paga, e cobra dos estados e municípios, retenho repasses obrigatórios.

Também os impostos que estão sendo criados, e os cortes feitos no orçamento? Por quê?

Acontecem para gerar o dinheiro do pagamento dos juros desta dívida interna, que não deu qualquer retorno ao Brasil. Mas tem sido feita apenas para assegurar liquidez a credores dos estados e municípios, e impedir a circulação do dinheiro que resulta das reservas cambiais, empurrando a inflação.

Até quando?

Caso não se faça nada, continuaremos drenando ao sistema financeiro os recursos públicos do Brasil, para que possam também comprar a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, e depois?

É preciso dar um basta a esta política econômica, que tem servido apenas para desviar recursos

públicos em benefício de empreendimentos privados, não apenas no aspecto monetário, mas também na privatização e federalização de empresas, como vou expor em pronunciamento próximo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado a homenagear o jornal **Correio Braziliense** pelo recebimento do prêmio World's Best Design, concedido pela Society for News Design – SND, de acordo com o Requerimento nº 48, de 1999, do Senador Luiz Estevão e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando ao Plenário a realização de sessão ordinária deliberativa, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 1, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 37, de 1999 – art. 281 do Regimento Interno)

Quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/99, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição Federal (criação de juizados especiais – habeas corpus tribunal superior STF e tribunal estadual STJ), tendo

Parecer favorável, sob nº 57, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Fogaça.

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 8, DE 1999

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 49, de 1999 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu

Parecer nº 75, de 1999, Relator: Senador Ramez Tebet), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o The Export-Import Bank of Japan – JEXIM, no valor equivalente a dezoito bilhões de ienes, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Modernização da Infra-estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

– 3 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1999

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 50, de 1999, art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 9, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 76, de 1999, Relator: Senador Osmar Dias, com votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Roberto Saturnino, Lauro Campos e Eduardo Suplicy), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até duzentos e cinquenta e dois milhões, quinhentos e vinte mil dólares, na modalidade de ajuste setorial, Rede de Proteção Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

– 4 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10, DE 1999

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 56, de 1999 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 10, de 1999 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 77 de 1999, Relator: Senador Ney Suassuna com votos contrários dos Senadores José Eduardo Dutra, Lauro Campos, Eduardo Suplicy e Jefferson Peres), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até setecentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e setenta mil dólares, na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro Internacional ao Brasil.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

– 5 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 1996

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1996 (nº 5.071/90, na Casa de origem), que dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, em conformidade com o inciso X do art. 20 e o inciso V do art. 216 da Constituição Federal e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 203, de 1998, da Comissão Diretora, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 52, de 1999, de retirada da Emenda nº 1-Plen).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

(OS 10958/99)

DISCURSO PROFERIDO PELA SRA. SENADORA MARLUCE PINTO, NA SÉSÃO DE 2-3-99, QUE SE PUBLICA APÓS REVISÃO DA PARLAMENTAR:

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, uma fatalidade ceifou a vida do ex-Presidente da Funai, o jovem Dr. Sulivan, encerrando de forma brutal uma carreira promissora.

O fato comoveu profundamente a todos nós e especialmente as comunidades indígenas, de quem também o Dr. Sulivan conquistou não apenas respeito, mas admiração e amizade sinceras.

Hoje a Funai tem à frente um novo dirigente, o ex-Senador Márcio Lacerda – a cuja posse estive presente – que aceitou a responsabilidade de assumir a difícil missão de presidir o órgão.

Estou confiante na administração de Márcio Lacerda. Competência, vontade, conhecimento político e da causa indígena não lhe faltam para delinear diretrizes que, trabalhadas em parceria com todos os segmentos interessados na questão, culminem em resultados positivos.

Muito se fez, mas muito ainda precisa ser feito para satisfazer questões seríssimas que envolvem interesses de índios e não-índios, uma realidade nacional que vem à tona sempre acompanhada de tensão e angústia.

Ainda está na fervura e traz intranqüilidade a demarcação da área Raposa Serra do Sol, em Roraima. A questão é antiga, e não creio que pacificamente seja resolvida na forma estabelecida pela Portaria nº 820, de 14 de dezembro de 1998, que determina uma demarcação em área contínua superior a 1 milhão e 600 mil hectares.

Agrava a situação o fato de que em meio à reserva pretendida estão situadas as melhores terras agricultáveis de Roraima. Fazendas centenárias, produtivas – a produção de arroz supera um milhão de saca – que estão encravadas na área, representam extraordinária fonte de riqueza para o Estado e geram centenas de empregos. Há de se considerar também o immobilizado em equipamentos de última geração que compõem a frota de veículos e maquinário agrícola, além das benfeitorias constituidas de moradias, galpões, cercas, pastagens e aplicações em insumos, mão-de-obra, sementes, etc.

Como se vê, a questão é complexa e exige muito mais que solução por decreto.

Contudo, continuo a afirmar ser urgente uma ação que deságüe numa pacífica e racional demarcação das terras indígenas em meu Estado. Acredito que só assim a paz voltará a reinar. Mas que se faça uma demarcação onde sejam ressalvadas, além dos municípios e vilas com perímetros urbanos que permitam seu desenvolvimento, também as áreas comprovadamente produtivas e geradoras de emprego e divisas.

O Ministro Renan Calheiros manifestou-me sua disposição para uma saída de consenso ao impasse criado. Já tivemos um início de conversações com S. Ex^a quando, eu e outros representantes de Roraima, representantes dos agricultores e das comunidades indígenas, fomos recebidos em audiência no dia 19 de janeiro passado, para tratar desse assunto.

Dirijo um apelo também ao Presidente da Funai para que abrace conosco essa bandeira. Seria de grande valia que o Dr. Márcio Lacerda fizesse uma visita à região para constatar a realidade dos fatos, verificar as áreas cultivadas, o quanto a interação entre índios e não-índios a ambos interessa e ouvir de lideranças indígenas que a eles também não interessa uma demarcação contínua.

Depois de 20 anos residindo em Roraima, dos quais 12 de atuação política ininterrupta, conheço de perto a realidade do índio roraimense e das comunidades indígenas em geral.

A questão indígena brasileira não pode continuar sendo subordinada a discussões estéreis e

emocionais. Necessária e urgente é a formulação de uma adequada e objetiva política indígena no nosso País. A meu ver, muito mais importante que um confusa política voltada quase que exclusivamente para a demarcação de reservas é a formulação de uma política integrada e abrangente, destinada às comunidades indígenas, com propostas estabelecendo diretrizes e ações corretas que permitam ao índio o exercício pleno de sua cidadania; a possibilidade de seu acesso aos frutos do progresso econômico e social e a convivência, em alguns casos, com comunidades não-indígenas.

Sou favorável à política de manutenção dos costumes e preservação do **habitat** dos índios, como também aplaudo a idéia de se resguardar a sua cultura.

A par das dificuldades que isso possa representar, urge que assim o façamos, porque, caso contrário, poderemos estabelecer o isolamento aparente dos índios. Digo aparente porque, como é sabido, grupos de interesses os mais diversos se movimentam junto às comunidades indígenas com projetos os mais estranhos, que, a bem da verdade, violentam sua vida, seus conceitos, seus valores e sua cultura.

Não é segredo para ninguém que nossas comunidades indígenas, na sua grande maioria, já assimilaram costumes e usos do branco, participam de benefícios e merecem participar de serviços hoje a eles indispensáveis; como a educação, a saúde e todos os instrumentos destinados a melhoria de suas condições de vida.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB-RR) – Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) – Senadora Marluce Pinto, quero cumprimentá-la pelo importante pronunciamento que faz nesta tarde e dizer que é fundamental que nós, do Estado de Roraima, a respeito da demarcação do trecho Raposa Serra do Sol, unamos esforços para encontrar soluções contra essa ditadura da Funai que demarca, de maneira intervencionista, uma reserva no Estado sem ouvir os representantes do povo na Câmara dos Deputados, no Senado e na Assembléia Legislativa do Estado, sem ouvir o Governo e as comunidades indígenas. Como bem disse V. Ex^a, sequer os índios estão de acordo com a forma como está proposta a demarcação. Portanto, parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento e, independentemente das questões partidárias e de facções políticas, estarei ao lado de

V. Ex^a para lutar para que essa situação não se concretize, não se consolide em nosso Estado.

O Sr. Ernades Amorim (PPB-RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB-RR) – Pois não, Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ernades Amorim (PPB-RO) – Nobre Senadora Marlúce Pinto, V. Ex^a traz uma notícia alvissareira, porque o ex-Senador Márcio Lacerda é um homem da Amazônia, um homem que conhece os problemas indígenas. O Governo está de parabéns por tê-lo escolhido, até porque S. Ex^a passou por esta Casa e sabe da dificuldade para abordar-se os problemas indígenas no Brasil. Há poucos dias, o nobre Senador fez um pronunciamento relacionado a essa questão indígena. Eu o apartei e disse dos nossos problemas no Estado de Rondônia. Imagine que – repetindo – o nosso Estado tem várias reservas indígenas, uma delas criada pela fraqueza de um ex-Presidente da República que, para satisfazer interesses internacionais de ONG's e outros, criou uma reserva de 1.865.000 hectares para menos 100 índios. Trata-se de uma das melhores terras da região do Estado de Rondônia, com vários setores minerais e solo de primeira qualidade. Além disso, não respeitaram as áreas de assentamento fundiário, onde parceleiros tinham suas fazendas há 15 anos, com escritura pública. Demarcaram à revelia do interesse daquelas pessoas, as quais foram expulsas e algumas morreram em consequência da brutalidade com que foram retiradas das suas fazendas. Ali perderam seus gados, seus plantios de café e cacau. Enfim, destruíram famílias para dar essa área como reserva a uma minoria de índios. Por isso, esperamos que, com o novo Presidente da Funai, o ex-Senador Márcio Lacerda, possamos rever, junto ao Ministro Justiça, essas injustiças. Nesse sentido, fico alegre ao ouvir o pronunciamento de V. Ex^a. Muito obrigado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL-SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB-RR) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Romeu Tuma (PFL-SP) – Senadora Marlúce Pinto, não ocuparei muito o tempo de V. Ex^a com um aparte. Essa é um tema tão delicado e tão sério, que, se o debatêssemos por uma mês, ainda haveria assunto a ser tratado. Não nasci em região de comunidades indígenas. Quis Deus que um dia, como Diretor da Polícia Federal, conhecesse de perto as dificuldades por que passam as comunidades indígenas para sobreviver em determinadas regiões,

e até os efeitos positivos e, às vezes, negativos do contato com as comunidades brancas. Esse conflito se arrasta e não será a simples demarcação de terra que trará uma solução. Não quero entrar no mérito do problema, porque, mais do que V. Ex^a, poucas pessoas conhecem os grandes problemas das comunidades indígenas, principalmente em locais nos quais o branco já está instalado há quase um século. V. Ex^a falava da Raposa do Sol, e, para cá me dirigi, apenas para elogiar o seu trabalho e o de seu marido no Governo, lutando para tentar solucionar aquela situação. Permaneci por dez anos na Polícia Federal – estou fora desse órgão há sete – mas, àquela época, já se discutia a demarcação de terra. V. Ex^a, salvo engano, traz ao conhecimento do Plenário a morte de um índio ocorrida ontem ou anteontem quando saía de uma das comunidades da região – ouvi a esse respeito hoje num noticiário de rádio. Devemos dar o voto de confiança que o Senador pediu ao novo Presidente da Funai, que precisa discutir com pessoas como V. Ex^a e outros membros desse Congresso, do Senado, principalmente, que possui representantes que nasceram e viveram nos Estados onde essa dificuldade se apresenta com mais intensidade. Não é uma solução simplista, como a demarcação de terras, que resolverá a questão. Lembro-me de que, na região dos ianomâmis, na Cabeça do Cachorro, vieram alguns helicópteros da Venezuela para demarcar terras. No dia seguinte, essas demarcações estavam destruídas, retiradas. É um problema de difícil conscientização o funcionamento dessas comunidades e essa demarcação. Trata-se de um tema tão sério e importante que vim para cumprimentá-la por trazer esse assunto ao Plenário. Espero que V. Ex^a consiga mantê-lo vivo para que se encontre uma solução.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB-RR) – Muito obrigada. Agradeço o Senador Moarildo Cavalcanti pelo aparte. Somos do mesmo Estado. Fico satisfeita de ter mais um Senador que nos possa ajudar a conquistar esse feito para os nossos fazendeiros e nossos índios. Será necessária muita luta, muita abnegação, além de, como se diz na gíria, "jogo de cintura", para conseguirmos fazer uma demarcação justa.

Com relação ao que V. Ex.ª bem frisou em seu aparte, sou parlamentar há doze anos pelo nosso Estado de Roraima. E as questões do Estado, para mim, estão acima de siglas partidárias. O povo espera que os seus representantes aqui em Brasília façam um trabalho justo, sem olhar se preocupar com as adversidades políticas ou não. A meu ver, nossa

luta tem que ser em grupo, voltada para os interesses maiores da coletividade.

Sobre o que disse o Senador Ernandes Amorim, também dou meu voto de confiança ao ex-Senador Márcio Lacerda. Também em seu Estado de Mato Grosso tem havido sérios problemas com demarcações de terras e outras questões envolvendo as comunidades indígenas. É um homem que já foi Deputado Federal, Senador, Vice-Governador. Está imbuído dos melhores propósitos de se reunir aos parlamentares para que, juntos, possamos conseguir do Presidente da República a revogação dessa Portaria.

Com referência ao aparte do Senador Romeu Tuma, embora S. Ex^a tenha frisado não ser natural da Amazônia, poucos têm dado tanta cooperação à nossa Região. Ainda me lembro da época em que presidi a Comissão do Projeto Calha Norte, da qual posteriormente fui Relatora em outra legislatura. V. Ex^a foi assíduo, batalhador, visitando a região de Surucucus e toda a região beneficiada pelo Programa Calha Norte. Recordo que não fiz aquela viagem em virtude de ser necessária minha presença em Brasília para os trabalhos da Comissão de Orçamento, da qual era sub-relatora. V. Ex^a fez um belo e substancioso trabalho. E também nos ajudou muitíssimo nos tempos em que meu marido, Ottomar Pinto, era Governador de Roraima. Todavia, mesmo não exercendo funções na Polícia Federal, sua presença, sua cooperação, seus conhecimentos e sincera dedicação é de importância ímpar junto ao nosso pleito. Além de ser um conhecedor da Amazônia como poucos amazônicas, é uma pessoa que em seus dez anos à frente da Polícia Federal, assimilou profundo conhecimento dos problemas da região, notadamente das questões indígenas, de fronteiras e tantos outros que dizem respeito a essas regiões menos desenvolvidas.

Louvo que um Senador por São Paulo tenha tanto empenho em procurar solucionar conosco essas questões, porque, com as desigualdades regionais que enfrentamos, não é fácil resolvemos os problemas de uma região tão rica e tão ambicionada por estrangeiros.

Entendo que o importante não é somente demarcar mais e mais hectares de terra. Na época da demarcação da região dos ianomâmis, tribo que possui tanta terra, falou-se tanto da necessidade de se fazer a demarcação para a preservação daquela comunidade primitiva. Até hoje não se fez absolutamente nenhum investimento. V. Ex^a pôde comprovar que, não fosse o pelotão do Exército ali implantado,

nem sei se ainda teríamos sobreviventes ianomâmis, porque lhes falta até comida, lhes falta assistência médica, lhes falta tudo. A pequena verba do Calha Norte tem garantido a sobrevivência desses índios e, principalmente, o Exército brasileiro e a Aeronáutica têm prestado grandes serviços à comunidade ianomâmi e região.

O Sr. Romeu Tuma (PFL-SP) – A vida daquelas comunidades depende das Forças Armadas, principalmente da Aeronáutica e do Exército, que conseguiu, graças a um esforço enorme do Ministério, instalar os pelotões de fronteira que constituem o Projeto Calha Norte, que foi praticamente interrompido, mas graças à luta de V. Ex^a, que, de vez em quando, consegue colocar no Orçamento algum recurso, ainda se mantém o projeto. A assistência, a escolaridade que é dada às comunidades indígenas tem como professora, normalmente, a esposa do tenente que, instalada em um quartel daqueles – a vida está ao redor daquele quartel –, leciona para as comunidades indígenas, aqueles menos favorecidos da região. V. Ex^a está com um trabalho bastante sério e importante. Temos que levantar e lutar para que essas verbas cheguem e se processem, realmente, uma assistência permanente.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB-RR) – Senador, agradeço novamente seu aparte que enriquece meu pronunciamento. E quero dizer para V. Ex^a que este ano irei, novamente, abraçar a causa do Programa Calha Norte. Este ano não foi colocado recurso nenhum, no Orçamento da União; para esse Programa. Não havia rubrica; era um programa a ser extinto. Mas, graças a uma emenda de minha autoria, aprovada na Comissão de Relações Exteriores, onde solicitei 11,5 milhões para dar continuidade no Programa e, inclusive, promover a construção do restante daquela estrada tão importante, ligando a região a São Gabriel da Cachoeira com.

O Sr. Romeu Tuma (PFL-SP) – O Serviço de engenharia.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB-RR) – ...exatamente, com o serviço de engenharia do exército, mas falta recurso para a matéria-prima. Entretanto, ainda consegui aprovar cinco milhões.

Tenho certeza de que, não só os representantes da Amazônia, mas também representantes de outros Estados, como V. Ex^a, se Deus quiser, iremos favorecer aquele povo, não só as comunidades indígenas, mas todas aquelas comunidades que hoje fazem parte ali no Calha Norte para que todos tenham melhor qualidade de vida. Penso que querer é poder, e, se batalharmos, se tivermos

persistência, sem dúvida de que conseguiremos fazer com que esse programa se desenvolva de acordo com o projeto existente.

Muitos, Senador Romeu Tuma, julgam que o Projeto Calha Norte seja um programa militar, e, às vezes, sentimos até que existe uma má vontade por parte de alguns na alocação de recursos em virtude desse estigma não verdadeiro. Não é um projeto militar, embora sejam os militares que, realmente, com seus parcos recursos, ainda estejam dando continuidade ao programa. O Projeto Calha Norte é um Programa civil, gerido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos em parceria com vários Ministérios, entre eles o da Saúde e da Educação e outros. Enfim, acho necessária e urgente uma ação mais continuada para que possamos diminuir a desigualdade social existente em nosso país onde a região norte é a mais prejudicada. Fala-se muito em justiça social, mas o que vemos é que cada vez mais nossa Região Amazônica vai ficando prejudicada em seu desenvolvimento, na resolução de seus problemas mais cruciais, pela total falta de recursos e programas que promovam o bem estar social.

Sr. Presidente, vou dar como lido o restante de meu pronunciamento, para o qual peço o registro nos Anais desta Casa. Ainda há outros oradores e, acredito já ter extrapolado o tempo que me foi concedido para falar hoje desta tribuna.

Antes, porém, quero dirigir-me a V. Ex^{as}s do Tocantins – os três representantes do Estado que estão na Mesa -, e com os quais tenho o máximo prazer em fazer qualquer trabalho – afinal não me esqueço da época da transformação dos ex-Territórios de Roraima e do Amapá em Estados quando, juntamente com o Governador Siqueira Campos, também participei diuturnamente dos estudos e das discussões que a Comissão de Estudos Territoriais fazia para, além das transformações, a redivisão do Estado de Goiás e criação do Estado de Tocantins. Batalhamos dia e noite naquela comissão. E tenho certeza de que o nosso Senador, Eduardo Siqueira Campos, um dos mais novos senadores a ocupar uma cadeira nesta Casa, tem o mesmo empenho e garra de seu pai, a mesma determinação. Lembro que àquela época, quase um garoto, um adolescente, sempre estava ao lado do pai, batalhando, participando, tirando fotocópias, e também opinando, trazendo subsídios a fim de que seu pai realizasse um trabalho bonito como realizou e alcançasse seus objetivos.

Agradeço a todos terem me ouvido e deixo esta tribuna com a certeza plena de que contornare-

mos o problema da reserva indígena Raposa Serra do Sol em meu Estado de Roraima. Não estou aqui movida pela emoção. Absolutamente. Insisto que é uma injustiça para os nossos índios a demarcação de suas terras em área contínua. São índios aculturados, que não prescindem mais das conquistas sociais alcançadas. São índios professores, diretores de colégio, vice-prefeitos, vereadores, comerciantes, etc., a viverem fraternalmente com as comunidades não-índias há dezenas, centenas de anos, nos três municípios encravados dentro da área Raposa Serra do Sol e que são os municípios de Normandia, Paracaima e Uiramutã. O importante para os índios, como frisei, não é possuir milhares e milhares de hectares de terra. Até porque as terras não vão lhes pertencer nunca. Nunca poderão usá-las como sendo de sua propriedade, como sendo um patrimônio conquistado. A Constituição Federal determina a demarcação apenas para o uso do índio. Eles não podem comercializar a terra para investir na agricultura ou em qualquer outro setor que possa lhes proporcionar uma vida mais saudável. Por isso, deixar aqueles índios isolados é o mesmo que castrar a liberdade que já possuem.

Pelo Senado da República passam todas as indicações para Presidente do Banco Central, para Presidente do Banco do Brasil, para os embaixadores que vão nos representar lá fora, etc... Por que não nos unirmos aqui, os 81 Senadores, e de vez procurarmos resolver essas questões referentes às demarcações de terras indígenas? Não apenas as de Roraima, mas todas as questões de todos os Estados que vivem com a problemática. Vamos fazer um belo trabalho, levar ao Presidente da República as nossas reivindicações, num trabalho conjunto onde também seja ouvido o Ministro da Justiça e o Presidente da Funai.

Sr. Presidente, encerro e agradeço a todos a todos por terem me ouvido. Saio dessa tribuna com a convicção plena de que todos irão nos ajudar nesse nosso pleito.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, O DISCURSO DA SRA. SENADORA MARLUCE PINTO:

Uma fatalidade ceifou a vida do ex-presidente da Funai, o jovem Dr. Sulivan, encerrando de forma brutal uma carreira promissora. O fato comoveu profundamente a todos nós e, especialmente, as comunidades indígenas, de quem também o Dr. Sulivan conquistou não apenas respeito, mas admiração e amizade sinceras.

Mas a vida, Senhor Presidente, não estanca diante das tragédias.

Hoje a Funai tem à frente um novo dirigente. O colega e ex-senador Márcio Lacerda _ em cuja posse e transmissão de cargo estive presente, _ aceitou a responsabilidade de ficar à frente da difícil missão de presidir o órgão. Estou confiante na administração de Márcio Lacerda. Competência, vontade, conhecimento político e da causa indígena não lhe faltam para delinear diretrizes que, trabalhadas em parcerias com todos os segmentos interessados na questão, culminem em resultados positivos.

Muitos se fez, mas muito ainda precisa ser feito para satisfazer questões seriíssimas que envolvem interesses de índios e não índios, uma realidade nacional que sempre vêm à tona sempre acompanhadas de tensão e angústia.

Ainda está na fervura e traz intranquilidade, a demarcação da área Raposa Serra do Sol, no meu Estado de Roraima.

A questão é antiga e não creio que pacificamente seja resolvida na forma estabelecida pela Portaria nº 820, de 14 de dezembro recém passado, que determina uma demarcação em área contínua superior a 1 milhão e 600 mil hectares.

Agrava a situação, quando sabemos que exatamente em meio à reserva pretendida estão situadas as melhores terras agricultáveis de Roraima. Fazendas centenárias, produtivas, estão encravadas na área e representam extraordinária fonte de riqueza para o estado, que geram centenas de empregos e cuja produção de arroz supera 1 milhão de sacas ao ano. Há de se considerar, também, o imobilizado em equipamentos de última geração que compõem a frota de veículos e maquinário agrícola, além das benfeitorias constituídas de moradias, galpões, cercas, pastagens e aplicações em insumos, mão-de-obra, sementes etc...etc...

Como se vê, a questão é complexa e exige muito mais que solução por decreto.

Contudo, continuo a afirmar ser urgente uma ação que deságue numa pacífica e racional demarcação das terras indígenas em meu Estado.

Acredito que só assim a paz voltará a reinar como antes. Mas que se faça uma demarcação onde sejam ressalvadas, além dos municípios e vilas com perímetros urbanos que permitam seu desenvolvimento, também as áreas comprovadamente produtivas e geradoras de emprego e divisas.

O Ministro Renan Calheiros, a mim pessoalmente, já manifestou disposição para estudar uma saída de consenso ao impasse criado. Inclusive, um

início de conversações já tivemos com Sua Excelência quando eu própria, políticos de Roraima e representantes dos agricultores e das comunidades indígenas, fomos recebidos em audiência dia 19 de janeiro passado para tratar desse assunto.

Dirijo um apelo também ao Presidente da Funai para que abrace conosco essa bandeira. Seria de grande valia que o Dr. Márcio Lacerda fizesse **in loco** uma visita na região para constatar a realidade dos fatos; verificar as áreas cultivadas; o quanto a interação entre índios e não índios, a ambos interessa e ouvir de lideranças indígenas que a eles também não interessa uma demarcação contínua.

Depois de 20 anos residindo em Roraima, dos quais 12 de atuação política ininterrupta, conheço de perto a realidade do índio roraimense e das comunidades indígenas em geral.

A questão indígena brasileira não pode continuar sendo subordinada a discussões estéreis e emocionais. Necessária e urgente é a formulação de uma adequada e objetiva política indigenista no País. A meu ver, muito mais importante do que uma confusa política voltada quase que exclusivamente para a demarcação de reservas, é a formulação de uma política integrada e abrangente, destinada às comunidades indígenas, com propostas estabelecendo diretrizes e ações corretas que permitam ao índio o exercício pleno de sua cidadania; a possibilidade de seu acesso aos frutos do progresso econômico e social e a convivência, em alguns casos, com comunidades não indígenas.

Sou favorável à política de manutenção dos costumes e preservação do habitat dos índios, como também aplaudo a idéia de se resguardar sua cultura.

A par das dificuldades que isso possa representar, urge que assim o façamos, porque, caso contrário, poderemos estabelecer o isolacionismo aparente dos índios. E digo "aparente" na proporção que, como é sabido, grupos de interesses os mais diversos se movimentam junto às comunidades indígenas com projetos os mais estranhos que, a bem da verdade, violentam sua vida, seus conceitos, seus valores e sua cultura.

Não é segredo para ninguém que nossas comunidades indíias, a maioria, já assimilou costumes e usos do branco; participam de benefícios do progresso e merecem participar de serviços hoje a eles indispensáveis como a educação, a saúde e todos os instrumentos destinados à melhoria de suas condições de vida.

Outra verdade por demais sabida e que uso apenas para ilustrar esse meu pronunciamento, é a vulnerabilidade do silvícola diante de doenças comuns ao homem branco, uma porta, sempre aberta para uma epidemia, o que representa uma constatação da ampla necessidade de uma visão mais completa, abrangente e integral no trato com a questão indígena.

É preciso encararmos de frente esses problemas e não esconder o pouco que se faz em relação à educação sanitária e alimentar de nossos índios.

Fundamentalmente, é preciso ter como premissas básicas que o índio tem o direito não só à vida, à liberdade e à busca da felicidade. A política de valorização da cidadania indígena não só deve ter como preocupação permanente impedir agressões ao seu meio ambiente, seu espaço de sobrevivência e a preservação de seus costumes. Deve, também, garantir-lhe o acesso aos bens e serviços públicos básicos a uma existência com dignidade.

Precisamos ter bastante claro e explícito que a política de governo em relação aos índios não pode se restringir em demarcar reservas. É imperativo também, repito, que tenham apoio nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, etc., para que tenham melhor organização em suas atividades produtivas dentro do marco de preservação de sua identidade e valores culturais.

É preciso garantir a execução de uma política que permita aos silvícolas o direito ao exercício pleno de sua cidadania. E isso só conseguiremos através da orientação sábia de pessoas escrupulosas e preparadas, respaldadas por indigenistas e técnicos dedicados à causa. Nomes que preenchem tais requisitos os temos em quantidade e qualidade e dispostos ao trabalho. Nossos índios clamam por melhores condições de vida e não podemos relegá-los a uma condição à parte, discriminatória, não raras vezes em condições subumanas.

Em Roraima, é o digo com conhecimento de causa, a grande maioria das comunidades indígenas estão integradas social, econômica e politicamente ao resto da população e há muito tempo que entre nós deixou de ser novidade a representatividade de índios no legislativo municipal, na condição de professores, educadores, funcionários públicos e vice-prefeitos.

Nossas comunidades indígenas têm consciência da secular presença do homem branco na região e não é de hoje mutuamente se beneficiam, compartilhando negócios e alegrias. Juntos, brancos e ín-

dios, sempre procuraram superar as dificuldades naturais e geográficas, determinados a conquistar os benefícios sociais e culturais a que têm direito.

Essa não é a primeira nem a última vez que subo a essa tribuna para enfocar o mesmo tema.

Outras vezes mais voltarei, se necessário se fizer.

Quero deixar bem clara minha postura em relação à demarcação da área Raposa Serra do Sol.

Encravados dentro da reserva pretendida, além de muitas vilas, estão os municípios de Pacaraima, Normandia e Uiramutã onde milhares de brasileiros fincaram suas vidas por acreditar no progresso e no desenvolvimento do Estado. Nas zonas rurais são centenas de famílias cujas propriedades são responsáveis por um respeitável rebanho diversificado entre bovinos, equinos, caprinos e suíços. O arroz tem destaque na produção, como já frisei, e a soja, o milho e o feijão atendem parcela considerável da demanda interna.

Dentro da área estão construídas dezenas de escolas de 1º e 2º graus que atendem a mais de 3.000 crianças indígenas e não-indígenas, além de possuir hospitais, postos de saúde, postos da polícia militar, estradas estaduais que superam os 400 quilômetros e é cortada, em 78 quilômetros, pelas BR 174 e 401.

Nos três municípios e nas vilas também se desfruta de água tratada, energia elétrica e telefone, pois lá estão instalados os postos da VER, da Caer e da Telaima.

Não é justo, Senhor Presidente, que todo esse processo de desenvolvimento, toda essa gama de conquistas sociais que beneficiam tanto o índio como o não-índio, seja estancado ou sofra rupturas no trato de uma questão onde ambos os interessados, índios e não-índios, clamam pela mesma solução: a demarcação, sim, mas não em áreas contínuas. Por que não satisfazer a ambos?

Deixo, portanto, meu convite ao Presidente da Funai, o ex-colega Márcio Lacerda, fazendo esse convite em nome de todos que queremos uma solução pacífica e ordenada para a questão e que também acreditamos ser possível uma revisão nos termos da Portaria nº 820, para que visite a região Raposa Serra do Sol e juntó conosco hasteie a bandeira do bom-senso para uma definitiva solução do problema.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigada.

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

3-3-99

Quarta-feira

- 10h – Despacho Interno
 15h30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
 18h30 – Lançamento do livro "A Cooperação Técnica e Financeira Internacional", de autoria do Senador Bernardo Cabral (Salão Negro).

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

2ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, a realizar-se dia 26 de fevereiro de 1999, às 9 horas.

As nove horas dia vinte e seis de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Fernando Bezerra e com a presença dos Senadores: Bernardo Cabral, Francelino Pereira, Jeffersson Peres, José Roberto Arruda, Luiz Otávio, Sebastião Rocha, Heloísa Helena, Ney Suassuna, Romeu Tuma, Maria do Carmo, Osmar Dias, José Eduardo Dutra, Bello Parga, Paulo Souto, Roberto Requião, Pedro Piva, Wellington Roberto, Antero Paes de Barros, Gilberto Mestrinho, Maguito Vilela, Lauro Campos, João Alberto, Jorge Bornhausen, José Alencar, Roberto Saturnino, José Fogaça, Carlos Patrocínio, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Eduardo Siqueira Campos, Antônio Carlos Valadares, João Alberto Sousa, Romero Jucá, Marluce Pinto, Edison Lobão, Freitas Neto, Luiz Estevão, Ademir Andrade, Marina Silva, Eduardo Suplicy, Jonas Pinheiro, Pedro Simon, Antônio Carlos Magalhães e Sérgio Machado. Deixou de comparecer o Senador Ramez Tebet. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida o Senador Roberto Requião apresenta os seguintes Requerimentos: CAE N º 05, de 1999, "solicitando ao Tribunal Regional Federal da 1 ª Região, que remeta à CAE, com a máxima urgência, o estado de tramitação dos processos, AI 92.00.52046-4, AP 92.00.03251-6; AP 91.00.26191-2 onde constam como co-réu o Senhor Armínio Fraga. Bem como quaisquer outros processos em que o Senhor Armínio Fraga conste como parte"; e CAE N º06 "solicitando ao Tribunal de Contas da União, para que informe à esta Comissão, com a máxima urgência, a

existência de processos em que sejam partes ou, de alguma forma envolvidos com os Senhores Francisco Gross e Armínio Fraga e qual o estado atual de tramitação. O Senhor Presidente decide pela remessa dos requerimentos à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Em seguida procede-se à apreciação das seguintes matérias: **Mensagem nº 74, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 21 votos favoráveis e um contrário. **Mensagem nº 77, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Daniel Luiz Gleizer para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 24 votos favoráveis e 3 contrários. **Mensagem nº 78, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Edison Bernades dos Santos para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 24 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção. **Mensagem nº 79, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Luiz Carlos Alvarez para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 25 votos favoráveis, 1 contrário e 1 abstenção. **Mensagem nº 80, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 24 votos favoráveis e 3 contrários. **Mensagem nº 81, de 1999, não terminativa**, que "submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: A ser apreciado em votação secreta. Resultado: Aprovada a indicação por 23 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção. Segue a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e cinco minutos horas,

lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **FERNANDO BEZERRA**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Senadores, há **quorum** regiméntal, e declaro aberta a reunião convocada especialmente para a sabatina do Presidente e de Diretores do Banco Central.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, quero estabelecer uma preliminar à sabatina da Diretoria do Banco Central.

Informações chegaram à minha mão e de inúmeros Senadores sobre a existência de processos que envolvem o Sr. Armínio Fraga e a Diretoria do Banco Central, no período de 1991-1992, no Tribunal de Contas da União e nos Tribunais da Justiça Federal em Brasília.

Na Justiça Federal há duas ações populares: uma que se refere à venda antecipada de títulos públicos, com grande prejuízo para o banco; e outra, à venda de títulos públicos por um preço extremamente baixo e à revenda desses mesmos títulos pelo banco comprador, de forma imediata, com um lucro para o banco de U\$60 milhões.

Estive ontem, em companhia do Senador Eduardo Suplicy, no Tribunal de Contas da União. Os processos estão inconclusos, embora exista um parecer da Procuradoria de Justiça recomendando a devolução de recursos despendidos na contratação de advogados privados pelos diretores do banco, entre os quais o Sr. Armínio Fraga.

Encaminho à Mesa dois requerimentos, um no seguinte sentido:

"Com fundamento no disposto no art. 49 da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, inciso X, XIII, parágrafo único, e 383, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos seja oficiado ao Tribunal Regional Federal, 1ª Região, para que forneça a esta Comissão, com a máxima urgência, o estado de tramitação dos processos A1-920052046/4, AP-920003251/6, AP-910026191/2, onde consta como co-reu o Sr. Armínio Fraga, bem como quaisquer outros processos em que o Sr. Fraga conste como parte."

É a diligência que solicito.

A outra diligência, com os mesmos fundamentos, é dirigida ao Tribunal de Contas da União, para que entregue os processos à Comissão de Assuntos Econômicos, também com a máxima urgência. Os processos existem, tive conhecimento deles ontem. Evidentemente, por não haver um pedido oficial da Comissão ou do Plenário do Senado, o Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Iran Saraiva, apesar de nos ter confirmado a existência dos processos, não nos colocou em mão os processos inconclusos. São acusações extremamente sérias e que devem ser examinadas por esta Comissão.

Então, preliminarmente, submeto à Mesa e ao Plenário o pedido para a realização dessas diligências.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Sr. Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, nós que fomos advogados militantes durante muitos anos nas cidades de Teresina e do Rio de Janeiro, sabemos, nós advogados, que pode haver quaisquer acusações contra quaisquer dos cidadãos brasileiros. Evidentemente, se não há sentença transitada em julgado em qualquer dos tribunais, não há que levantar dúvidas ou suspeições, embora eu acredite, pessoalmente, que seja perfeitamente lícito a qualquer dos membros integrantes desta Comissão ou deste Senado Federal requerer as diligências que bem julgar.

Mas considero, sobretudo para o bom andamento dos trabalhos, que, preliminarmente, não havendo, como já ficou comprovado, nenhum tipo de sentença transitada em julgado – a diligência pode ou não ser feita, dependendo da decisão da Mesa –, que ela não vai embaraçar os trabalhos da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Informo a V. Ex^{as} que requerimento de igual teor foi encaminhado do Plenário à Mesa e o Presidente da Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, já tomou as devidas providências.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pois não. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – O requerimento encaminhado à Mesa – e o Presidente Antonio Carlos Magalhães me informa que já encaminhou ao tri-

bunal, diligência da Mesa do Senado – refere-se apenas ao Tribunal de Contas da União. Estou acrescentando um outro requerimento relativo às informações do Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tomaremos providência semelhante àquela tomada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães em relação ao outro requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, como bem colocou o Senador Hugo Napoleão, antes de transitada em julgado, a sentença não tem efeito legal. O próprio Senador Requião tem uma série de processos correndo na Justiça do Paraná e S. Ex^a está aqui como Senador, cumprindo seu mandato, porque ninguém pode prejulgar uma pessoa antes que a sentença seja absolutamente lavrada.

Quanto à questão dos dois processos que o Senador Requião levantou na Justiça Federal, aquele sobre a venda dos títulos é uma operação feita em 1990, quando o Dr. Armínio Fraga não era Diretor do Banco Central. O segundo diz respeito a uma transação de venda de um terreno do Banco Central para a Caixa de Previdência do Banco Central, operação que não foi realizada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Obrigado. Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, a lei exige reputação ilibada. O Sr. Armínio Fraga não está registrando a sua candidatura a vereador, deputado estadual, deputado federal, senador ou a qualquer cargo eletivo, a respeito do que a lei é clara e estabelece que a candidatura é impugnada caso haja sentença transitada em julgado. Não é o caso. O que se trata é de essa Comissão ter capacidade de analisar se o Sr. Armínio Fraga preenche a condição de reputação ilibada. Nesse sentido, independentemente de sentença transitada em julgado ou não, é necessário que a Comissão e os Senadores, para analisarem especificamente essa exigência, tenham conhecimento dos processos. Assim, entendo que é perfeitamente exigível esse requerimento feito pelo Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Obrigado. Já há uma decisão tomada pela Mesa, que é a de encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e atender o requerimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento. Gostaria que ficasse bastante clara a decisão da Mesa. É

uma diligência? Qual é a decisão da Mesa a respeito do requerimento do Senador Roberto Requião?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – A decisão tomada pela Mesa, em plenário, foi encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esta é a decisão tomada pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – E a decisão tomada pela CAE, qual é?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Decisão semelhante. Encaminharemos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que ela tome conhecimento e as providências necessárias.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Estão convertendo em diligência?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Perfeitamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Então, Sr. Presidente, um adendo a minha questão de ordem. Penso que foi sábia a decisão da Mesa, atendeu a um reclamo de um Senador.

Aproveito o espaço para esclarecer ao Senador Sérgio Machado que os processos que o PSDB moveu contra mim, depois de ter sido esmagado na eleição para o Senado da República, já foram julgados pelo Tribunal Eleitoral e o PSDB foi reduzido a sua condição, ou seja, de irresponsável acusador de um processo arquivado, assim como foi irresponsável a declaração do Senador Sérgio Machado em relação a minha pessoa. Não vou aceitar esse tipo de retaliação, eu não estou sendo julgado nesta Comissão, e saiba o Senador Sérgio Machado que não sou brincadeira de Senador do Ceará.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, continuo a minha questão de ordem.

A Comissão de Assuntos Econômicos, numa arguição como esta, procede segundo as regras do Código de Processo Civil e, uma vez que o Presidente acatou a diligência, até que ela se cumpra, o Código de Processo Civil determina a interrupção do processamento da análise e da sabatina do Sr. Armínio Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não é esse o entendimento da Mesa. Tomamos a decisão, semelhante à decisão tomada em plenário pelo Presidente da Casa, de encaminhar o requerimento de V. Ex^a à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Para análise e pronunciamento, com a palavra o Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, aqui não estamos para brincar. Não sou eu que vivo fazendo brincadeira no plenário. Costumo tratar as coisas de forma bastante séria, como tem sido e sempre será minha característica. O que eu disse aqui, e volto a repetir, é que o Senador Roberto Requião assumiu o seu mandato de Senador legitimamente, porque foi levantado um processo e, antes que a Justiça estabeleça, ninguém pode prejulgar alguém. Foi isso que eu disse e enfatizo, porque ninguém está brincando.

S. Ex^a foi até pejorativo, porque o Ceará é um Estado que merece respeito, como respeito qualquer um dos Estados da Federação. Para mim, a discussão está encerrada, porque estamos julgando uma questão de ofensa pessoal. Mas não estou levando para esse lado e nem quis fazer uma acusação de ofensa pessoal; quis apenas comparar o tratamento que o Senador Roberto Requião está querendo dar ao Dr. Arminio Fraga com o que lhe aconteceu. Nem estou fazendo juízo de valor, nem penso que seja justo que se possa fazê-lo. Isso é o que quis deixar bastante claro. A discussão não é sobre o Ceará, não é sobre o Paraná, não é sobre o Senador Roberto Requião. Vamos discutir, agora, a questão do Presidente do Banco Central.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, em primeiro lugar, com relação ao que diz o Senador Sérgio, a lei é muito clara. Para ser candidato a Senador não precisa ter reputação ilibada, basta que na folha corrida não tenha sido condenado. Mas a Constituição diz que para ser Presidente do Banco Central tem que ter cidadania ilibada, quer dizer, é um pouco mais do que não ter ficha em cartório. Mas não é essa a minha questão.

Sr. Presidente, esta Casa já votou em urgência urgentíssima e, graças à providência do seu Presidente e do Presidente da Câmara dos Deputados, foi posto em votação o projeto que determina a quarentena com relação aos dirigentes do Banco Central. À última hora, por uma questão de detalhe, não foi aprovado.

Lamentavelmente, o Presidente da República, ao convocar extraordinariamente a Câmara e o Senado, não colocou a quarentena. Diz o Presidente

Michel Temer que, na primeira reunião ordinária da Câmara dos Deputados, ela será votada. Peço a V. Ex^a e ao ilustre Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos, que está aqui, que somente votemos em plenário essas indicações depois de aprovada a quarentena, porque isso muda a realidade. Caso contrário, vamos ficar mais um período com o lamentável equívoco que vem ocorrendo até agora.

Como o Presidente da Câmara dos Deputados diz que vai aprovar a quarentena em urgência urgentíssima, como sabemos da diligência e da competência do Presidente do Senado no sentido de que, se for importante, votemos na mesma hora, a proposta que faço é que primeiro se vote a quarentena e, depois, se votem as indicações para o Banco Central para que já fiquem sujeitas a ela. É a questão de ordem que levanto a V. Ex^a e ao ilustre Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – A proposta de V. Ex^a deverá ser encaminhada ao Plenário e por ele decidida.

O SR. EDUARDO SUPILY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY – Sr. Presidente, ontem, V. Ex^a expressou que seria importante termos, no dia de hoje, a argüição do Presidente indicado para o Banco Central, bem como dos nomes que foram indicados para se tornarem diretores.

Formulei uma sugestão, ontem, ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, que me parece de bom senso, e gostaria que a Comissão de Assuntos Econômicos a examinasse: que, sem prejuízo de hoje argüirmos todos os Diretores no tempo que for necessário, façamos, primeiramente, a argüição do indicado para Presidência do Banco Central, Sr. Arminio Fraga Neto. Tão importante é esta argüição que os Senadores que se inscreveram se preparam para ela. Esgotada esta matéria, podemos fazer um breve intervalo e, daí, procederemos à argüição dos demais.

Gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que este é o procedimento que o Senado Federal sempre teve. E, assim, podemos dar a devida importância à argüição e votação do indicado pelo Senhor Presidente da República para se tornar Presidente do Banco Central.

É a sugestão que formulo, porque poderemos ficar até a noite, mas, primeiro, esgotaríamos a argüição ao indicado para Presidente do Banco Central, para, em seguida, fazermos – e poderíamos até

fazer em conjunto – a argüição dos demais, para que não fique prejudicada. Poderíamos, inclusive, abrir nova inscrição para os que desejarem permanecer até que se esgote o objeto da reunião, qual seja, argüirmos e votarmos todos, mas, primeiro, o Sr. Armínio Fraga Neto e, depois, os demais.

É a sugestão que formulou a V. Ex^a e à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Suplicy, a Mesa tem outro entendimento e a nossa proposição ao Plenário é no sentido de que ouçamos, em primeiro lugar, o Relator, Senador Ney Suassuna; em seguida, ouviremos as proposições do Senhor Presidente da República para Presidente e Diretor do Banco Central. Faremos uma avaliação conjunta, e cada um dos Srs. Senadores terá o tempo suficiente para argüir o Sr. Armínio Fraga e os demais Diretores do Banco Central.

Tão logo tenhamos o parecer do Senador Ney Suassuna, abriremos a votação, para que cada Senador, à medida que entender capacitado para o julgamento, possa fazer a votação. Teremos o tempo suficiente previsto no Regimento para que cada Senador possa argüir tanto o Presidente como os demais Diretores do Banco Central.

A ordem seria a seguinte: inicialmente, a palavra será dada ao Senador Ney Suassuna, em seguida, ao Sr. Armínio Fraga, que terá o tempo suficiente, pois é óbvio que, como Presidente do Banco Central, deverá definir as linhas principais da atuação da Diretoria para o Banco Central; ouviremos, depois, cada um dos senhores Diretores do Banco Central, voltaremos a palavra ao Sr. Relator, para que ele complete a sua argüição e, em seguida, pela ordem de inscrição, daremos a palavra a cada um dos Srs. Senadores, alternando por partidos.

Peço aos Srs. Senadores a compreensão para que sejamos absolutamente rigorosos em relação ao tempo; conforme o Regimento, teremos cinco minutos para pergunta, cinco minutos para a resposta, dois minutos para a réplica e dois minutos para a tréplica. Isso diz respeito a todos os Senadores, uma vez que há 33 Senadores inscritos para argüição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, V. Ex^a, ao assumir a Presidência desta Comissão, disse que iria pautar a sua conduta pelo absoluto respeito ao Regimento da Casa. Eu gostaria

de levantar alguns aspectos regimentais, não só em relação ao processo de condução da sabatina, como em relação ao processo de votação. V. Ex^a afirmou no Jornal **O Globo** que, no momento em que passar a palavra ao Senador Suplicy, abriria o processo de votação.

Temos uma pauta que, de acordo com o Regimento, é colocada de forma seqüencial, com várias mensagens. O processo de argüição é uma forma de instrução para que cada Senador delibere sobre cada mensagem desta.

O art. 383, que trata de escolha de autoridades, dispõe:

"a) a mensagem (...) deverá ser (...) acompanhada de (...) **curriculum** (...). b) a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a três dias (...).

A letra "c" trata de candidato a chefe de missão diplomática – não entra.

"d) além da argüição do candidato e do disposto no art. 93 -o art. 93 trata de audiência pública-, a comissão poderá realizar investigações (...). e) o relatório deverá conter dados sobre o candidato, passando a constituir parecer com o resultado da votação aprovando ou rejeitando o nome indicado."

Muito bem. Temos um relatório do Senador Ney Suassuna para o item 1, que era a indicação do Dr. Armínio Fraga. A argüição é um processo de instrução para a discussão e votação do relatório, que, caso seja aprovado, transforma-se em parecer. Então, primeira questão: o processo de votação não pode se iniciar antes que termine a fase de instrução, que é, portanto, a argüição daquele candidato, e principalmente antes que se termine a discussão do relatório. Não existe abertura de votação antes de terminar a discussão, nem na Comissão, nem no Plenário, até porque o art. 92 diz que se aplica à Comissão aquilo que está disposto no Plenário.

Portanto, Sr. Presidente, para se cumprir o Regimento, tem que seguir a pauta, e o item 1 da pauta trata da indicação do Sr. Armínio Fraga. O Senador Ney Suassuna lerá o seu relatório antes ou depois da sabatina – aí é irrelevante –, nós vamos fazer a sabatina, vamos discutir o relatório e votá-lo. Se for aprovado, ele se transforma em parecer. Qualquer coisa fora disso, Sr. Presidente, é descumprir o Regimento.

O SR. EDUARDO SUPILY – Se me permite um acréscimo, Sr. Presidente, para cada um dos itens há o procedimento regimental: cinco minutos de argüição para cada um dos inscritos, cinco minutos de réplica, três minutos, podem examinar; sem-

pre foram três minutos: três minutos depois de réplica e tréplica.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPILCY – Regimentalmente para cada item.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O Regimento não trata de tempo para argüição. Esse tempo é aplicado para ouvir Ministros. O capítulo de argüição fala da escolha de autoridades. O Sr. Armínio Fraga, embora o Governo queira, ainda não é autoridade, porque ainda não foi aprovado pelo Plenário do Senado. Portanto, não há limite de tempo para argüição. Mas este é um ponto sobre o qual podemos chegar a um acordo, não vamos fazer cavalo de batalha em cima da questão do tempo. A nossa questão, eu insisto na questão regimental, é se cumprir o processo de votação das matérias: inicia-se o item 1 da pauta, passa-se ao processo de instrução para o item 1, que é a sabatina, depois faz-se a discussão do relatório do Senador Ney Suassuna sobre o item 1, vota-se o relatório e, se esse for aprovado, transforma-se em parecer. Esta é a letra fria do Regimento, Sr. Presidente, que V. Ex^a se comprometeu a cumprir ao assumir a Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Mantendo a minha decisão de respeitar o Regimento. Não creio que haja um desrespeito, tanto que submeti a proposição da Mesa à deliberação do Plenário.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas a Comissão não pode deliberar contrariamente ao Regimento, Sr. Presidente. Quero lembrar que o Presidente do Senado, que está aqui presente, todas as vezes que no Plenário da Casa quer que alguma coisa não seja de acordo com a letra fria do Regimento, consulta o Plenário do Senado e só concorda em adotar posições que se choquem caso haja a unanimidade do Plenário. Então, esta não é uma questão que possa ser votada pela maioria do Plenário e muito menos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com relação ao tempo, Senador José Eduardo Dutra, nas disposições gerais, art. 94, está consignado:

"Art. 94. Os depoimentos serão prestados por escrito e de forma conclusiva.

§1º Na hipótese de haver defensores e opositores, relativamente à matéria objeto de exame, a comissão procederá de forma que possibilite a audiência de todas as partes interessadas.

Os membros da comissão poderão, terminada a leitura, interpelar o orador exclusivamente sobre a

exposição lida, por prazo nunca superior a três minutos (art. 94 § 2º, do Reg. Interno do Senado Federal).

O orador terá o mesmo prazo para responder a cada Senador, sendo-lhe vetado interpelar os membros da comissão (art. 94 § 3º, do Reg. Interno do Senado Federal).

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Isso é em relação a argüição. Já disse que isso é em relação ao tempo, não vou ...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – O Senador Eduardo Suplicy havia dito que eram cinco minutos e três para réplica e tréplica, para interpelação a Ministro.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Minha questão é o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – No art. 383, letra "e", do Reg. Interno, diz:

"O relatório deverá conter dados sobre o candidato, passando a constituir parecer com o resultado da votação, aprovando ou rejeitando o nome indicado".

O relatório é uma peça para instruir a matéria, o parecer é o resultado da votação desse relatório. Em seguida, o parecer irá a Plenário para ser apreciado e votado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas V. Ex^a disse ao contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Então, não vejo conflito algum entre a proposta da Mesa e o que coloca V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Tanto o relatório, quanto a argüição são para instruir a matéria, não estou questionando isso. É lógico que o relatório é para instruir.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, estamos numa reunião da Comissão de Economia que tem uma pauta de seis itens. O normal é se votar item por item. Vamos votar agora item nº 1, que diz:

Item nº 1:

Submete-se à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central.

Relator: Senador Ney Suassuna.

Parecer: a ser apreciado em votação secreta.

Resultado:

Terminando esta matéria, será apreciado o item nº 2, que é a Mensagem nº 77.

Submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Daniel Luiz Gleizer para exercer o cargo de Diretor do Banco Central.

Relator: Senador Ney Suassuna.

Parecer: a ser apreciado em votação secreta.

Temos seis itens, temos que analisar item por item.

Fala o Presidente.

É submetida à sabatina cada Diretor e o Presidente do Banco Central, em seguida faz-se a votação. Sempre foi esse trâmite, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – A proposta que fizemos é no sentido de que haja uma argüição conjunta, uma avaliação conjunta e uma decisão, absolutamente, separada de cada item.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, tenho assistido, na Comissão de Infra-estrutura, desta Casa, seguidas vezes, argüições de vários membros, não só da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações –, como da ANP – Agência Nacional de Petróleo. Em todos os casos havidos, sempre, em nenhum deles deixou de haver a argüição conjunta. Já é uma tradição em diversas reuniões destas comissões, desta Casa, argüição conjunta.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, a tradição é quando não há questionamento regimental, e está havendo.

Esta é uma Casa política, quando há consenso, Sr. Presidente, pode-se quase tudo. Nesse caso não há consenso. Se não há consenso obedece-se ao Regimento. É o Regimento que estabelece a relação entre maioria e minoria, em qualquer Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, pelo visto essa reunião vai ser altamente demorada, vamos passar o dia todo aqui. Esse recinto, em que nos encontramos, é muito pequeno, pois há Deputados, outras pessoas interessadas em assistir essa reunião. Próprio que mudássemos essa reunião para o plenário do Senado, que encontra-se desocupado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Carlos Bezerra, já iniciamos a reunião e não temos condições alguma de atender seu pedido.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, temo que sejamos levados, praticamente, a uma situação inédita e a um beco sem saída. Nunca vi na minha vida alguém dar um voto aprovando ou reprovando; condenando ou absolvendo, cinco, seis pessoas ao mesmo tempo. Posso ser favorável a aprovação de um nome, e ser contrário a aprovação de dois ou três outros nomes. Enfiar tudo dentro do mesmo saco e fazer um julgamento coletivo, parece-me que realmente torna esta reunião inquinada de um vício insanável.

Além disso, eu gostaria de manifestar a minha insatisfação em estar presente nesta reunião, depois de ter aprovado, há pouco tempo, o nome do Sr. Francisco Lopes, contra quem não pairavam essas dúvidas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Peço a V. Ex^a que se atenha ao debate.

O SR. LAURO CAMPOS – ...que durou uma semana no Banco Central e cuja aprovação pelo Senado foi tranquila. Imaginem se agora, nessa situação convulsionada, de novo, o Governo se dá conta de problemas que inquinam o currículo do candidato e o defenestraram, como aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Lauro Campos, este não é o tema que estamos discutindo.

O SR. LAURO CAMPOS – Isto será realmente um atentado contra o País, contra os interesses nacionais, se este Presidente, agora aprovado, for também defenestrado em poucos dias.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, pela ordem. Vou apresentar uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – A Mesa decide acatar a proposta levantada pelo Senador José Eduardo Dutra.

Vamos fazer a argüição individual e tomar a decisão por item.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – O encaminhamento que eu iria fazer é semelhante a este. Se não fosse possível esgotar o tempo na sessão de hoje, que se convoque outra para ouvirmos os demais diretores, haja vista que o principal, hoje, é ouvir o Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Solicito aos Senadores Jader Barbalho, Sérgio Machado e Hugo Napoleão que introduzam no recinto o Dr. Armínio Fraga Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o Senhor Presidente da República encaminhou, em 03 de fevereiro do corrente ano, mensagem ao Senado Federal, submetendo a indicação do Sr. Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme o disposto no inciso XIV, do art. 84, combinado com a letra d do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Como já repetidamente enfatizado nesta Comissão, a ocupação do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil pressupõe o cumprimento de determinados requisitos básicos, quais sejam: reputação ilibada; profundo conhecimento sobre questões econômicas e conhecimento sobre as práticas de administração pública.

Quanto ao primeiro requisito, o Professor Armínio Fraga Neto caracterizou-se em sua vida pública, quando da ocupação do cargo de Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central do Brasil, pela lisura no trato dos assuntos públicos, bem como pela busca inequívoca de atender aos princípios da Administração Pública, resguardando seus interesses, não constando nenhuma restrição a seus atos no Tribunal de Contas da União.

Nesse ponto, gostaria de explicar aos Srs. Senadores, com a necessária clareza e sem deixar margens para dúvidas, os procedimentos por mim adotados com o objetivo de assegurar a correção da assertiva...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Mais uma vez, solicito silêncio ao Plenário, para que possamos ouvir o relatório do Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Repito: gostaria de explicar os procedimentos por mim adotados com o objetivo de assegurar a correção da assertiva que incorporei a este parecer, dando conta da inexistência de restrições aos atos praticados pelo Dr. Armínio Fraga enquanto no exercício das funções públicas.

Para tanto, consultei o Tribunal de Contas da União, cujos registros dão plena quitação das contas relativas à gestão do indicado. Os documentos estão disponíveis para as eventuais consultas dos Srs. Senadores. Ontem, durante toda a tarde, pesquisei e nada encontrei de irregular. Aqui estão os documentos, para que os Srs. Senadores observem item por item. É dito: "Contas regulares, com ressalva". Em seguida, explica-se que todos esses itens estão corretos.

Vale lembrar que está em andamento um processo tratando da aprovação do voto pelo Colegiado

do Banco para a contratação temporária, pela área administrativa, em 1991, de uma assessora parlamentar, de um assessor sindical e de advogados para defender os ex-Diretores do Banco Central em causas onde agiram em nome do Banco. O então Diretor, Dr. Armínio, participou da decisão e já apresentou, a exemplo dos demais Diretores, ao Ministro-Relator do Tribunal de Contas, Dr. Valmir Campele, todos os esclarecimentos pertinentes.

Outro fato, Srs. Senadores, que chama a atenção, pelo inusitado da iniciativa, retrata a Ação Popular, citada aqui, de nº 99.002.768-0, de 8 de fevereiro de 1999, sendo requerente o Sr. Vivaldo Vieira Barbosa e requeridos ao Banco Central do Brasil, Francisco Lopes e Armínio Fraga. O inusitado se deve ao fato de esta pretender responsabilizar o Sr. Armínio Fraga pela contratação do empréstimo de US\$41,5 bilhões, no âmbito de acordo com o FMI, antes mesmo de ele ter assumido a Presidência do Banco Central, sendo público e notório que o referido acordo foi negociado antes da sua posse.

Srs. Senadores, às vezes, ouvimos aqui citações que, quando vamos procurá-las, inexistem; essas ocorrem somente para fazer celeuma e criar a dúvida. Os documentos estão à disposição de qualquer Senador que queira consultá-los.

O atendimento ao segundo requisito emana de sua própria formação acadêmica. Após obter o Bacharelato em Economia pela Universidade Católica do Rio de Janeiro, o Dr. Armínio prosseguiu seu aperfeiçoamento acadêmico, adquirindo o título de Mestre pela mesma Universidade. A fim de ampliar seu conhecimento econômico, tornou-se também Doutor em Economia pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos da América, em 1985. Deve-se enfatizar que se dedicou, fundamentalmente, a lecionar, tendo sido professor, simultaneamente, da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas e Professor-Assistente e Visitante do Departamento de Finanças da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, como também Professor-Adjunto de Assuntos Internacionais da Universidade de Columbia, também nos Estados Unidos.

O Professor Armínio Fraga Neto apresenta em seu currículo dez publicações acadêmicas relevantes para a compreensão de fenômenos econômicos, devendo-se destacar estudo entre as crises internacionais, bem como o desempenho dos bancos centrais latino-americanos.

No que diz respeito ao terceiro requisito, devemos deixar claro que, embora tenha sido rápida a passagem na administração pública pelo cargo do mesmo Banco Central, teve participação eficiente no gerenciamento, nos instrumentos públicos típicos da autoridade monetária e no controle das especulações cambiais. Isso tudo no momento em que a economia brasileira passava pelo processo de reinserção na economia internacional.

Entre 1993 e 1999, exerceu a atividade de Diretor-Gerente da Soros Fund Management, em Nova Iorque. Com isso, pôde ampliar consideravelmente seu conhecimento prático não só sobre o funcionamento do sistema financeiro mundial, como também avaliar suas limitações e consequências.

Em recente prefácio à edição brasileira do livro *A Crise do Capitalismo*, de George Soros, o eminente Professor Armínio Fraga Neto enfatizou, com agudeza, os limites de gerenciamento das políticas econômicas dos países emergentes, bem como as prejudiciais consequências de práticas que, embora vissem ao ajuste das disfunções, acabam por gerar pesados ônus econômicos aos mesmos países. Contudo, sempre destacou a importância de que os países que desejam atingir a estabilidade monetária de forma estrutural, devem instituir um equilíbrio fiscal permanente.

Portanto, é um homem que tem todas as condições para ser Presidente do Banco Central. Estamos vivendo um período de muito tumulto. Nesses últimos dias vi coisas interessantes. Ontem uma repórter me procurou e disse: O senhor não vai aprová-lo, não é?

Perguntei: Por quê? Ela disse: – Porque ele não tem título de eleitor; ele não votou na última eleição. Admirei-me: – Como, se ele já foi diretor e para ser diretor ele precisou do título?! Procurei saber por que ele não tinha votado. Soube que estava no exterior e justificou. Rumores como esse são levadas a público e fazem parecer que estamos aqui fazendo alguma coisa que não seja correta.

Esse é o relatório. O meu parecer é de que, tendo em vista a sua formação acadêmica e profissional, estão obedecidos os requisitos necessários para a ocupação do cargo de Presidente do Banco Central do Brasil. E, como o Presidente o indicou, temos todas as condições para referendar a indicação.

É o meu voto.

O PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães; Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Fernando Bezerra; Senador Ney Suassuna; Senador Belo Parga, demais Senadores, Srs. e Srs., é para mim uma grande honra voltar a esta Comissão como indicado para Presidente do Banco Central do Brasil.

Tive, em 1991, a honra de passar por uma agüição antes de exercer o cargo de Diretor do Banco Central. A sabatina é parte fundamental de um processo que dá à Diretoria do Banco Central a legitimidade necessária para a condução da política financeira do País. Pela sabatina e aprovação por parte do Senado, fica confirmada a missão do Banco Central de acordo com os princípios democráticos que regem o nosso país.

Em virtude da minha indicação ter sido alvo de alguns comentários de natureza pessoal, inicio minha breve fala abordando esse tema. Em primeiro lugar, quero deixar claro que me apresento para servir à pátria como técnico e economista.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Esse texto será distribuído?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Será.

Continuando, em primeiro lugar, quero deixar claro que me apresento para servir à pátria como técnico e economista. O mesmo posso dizer a respeito do grupo que convidei para formar a diretoria do Banco Central.

Em segundo lugar, a questão da minha nacionalidade. Minha mãe é americana. Isso nunca foi segredo. Inclusive, já era americana, quando aqui passei há oito anos. Meu pai, médico e professor carioca, foi aos Estados Unidos fazer sua residência médica na Filadélfia, onde conheceu minha mãe. Casaram-se e estabeleceram residência no Rio em 1956. Nasci no Rio de Janeiro em 1957. Minha mãe lá permanece até hoje, mesmo depois do falecimento de meu pai há um ano e meio. Nunca pensou em voltar para os Estados Unidos. Ter mãe americana me deu automaticamente a cidadania americana. Não pedi cidadania americana nem evidentemente abri mão da minha cidadania brasileira.

Em terceiro lugar, algumas palavras sobre a minha experiência profissional. Quem me conhece sabe que não é do meu feitio falar a meu respeito. É algo que não me agrada, mas me sinto obrigado a esclarecer algumas coisas. O Grupo Soros, onde trabalhei por seis anos, administra investimentos nos mercados internacionais. Trata-se do mais antigo fundo de suas classes, detentor de excelente reputação

ética e profissional. Não é banco e não tem escritório no Brasil.

Minha função no grupo era definir estratégias de investimento para o conjunto dos chamados países emergentes. Especializei-me na análise macroeconômica dos diversos países. Inclusive, como parte desse trabalho, visitei mais de vinte bancos centrais em cinco continentes. Minha rotina era analisar cuidadosamente os países em questão, cobrindo em detalhe aspectos fiscais, monetários, cambiais, bancários, financeiros e políticos.

No campo acadêmico, fui durante anos professor de economia da PUC e da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Nos últimos seis anos, lecionei na pós-graduação da Universidade de Columbia, em Nova Iorque. O curso que ministrei lidava com as implicações da globalização econômica e financeira para as políticas públicas e para o desenvolvimento. Muitos dos alunos eram provenientes do setor público. O objetivo do curso era dar aos alunos um entendimento de como um país pode se utilizar da força da globalização em seu benefício. Parte da exigência do curso, aliás, era que cada aluno escrevesse um trabalho sobre um banco central de um país emergente. O trabalho incluía a análise legal, cobrindo estatutos, leis, contábil, monetária e, quando relevante, fiscal do banco central. Foi realmente um processo de pesquisa para mim, onde aprendi muito sobre inúmeros bancos centrais do mundo afora. Esses alunos me ensinaram muito e foi uma experiência realmente enriquecedora.

Passando agora ao tema principal desta apresentação breve, começo com um pouco de história. A história do Banco Central do Brasil é marcada por altas taxas de inflação. A explicação, a meu ver, é simples: ao Banco Central foram dadas muitas tarefas. Essa multiplicidade de objetivos desviou ao longo dos anos a atenção da instituição daquilo que deveria ser sua meta principal, se não única, que é a preservação do poder de compra da moeda nacional. Os planos iniciais de reforma do Banco Central, descritos, por exemplo, nas memórias do ex-ministro Roberto Campos, foram desvirtuados. Por consequência, o Banco Central, já no seu nascimento, não conseguiu se livrar desse excesso de funções.

Mais recentemente, com o fim da famosa conta movimento, o Banco Central passou, finalmente, a limitar o acesso a seu crédito. Esse processo de redefinição das funções do Banco se encontra hoje bastante avançado, o que já permite um melhor desempenho da política monetária. Acredito que levar a cabo essa mudança definitiva da instituição, sim-

plificando e limitando o foco de sua atuação, é um importante desafio para o futuro.

Por que isso? A história recente da economia brasileira exibe ao mesmo tempo as altas taxas de inflação que acabo de mencionar e baixas taxas de crescimento. Quem examina essa evidência chega obrigatoriamente à conclusão de que a política macroeconômica não foi um fator positivo na busca do crescimento e do desenvolvimento econômico e social do País.

Em particular, a nossa experiência recente brasileira confirma a noção, hoje bem estabelecida, de que não é possível gerar um ganho permanente na taxa de crescimento da economia através da expansão monetária – parece óbvio, mas, volta e meia, a gente se esquece. Na realidade, o crescimento vem da capacidade de poupar e de investir da economia. Como defende o professor Joel Mokir em seu livro "A Alavanca da Riqueza", os caminhos que levam ao crescimento podem ser classificados em três grandes blocos – e eu os apresento a seguir.

Em primeiro lugar, temos a poupança (inclusive pública) e o investimento em capital físico e humano. As teorias mais modernas aperfeiçoaram esse arco-bouço tradicional dando à educação, inclusive, o destaque que todos nós reconhecemos como essencial.

Em segundo lugar, temos o crescimento advindo do progresso tecnológico. Esse é o crescimento que o famoso economista Schumpeter caracterizou como o crescimento do processo da "destruição criativa".

Em terceiro lugar, temos a expansão dos mercados e, por conseguinte, a integração com a economia mundial, mensagem essa mais antiga, que já vem de Adam Smith.

As lições para o Brasil são diretas. Não há atalho para o crescimento: é preciso poupar, educar e se integrar à economia mundial.

Nesse contexto, fica claro que a principal contribuição do Banco Central é zelar por um ambiente macroeconômico estável. Essa é a melhor forma de se permitir com que esses processos reais do crescimento ocorram em toda a sua plenitude. A contribuição do Banco Central é, portanto, absolutamente crucial.

Outra contribuição do Banco Central é zelar pela solidex e pela eficiência da intermediação financeira. Como se sabe, no caso da recente crise asiática, a falta de solidex do mercado financeiro multiplicou a amplitude dos choques e das crises de forma devastadora. No caso do Brasil, graças ao Proer, te-

mos hoje um sistema financeiro capaz de enfrentar com segurança a atual crise econômica.

Esses são, portanto, aspectos de comprovada importância na busca do desenvolvimento, para a atuação do Banco Central.

Para cumprir com essas funções – fico feliz em relatar – o Banco Central conta com um excelente quadro funcional, cuja competência pude comprovar de perto durante minha passagem pela Diretoria.

Por mais importante que seja a atuação do Banco Central, não podemos nos iludir quanto à necessidade de agir em outras frentes da política econômica. Em especial, cabe destacar a política fiscal. Existe hoje total consciência do Governo quanto aos riscos da manutenção da trajetória de déficits públicos dos últimos dezoito meses. O Executivo reconheceu esse problema e, com o imprescindível apoio do Congresso, se comprometeu com a geração de superávits primários superiores a 3% do PIB neste e nos próximos anos. Essa decisão é de extrema importância. Ela garante não só um aumento na poupança do País como também ajuda a reduzir o custo do crédito, tanto interno quanto externo.

Finalmente, essa breve discussão sobre o crescimento não pode deixar de mencionar a estabilidade das regras do jogo em geral. Tenho absoluta convicção da necessidade de se respeitarem compromissos e contratos. Tenho total rejeição a medidas arbitrárias e antidemocráticas.

O entendimento de que a contribuição do Banco Central é indispensável para o bem-estar da sociedade levou outros países a adotar um modelo de Banco Central independente, que é o tema que gostaria de abordar agora.

Na prática, a independência significa que a Diretoria do Banco recebe um mandato para perseguir uma meta determinada pela sociedade, através de seus representantes eleitos. Tal meta, como se sabe, é a preservação do valor da moeda. Esse é um ponto que gostaria de repetir **ad infinitum** aqui com V. Ex^{as}s e com o público em geral. Isso significa simplesmente a manutenção de taxas de inflação baixas. Esse ponto é importante e merece ser enfatizado. Portanto, repito, o Banco Central não tem independência para fazer o que quiser. Tem apenas a independência operacional para cumprir com uma função preestabelecida pela sociedade. A autonomia do Banco Central deve necessariamente vir acompanhada de transparência.

Assim sendo, o Banco Central deve prestar contas, apresentar periodicamente à sociedade suas metas, justificar tecnicamente as políticas adotadas

e apresentar medidas para a correção dos desvios observados, caso existam. Não há outra forma de se conquistar credibilidade. E credibilidade é condição necessária ao sucesso do regime de metas inflacionárias que adotaremos se aprovados por esta Casa.

Ainda com relação aos assuntos ligados à independência do Banco Central, quero dizer que sou à favor da quarentena na saída e que pretendo obedecer a esse princípio, mesmo ainda não estando em vigor lei sobre o assunto. Sou a favor porque acredito que um integrante do Governo não deve fazer uso de informações confidenciais para benefício próprio ou de outrem.

Bem, como deve então atuar um Banco Central moderno? A forma de atuação de um Banco Central depende do regime de câmbio escolhido. Esse é o próximo tema que abordarei. Regimes de taxas de câmbio podem ser classificados a partir dos dois casos de extremos, ou seja, da livre flutuação e do câmbio fixo. Existe hoje vasta literatura teórica e aplicada sobre regimes cambiais. A conclusão de toda essa pesquisa, confirmada inclusive por minha própria experiência profissional, é claríssima no que diz respeito a regimes de taxa de câmbio. Só são sustentáveis a longo prazo os regimes próximos a um dos regimes puros, ou seja, próximos ou ao câmbio absolutamente fixo ou ao flutuante. No caso do câmbio fixo, são viáveis as uniões monetárias, as caixas de conversão e outras formas semelhantes. Regimes de bandas, minidesvalorizações ou outros métodos de administração da taxa de câmbio tendem a ser instáveis e, mais cedo ou mais tarde, acabam em crise.

No caso do câmbio flutuante, o que se observa é que a maioria dos países que adotam com sucesso esse sistema não abrem mão do direito de intervir no mercado de câmbio, mas o fazem apenas em circunstâncias excepcionais e com o reforço de outras políticas econômicas. A experiência de vários países mostra que o regime de taxa de câmbio flutuante é um regime viável e sustentável. Dadas as características de nossa economia, com dimensões continentais e baixo grau de abertura, não tenho dúvida quanto à adequação desse regime ao nosso caso.

O Plano Real teve como importante pilar de sustentação a âncora cambial. Ou seja, o uso da taxa de câmbio como balizador das expectativas inflacionárias. Essa âncora teve papel fundamental na eliminação das elevadíssimas taxas de inflação que marcaram nossa história recente. A âncora cambial era de fácil entendimento. O acompanhamento por parte da sociedade se limitava a um número: a taxa

de câmbio. Hoje, o grande desafio que se apresenta ao Banco Central é demonstrar claramente que a perda da âncora cambial não representa um abandono de âncora, mas sim uma troca. A sociedade brasileira não quer a volta da inflação, não admite a volta da inflação. Cabe ao Banco Central garantir que isso não ocorra.

Com um regime de taxas de câmbio flutuantes, só existe uma opção para se atingir esse objetivo de garantir a estabilidade e a preservação do valor da moeda nacional. Essa opção é uma política monetária voltada para a manutenção de taxas de inflações baixas, ou seja, equivalentes àquelas praticadas nos centros internacionais e sendo uma meta direta do Banco Central.

A implantação dessa política passa pela definição de metas. O que significa exatamente isso? Correndo o risco de me repetir, algo que acredito ser parte da função de um Banco Central, num regime de metas inflacionárias, o controle da inflação é a meta principal da política monetária. No nosso caso, em particular, a mudança de âncora significa que o nível da taxa de câmbio deixa de ser um objetivo direto da política econômica.

A evolução recente da taxa de câmbio representa, nesse sentido, um desafio de implantação para o novo regime. Não podemos deixar que o aumento de preços decorrente da desvalorização se transforme em inflação futura. Isso significa que a política monetária terá que ser necessariamente de viés restritivo enquanto não desaparecerem os efeitos transitórios da desvalorização.

Cabe aqui, no entanto, um parêntesis. Mesmo com a manutenção de uma política monetária restritiva, há espaço para que no futuro próximo se verifique uma queda na taxa de juros real relativamente às taxas praticadas nos últimos anos.

Nesse período, estávamos pagando um preço caro, decorrente dos riscos fiscais e cambiais que caracterizaram os últimos dezoito meses. As altas taxas de juros em termos reais espelhavam uma preocupação do mercado com a trajetória do endividamento público e com o risco de uma desvalorização cambial. Agora, no entanto, a política fiscal aponta para superávits primários superiores a 3% do PIB, nos próximos anos. A taxa de câmbio, por sua vez, do ponto de vista de qualquer critério técnico, encontra-se excessivamente desvalorizada, e, num cenário de médio e longo prazo, isso se refletirá.

Com esses elementos, tenho confiança de que em breve reverteremos a trajetória ascendente da relação dívida-PIB e sepultaremos de vez noções

descabidas quanto ao tratamento a ser dado à dívida pública.

Finalmente, e retornando ao tema da inflação, não me cabe, como indicado para uma função, anunciar metas formais que terão em breve o tratamento técnico adequado que merecem. Posso, no entanto, repetir o que tem dito publicamente o Ministro da Fazenda: queremos uma taxa de inflação, no último trimestre deste ano, na casa dos 0,6% por mês, o que já corresponde a uma inflação anualizada de um dígito.

Olhando mais adiante, é possível vislumbrar, já no segundo semestre deste ano, uma recuperação da economia. Para o ano 2000, espero a retomada do crescimento acompanhada de uma taxa de inflação de um dígito. Para o ano 2001, buscaremos ainda uma taxa de inflação abaixo de 5% ao ano.

Termino, portanto, com uma mensagem otimista. Sei que os próximos meses serão difíceis, mas, com uma política fiscal responsável, com um regime cambial adequado e um Banco Central voltado para o controle da inflação, tenho confiança de que o dinamismo de nossa economia nos surpreenderá.

Muito obrigado por sua atenção e me ponho à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Obrigado.

Antes de iniciarmos a arguição, gostaria de repetir, muito mais em respeito a que todos os Senadores tenham oportunidade de arguir o Sr. Armínio Fraga Neto, de que as disposições gerais do art. 94, §§2º e 3º, dizem que os membros da comissão poderão, terminada a leitura, interpelar o orador exclusivamente sobre a exposição lida, por prazo nunca superior a três minutos. O orador terá o mesmo prazo para responder a cada Senador, sendo-lhe vedado interpelar os membros da comissão.

Já no art. 398 do Regimento Interno, que trata do comparecimento de Ministro de Estado, que não é o caso, mas que tem sido usado como prática nessa e em outras comissões, é dito, na letra "j": "Terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá a duração de meia hora, abrir-se-á a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado, dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá ser este contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a réplica".

Apelo aos Srs. Senadores que tenham o máximo de objetividade possível, em respeito a 34 dos Srs. Senadores que se acham inscritos para arguir,

utilizando-se o tempo de três minutos. Mas, evidentemente, seremos flexíveis no sentido de que possam tornar claras as suas dúvidas, as suas interrogações. Mas não podemos, em hipótese alguma, ultrapassar o prazo dos cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pela ordem, com a palavra o Sr. Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero apenas registrar, para que não fique como lei, tenho certeza de que todos os Senadores vão usar o bom senso na arguição. Mas o art. 383, que trata da arguição, faz remissão explícita apenas ao art. 93 e não ao art. 94. Então, em relação a prazo, quero apenas registrar que o art. 94 não pode ser levado em consideração.

Tenho certeza de que os Senadores vão, dentro do processo de permitir a todo mundo participar, dentro do bom senso, usar o tempo que normalmente é gasto nas arguições de membros do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Claro! Mas não podemos, de maneira nenhuma, deixar que o tempo se alargue além dos limites, porque eu acho que é sobretudo um desrespeito aos Srs. Senadores.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Fraga, tenho aqui oito perguntas, que passarei ao senhor, para que não precise anotar nada.

A primeira delas é a seguinte:

Alguns dos mais importantes veículos de comunicação do País, e mesmo internacionais, abriram grandes espaços para tratar de uma eventual ocorrência de **inside information**, que teria contado com a participação de V. S^a a partir de conversas mantidas com a cúpula da área econômica, mais precisamente no âmbito do Ministério da Fazenda e do próprio Banco Central, às vésperas da mudança do regime cambial, privilegiando um seletivo grupo de grandes bancos e o **South Fund Management**.

O que o senhor tem a dizer a esse respeito? A que atribui essas afirmações? E, no seu entendimento, a que interesses eles devem servir?

Segunda pergunta:

Embora eu tenha mostrado aqui no meu relatório que alguns processos na Justiça são anteriores à sua posse no Banco, e lhe responsabilizando por

coisas que não ocorreram, o senhor tem alguma declaração a fazer sobre esse assunto?

Terceira pergunta:

Tendo em vista a atual turbulência no mercado cambial, quais as medidas que o senhor reputa necessárias, a fim de recuperar a estabilidade do mercado?

Quarta, aprofundo um pouco mais:

A política monetária tornou-se o elemento básico para a manutenção da estabilidade de preços, porém acabou redundando, ao longo do tempo, em custos financeiros que aprofundaram o desequilíbrio fiscal, comprometendo a própria credibilidade da estabilidade econômica.

Assim, dentro desse contexto, como o senhor avalia que a economia possa recuperar a credibilidade?

Quinta:

Após a turbulência causada pela moratória da Rússia, em agosto do ano passado, observou-se uma série de movimentos no mercado financeiro internacional, registrando-se uma grande incerteza quanto à solvência dos países emergentes.

Como o senhor avalia as condições nesse mercado internacional de hoje em dia e quais as possibilidades de o Brasil ganhar credibilidade nesse mercado no atual contexto?

Sexta:

O Fundo Monetário Internacional, bem como as demais instituições multilaterais de ajuda a países em desenvolvimento foram criados no contexto do pós-guerra, com uma economia ainda não plenamente internacionalizada e sem um sistema financeiro privado internacional desenvolvido. O senhor acredita que as instituições internacionais de auxílio aos países em desenvolvimento devam passar por um redesenho, de forma a se adequarem ao atual contexto da economia globalizada?

Sétima, penúltima:

Qual o cenário econômico que o senhor vislumbra para a economia brasileira neste ano? Especialmente, quais as tendências de taxas de juros, níveis de preço e taxa cambial e variação do PIB?

Última:

Como o senhor avalia o papel do Banco Central na manutenção da credibilidade do sistema bancário no País?

A fiscalização hoje é predominantemente de cumprimento normativo, não deveria ser mais finalística e "antiinsolvência"?

São essas as perguntas que eu passo a V. Ex^a.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço a oportunidade que me é dada pelo relator, Senador Ney Suassuna. Como a lista é longa e o tempo curto, vou direto às respostas.

Em primeiro lugar, volto a explicitar aqui para todos os presentes exatamente o que aconteceu na semana referida e que, como V. Ex^a sabe, levou a uma retratação pública do professor que lançou essa questão.

Na última semana do mês de janeiro – anterior ao convite que recebi e que hoje me traz a esta Casa – estive no Brasil, estive aqui em Brasília. Na quinta-feira pela manhã, reuni-me com várias autoridades do Governo, numa visita que teve como pauta um depoimento que vim prestar sobre a visão externa do momento.

Voltei para os Estados Unidos na quinta-feira e fui trabalhar normalmente na sexta-feira. Não recebi qualquer convite, portanto; não recebi sondagem; enfim, nada. Inclusive reuni-me com meu amigo e professor Francisco Lopes, que era o presidente à época. A última coisa que realmente passava pela minha imaginação, naquele momento, é que hoje estaria aqui.

No entanto, no fim de semana, recebi o honroso convite, que foi sacramentado no domingo. Na segunda-feira, logo pela manhã, fui ao escritório e pedi demissão. Segunda-feira à noite, peguei um avião e vim para cá. Portanto, são absolutamente descabidas todas as afirmações ligadas a esse tema.

Quanto aos processos, foram citadas três ações populares e uma no TCU. Uma das ações populares, como disse o Senador Suassuna, é curiosa, porque data de algumas semanas atrás, quando eu, como V. Ex^as sabem, não estava no Banco Central. As outras duas, o Senador já comentou, foram ações referentes a atos da diretoria colegiada – uma, inclusive, também referente à época em que eu não estava no Banco Central. A outra dessas ações é a que está em julgamento e que tem a ver com operações da área monetária feitas à época, que, tenho certeza, serão esclarecidas a contento e resolvidas pelo Tribunal.

No caso do TCU, o Senador também já relatou: o que ocorreu foi um ato da diretoria como um todo – decidiu-se contratar uma assessora. Esse fato está sendo questionado e, acredito, será resolvido também pelo Tribunal da maneira que entender correto.

Passando agora aos assuntos da área econômica, o primeiro assunto levantado pelo Senador Suassuna foi a questão da estabilidade cambial.

Na linha do que mencionei há pouco em minha fala, acredito que o sistema precisa ser devidamente absorvido pela sociedade e pela economia. A estabilidade absoluta não existe. A taxa de câmbio é determinada pelo mercado. Mas a funcionalidade do sistema, essa sim, pode e deve melhorar. E para que isso ocorra, a meu ver, é preciso pôr em prática as políticas que mencionei: política fiscal, política monetária etc.

No que diz respeito à política monetária e à taxa de juros, tem razão o Senador quando aponta para limites da política monetária quando não apoiada por outras políticas. Reconhecemos esse fato, o Congresso reconhece esse fato – tanto é assim, que hoje estamos produzindo um importante, custoso e difícil esforço na área fiscal, que, certamente, contribuirá para aumentar a eficácia da política monetária, diminuindo, porém, os custos dessa política para a sociedade. Portanto, a solução é o ajuste fiscal, simplificando um pouco a minha resposta.

Quanto à questão do mundo financeiro pós-Rússia: realmente, V. Ex^a tem razão. Foi um evento que manchou a reputação dos mercados emergentes e nos prejudicou. Hoje estamos ainda num processo de busca de recuperação da credibilidade. Infelizmente, credibilidade é algo, como os senhores bem sabem, que se perde rápido e se reconquista devagar. Acredito não haver mágica possível. O nosso caminho é este que temos discutido e é preciso perseverança, persistência, consistência e coerência.

Quanto ao Fundo Monetário Internacional, V. Ex^a toca também num ponto muito interessante. De fato, hoje, está em discussão o papel do Fundo e a sua importância no ajuste e na prevenção de crises no mercado internacional. Creio que a discussão que ora ocorre no mundo das finanças internacionais é extremamente frutífera e terá benefícios que nós, como membros do Fundo, certamente também poderemos observar.

Finalmente, V. Ex^a fala sobre o cenário para o Brasil neste ano. Mencionei brevemente o que vejo: um primeiro semestre difícil, seguido de uma recuperação. A partir daí, teremos as bases para crescer, ficando o Banco Central atento à contenção de qualquer ameaça de volta da inflação.

O papel do Banco Central na manutenção do sistema financeiro – é a sua última questão – parece-me absolutamente crucial. Tenho certeza de que o caminho mencionado por V. Ex^a é o caminho que temos de seguir, qual seja, o caminho da prevenção, é o caminho da manutenção da saúde financeira, da

capitalização do sistema, com uma supervisão mais adequada à realidade desse complexo mercado.

Sinto-me feliz em relatar, tendo ouvido o depoimento do Dr. Alvarez, indicado para a Diretoria, que esse é exatamente o modelo que já vem sendo adotado e que pretendemos aprimorar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pela ordem de inscrição e obedecendo ao Regimento, o Senador Ney Suassuna pede a palavra para a réplica, e eu a concedo.

O SR. NEY SUASSUNA – Não quero fazer perguntas, quero apenas dizer que estou satisfeito e, mais uma vez, dizer que suas respostas confirmam o meu relatório quando digo que V. Ex^a é o homem certo para a presidência do Banco.

Muito obrigado.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Obedeceremos à ordem de inscrição, alternando os partidos.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, Senador Antonio Carlos Magalhães, Dr. Armínio Fraga Neto, desde janeiro ressurgiu o debate sobre a dolarização e o **currency board**, o conselho da moeda. Sobretudo no exterior, levantaram-se várias vozes, recomendando que o Brasil ancore a sua moeda rigidamente ao dólar ou até mesmo que adote o dólar americano como moeda.

Em dezembro último, em seminário organizado pelo Fundo Monetário Internacional, V. S^a disse uma frase que me deixou intrigado: "Estamos provavelmente em um mundo no qual existem taxas de câmbio demais, moedas demais." Como Presidente do Banco Central, V. S^a defenderia a existência e a autonomia da moeda brasileira? Estaria, naquela referência, considerando que o real é uma dessas moedas demais?

Francisco Lopes, quando esteve nesta Comissão, rejeitou a dolarização e disse que o **currency board** seria desastroso. O Prêmio Nobel de Economia, James Tobin, também recomendou que evitássemos a dolarização, até porque não temos representação no Congresso norte-americano nem no Federal Reserv Board. V. S^a recomenda que o Brasil caminhe na direção da dolarização, seja pela via do Conselho da Moeda seja por outro mecanismo?

Em segundo lugar, quando V. S^a tornou-se diretor da área internacional do Banco Central, no Governo Collor, estava vindo de uma instituição finan-

ceira privada estrangeira, a Salomon Brothers. Ao deixar o Banco Central, em 11 de dezembro de 1992, assumiu, no mês seguinte, janeiro de 1993, o posto de diretor-gerente do Fundo Soros, outra instituição privada estrangeira. Permaneceu nessa instituição financeira até a véspera de sua indicação para a presidência do Banco Central. A trajetória profissional de V. S^a caracteriza-se, assim, por uma notável mobilidade entre o Banco Central e firmas financeiras estrangeiras, um pouco daquilo que o economista John Kenneth Galbraith tão bem caracterizou, quando disse que havia uma verdadeira simbiose burocrática entre pessoas que vinham do setor público para o setor privado, misturando interesses e objetivos. Seu ex-patrão George Soros declarou recentemente ao jornal **O Estado de S. Paulo**: "O risco ético maior, a meu ver, é quando as pessoas passam do serviço público para o setor privado". Dá até para pensar que ele possa ter dado essa declaração inspirado na dinâmica trajetória de V. S^a. O seu exemplo não demonstra necessidade premente de se legislar a respeito das regras de entrada e saída da direção do Banco Central?

Dr. Armínio Fraga, quero agora confrontá-lo com uma nova informação que me parece da maior gravidade. A revista **Carta Capital** que começa a circular hoje publica entrevista do Sr. Simon Treacher, Diretor de Mercados Emergentes do Morgan Grenfell. O Sr. Treacher afirma, entre outras coisas:

"Não há dúvida de que houve ganhos suspeitos da comunidade de **hedge funds** com a nomeação de Fraga para a presidência do Banco Central. (...) Sou o maior investidor europeu e tenho excelentes relações com corretoras de valores. Portanto, estou muito bem informado sobre fluxo nos mercados emergentes. (...) Não sei se podemos dizer se foi o próprio Soros que se valeu de informação privilegiada. O Quantum é uma firma bastante grande [recordando que o Quantum é um dos fundos do Soros Fund], e é possível que Soros nem saiba que títulos **bradiés** brasileiros e Reais estavam sendo comprados. É evidente, porém, que o Quantum valeu-se de informação privilegiada. (...) Fraga, é claro, não tomou uma decisão da noite para o dia isoladamente. A coincidência dos **hedge funds** comprando e vendendo títulos e Reais é gritante demais."

Como V. S^a responde a essas afirmações? Afinal, quais foram as operações realizadas pelo fundo Quantum, relacionado ao Soros, com títulos brasileiros nos dias que antecederam sua indicação para o Banco Central? É público que o Sr. Soros considerou a possibilidade de divulgar tais operações para

preservar a sua honorabilidade, conforme declarou ao **O Estado de S. Paulo** na semana passada. V. S^a se dispõe a enviar ao Senado o registro de tais operações relativas aos meses de janeiro e fevereiro últimos? Acredito que o Sr. Soros com certeza irá fornecer-lhe as informações, possibilitando assim que V. S^a as envie ao Senado Federal. Ou irá V. S^a processar o Sr. Treacher?

Quando Diretor do Banco Central, em 1991, 1992, V. S^a foi um dos responsáveis pela liberalização do fluxo de capitais para dentro e fora do Brasil. O Fundo Soros, que V. S^a geriu logo a seguir, teve a oportunidade de se beneficiar dessa liberalização. Desde então, houve inúmeras crises em países que se abriram aos fluxos de capitais volátil e de curto prazo, inclusive o Brasil. Cresce, no mundo inteiro, a opinião de que esses fluxos devam ser submetidos a um maior controle. Inclusive os diretores de instituições equivalentes à Comissão de Valores Mobiliários, segundo me informou o Sr. Francisco Costa e Silva, na última segunda-feira, reuniram-se em Londres exatamente para dizer da importância desses controles.

Dada essa experiência, não considera V. S^a que seria o caso de se fortalecer e aperfeiçoar os controles que o Banco Central exerce sobre os fluxos internacionais de capital? De que maneira esses controles poderiam ser exercidos? Na África do Sul, que, por exemplo, adotou a política de taxas flutuantes, o Governo de Nelson Mandela instituiu inúmeras formas de controle de fluxos de capitais, de residentes e de não-residentes.

Finalmente, o Orçamento da União prevê um gasto superior a R\$50 bilhões com o pagamento de juros da dívida pública, valor equivalente à previsão da arrecadação somada do Imposto de Renda e do Imposto Sobre Produtos Industrializados. Tendo em vista a forte relação entre políticas monetária e cambial, que são de responsabilidade do Banco Central, e o crescimento econômico, com consequências sobre o nível de emprego e renda, considerando que o desemprego alcança hoje altas taxas, taxas muito maiores de que as de quatro anos atrás; considerando que o Governo vem cortando os recursos de programas sociais, que alternativa de política econômica V. S^a nos apresenta?

Sei que a sua responsabilidade maior, conforme citou, como Presidente do Banco Central, será a de preservar o valor do real. Será possível compatibilizar o brutal pagamento de juros com o crescimento do emprego e a melhoria da distribuição da renda, ainda mais quando há um clamor da sociedade a

respeito, a exemplo do tema da campanha da CNBB "Sem emprego, por quê?" É preciso que toda a equipe econômica, o Congresso, o Executivo e toda a sociedade se preocupem com as altíssimas taxas de desemprego.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa, para...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Esclareço a V. Ex^a que utilizou exatamente 10 minutos. Terá igual tempo para resposta o Sr. Armínio Fraga.

Apelo aos Srs. Senadores no sentido de que dêem oportunidade aos demais Senadores inscritos, limitando-se ao tempo previsto no Regimento.

Com a palavra o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Senador, vou responder às suas perguntas de acordo com a ordem com que foram feitas.

A primeira delas é sobre a dolarização. Com relação ao que disse há pouco, quando discuti os regimes e as opções cambiais, é claro que a nossa opção é a correta – a opção para o Brasil é a do câmbio flutuante. Essa é a opção que mantém a nossa moeda. No seminário ao qual V. Ex^a se referiu, de fato eu fiz essa colocação, que é de longo prazo para o mundo. Ela não se refere especificamente ao Brasil. Existem países pequenos que a meu ver não se beneficiam de uma moeda e poderiam se beneficiar enormemente de uma maior integração como agora ocorre na Europa, com a criação do euro. Enfim, resumindo, o real continua porque não tenho dúvidas quanto à adequação técnica e econômica desse caminho.

Quanto ao fato de eu ter trabalhado no exterior e a questão da quarentena: também já me manifestei a favor da quarentena na saída e me manifestei a favor, porque a quarentena na saída respeita não só a ética como a lógica. Eu, inclusive, posso reportar aqui que, embora não tenha saído do Governo para trabalhar no Brasil, numa instituição brasileira, fui fazer investimentos globais, mantive, por conta própria, uma quarentena de um ano com relação aos títulos que foram objeto de negociação da dívida externa do Brasil quando de minha passagem pelo Governo. V. Ex^a se lembra, inclusive estava nesta Comissão quando fui argüido da outra vez: tínhamos a Resolução nº 82, fizemos todo aquele trabalho, o Ministro Pedro Malan era o nosso negociador, e foram criados vários títulos; e eu, ao chegar no Soros, por opção minha – não era lei, esse assunto não era nem discutido –, decidi passar o intervalo de um ano sem negociá-los; eram títulos que não estavam emitidos, eram negociados no mercado virtual; depois foram emitidos e só após um ano fui, então, negociá-los.

Então acredito que essa quarentena na saída faz sentido. Ela protege e dá a forma adequada a algo que no fundo é uma questão ética, não nos dá garantia, mas coloca as coisas no seu devido lugar.

Quanto à quarentena na entrada, essa não me parece fazer sentido, porque, na realidade, penso que não é ruim para o Governo se beneficiar de informações que profissionais possam trazer do setor privado. Então vejo isso como sendo uma via de mão única e não uma via de mão dupla. Essa é a minha posição com relação à quarentena, agora apenas um pouco mais detalhada.

Quanto a esse senhor do Banco Morgan Grenfell, realmente me causa espanto essa declaração. É uma declaração solta, e a premissa é falsa, isso é o que me parece ser mais importante. É público, existem outras pessoas que estiveram comigo, quando de minha passagem pelos Estados Unidos, não recebi sondagem, não recebi convite. Essa insinuação dele foi feita também pelo professor que havia, enfim, lançado essa idéia, e a insinuação seria razoável não fosse o meu conhecimento de mais de 20 anos do Ministro Pedro Malan, de muitos anos do nosso Presidente, e, portanto, uma posição que para mim, quando surgiu no final de semana, o convite não necessitou de reflexão. Foi um chamado do meu País, e me senti honrado em poder responder positivamente.

Até fazendo um vínculo com a pergunta do Senador Ney Suassuna, posso dizer a V. Ex^a, com toda a certeza e com toda a confiança: toda vez que acontece alguma operação do mercado e algum operador perde dinheiro, é culpa de alguém, nunca é culpa do operador; e eu não tenho a menor dúvida de que, nesse caso, os boatos foram de algum operadorzinho que perdeu dinheiro e disse, de maneira irresponsável: "A culpa foi do Soros". E, enfim, aconteceu o que aconteceu.

V. Ex^a perguntou quanto às operações do fundo, e é válida a sua pergunta. A minha resposta é, em primeiro lugar, que a premissa está errada. Ou seja, não houve informação. A informação ocorreu no fim de semana, e, na segunda, às 7h da manhã, pedi demissão. O que posso lhe dizer é que eu nunca fiz nada que pudesse prejudicar o meu País, e essa é uma situação que digo com toda a certeza, não só nessa situação recente como em outras no passado. Quanto à liberalização dos fluxos de capital, V. Ex^a levanta um ponto de extrema importância. Antes de vir para o Brasil, de surpresa, eu estava, inclusive, em um trabalho acadêmico com o Professor Daniel Rodrick, de Harvard, que iria abordar jus-

tamente o tema dos fluxos de capital de curto prazo. A minha posição, se V. Ex^a se recorda, no Banco Central, foi, na época em que abrimos a nossa conta de capital. Estávamos num momento de extrema dificuldade, e parecia ser uma medida importante. Procuramos adequar – e fomos pioneiros nisso – o perfil de nossa dívida externa a uma situação aceitável do ponto de vista de risco. Tanto fizemos que o perfil dos vencimentos do Brasil é bastante razoável. A dívida externa foi negociada, e, inclusive, introduzimos alguns controles, não permitindo certas captações de curto prazo. Trata-se de um assunto importante, discutido com grande entusiasmo pelos economistas, com caminhos e soluções diferentes.

Se aprovado por esta Casa para Presidente do Banco Central, pretendo ter uma política prudencial adequada, focando a atenção no mecanismo de intermediação dos fluxos, no sistema financeiro.

A Tailândia, por exemplo, teve sérios problemas. Tomaram-se recursos de curto prazo para investir no setor imobiliário. Havia um déficit em conta corrente de 8% do PIB, dinheiro em moeda estrangeira, de curíssimo prazo, financiando investimentos de longo prazo em bens não-comerciáveis. Trata-se de uma situação limite que deve ser evitada.

Não gosto da idéia de controles cambiais, mas de um sistema de supervisão, de prudência, de segurança no sistema financeiro que permita evitar as situações de extrema fragilidade.

Quanto à questão da dívida pública, o Governo deve produzir um conjunto de políticas econômicas que realmente leve à queda dos juros. Isso é absolutamente cristalino. Esse processo tem de ocorrer com a segurança de um embasamento fiscal e estrutural de balanças de pagamentos, o que já está sendo produzido. O objetivo dessa política é exatamente o apontado na pergunta. O único método é o tradicional resgate da saúde das finanças públicas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para a réplica, solicitando-lhe que utilize o prazo de dois minutos previsto pelo Regimento.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Dr. Armínio Fraga, para dirimir qualquer dúvida, V. S^a poderá enviar ao Senado o registro das operações que o Sr. George Soros disse poder prover. Não vejo qualquer problema e não teria qualquer iniciativa de perguntar a respeito da legitimidade de V. S^a ter mãe americana. Sei que nasceu no Rio de Janeiro, que sua mãe ainda vive no Brasil e que seu pai, um eminente médico

dermatologista, Dr. Sílvio Fraga, fez um excelente trabalho.

V. S^a tem a condição excepcional de estar nos Estados Unidos como norte-americano, pela condição de dupla nacionalidade, e de não apenas pensar na globalização do ponto de vista da mobilidade do capital, dos proprietários do capital. Há que se pensar hoje no ser humano.

Preocupa-me, Dr. Armínio Fraga, que, até o presente instante, desde o início da sua exposição, em resposta ao Senador Ney Suassuna ou a mim, não houve ainda uma preocupação com respeito à questão do desemprego e da má distribuição da renda.

Sebastião Salgado está por fazer uma exposição sobre a globalização do ponto de vista do ser humano. Quando o Presidente Bill Clinton fala em fazer uma área de livre comércio do Alasca à Patagônia, acredito que nós, brasileiros, tenhamos que pensar que isso não pode ser apenas do ponto de vista dos proprietários do capital, mas, sobretudo, da necessidade de o ser humano ter iguais direitos no Planeta Terra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Arminio Fraga, para tréplica, caso queira fazer uso da palavra.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Quero sim.

De novo, respeitando a ordem das perguntas, o ponto que tentei esclarecer com relação à situação das operações ou não-operações que ocorreram ou não quando da minha presença na instituição é um ponto muito mais básico, muito mais importante do que se foram ou não feitas operações. Essas, eu já disse a V. Ex^a que, em momento algum, prejudicaram o nosso País. O ponto chave é que não houve qualquer informação privilegiada ou especial.

A divulgação de informações é algo que fere a prática e a ética do negócio onde eu antes trabalhava. Quem tem esse poder é o Dr. George Soros. Ele nunca fez isso nos trinta anos de atuação, até porque a situação, do ponto de vista dele, é muito clara. Ele sabe o que aconteceu, sabe quem ele é e sabe quem eu sou. Portanto, é algo que foge do meu controle, mas a premissa me parece ser claríssima. E isso, a meu ver, é o mais importante.

Quanto à questão da mobilidade, de fato, tive a oportunidade de trabalhar numa empresa que é líder de seu setor e que considero realmente uma experiência única muito especial.

Gostaria de relatar a V. Ex^a que há poucos meses antes do convite, eu já havia tomado a decisão, com a minha família – decisão que era pública, in-

clusiva – , de voltar ao Brasil. Um dia, jantando com minha esposa, olhamo-nos e nos perguntamos o que estávamos fazendo lá. A experiência era fabulosa, mas havia realmente chegado o momento da nossa volta. Então, a volta já estava prevista e, inclusive, já estávamos procurando onde morar, etc.

Finalmente, permito-me discordar de V. Ex^a quanto à questão do desemprego e da distribuição de renda. Não fiz menção explícita, mas abordei o tema "crescimento" e o tema "desenvolvimento social", que é da maior importância, o que concordo, não discordo da sua afirmativa.

Acredito que a forma correta de se buscar esse objetivo seja promovendo, primeiro, um ambiente macroeconômico estável e, depois, realmente, investindo em setores importantes como a educação, a saúde, buscando eliminar o escândalo que é a pobreza em nosso País. Nesse sentido, tenho plena confiança de que a taxa de câmbio flexível é para nós o melhor regime. Por exemplo, na Argentina, o câmbio fixo tem sido extraordinário para os argentinos; em momento de dificuldade, a taxa de desemprego aumenta muito. A nossa esperança é poder, justamente, evitar que isso ocorra nesse grau extremo no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Francelino Pereira. Posteriormente, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente do Senado Federal, Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator Ney Suassuna, nosso vice-Presidente Bello Parga, Dr. Arminio Fraga.

Quero ser rápido. Começo dizendo que, embora não conheça V. Ex^a – salvo engano, conhecemos e cumprimentamo-nos hoje pela primeira vez –, não há dúvida de que é reconhecida a sua competência para dirigir o Banco Central. O currículo de V. S^a é exaustivo no sentido de uma construção de uma vida.

Quero apenas dizer a V. S^a que, como Governador de Minas Gerais, por quatro anos, e depois como Vice-Presidente do Banco do Brasil, durante cinco anos, exercendo por mais de cinqüenta ou sessenta vezes a Presidência desse banco, em rápidos momentos, aprendi que os fatos econômicos zombam das nossas profecias. Por isso mesmo, quero louvar V. S^a, porque soube aliar a objetividade com a prudência, nunca afirmando que aconteceria este ou aquele objetivo previsto. O caminho que ora

se lhe apresenta é sempre um caminho tormentoso, constituindo-se, talvez, o maior desafio da sua vida.

Quero, nesta hora, lembrar que a falta de objetividade em todos nós leva-nos à solidão, inclusive à solidão desta Casa. Por isso mesmo, para ser objetivo e para não fazer digressões, farei algumas indagações a V. S^a. E tomo a liberdade de pedir, para não perdermos tempo, que V. Ex^a acompanhe essa leitura, para conhecimento da Casa, e possa responder em seguida.

1 – Uma eventual permanência da inflação em patamares elevados, pelos próximos meses, até que a taxa cambial encontre um ponto de equilíbrio, não poderá gerar expectativas pessimistas para o resto do ano e estimular a indexação de preços e salários?

2 – O que fará V. S^a na Presidência do Banco Central para apurar denúncias sobre o vazamento de informações a respeito da desvalorização da moeda, que teriam resultado em lucros especulativos para vários bancos, inclusive estrangeiros?

3 – Sem querer insinuar que V. S^a passou ao investidor George Soros informações privilegiadas sobre a mudança cambial no Brasil, gostaria de indagar se, realmente, o Fundo de Investimentos Quantum operou com títulos da dívida brasileira nos dias que antecederam a decretação da flutuação do câmbio? Se afirmativa a resposta, seria normal essa atuação?

4 – Com que expectativa atua o Banco Central quanto à mudança do quadro de fechamento do mercado financeiro internacional ao Brasil, inclusive para as operações de financiamento às exportações?

5 – Qual a política monetária que o Banco Central adotará para estabilizar o câmbio? Uma vez encontrado o ponto de equilíbrio, qual será a política monetária a ser adotada a partir daí, tendo em vista que ela se tornará a verdadeira âncora do Plano Real?

6 – O Governo americano mudou ou não mudou o seu comportamento em relação à crise brasileira? Se mudou, qual o impacto dessa mudança sobre o FMI, onde os Estados Unidos têm influência predominante?

São as nossas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Francelino Pereira. Vou seguir a ordem das perguntas de V. Ex^a também.

De fato, o desafio que hoje se apresenta diante do Banco Central e do Governo, como um todo, é justamente evitar que as expectativas pessimistas

transformem-se num problema futuro com relação à inflação. O que pretendemos fazer é pôr em prática um conjunto de políticas que tem por base fundamental o equilíbrio fiscal do Governo e que tem, no que diz respeito ao Banco Central, uma política monetária austera, que possa nos levar a uma estabilização o mais rápido possível.

Contamos, também, nesse contexto, com financiamento externo. E um ponto que V. Ex^a levanta diz respeito ao FMI, ao Governo brasileiro e ao Governo americano. Meu entendimento é o de que o nosso acordo com o FMI está em fases finais de revisão e, em breve, teremos uma posição que será, então, a base para, diria, a solução desses desequilíbrios do balanço de pagamento, que hoje, inclusive, prejudicam o financiamento de nossas exportações. Nesse contexto, vale a pena destacar também que, sem o FMI, teríamos que adotar uma política muito mais dura. A presença do FMI, neste momento, é um fator de financiamento adicional para uma política que é nossa, que desenhamos pensando nos problemas efetivos e fundamentais da economia brasileira.

Quanto às denúncias de vazamento de informações, V. Ex^a pode ter certeza de que quaisquer denúncias serão objeto da atenção do Banco Central, e as fundamentadas serão perseguidas com a devida energia pela equipe do Banco, como sempre ocorre.

Quanto à situação do Fundo Quantum e às operações dos títulos, dou-lhe a mesma resposta, quer dizer, jamais tive – e falava lá por eles – algum tipo de atuação que pudesse prejudicar o Brasil.

Quanto à expectativa atual do Banco Central, a política monetária e a estabilização do câmbio, gostaria de repetir brevemente alguns dos pontos de minha fala. O regime anterior era de câmbio fixo, portanto, a atuação do Banco Central estava inteiramente voltada para a manutenção da taxa que era a escolhida. Agora, estamos adotando um sistema diferente, em que a taxa de câmbio é determinada pelo mercado, e o Banco Central se preocupa com a inflação. Acredito, no entanto, que essa preocupação, indiretamente, trará a taxa de câmbio para uma faixa de equilíbrio que obviamente irá oscilar com o tempo. Essa é uma das vantagens, justamente, do novo sistema adotado.

Acredito que, com isso, abordei todas as perguntas de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador, V. Ex^a deseja usar da palavra novamente? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Advirta-me, Sr. Presidente, quando estiver próximo de encerrar, mas com um prazo de tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Assim o farei.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Senador Fernando Bezerra, Senador Antonio Carlos, demais membros da Mesa, Dr. Armínio Fraga, o Brasil, às vezes, parece-me um país surrealista. É o meu quarto ano de mandato como Senador, e V. S^a é o quarto Presidente do Banco Central, o último durou sete dias. Vou repetir-lhe a ladinha que fiz aos outros três.

Gostaria muito que esta fosse uma reunião para valer, que V. S^a estivesse aqui para que lhe dessemos um mandato, eu e os demais Senadores, que V. S^a nos expusesse suas metas e objetivos a serem cumpridos em matéria de política cambial e monetária, viesse periodicamente aqui prestar contas e pudesse ser destituído se as metas não fossem cumpridas. No entanto, V. S^a vem aqui, talvez, fazer promessas que, se não cumprir, nada lhe acontecerá, não poderemos fazer nada contra V. S^a. E V. S^a poderá, daqui a sete dias, ser destituído também. Às vezes me pergunto, Dr. Armínio Fraga, que país seriam os Estados Unidos se Bill Clinton pudesse demitir o Alan Greenspan por ciúmes de Monica Lewinsky.

Vou fazer-lhe algumas perguntas objetivas, nem todas relacionadas com o Banco Central, pois creio ser meu direito querer saber o que V. S^a pensa e quais são seus valores.

Dr. Armínio Fraga, o Presidente do Banco Central passa pela aprovação do Senado, como os Ministros do Supremo Tribunal Federal e de outros tribunais, porque o posto é de tamanha importância que precisa passar por esta Casa Legislativa. Mesmo que ele seja, portanto, um homem honrado e de notório saber, é preciso também que ele seja tido como tal. É a velha história da mulher de César. Darei um exemplo concreto: se um eminente advogado, honrado e de notório saber jurídico, for habitualmente advogado de narcotraficantes, de bicheiros e de sonegadores, mesmo que ele seja honrado, Dr. Fraga, certamente ele não teria o nome aprovado para o Supremo Tribunal Federal. V. S^a me dirá: os especuladores não são narcotraficantes. Para uma parte da sociedade, eles são até piores, embora seja uma atividade legal. Não é só o homem da rua que pensa assim, pessoas respeitáveis tomadas de justa

indignação já chegaram a bradar morte aos especuladores. Então, a imagem do especulador para a sociedade é de um vampiro sanguinolento. Não importa que ele seja importante para o mercado.

Eu gostaria de perguntar objetivamente: não lhe parece que o fato de V. S^a ser ligado e vir desse grupo de especuladores – aliás, de uma figura emblemática de megaespeculador –, não o fragiliza, não tornará muito difícil, V. S^a não ficará muito condicionado, muito limitado, não ficará muito comprometida a sua gestão no Banco Central?

Segunda pergunta: V. S^a falou na quarentena e se manifestou favoravelmente a ela. V. S^a é favorável à quarentena naturalmente porque acha que ela é útil, necessária, e consequentemente porque acha impróprio alguém sair do Banco Central para uma instituição financeira. V. S^a disse que fez isso, mas não teve o escrúpulo de não atuar com títulos brasileiros. O problema não é esse, Dr. Fraga, não é de V. S^a não ter operado diretamente, pois V. S^a era detentor de informações privilegiadas, e, se achava impróprio, mesmo que a lei não proibisse, eu perguntaria: V. S^a não cometeu um deslize ético ao fazer algo que julgava impróprio?

Ainda tenho tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a já utilizou 7 minutos.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Qual o tempo que mediou entre o convite que lhe foi formulado e a comunicação que V. S^a fez ao grupo ao qual pertencia?

V. S^a esteve aqui numa reunião com o Presidente da República, com o Ministro da Fazenda e com o indicado Presidente do Banco Central, Francisco Lopes e ainda permaneceu ligado ao Grupo Soros. Mesmo que V. S^a diga que nada transmitiu ao Grupo Soros, obteve informações privilegiadas nessa reunião, claro; sabia o que o Governo iria fazer. Mesmo que V. S^a não tenha transmitido, o que acredito, como homem honrado que é, ao Grupo Soros, não lhe parece impróprio, após uma reunião de cúpula com o Presidente da República, ficar ainda vários dias ligado ao grupo de um megaespeculador?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Algumas das perguntas do Senador já respondi, mas volto brevemente a tocar nos assuntos.

O ramo de atividade que eu exercia antes de vir para o Brasil recentemente é um ramo como qualquer outro. Existem especuladores honestos e desonestos, isso não é privilégio do mercado finan-

ceiro; não listarei outros ramos, mas é uma afirmação óbvia.

Minha intenção no Banco Central é ser duro com o comportamento não-ético, com a desonestade, com a propagação de falsos rumores, etc. Penso que isso é obrigação de quem assume essa função. O convite que recebi foi feito, como disse, no domingo, e eu, às 6h45 da manhã de segunda-feira, pedi demissão. Isso, parece-me, foi o limite. Quanto à minha visita, foi como várias que já fiz, não só ao Brasil, como a outros países, onde fui recebido por autoridades para conversar. Posso lhe garantir que as autoridades brasileiras, cientes de sua posição, não me puseram a par de qualquer informação que não fosse pública. Ao contrário, o objetivo da reunião era que eu e um outro economista presente apresentássemos aos nossos governantes um depoimento sobre a situação interna e externa, tal como nós a víamos naquele difícil momento.

Voltei para os Estados Unidos pensando que iria ficar lá mais seis meses – eu já havia anunciado a minha saída em junho. Mas, no fim de semana, recebi o convite. Essa é a seqüência e posso voltar a repeti-la quantas vezes forem necessárias.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Para a réplica, concedo a palavra...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Perdão, mas V. S^a não me respondeu se acha ou não que, sendo a favor da quarentena, cometeu ou não algum deslize.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Desculpe-me. V. Ex^a tem razão.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ressalto, Sr. Presidente, que ainda não usei os meus dois minutos. Ele apenas não respondeu. Não é a minha réplica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Sr. Armínio Fraga, V. S^a tem a palavra.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado.

Acho que V. Ex^a trocou o sentido da frase. Eu disse justamente o contrário: quanto ao único aspecto que me parecia, naquele momento, delicado, eu não operei. Foi justamente o oposto: não operei. Acho que isso é prova de que concordo com a idéia desde então.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Faço a minha réplica.

Eu não disse que V. S^a operou. V. S^a disse que teve o escrúpulo de não operar. Eu lhe disse que o importante não era ter operado ou não com títulos brasileiros. O importante é que V. S^a era detentor de informações privilegiadas como diretor do Banco

Central. V. S^a por isso acha que pelo fato de um ex-diretor do Banco Central ser detentor de informações privilegiadas, não deve assumir funções numa instituição financeira privada antes de seis meses ou um ano após o seu afastamento. Apesar de pensar assim, V. S^a fez isso, apenas pelo fato de não ser proibido por lei.

Então, pergunto: se V. S^a era contra, por achar imprópria tal conduta, mas mesmo assim a adotou, isto é, passou para a instituição financeira, V. S^a não cometeu um deslize ético?

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Não, ao contrário. Eu obedeci aos princípios capitais da ética que norteiam a minha vida. No único ponto que me parecia relevante, eu saí da atuação. Inclusive, é interessante destacar que não fui trabalhar numa instituição financeira brasileira; fui trabalhar numa firma que faz investimentos internacionais. Portanto, não há, absolutamente, conflito exceto nesse ponto que acredito ter resolvido satisfatoriamente para mim

Entendo que neste momento em que se aprimora a instituição do Banco Central, em que se busca, como acentuou muito bem V. Ex^a, um Banco Central comandado com responsabilidade, faz sentido introduzir esse aperfeiçoamento. E esse aperfeiçoamento responde não só à substância – essa cada um controla individualmente –, mas também à forma que, afinal de contas também, tem o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, Sr. Armínio Fraga, uma de minhas perguntas se refere a um episódio vivido em 1991, quando V. S^a era diretor da área internacional do Banco.

Recordo-me que, nos anos 80, culminando em 1989 com a sua candidatura à Presidência da República, o Dr. Ulysses Guimarães reunia em sua casa os mais importantes e expressivos economistas de esquerda do País. A essas reuniões, eu, por um privilégio talvez de amizade e na condição de vice-presidente nacional do PMDB, tinha acesso. Todos os que participavam dessas reuniões eram rigorosamente unânimes em declarar que o Brasil só teria independência para gerir a sua política monetária, ou seja, para ter uma moeda estável, se o País possuísse reservas monetárias.

Quando o Plano Cruzado chegou ao fim, se não me engano, as reservas monetárias do País estavam em torno de US\$2 bilhões. Evidentemente, o fato de não possuir reservas monetárias razoavelmente suficientes dava ao Brasil uma impossibilidade

de autônoma de gerir a sua própria moeda e construir uma estabilidade duradoura.

Havia uma unanimidade naquele momento. Na casa do Dr. Ulysses, casei de ouvir, em longas tertúlias com os economistas de esquerda – aliás, quase todos eles continuam numa linha política semelhante àquela que defendiam na época –, que o Brasil tinha que formar reservas monetárias. Recordo-me que V. S^a, na direção da área internacional, realizou uma série de mudanças regulamentares, e trouxe uma série de iniciativas, para mim, naquele momento, espantosas que fizeram com que, em seis ou sete meses, as reservas monetárias do Brasil passassem de algo em torno de US\$7 bilhões para cerca de US\$20 bilhões.

Naquele momento, quando houve essa mudança, o Ministro da Economia era o Dr. Marcílio Marques Moreira. Recordo-me que, no momento em que o Dr. Itamar Franco assumiu à Presidência da República, também houve declarações sucessivas desses economistas de que se havia formado as condições para que o País pudesse realizar um verdadeiro plano de estabilização monetária.

A minha primeira pergunta é a seguinte: qual é a importância estratégica real da formação dessa base de reservas em dinheiro estrangeiro que o País deve ter? Adotar uma postura de centralização do câmbio, como a da Malásia, como recomendará um importante jornal do País, colabora para que haja a ampliação das reservas ou o seu esvaziamento? Isso colabora para que haja a autonomia ou a submissão do País perante as pressões internacionais?

A pergunta é feita, porque à posição adotada por todos os economistas chamados na época de estruturalistas, já que se opunham aos monetaristas, era a de que somente amplas e sólidas reservas monetárias dariam independência ou autonomia ao País para agir perante o processo de globalização e as pressões internacionais.

Sr. Presidente, para completar a minha indagação, a segunda parte da pergunta diz respeito ao conceito de especulação.

Numa sexta-feira trágica no Brasil, houve uma fortíssima manipulação de mercado. Realizou-se aqui aquilo que se chamava de "Operação Zé com Zé", uma expressão vulgar usada no mercado que se refere à compra e venda artificial de câmbio, de moeda. Realiza-se um Contrato de Compra e Venda, um contrato de câmbio, baseado num preço falso. A informação circula no mercado, e, mais tarde, essa operação é repetida na mão inversa. Tenho certeza de que foi a isso que se referiam muitas das

autoridades brasileiras quando usaram expressões como "chacais" e "morte aos especuladores". Havia uma indignação no País contra a manipulação de mercado.

Mas sempre que tenho ouvido, no meio acadêmico ou nos meios políticos e econômicos, a respeito do conceito de especulação, há uma nítida diferença, a meu ver, entre o conceito de especular e o conceito de manipular mercados, onde há realmente a prática criminosa.

Eu gostaria que o V. S^a pudesse nos dar uma visão do papel dos especuladores, o que eles representam para a formação das reservas monetárias de um país, que tipo de tratamento devem receber de um país que deseja ser soberano, autônomo e ter a capacidade de autogerir a sua política financeira externa e interna; e qual é, evidentemente, a postura que V. S^a vai adotar como Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Só um terceiro ponto...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – O tempo de V. Ex^a já se esgotou, mas peço que complete a pergunta.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Eu não ultrapassei dez minutos. Se eu já ultrapassei, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não, ainda não.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Então, se eu não ultrapassei os dez minutos que foram estabelecidos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Eu peço a V. Ex^a apenas que conclua.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Foi o parâmetro estabelecido pelo Senador Eduardo Suplicy e penso que todos os outros Senadores devem ter este mesmo parâmetro.

Eu diria, Sr. Presidente, que temos agora uma questão importante a examinar no Congresso Nacional, que é independência do Banco Central. Há aqui, como na Câmara dos Deputados, como em vários níveis políticos do País, muitas pessoas que se indignam com as mudanças sucessivas de Presidentes do Banco Central, mas, ao mesmo tempo, é ferreamente contrário à independência do Banco Central, quando, na verdade, essas mudanças sucessivas são resultado de uma subordinação. O Presidente do Banco Central, ao ser substituído, na situação em que nos encontramos no Brasil, não suscita uma questão institucional, ou seja, a mudança, mesmo que tenha sido de um dia para o outro, como a do Dr. Francisco Lopes, não foi uma questão institu-

cional, foi uma política de Governo. Se errada, desastrosa, ruim, negativa, boa, má, positiva, inteligente, dinâmica, é uma outra questão, mas é uma política de Governo e isto não fere em nada a institucionalidade do Banco Central, porque não se tratava de um Presidente com mandato. Teríamos uma grave ofensa ao Senado, uma crise de institucionalidade do Banco, se tivéssemos aprovado aqui um Presidente com mandato definido, num Banco Central independente.

A questão que eu gostaria de colocar a V. Ex^a diz respeito ao significado da independência do Banco Central, nas experiências que se verificam no mundo inteiro, no interesse do País, no interesse da Pátria, no interesse da Nação; significa submissão maior aos capitais financeiros internacionais, ou significa mais poder nacional, mais força nacional no sentido de se impor perante às pressões e aos interesses externos?

Esta é a última pergunta que faço. Agradeço ao Presidente por ter comigo a tolerância que teve com os outros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a ultrapassou os dez minutos.

Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Então, abro mão da réplica.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Vou procurar ser sintético e cuidadoso para não deixar nada de fora.

De fato, o Senador José Fogaça lembrou aquela época de 91/92 em que muita coisa aconteceu na área externa e eu tive a honra de poder prestar uma colaboração. Eu fui aluno de muitos desses economistas que o Senador citou e a idéia era, de alguma forma, buscar acabar com a inflação, que era nosso grande veneno econômico. A visão que tínhamos na época, e tinham também aqueles que nos seguiram, era de que um programa de estabilização só poderia ter sucesso se contasse com uma base de reservas, de tal forma que a própria taxa de câmbio pudesse servir como âncora ou guia para a queda da inflação. Acho que a história seguiu essa trilha, e o sucesso foi esse que conhecemos.

V. Ex^a me perguntou se a centralização do câmbio ajuda ou atrapalha. Sou contra a centralização do câmbio porque acredito que, no fundo, esse é um sistema que não dá acesso ao País à poupança externa; portanto, não contribui para o crescimento, para o desenvolvimento.

Minha visão, passando um pouco ao papel da especulação e do capital em geral, é de que o Go-

verno tem de jogar uma espécie de judô com o mercado, tentando se beneficiar da força do adversário, e que, portanto, as medidas e políticas adotadas têm de ser concebidas de forma a fazer com que isso gere o máximo benefício ao País.

A única restrição que existe do ponto de vista acadêmico, conceitual a uma visão mais livre da conta de capital do balanço de pagamentos, é aquela que discuti agora há pouco: a que diz respeito aos fluxos de curto prazo. Não vou me alongar, repito apenas que esses fluxos têm um papel importante, mas são perigosos na medida em que podem, com o correr do tempo, levar a um certo costume, a um hábito, a um vício que torna vulnerável a posição do País. Então, a minha postura nessa área é sempre ter uma atitude prudencial, tentando evitar ao máximo a dependência desses fluxos.

Nesse contexto, a especulação tem de ser vista como o que ela é e o que ela não é. Mencionei há pouco que existe especulação e especulação. A especulação do exportador que demora a fechar o seu câmbio não é diferente da especulação do investidor que procura antecipar a compra de um material, de uma máquina importada, e não é diferente da empresa que procura proteger o seu patrimônio. A especulação que é diferente e que é intolerável é aquela que vem com a má-fé, com a propagação de falsos rumores, com a manipulação, conforme descreveu V. Ex^a de forma mais articulada do que a minha. Parece-me que essa, sim, deve ser o objeto constante da atuação não só do Banco Central, como também da CVM. Essa é uma orientação clara que preterímos, se aprovados, dar ao Banco Central.

Finalmente, quanto à questão da independência, e remetendo um pouco também às palavras do Senador Jefferson Péres, acho que a experiência internacional favorece a prática da independência, da maneira como a descrevi em minha fala, ou seja, o Banco Central é independente para perseguir um objetivo específico. Deve prestar contas, deve explicar as suas políticas e corrigir o seu rumo. Esse é o conceito. É um conceito limitado e me parece ser muito razoável e, inclusive, foi apresentado pelo Presidente da República e pelo Ministro da Fazenda em comunicado recente como sendo algo que o Governo pretende desenvolver.

Não quero, contudo, parecer que faço lobby em benefício próprio. Acho que a decisão de um banco central independente é uma decisão de governo, e não cabe ao Banco Central se envolver nestas questões. Apresento aqui a^o minha visão

como acadêmico, como alguém que tem uma certa prática de mercado e que já viu isso em outros países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Se V. Ex^a deseja, Senador José Fogaça, a palavra lhe é dada para a réplica.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, abro mão da réplica em favor dos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente do Senado, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Dr. Armínio Fraga, mesmo aqueles que são contra a nomeação do Sr. Armínio Fraga, ou pelo menos se manifestam nessa direção, têm, repetidas vezes, elogiado o Banco Central Americano e, sobretudo, ressaltado a forma de atuação do Presidente daquela instituição, Sr. Alan Greenspan. No entanto, a origem do Sr. Alan Greenspan parece-me que é semelhante à origem do Sr. Armínio Fraga. Ele é proveniente ou era dono de uma empresa de consultoria que atuava em Wall Street, o centro financeiro mundial. E mesmo o Secretário do Tesouro americano é também proveniente de um banco, não sei se como proprietário ou simplesmente como diretor, o **Goldman Sachs**.

Portanto, aquilo que se coloca como fator negativo para o Sr. Armínio Fraga se destaca como positivo para aquelas autoridades. Parece-me, pelo que tenho lido, que a economia americana está indo muito bem, tanto é assim que baterá novo recorde de superávit primário neste ano.

Considero, portanto, esta apenas uma questão de opinião. O fato de alguém conhecer o mercado e ser proveniente dele é muito positivo, e concordo que, quanto à quarentena, quando da saída da autoridade, ela é muito bem-vinda, mas não podemos dispensar aqueles que podem trazer para o poder público informações privilegiadas, se é que se pode dizer assim, do mercado financeiro, utilizando-as para o bem da sociedade.

Portanto, como essa é apenas uma introdução, eu gostaria de colaborar com aqueles que são contra, fazendo uma pergunta bastante objetiva: V. S^a disse que um dos trunfos para se manter a estabilidade da moeda é a credibilidade, e reconheceu inclusive que houve neste período perda de credibilidade, que, aliás, se perde com facilidade, mas que leva tempo para ser recuperada. Penso que aqueles que criticam a indicação do Sr. Armínio Fraga têm razão quando afirmam que os especuladores – principalmente, aqueles escrevem artigos, divulgados

pela Internet ou pelas revistas internacionais especializadas em economia – têm grande responsabilidade pela escalada do dólar, e evidentemente pela desvalorização do real, bem como têm grande responsabilidade pela desvalorização dos títulos da dívida externa brasileira, principalmente quando economistas de renome utilizam-se do conceito internacional que detém para afirmarem que o Brasil irá "quebrar". Quando fazem isso, os títulos perdem o seu valor e imediatamente alguém ganha com isso.

Eu faria uma pergunta bem objetiva ao Sr. Armínio Fraga: V. S^a tem conhecimento – e eu sei que tem – de que essas entrevistas e afirmações agitam o mercado financeiro prejudicando seriamente o Brasil; elas poderiam ser neutralizadas caso houvesse credibilidade para isso? E se houvesse ocorrido em tempo essa neutralização, não estaríamos, evidentemente, nessa situação? Além disso, V. S^a aceitaria firmar um acordo com o governo americano no sentido de se investigar a quem e a que grupos financeiros as pessoas que fazem tais afirmações são ligadas e, de forma retroativa, nos últimos 3 anos investigar quem e quanto se ganhou com essas afirmativas que sacudiram o mercado financeiro internacional?

A segunda pergunta, cuja resposta levaria não mais que 30 segundos, é se V. S^a recomendaria ao Governo Fernando Henrique Cardoso rever a meta de exportar 100 bilhões de dólares até o ano 2.002. Já fiz essa pergunta ao Ministro Pedro Malan. Ele me disse que não, que metas são metas e que ele não participou da sua elaboração, mas participa do Governo, que assumiu, como compromisso com a sociedade, aumentar as exportações para 100 bilhões.

Evidentemente, eu gostaria de saber se V. S^a acredita que dá para compatibilizar essa política de câmbio, a política de juros, especialmente, e manter essa meta de 100 bilhões ou se V. S^a vai recomendar que o Presidente reveja essa meta. São essas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Só um breve esclarecimento. A meta é para quando mesmo?

O SR. OSMAR DIAS – 2002, final do Governo Fernando Henrique.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – O Senador Osmar Dias menciona assuntos muito interessantes, complexos e importantes que eu gostaria de abordar, começando com a questão da credibilidade.

Realmente, nos últimos 18 meses, a nossa credibilidade externa diminuiu. Eu diria não só por

eventos, que não cabem repassar aqui, ligados à área fiscal, etc., mas também pela situação do mercado internacional, que, com os seus rumores, dá graus de credibilidade diferentes à mesma situação fundamental de um determinado país. O fato é que essa é a realidade, e o Brasil não pode ficar passivo diante dessa situação.

As entrevistas e relatórios que são publicados, normalmente, têm um viés até positivo. Na minha atividade como investidor, sempre me preocupei muito em tentar decodificar exatamente o que diz e o que se pensa em cada um desses relatórios.

A área que preocupa as autoridades financeiras internacionais é exatamente a que mencionou V. Ex^a, que é a do uso indevido, por parte das instituições, de informações que sairão em suas próprias publicações. Quer dizer, o assunto é alvo de atenção, de novo, tanto da CVM quanto dos bancos centrais do mundo. Parece-me que, hoje, a comunidade dos bancos centrais e das CVMs do mundo caminha em procurar homogeneizar e integrar a sua atuação, o que acho que dará amparo à sua pergunta e ansiedade, que é minha também.

No que diz respeito a um acordo com o governo americano, parece-me razoável limitar a atuação, que já existe – o intercâmbio existe hoje não só com o governo americano como com outros governos –, aos casos que realmente tiverem indícios de alguma ação antiética ou criminosa. Nessa linha, tenho certeza que o trabalho que vem desenvolvendo tanto o Banco Central quanto a CVM deverá aprimorar-se, até porque isso é uma prioridade da comunidade internacional. São assuntos que vão das operações de manipulação, das operações com informação especial à lavagem de dinheiro, à evasão fiscal, etc., e o Banco Central está atento e pretende continuar aprimorando a sua atuação nessa área.

Quanto à meta de exportação para 2002 de 100 bilhões, de fato é uma bela meta. Não tenho condições de dar uma avaliação técnica na "lata", mas vejo a política cambial atual certamente contribuindo para que o Brasil exporte mais. Acho que isso é muito positivo e fico devendo uma resposta numérica ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Osmar Dias para réplica.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, apenas para fazer uma consideração.

O Deputado Delfim Netto, o economista Delfim Netto fez uma observação, se não me engano, ontem, no jornal, que rezava para que o Dr. Armínio Fraga tivesse um bom desempenho aqui hoje, por-

que todos nós, brasileiros, dependíamos desse bom desempenho – dizia ainda que não poderia ser um desempenho 98% bom, tinha de ser 100%. Acredito que até mesmo aqueles que, na Oposição, têm de exercer esse papel e, aparentemente, são contra a nomeação do Dr. Armínio Fraga, torcem para o seu bom desempenho, porque são brasileiros e, evidentemente, não querem um fato novo a provocar novas tormentas no mercado.

Faço a minha conclusão, Sr. Presidente. De minha parte, acho que, até agora, pelo menos, o Sr. Delfim Netto pode ficar tranquilo. Não foram apenas 98% das perguntas bem respondidas; o Dr. Armínio Fraga está respondendo, com bastante objetividade, 100% das perguntas.

De minha parte, estou satisfeito.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino Braga.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Cumprimento-os, Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do Senado, Srs. Senadores, Sr^as. Senadoras, senhoras e senhores presentes.

Dr. Armínio Fraga, V. S^a começou tratando dos assuntos pessoais e eu quero começar, neste particular, tratando da questão da ética.

Observo com muita preocupação uma tendência no nosso País, nos nossos dias, de desvalorizar a ética dos valores tradicionais em favor da eficácia. São numerosas manifestações que tendem a classificar como pessoas ultrapassadas aquelas que defendem uma posição ética de valores tradicionais. Acho que essa tendência é muito deletéria e estou convencido, absolutamente, de que essa tendência está na raiz do crescimento assustador dos fenômenos de injustiça, de violência, de corrupção e de descrença nas autoridades que todos observam no nosso País.

A designação de V. S^a para o Banco Central é um caso exemplar. Ela foi cercada de comentários que diziam mais ou menos o seguinte: é melhor ter do nosso lado o gênio do mal do que tê-lo no campo oposto, prejudicando o nosso País.

V. S^a, realmente, é o típico homem da eficácia. V. S^a é um ganhador de resultados, eventualmente até contra o Brasil. Por exemplo: na questão da desvalorização da moeda tailandesa, do ataque especulativo à Tailândia, a imprensa local disse que V. S^a foi o arquiteto principal dessa operação, que acabou desencadeando a crise asiática e que o próprio Pre-

sidente Fernando Henrique Cardoso acha que prejudicou o Brasil enormemente.

V. S^a foi um ganhador, sim, levando conhecimentos adquiridos na Diretoria Internacional do Banco Central. Levar conhecimentos sem se impor o comportamento de não intervir em operações brasileiras não me parece uma posição respeitável sob o ponto de vista ético. V. S^a tinha informações que poucos detêm sobre a economia brasileira. Não é possível Sr. Arminio Fraga, jogar um pôquer honesto conhecendo o jogo do adversário. Esse é um princípio que V. S^a mesmo reconhece, pois é a favor da quarentena – no entanto, não se impôs essa quarentena. Teria sido a melhor solução se tivesse sido evitada a sua contratação.

V. S^a, exatamente no Banco Central, abriu a porta à especulação internacional. Foi na sua gestão, no Governo Collor, que se eliminaram as exigências de permanência mínima dos capitais no País para favorecer as especulações. Tal fato, como disse o Senador José Fogaça, trouxe um aumento das reservas que foi euforicamente comemorado. No entanto, aí está o resultado: o Brasil, hoje, é refém desses capitais de curto prazo.

V. S^a, depois de ter feito esse trabalho, um ou dois meses depois, foi vender esses serviços ao maior fundo de especulação do mundo, o fundo Soros.

Essa distinção entre especulação honesta e especulação desonesta parece-me uma elasticidade ética, que não consigo compreender muito bem; mas isso faz parte do caráter de V. S^a. Quero dizer que V. S^a é um caso típico do homem da eficácia sobre a ética, do homem dos resultados sobre os princípios tradicionais e dos valores relacionados ao que se tem como ética. V. S^a tem a reputação de um especulador, e não esconde isso. Lembro-me de ter lido uma matéria no **Correio Braziliense** em que V. S^a se considerava um especulador. E não me parece que a figura do especulador possa coadunar-se com a figura de Presidente do Banco Central deste País.

Feitas essas observações, gostaria de me alongar muito sobre elas, por julgar esse problema fundamental. Quero também entrar no campo da eficácia, porque, afinal de contas, o Presidente Fernando Henrique assumiu riscos muito graves de desgaste com a designação de V. S^a. Em primeiro lugar, por ter demitido uma figura respeitável como é a do Sr. Francisco Lopes, de uma maneira pela qual não se procede com uma pessoa digna e de uma forma inexplicável, arranhando inclusive a consideração pelo Senado, uma vez que a demissão ocorreu cin-

co dias após sua aprovação nesta Casa. Além disso, o Senhor Presidente assumiu o risco de desgaste diante da nomeação de uma pessoa com o perfil de V. S^a, o perfil de um especulador, reconhecido nacional e internacionalmente como tal.

Há razões, evidentemente, que o levaram a assumir esses riscos e a sustentá-los. Não as conheço e acredito que os Senadores aqui presentes também as desconheçam. São razões não reveladas, razões de Estado, assim chamadas. Acredito que talvez o Presidente Antonio Carlos Magalhães as conheça. Eu e a maioria dos Senadores não conhecemos, e nosso dever de representantes de Oposição e de cidadão é o de levantar desconfianças sobre as razões que presidiram a decisão do Presidente de designar V. S^a, o que foi uma afronta, porque a designação de V. S^a feriu a opinião pública. Claro que a imprensa colabora extremamente com o Presidente e procura minimizar e até apagar isso tudo, tendo comportamentos às vezes vergonhosos e que nos deixam numa indignação enorme; mas o fato é que há setores da opinião pública - entre as Lideranças, entre a elite e entre os brasileiros mais conscientes – que não gostaram dessa designação. Por que o Presidente Fernando Henrique procedeu assim? Gostaria de uma opinião de V. S^a sobre isso.

Penso que o Governo Fernando Henrique foi longe demais na insensatez de acreditar nas promessas vãs da globalização, do liberalismo, do mercado financeiro, insensatez essa que começou no Governo Collor, do qual V. S^a participou como Diretor do Banco Central. Foi longe demais, a tal ponto que hoje não pode recuar, não tem condições de recuar e enfrentar o mercado. Não tem mais reservas; aquelas gigantescas reservas do Senador José Fogaça volatilizaram-se; não tem mais capacidade contributiva do cidadão brasileiro para tomar e tentar um ajuste fiscal efetivo, real; não tem mais capacidade de exportação, meta que me parece muito fantosa. O Governo está sem condições de tomar decisões que não dependam de um apoio explícito do mercado internacional, comandado pelo Fundo Monetário Internacional. O Governo vai às últimas consequências. Não podendo recuar, ele vai em frente na insensatez; vai ao cúmulo da insensatez, da dolarização, sim, e da venda do que restou do patrimônio brasileiro: Petrobrás e Banco do Brasil. Vai levantar uma onda de indignação brutal, mas terá que fazer isso.

V. S^a, que se declarou a favor do sistema de câmbio flutuante, não disse que é contra o sistema de acordo de moedas, de câmbio fixo e de curren-

board. Li a sua intervenção naquele seminário de dezembro passado, do Fundo Monetário, em que V. S^a realmente disse que não queria falar sobre o Brasil, porque era brasileiro e a economia brasileira era grande, porém o México, se não tivesse uma moeda própria, talvez estivesse em melhores condições.

Isso é muito grave. O Presidente anterior, Sr. Francisco Lopes, jamais concordaria com essa posição, mas V. S^a é um homem pragmático, elástico, que pode servir à implantação de um sistema desse, que, a nosso ver, será uma calamidade, uma catástrofe para a economia brasileira.

Gostaria de ouvir comentários de V. S^a a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Eu queria, antes de mais nada, declarar a minha indignação com essas tentativas de me rotular como um especulador, um jogador, que são absolutamente injustas; não fazem justiça à minha carreira profissional.

Fui professor durante grande parte de minha vida, fiz doutorado em Economia, continuei escrevendo e fazendo pesquisa, tenho, de fato, conhecimento na área de finanças e pretendo pôr esse conhecimento à disposição do nosso País.

Gostaria também de discordar da afirmativa de V. Ex^a, que disse que sou um gênio do mau. Não sou um gênio, mas sou do bem.

Quanto à sua digressão sobre o México e sobre a aplicabilidade dessa idéia ao Brasil, já me manifestei no que diz respeito ao Brasil. Não faz sentido repeti-lo e cansar os ouvidos de V. Ex^as. Com relação ao México, minha opinião se baseou no fato de que aquele país tem uma relação de comércio e de investimento que passa dos 80% com os Estados Unidos, portanto me parece – isso não é uma proposta, pois não tenho o direito de falar sobre o México – que não seja impossível que, a longo prazo, o México acabe formando uma união monetária com os Estados Unidos. Isso é técnico e diferente do Brasil.

Se V. Ex^a está preocupado com a possível adoção desse modelo no Brasil, não perca o seu sono.

Era só isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a, Senador Saturnino, tem dois minutos para a réplica.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Dr. Armínio Fraga, realmente tenho perdido o meu sono, porque estou muito preocupado. Isso tem acontecido porque vejo as declarações do Presidente Menem, cujo

país não possui as mesmas relações com os Estados Unidos que o México tem, como V. S^a ressaltou. O Sr. Menem prega muito isso e convida o Brasil para tal.

O Sr. Paul Volker esteve aqui no dia 1º deste mês e veio dar este recado ao País: "a tendência do mundo hoje é a de que as economias menores ou menos importantes adotem as moedas da economia principal do bloco a que pertencem." Esse recado foi bem explícito e publicado pela nossa imprensa.

A questão de ser V. S^a gênio do mau é uma interpretação que correu pela boca de todos os que comentaram a sua designação. Não foi uma iniciativa minha. Esse foi o comentário, por isso eu disse que a designação de V. S^a é exemplar. V. S^a terá muita dificuldade para obter o reconhecimento da autoridade que um presidente do Banco Central precisa.

Ademais, para concluir, quero dizer a V. S^a que não consigo acreditar na versão de que V. S^a, tendo conversado longamente com o Presidente da República e com Ministro da Fazenda, num jantar privado de muitas horas, no dia seguinte tomado café da manhã com o Presidente do Senado, que é a entidade de que deveria aprovar o seu nome para o Banco Central, não soubesse que seria convidado para a Presidência deste Banco. É uma coisa que deporia contra a sua inteligência. Não acredito, pois V. S^a é um homem muito inteligente e não deixaria de ter percebido. Agora, não quero entrar na discussão sobre se vazou informação ou não, se foi culpa de V. S^a ou não. Não estou absolutamente atribuindo-lhe isso, isso é coisa do Sr. Paul Krugman, que é um primo de idéias de V. S^a, mas que, com medo de um processo, recuou, cheio de ironias. Agora, apareceu um outro inglês. Não quero entrar nesse assunto. Quero me fixar no comportamento anterior de V. S^a e nas dificuldades que vai ter para gerir o Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga, para a réplica.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Gostaria apenas que o Senador Roberto Saturnino Braga acompanhasse o nosso trabalho, se aprovado o meu nome por esta Casa, e me desse a chance.

Recomendo também, humildemente, que V. Ex^a procure conversar com pessoas que me conhecem, porque não tenho a menor dúvida quanto ao aspecto do meu caráter, ética e do desejo que tenho de colocar isso a serviço de nosso País.

Quanto a essa semana a que V. Ex^a se referiu, quando fiz uma visita ao Presidente do Senado, devo dizer que tenho a honra de conhecê-lo há muitos anos, não tantos quantos a minha família e meus

parentes que vivem na Bahia, mas há muitos anos, e fiz uma visita de cortesia que não foi a primeira e espero que não seja a última.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra, honrado Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, nosso Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Bello Parga e ilustre Relator desta matéria, Senador Ney Suassuna:

Professor Armínio Fraga Neto, agora há pouco ouvi V. S^a ser chamado de gênio, de homem elástico e até já poderia, pela sua resposta anterior, dizer que V. S^a também poderá ser o nosso judoca, desde que consiga fazer com que o povo brasileiro tenha maior tranquilidade e que o País possa, com a sua ajuda, voltar a acreditar na diminuição do desemprego, no aumento da renda da população e com isso não só estabilizar a economia do País, mas também pensar seriamente o social, como há pouco foi dito, ficaria satisfeito e com certeza o nosso povo também com o seu retorno ao Brasil, trazendo sua família ao nosso convívio e sua participação na nossa equipe de Governo.

Considerando que as variações dos índices de inflação não ocorrem apenas em decorrência de variáveis objetivas, como vai agir V. S^a para evitar a influência de componentes psicossociais resultantes de boatos e outras fontes que venham a provocar a elevação dos índices de inflação bem como que essa variável, subjetiva logicamente, provoque especulações cambiais danosas à nossa economia?

Pediria que se V. S^a aprofundasse um pouco a sua resposta. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço a pergunta e tentarei aprofundar um pouco esses aspectos que são da maior importância.

De fato, grande parte da atuação de um Banco Central preocupado com a taxa de inflação é atingir as expectativas. A meu ver, como mencionei há pouco, isso tem a ver com credibilidade, e credibilidade é algo que se conquista no dia-a-dia, com a coerência, a persistência e a perseverança.

A intenção que tenho, se aprovado, é desenvolver um trabalho profissional no Banco Central, procurando esclarecer à sociedade como funciona o Banco Central, a sua política monetária, quais são as suas metas, como reage a desvios de metas e,

com isso, ao longo do tempo, conseguir produzir expectativas mais estáveis, ou seja, conseguir que o mercado, por si só, já sabendo das metas e objetivos da autoridade monetária, comece a corrigir antecipadamente quaisquer desvios que ocorram. Esse comportamento já se observa hoje nos Estados Unidos e em outros países que têm uma cultura antiga de Banco Central voltado para a inflação. E é interessante ver por que, na prática, uma pessoa como o Sr. Greenspan faz muito pouca coisa. Ele já tem a economia naquela trajetória e as correções são muito limitadas. Obviamente isso é uma situação estável. No presente, temos que buscar resolver as dificuldades do momento atual, mas é fundamental ter em mente que o objetivo final é esse que V. Ex^a colocou em sua pergunta, e é esse o objetivo do trabalho que gostaríamos de desenvolver.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a tem a palavra para réplica, Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO – Professor Armínio Fraga, após algumas horas de argúição, sinto-me na condição de dizer que, além da sua formação acadêmica e profissional, a indicação do presidente Fernando Henrique confere o aval necessário para que possamos referendar o seu nome para Presidência do Banco Central. De minha parte, dou-me por satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Só posso agradecer a sua confiança e isso me dá um estímulo ainda maior para trabalhar muito pelo nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Armínio Fraga, não pretendo perder meu tempo com indagações a respeito de dupla cidadania. Do meu ponto de vista, V. S^a tem três cidadanias, não duas. Existe um provérbio que afirma: onde está o dinheiro, aí está a pátria, *ubi argentum, ibi patria*. A sua pátria é o dinheiro, é onde está o dinheiro. Não tenho dúvida alguma disto. Afinal de contas, o Sr. Soros, cujo livro o senhor prefacia na edição brasileira, afirma que a organização dele, que já moveu uma campanha, uma guerrilha contra a União Soviética para desestruturar, na prática, que o Sr. Popper, de quem é adepto, é um filósofo mais acompanhável e mais "seguiável" do que o Sr. Marx, que ele detesta.

Portanto, para resolver as questões teóricas, na prática, ele armou um exército, uma guerrilha particular, para desestabilizar o sistema vigente na União Soviética.

E ele disse que a sua agonização é mais forte do que vários estados nacionais. E, se não fosse mais forte do que vários estados nacionais, como poderia esse fundo ter, por exemplo, conseguido fazer um ataque especulativo contra a libra esterlina, contra o baht, contra diversas moedas pelo mundo afora? E, diz ele de sua majestade, o Sr. Soros, que, além de megaespeculador, é megalomaníaco, como o seu livro prova. Diz ele que poupou a França dos seus ataques especulativos, porque ele é muito simpático à França.

De modo que, então, a respeito dessa questão, não perderei mais tempo. O que realmente vou fazer é algumas perguntas que me ocorreram, devido à exposição agora de V. S^a e outras que farei, porque perdi vários dias com a leitura de trabalhos de V. S^a e do seu patrão, o Sr. George Soros.

Diz o Sr. George Soros a respeito da ética, da moral, a que o Sr. se referiu durante várias vezes. É óbvio que todos nós sabemos que também a na-drangheta e a máfia têm a sua ética, e é uma ética muito rigorosa. Cada organização tem a sua ética, de modo que, então, dentro da ética especulativa, penso que o senhor seja, realmente, impecável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – São decorridos cinco minutos.

O SR. LAURO CAMPOS – Poxa, não comecei ainda. (Risos.)

"A crença no capitalismo *laissez-faire*", diz o Sr. Soros aqui na página 182, deste livro dele, "a crença no capitalismo *laissez-faire* converteu em princípio moral a ausência de valores sociais".

Vou repetir, porque não havia atenção suficiente para o que acabei de ler. Peço que se descontem 10 segundos do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Já está descontado pelo tempo que V. Ex^a demorou a chegar.

O SR. LAURO CAMPOS – Então, não agradeço, retiro o meu agradecimento, pelo fato de o senhor ter me esperado. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador, não quis ofendê-lo, fiz apenas como uma delicadeza.

O SR. LAURO CAMPOS – "A crença no capitalismo *laissez-faire*", diz o Sr. Soros, "converteu em princípio moral a ausência de valores sociais", pg.129 do livro que o senhor prefaciou, não sei se leu.

V. S^a declarou, ou **A Gazeta Mercantil** comentou um engano – eu queria saber isso – que o senhor é sócio do Fundo Quantum, já vendeu suas ações, ou ainda continua sócio do Fundo Quantum, a quem o senhor ajudou a amealhar 21,5 bilhões de dólares. Só a fortuna pessoal do senhor Soros. Isso aí não se ganha, comprando a máquina, especulando com a máquina. O exemplo do senhor foi, no mínimo, infeliz. Não é especulando na venda de um terno ou de uma máquina que se realiza uma especulação que destrói vidas humanas, que abala sociedades, que retira os alicerces de grande parte da sociedade humana. De modo que – como ele próprio confessa – o princípio moral constitui a ausência de valores sociais.

Como o meu tempo já está esgotado, não posso realizar as minhas perguntas e a minha exposição, que é um acompanhamento da ação do senhor na direção do Banco Central, desde o tempo de Collor, quando o senhor pavimentou, por meio de diversas articulações e diversos artigos legais, a abertura do Brasil para o capital especulativo de curto prazo, que veio, afinal de contas, constituir, de início, uma das âncoras que permitiram ao Brasil segurar a taxa de câmbio em aproximadamente um real por dólar. E, posteriormente, continuar com o financiamento desta abertura que destruiu, através da invasão de mercadorias subsidiadas pelo Governo, para manter e depois reeleger o Senhor Presidente da República, por meio do esvaziamento de nossas reservas – 50 bilhões de reais foram embora. Colocaram a taxa de juro a 50% ao ano, quando no Japão ela é de 0,15% ao ano. Um japonês paga, em 350 anos, aquilo que o brasileiro paga de juros em um ano.

De modo que essa é a ciência exata a que o senhor se refere e a que o senhor se dedica. E sei muito bem que, continuando este caminho, iremos realmente chegar lá. Chegar a um ponto em que as opiniões daqueles brasileiros, que eu conheço, se dividem em três correntes a respeito do nome de V. S^a: alguns consideram que será nomeado um vampiro para o banco de sangue; outros consideram que será colocada uma raposa para tomar conta do galinheiro e outros consideram que continuará sendo amarrado cachorro com lingüica, porque realmente os interesses especuladores de bancos nacionais e internacionais é que são protegidos pela ação do Banco Central, o Proer inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Arminio Fraga Neto.

O SR. ARMINIO FRAGA NETO – Muito obrigado. Em respeito à Casa, limitarei minha resposta

apenas à pergunta que fez o Senador Lauro Campos. Eu não era acionista do Fundo Quantum. Eu tinha investimentos que foram vendidos no dia da minha saída. Isso é o que posso dizer. Não tecerei comentários sobre a exposição do Senador, que tem o direito de ter as suas opiniões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Embora V. Ex^a tenha ultrapassado os 10 minutos, V. Ex^a tem dois minutos para a réplica.

O SR. LAURO CAMPOS – Nesses espremidos dois minutos, eu gostaria de dizer que o que afirmei a respeito da sociedade do candidato a Presidente do Banco Central com o **Soros Found Management** do megaespeculador George Soros – ele, o George Soros, não tenho dúvida de que é megaespeculador, talvez os seus sócios e colaboradores não sejam sequer especuladores, é uma questão apenas de nomenclatura – foi a **Gazeta Mercantil** – quero esclarecer isto: foi a **Gazeta Mercantil** de 03/02/99 que afirmou essa relação de sociedade entre V. S^a e o Fundo Soros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga, se assim o desejar.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – O assunto já foi respondido. Desliguei-me das organizações e agora estou aqui para trabalhar pelo Brasil. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente Fernando Bezerra, Sr. Vice-Presidente Bello Parga, Relator Ney Suassuna, Professor Fraga Neto, V. S^a, discorrendo sobre a sua apresentação, declarou que não gosta do rígido controle cambial, mas sim de prudência no controle de câmbio; ou seja, V. S^a adotará na presidência experiência de prudência e não experiência de aventura. V. S^a declarou até termo prudencial. É o primeiro registro que faço sobre a sua personalidade: prudência. V. S^a falou do convite de domingo, de seu desligamento logo na segunda-feira pela manhã, às 7:30h, e que aceitou como missão a chamada do seu País. Nova prudência. Claro que na hora que V. S^a, respondendo a uma das indagações, declarou, também, quando em um jantar com sua esposa, que estava na hora de voltar ao País, e inclusive destacou: "O que estamos fazendo aqui?", trata-se de nova demonstração de prudência, na hora de voltar depois de tanto tempo fora. E, em uma resposta, V. S^a declarou que – palavras textuais que anotei: "Nunca fiz nada que pudesse prejudicar o meu País". Com a ponderação de que o seu

salário na empresa estrangeira, ao que se comenta, era bem maior do que o salário do Presidente do Banco Central, pergunto: se não houvesse esse objetivo de voltar ao País, ainda assim V. S^a deixaria esse propalado salário alto de uma empresa estrangeira por um salário menor? Por quê? Essa é a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço a pergunta de V. Ex^a. São questões de foro íntimo; o dinheiro serve para dar independência e para ajudar os amigos, a família, mas eu realmente não me considero um escravo do dinheiro. Um convite, como o que me foi feito pelo Presidente da República, é algo que representa muito mais do que dinheiro, e isso foi algo que nem sequer passou pela minha cabeça quando aceitei, com muita honra. Nós estávamos programados para voltar em junho, ao final do ano escolar de nossos filhos e, realmente, a minha idéia era partir para uma atuação nova no Brasil, em negócio próprio. Naquele momento, parecia-me que a minha carreira havia chegado a um ponto em que essa alternativa era a mais correta e era coerente com o nosso desejo pessoal de voltar ao nosso solo. O convite veio e superou todas essas idéias. Fico muito feliz com isso e preparamo-me agora para algo que não se mede em quantidades monetárias. Agradeço a sua pergunta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral para a réplica.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, ainda ontem ouvi no noticiário de uma televisão professores ingleses que estavam indo para a África ganhar muito menos do que ganham na Inglaterra. E o noticiário era todo de elogios. Sr. Presidente, se S.S^a fosse um inglês que estivesse voltando para o seu país e desse essa resposta que acaba de dar, que está voltando pela Pátria e que o dinheiro não é tudo... Estou satisfeito com a sua resposta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Armínio Fraga, não tive ainda a oportunidade de conhecê-lo. Está é a primeira vez que o vejo, mas fiquei impressionado com a sua humildade, o seu equilíbrio e a maneira respeitosa com que V. S^a tem-se dirigido a esta Comissão. São qualidades indispensáveis ao seu bom desempenho, caso aprovado por esta Comissão para o Banco

Central. O seu currículo não deixa dúvidas quanto a sua competência.

V. S^a, ainda muito jovem, está tendo a oportunidade que pouquíssimos brasileiros têm de servir a sua Pátria, em um cargo importantíssimo, principalmente num momento de tal gravidade, como este por que passa a área econômica. Portanto, quero dizer a V. S^a que vou lhe dar esse voto de confiança. Espero que V. S^a ajude a amenizar o sofrimento e a angústia de 150 milhões de brasileiros atormentados. Espero que, com a sua competência, com a sua humildade, com a sua juventude, possa ajudar a encontrar caminhos que conduzam o nosso País e o nosso povo a dias melhores.

Tenho sete perguntas, as quais encaminharei a V. S^a. Ficarei imensamente grato se as respostas vierem antes da votação no plenário, até para colaborar com o nosso tempo. Farei apenas uma pergunta.

Sabemos da gravidade do momento econômico vivido pelo País: juros altíssimos, sufocando o setor produtivo; comerciantes e industriais demitindo todos os dias; agricultores sufocados em dívidas, inclusive deixando de plantar. O desemprego, portanto, aumentando na cidade e, o que é pior, no campo também. Penso que somente um choque de credibilidade possibilitará ao País sair dessa crise. Dentro desse raciocínio, o Governo não tem mais espaços para aumentar ou criar impostos. A taxa de juros não pode mais ser aumentada, sob pena de multiplicarmos ainda mais o montante da dívida pública e jogarmos por terra a confiança de que o Governo conseguirá arcar com seus compromissos. Então, pergunto, objetivamente: dentro desse cenário, como V. S^a vê a possibilidade do Brasil atender às instruções do FMI e atingir as metas fiscais estabelecidas sem aprofundar a recessão e o desemprego no País, levando ainda mais sofrimento e desespero ao povo brasileiro, principalmente ao povo mais pobre?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço ao Senador Maguito Vilela por sua pergunta. Comprometo-me, de antemão, a responder às seis perguntas restantes.

Inicio a minha breve resposta dizendo que o programa do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro Pedro Malan é um programa nosso, adequado à nossa situação, reconhecidamente difícil nesse momento.

As negociações com o Fundo, as quais tive o prazer agora na fase final como assessor do Minis-

tro, caminham bem e nos darão algum espaço para um balanço de pagamentos mais administrável nos próximos meses. Isso me parece ser essencial justamente para reverter esse quadro de recessão. Sem o curso do Fundo, temo que a situação seria ainda pior, infelizmente.

Concordo com V. Ex^a quanto à necessidade de se agir rápido, concordo com o senso de urgência da sua colocação. Posso apenas dizer que desejo juntar-me aos que já estão lutando contra essa situação difícil, movido por esse espírito, que é o da realidade brasileira, como V. Ex^a mencionou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulto V. Ex^a se ...

O SR. MAGUITO VILELA – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, Professor Armínio Fraga Neto, não queria voltar ao assunto em debate. Mas, pretendo sepultar, de vez, as insinuações de suas ligações com organismos internacionais.

Entendo, Srs. Membros da Mesa, Srs. Senadores, ser impossível a um candidato à Presidência do Banco Central não estar ligado, de alguma forma, à uma instituição financeira. É próprio do cargo, inclusive, faz parte do currículo. Como poderia um Presidente do Banco Central – por favor, Senador José Eduardo Dutra, ouvi V. Ex^a e peço-lhe para ser ouvido com respeito.

Posso continuar, Senador José Eduardo Dutra?

O currículo de V. S^a, Professor Armínio Fraga, é irretocável. Sua credibilidade e a de sua família, tanto no Brasil como no mundo, qualificam-no a ocupar esse cargo. Estão também qualificados os outros membros que aqui se submeterão à sabatina.

Foi citado que o Presidente do Banco Central americano, Alan Greenspan, e o Secretário do Tesouro americano, Robert Rubin, são ligados a instituições financeiras. Na Europa, os presidentes de bancos centrais são ou foram ligados a instituições financeiras. O Presidente do Banco Mundial, Sr. James Wolfensohn, possuía uma firma de consultoria. É impossível que V. S^a se submeta a uma sabatina, não sendo ligado a uma instituição financeira. Digo isso apenas para sepultar de vez as insinuações a respeito de sua honorabilidade, pessoa em relação a qual tenho o maior respeito.

Há duas perguntas que quero formular a V. S^a. Refere-se V. S^a, em sua exposição, na preservação da moeda como meta principal da sua atuação no Banco Central. Gostaria de saber se V. S^a já tem alguma idéia de como realizar tal meta. Qual é a sua idéia básica sobre como preservar a moeda, uma vez que tal preservação é condição indispensável ao progresso, ao desenvolvimento do País?

Preocupa-me também essa saída desenfreada, especulativa e infundável do dólar. Penso não ser crível a ocorrência de uma desvalorização em torno de 70%, nesses 30 dias, e o fato de que continuemos impassíveis ante essa fuga desenfreada. Não há contrapartida, Dr. Armínio Fraga, das aberturas de crédito para a exportação. As linhas de crédito para brasileiros estão fechadas. Esse é um fato que me preocupa muito. Penso que aí está o fulcro da questão: como V. S^a vai restabelecer essa linha de crédito, para termos a contrapartida de entrada de dólares? O que é possível ser feito para que o dólar volte a um patamar compatível com o seu valor real?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Arminio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço os gentis comentários do Senador Pedro Piva a meu respeito. Espero apresentar um trabalho à altura do que foi muito gentilmente dirigido a mim.

V. Ex^a referiu-se a dois assuntos muito importantes, que gostaria de explorar brevemente mais algum detalhe.

A preservação do valor de nossa moeda é realmente o grande desafio do Banco Central, num momento de troca de âncora. A técnica antiga de condução de política de Banco Central rezava pelo controle direto da massa monetária, buscando indiretamente o controle da inflação. Observa-se hoje que a correlação entre o controle da massa monetária e a inflação oferece deslizes e riscos a longo prazo, e a forma mais direta e objetiva é assumir o Banco Central um compromisso direto com uma meta para a taxa de inflação. Essa meta será perseguida pelo Banco Central, com o auxílio de políticas fiscal, estrutural etc.

Esse é o mecanismo, o modelo que prevalece nos países que convivem com uma taxa de câmbio flutuante – o modelo adequado ao nosso País –, sem o flagelo da inflação.

A situação do nosso balanço de pagamentos, concordo com V. Ex^a, requer cuidados, e o Governo está tomando providências, ciente de que a situação dos exportadores merece atenção nesse contexto de saída de capitais. A fuga foi produto de uma série

de circunstâncias, algumas de nosso controle e outras externas.

Parece-me que a solução está, em primeiro lugar, na apresentação de um programa claro de condução da nossa economia, de macroeconomia. Depois, deve-se apresentar esse programa à comunidade internacional.

Temos um balanço de pagamentos muito complexo. Esperamos já para o ano de 1999 um volume de investimentos direto superior ao nosso déficit em conta corrente, e o resto do balanço, com o financiamento do FMI e com o trabalho que vem sendo desenvolvido de maneira voluntária com o setor privado, terá uma solução. Essa solução, certamente, terá de contar com um bom programa e, mais do que isso, com uma melhoria na nossa comunicação com o exterior. É preciso mostrar ao mundo o que vem sendo feito no Brasil, os progressos, as soluções, as decisões do Congresso Nacional. Com isso, conseguiremos recuperar a confiança, que trará de volta investimentos para o Brasil.

Espero, nos próximos dias, o acordo com o Fundo, que depois será complementado com diversas frentes de atuação com o setor privado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – O Senador Pedro Piva deseja fazer a réplica?

O SR. PEDRO PIVA – Não, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Comunico aos Srs. Senadores que esta reunião já dura três horas e meia e que, dos 36 Senadores inscritos, apenas 12 usaram da palavra. Faltam, portanto, 24 Senadores.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria, fora do meu tempo, de fazer um registro, porque fiz um comentário, fora do microfone, ao Senador Pedro Piva, e S. Ex^a, ao microfone, pediu-me que eu respeitasse a sua intervenção. Não fiz qualquer comentário desrespeitoso. Quando S. Ex^a disse ser impossível que algum Presidente do Banco Central não tivesse vínculo com o sistema financeiro, simplesmente citei o nome de Gustavo Franco. Isso apenas para esclarecer, porque as pessoas que não me ouviram comentar ou falar fora do microfone podem pensar que fiz algum comentário desrespeitoso.

Dr. Armínio Fraga, minha primeira pergunta é levantar a bola para que o senhor chute. V. S^a foi indicado pelos seus conhecimentos do mercado financeiro. Há especulações no sentido de que o Dr. Francisco Lopes foi substituído porque, naquela sex-

ta-feira fatídica, o Banco Central havia se comportado como uma "virgem". O que o Banco Central deveria ter feito naquele dia? Gostaria, inclusive, que o Dr. Armínio Fraga tivesse o tempo necessário para nos dar uma aula sobre sistema financeiro.

Imaginemos um país, qualquer país, que esteja com problemas. Numa quarta-feira, o presidente da República resolve convidar para uma conversa, juntamente com o seu ministro da Fazenda, com o presidente do Banco Central, um empregado de um fundo de investimentos. Essa conversa se dá na quarta-feira. Na quinta-feira de manhã, o presidente do Congresso desse País tem um almoço com esse cidadão, um café – é um país imaginário, Sr. Presidente. Após o café, um assessor da presidência diz: olha, temos que tomar cuidado com **inside information**; vamos seqüestrar esse cidadão para que ele não tenha possibilidade de comentar com ninguém que houve esse café e esse jantar. O cidadão foi seqüestrado. O patrão desse cidadão, na quinta-feira à tarde, fica preocupado com o desaparecimento dele e resolve procurá-lo. Vai no computador pessoal e vê a agenda desse cidadão. Vê que ele teve um encontro com o presidente desse país imaginário na quarta-feira, teve um encontro com esse presidente na quinta-feira e esse patrão começa a especular o que vai acontecer. Esse patrão resolve fazer uma aposta. Como esse cidadão é natural daquele país, é bem provável que ele seja convidado para presidência do Banco Central. Resolve, na sexta-feira, desferir um ataque especulativo contra a moeda desse país. Em função do ataque especulativo contra a moeda desse país, os títulos do exterior desse país caem. Esse mesmo fundo compra os títulos desse país, apostando – aposta que está dentro das regras de mercado – que, à medida que seja anunciada a indicação daquele seu empregado para a presidência do Banco Central daquele país, naturalmente o mercado vai reagir favoravelmente e ele poderá, na terça ou na segunda-feira, vender aqueles mesmos títulos com lucro de 10%.

Quero saber se essa fábula imaginária é possível dentro das leis de mercado: um fundo atacar uma moeda e, além de atacar, ter lucro com ela. Se isso for possível, gostaria de saber qual a sua opinião, como profundo convededor desse mercado financeiro, desse reino que V. S^a diz que tem que se agir como um lutador de judô. As autoridades desse país foram levianas? Ingênuas? Qual seria a análise que V. S^a faria das autoridades desse país?

Procurando transplantar agora esse país imaginário para o Brasil, é lógico que a situação foi um

pouco diferente. V. S^a não foi seqüestrado, pôde conversar com outras pessoas. Não quero fazer nenhuma acusação. V. S^a já disse, inclusive, a partir de perguntas do Senador Suplicy e de outros, que não tem como apresentar relação de quais operações o Fundo Soros fez naquele período.

Como essa discussão não pode ser meramente de fé, eu acredito ou não em Armínio Fraga. Quero saber se V. S^a se compromete, a partir do momento que assumir o Banco Central, a apurar esse episódio? Sabemos que isso é difícil, até porque essas operações foram feitas **offshore**, mas com os instrumentos que o Banco Central tem, apurar esse episódio e se comprometer a, em uma sessão secreta do Senado Federal, apresentar os resultados dessa apuração.

Terceira pergunta. Já foi feita a referência a salário; segundo o jornal, vozes do mercado diriam que V. S^a estaria em uma posição muito cômoda, porque, se não der certo, V. S^a pode dizer que "a vaca tenha ido para o brejo", e se der certo, V. S^a se transformaria em um **top ten** do mercado internacional. Quero saber – acrescentando uma outra pergunta – se V. S^a avalia que, quando foi contratado pela primeira vez pelo Fundo Soros, depois de sair do Banco Central, o salário que V. S^a recebeu seria o mesmo se V. S^a não tivesse passado pelo Banco Central. E, dentro disso, quero saber se a opção de V. S^a realmente é uma opção patriótica ou se, dentro dos conhecimentos que V. S^a tem do mercado financeiro, não seria uma aplicação no mercado futuro.

A quarta e penúltima pergunta – a quinta é objetiva, é muito rápida. V. S^a ainda não é Presidente do Banco Central, mas, na condição de Assessor Especial do Ministro Pedro Malan, V. S^a deve ter tido acesso a informações sigilosas. Quero saber – logicamente não quero saber quais as informações – a natureza dessas informações. Objetivamente, V. S^a teve informações que estão cobertas por sigilo bancário? E qual é a natureza das informações sigilosas que V. S^a adquiriu nesse período da nomeação como Assessor de Ministro?

Última pergunta: quero saber onde é o domicílio fiscal de V. S^a? Se esse domicílio fiscal for no Brasil, V. S^a se dispõe – é lógico que, depois que for nomeado, obrigatoriamente por lei, tem que apresentar –, antes até da votação pelo Plenário, a tornar pública a sua declaração de Imposto de Renda no Brasil para os Senadores?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado, Senador José Eduardo Dutra. Começando pela sexta-feira, parece-me que o que aconteceu naquele dia foi um momento de extrema dificuldade, e não sei o que dizer sem ter tido realmente a opção de viver por dentro as questões. Acredito que o Professor Francisco Lopes tenha tomado as providências cabíveis e, tendo sido alunio dele, não o invejo por ter vivido aquele dia difícil.

Quanto à sua fábula, não sei o que dizer, estou procurando me concentrar nos problemas reais.

V. Ex^a falou na apuração do episódio. Honestamente, pergunto: que episódio? É interessante, porque a cada momento no mercado existem pessoas que compram e vendem; sempre, com a oscilação de preços, há variações. No caso específico, relevante aqui para esta arguição, já disse e repito que, naquele momento, não teríamos, primeiro, acesso a informação e tampouco – aqui falo eu – qualquer atitude prejudicial ao País. Isso é ponto de honra, volto a repetir e repetirei quantas vezes for necessário.

Em relação à apuração do episódio, portanto, se houver algum episódio a apurar, o Banco Central o fará. Essa é a posição clara que pretendo seguir. Rumores sempre existem. Lembro-me que, quando trabalhava lá, qualquer operação que desse prejuízo a alguém imediatamente se transformava na culpa de outro operador. Isso é a natureza do mercado.

Quanto à minha pessoa e à sua alusão a que eu estaria fazendo uma aplicação em um mercado futuro, eu disse aqui antes e repito: a minha intenção era seguir uma carreira agora independente, inclusive com o retorno à universidade no Rio de Janeiro. Com minha vinda para o Banco Central, confesso que a última coisa que passa pela minha cabeça neste momento – o que deve ser óbvio para todos – é pensar no que farei após minha saída. Isso é algo que pertence ao futuro. Mas, certamente, do ponto de vista financeiro, estarei perdendo, o que não é relevante na minha opinião, como já declarei aqui. Quanto a informações – o senhor mesmo qualificou a pergunta – gostaria de falar alguma coisa nesse sentido, porque creio que é importante dizer isso nesta Casa. Procurei no contexto de minha atuação como assessor do Ministro manter-me distante dos assuntos internos do Banco Central, o que fiz, sabendo que são assuntos de alto grau de confidencialidade e quê, portanto, obrigatoriamente devem pertencer ao conjunto de pessoas que trabalham na instituição.

Então, respondendo à sua pergunta, as informações às quais tive acesso foram macroeconômi-

cas, de conhecimento público, que hoje fazem parte da discussão do País. As reservas são divulgadas com 24 horas. O valor das contas públicas é divulgado quase que instantaneamente. Esse foi o teor das informações a que tive acesso. Com isso, esgotei suas perguntas. Muito obrigado.

Quando saí do Brasil, tomei o cuidado de fazer uma declaração chamada de "saída definitiva"; lá abri um domicílio fiscal, reabrindo-o agora aqui no Brasil, ao regressar ao País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulte V. Ex^a se deseja usar o tempo de 2 minutos para réplica.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Serei extremamente breve. Como disse o Senador Jefferson Péres, essa é uma situação em que não basta ser honesto; é preciso parecer honesto. Indaguei se se comprometia a fazer a apuração com os instrumentos que o Banco Central teria, que – reconheço – são poucos em relação ao Fundo Soros. Há, porém, um aspecto emblemático. O Senador Pedro Simon até disse que se tratava de uma resposta óbvia. Entendo que S. Ex^a quis dizer que o Dr. Armínio Fraga iria assumir esse compromisso aqui. Infelizmente, nem esse compromisso que teria esse cunho emblemático neste momento que estamos vivendo quer assumir.

Como já disse, essa não pode ser uma discussão meramente de fé. A questão não é acreditar ou não acreditar. No tocante à pergunta das informações sigilosas, Dr. Armínio Fraga, eu, sinceramente, não acredito. Não acredito que V. S^a, neste período, não tenha tido acesso às informações sigilosas. Com base nessa minha crença, entendo que o Senado Federal está em uma situação absurda. Um cidadão na condição de assessor especial do Ministro da Fazenda, na minha opinião ou baseado no raciocínio do bom senso, teve acesso a informações confidenciais. Imaginem uma situação – que não acredito que vá acontecer – em que o Senado Federal rejeitasse o nome desse cidadão. Mesmo existindo quarentena, estaria dela excluído, pois não assumiu a presidência do Banco Central. Teve um período com a possibilidade de ter acesso às informações, e estamos aqui – quero concluir – exatamente para falar da situação vexatória em que o Governo Federal coloca mais uma vez o Senado da República. Anuncio – e já de antemão peço o apoio dos Srs. Senadores – que eu, em dobradinha com o Deputado Aloízio Mercadante, – S. Ex^a na Câmara; eu, no Senado – vamos apresentar um projeto exatamente no sentido de que pessoas que vierem a ser indicadas para

ocupar a diretoria do Banco Central antes de serem sabatinadas e aprovadas pelo Senado não possam ter acesso a nenhum tipo de informação que inclui a impossibilidade de serem nomeados, por exemplo, por esse artifício de assessores especiais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) –

Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Quero dizer apenas que tive acesso, enquanto assessor do Ministro, às informações de cunho macroeconômico relevantes e ligadas à Fazenda. O que eu disse e repito é que não tive acesso às informações internas do Banco Central, em respeito ao processo que ora ocorre nesta Casa. Não tenho mais nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra, Presidente Antonio Carlos Magalhães, Dr. Armínio Fraga Neto, vou direto às perguntas em função do tempo, pois, embora numerosas, guardam relação entre si, facilitando, portanto, as respostas do Dr. Armínio Fraga.

Dr. Armínio Fraga, como compatibilizar política monetária restritiva com baixo custo social, como V.S^a, no seu depoimento inicial, fez questão de frisar? Ou seja, como recuperar, por exemplo, o valor de compra do salário mínimo, sem indexar os demais preços, considerando-se, inclusive, que, nos dias atuais, o valor do salário mínimo equivale aproximadamente a US\$65,00? Outro exemplo: como garantir atendimento médico-hospitalar adequado e a baixo custo, sem reajuste salarial, se muitos dos equipamentos, medicamentos e insumos são importados? V.S^a não teme, por exemplo, que, com o aprofundamento da recessão, que pode ser resultado dessa política monetária restritiva, legiões de brasileiros famintos sejam impulsionadas a invadir supermercados e lojas em geral, na busca de gêneros de primeira necessidade, até como forma de refutar essa tese da recessão exagerada?

Qual sua opinião sobre a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal?

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem assacado ataques e insultos aos especuladores. V.S^a trabalhou e preserva amizade com grandes especuladores. V.S^a está em condições de lutar contra os especuladores? Quais as armas que V.S^a utilizará na guerra contra os especuladores? E não é só o Presidente da República quem faz isso, mas o pró-

prio Banco Central, como demonstra manchete do jornal **O Globo** de hoje: "Banco Central ameaça especuladores para tentar evitar que o dólar dispare". A sua relação de amizade com muitos especuladores e com o maior deles, George Soros, não o impedirá de lutar, de combater com veemência a especulação contra a moeda brasileira?

Outra pergunta: a estabilidade desejada deve ser duradoura e não circunstancial. O opinião pública consolidou a tese de que, embora V.S^a disponha de reconhecido e notório saber, o que selou a indicação de seu nome foi o relacionamento de grande proximidade com os operadores em mercados financeiros. O Brasil repele a idéia do "salvador da pátria", vide Collor de Mello. Será sua amizade com os especuladores que os impedirão de atacar o Brasil? E, complementando, V.S^a já imaginou se toda política de preservação do valor da moeda estiver centrada na figura da pessoa do Dr. Armínio Fraga, o caos que provocaria uma saída repentina sua da Presidência do Banco Central?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra. Fazendo soar a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, só tenho mais três perguntas a fazer. Gostaria de contar com a tolerância de V. Ex.^a, porque acho que ainda não extrapolei os cinco minutos e a prática nesta Comissão tem sido de conceder dez minutos, quando necessário. Gostaria de contar com a benevolência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Apenas adverti V. Ex^a, porque já decorreram mais de cinco minutos. E faço o apelo em respeito aos outros vinte e tantos Senadores que ainda estão inscritos para falar.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Abdiqüei das preliminares, para ir direto às perguntas, Sr. Presidente.

V.S^a conversou com diretores do FMI no período em que circunstanciou sua indicação?

V. S^a considera que as operações do Fundo Soros de Investimentos, que atingiram a libra esterlina e os países asiáticos, foram realizadas dentro dos limites da ética? Em sua opinião, essas operações que atingiram os países asiáticos agravaram ou não a situação do Brasil? No meu entendimento – gostaria de ouvir a sua opinião –, tais operações resultaram no agravamento da desvalorização da nossa moeda.

Teria perguntas de cunho mais técnico. Não sei se o Presidente me permitirá fazê-las.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Faria um apelo a V. Ex^a, pois são tantas as perguntas, que tenho a impressão de que o Dr. Armínio Fraga poderá ficar confuso.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Não, Sr. Presidente, ele não ficará confuso, pois elas estão relacionadas entre si.

Gostaria apenas de saber qual a política que o Dr. Armínio Fraga pretende adotar à frente do Banco Central com relação à ampliação da abrangência das decisões, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos e na Alemanha, onde forças econômicas e políticas regionais também têm influência nas principais decisões do Banco Central. Se aprovado o seu nome, que política será adotada com relação aos bancos estrangeiros do nosso País?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Sr. Presidente, farei o possível para ser breve.

Senador Sebastião Rocha, V. Ex^a abordou, em primeiro lugar, a questão da política monetária e do custo social e falou sobre o salário mínimo. Tenho absoluta convicção de que a melhor maneira de proteger o pobre no Brasil é evitando a volta da inflação. Isso para mim é claríssimo, e é a resposta que tenho à sua importante pergunta.

V. Ex^a perguntou sobre a privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. A privatização não é um assunto da área do Banco Central. Existe hoje um grupo de estudos formado sobre a questão da privatização de outras áreas. Inclusive, existe um grupo, o Comif, voltado para uma avaliação do papel do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. O Banco Central tem assento nesse grupo e participará da discussão. Acho que esse é um ponto importante. Veremos quais serão as conclusões desse trabalho.

Quanto à luta contra os especuladores, acho que já falei muito. Mas cabe um pequeno comentário. V. Ex^a mencionou que o que talvez tivesse selado o convite tenha sido a amizade com uns ou outros. Se houve alguma amizade que selou esse convite foi a amizade que tenho para com o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, o qual conheço há mais de 20 anos. Fui seu aluno em 1978, na Pontifícia Universidade Católica, e, certamente, isso foi, do ponto de vista da amizade, o que mais pesou. Não tive quaisquer conversas com o FMI no fim de semana em que fui convidado.

V. Ex^a perguntou sobre as situações da libra esterlina e da Ásia e das implicações para o Brasil. Acho interessante o fato de que quase sempre se fala nas atuações do Grupo Soros nos casos em que supostamente houve ganho. Há outros casos, como o da Indonésia e do Japão, em que houve perda. Na realidade, o mercado é muito maior do que qualquer especulador, por mais mega que seja. Agora, as consequências para o Brasil, que não tem nada a ver com a atuação de um ou de outro, realmente existiram. O vínculo – é óbvio – é um vínculo do fluxo do capital, que vai e volta, examinando frequentemente as diversas situações. No caso específico da Ásia, a consequência foi essa. O que não aconteceu foi o vínculo que V. Ex^a fez com uma instituição qualquer.

Quanto à abrangência da atuação do Banco Central, o objetivo é realmente ter as melhores informações possíveis quanto à totalidade da economia que é objeto de atuação das autoridades. No caso do FED americano, existem delegacias regionais. No Brasil, existe essa situação também, e V. Ex^a pode ter certeza de que a Presidência e a Diretoria do Banco Central, se aprovada a nossa indicação, darão toda a atenção aos desenvolvimentos do resto do País, até porque Brasília é apenas uma parte, uma parte importante do País, mas representa um percentual baixo deste País enorme, que é o Brasil.

Finalmente, V. Ex^a me dirigiu uma pergunta sobre bancos estrangeiros no Brasil, e a política do Banco Central com bancos estrangeiros tem sido a de tratá-los como uma instituição financeira qualquer, ou seja, eles têm que respeitar todas as exigências do nosso regime, do nosso sistema, e eu não vejo como ser diferente; não há por que privilegiar um banco estrangeiro, e a atuação do Banco Central sob nossa orientação, se aprovado, será de prosseguir nessa linha.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, eu abro mão da réplica em função de ter extrapolado meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Os companheiros lhe agradecem.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, já são decorridas quatro horas desta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e eu observo que, muito mais do que indagações ao candidato à Presidência do Banco Central, questiona-se a ética da nomeação de S. Senhoria.

A pergunta é muito simples, a meu ver: o Sr. Armínio Fraga tem condições pessoais, por competência, honradez pessoal, para exercer o cargo? Sim ou não? O fato de ter exercido uma função numa entidade internacional, a meu ver, importa pouco, muito pouco. Fala-se muito em quarentena, e ouço dizer que o Governador Itamar Franco é o precursor de uma medida, que até agora não foi adotada, de uma quarentena para a nomeação dos diretores do Banco Central. Não foi S. Ex^a; eu, na verdade, modéstia à parte, fui o precursor disso. Antes de S. Ex^a, apresentei um projeto no Senado Federal, propondo que os Diretores do Banco Central observassem, guardassem uma quarentena correspondente ao dobro do tempo em que eles passaram na diretoria do Banco Central. E o que fez o Senado? Pura e simplesmente rejeitou o projeto, ou seja, isso não é relevante, ou não era relevante àquela época para o Senado da República.

Sr. Presidente, o Sr. George Soros é mais mencionado aqui do que o próprio Armínio Fraga. Até há um livro, exibido por um eminente Senador da República, de autoria do Sr. George Soros, mas quero lembrar que há um artigo de ontem, publicado na imprensa internacional, em que ele manifesta muita preocupação com a economia mundial e propõe até a criação de um banco central internacional para socorrer os países em dificuldades, emprestando recursos a juros quase inexistentes, pelo tempo que for necessário, para socorrer as economias. E usa algumas expressões interessantes, pondo em dúvida a economia globalizada. Diz aqui: "O sistema capitalista global se desintegrará se não houver uma providência dessa maneira". E termina o seu artigo com uma advertência muito séria, propondo que todas as Nações, políticos, governantes, se juntem para a criação desse banco internacional, a fim de socorrer as economias em crise. Diz ele: "Para que uma reforma constitutiva ocorra, será preciso que governos, parlamentos e participantes do mercado reconheçam que todos eles têm interesse direto na sobrevivência do sistema e que esse interesse é muito mais valioso do que qualquer ganho de curto prazo que eles obteriam com a exploração de falhas do atual sistema desregulado". E conclui: "A questão é saber se esta mudança de mentalidade ocorrerá antes ou depois da derrocada do sistema capitalista." Portanto, o Sr. George Soros, de quem tanto se fala, tem também graves preocupações com o sistema capitalista.

Eu não desejo fazer perguntas, Sr. Presidente, até em homenagem ao tempo decorrido: são 13 ho-

ras, e não votamos sequer o primeiro nome dos seis que serão submetidos a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, Sr. Armínio Fraga, levamos cerca de 70% do tempo discutindo o acessório, quando o principal, que é a questão do câmbio, dos juros, da dívida, deveria ser objeto da nossa principal preocupação. Achei muito tímida a ponderação do Sr. Armínio Fraga a respeito da questão dos juros, que é um dos flagelos do Brasil. Quando líder estudantil, na década de 60, participei de uma campanha das reformas de base, e uma das reformas era a questão dos juros, a reforma bancária. Naquela época, cobravam-se juros de 2% ao mês no Brasil; hoje, cobram-se 8% ou 10%, e o País, ao invés de melhorar sua situação, piora gradativamente.

V. Ex^a disse que pretende, no segundo semestre, retornar os juros aos patamares anteriores, quer dizer, a quase 30% ao ano, o que considero ainda muito nocivo para o nosso País. Eu esperava uma atitude mais robusta de V. Ex^a com relação à questão dos juros. O Brasil não vai conseguir se desenvolver suficientemente enquanto estiver com taxas de juros no patamar anterior. Sobre isso eu gostaria de ouvir uma explicação mais ampliada a respeito da questão dos juros.

Outro ponto que pretendo levantar aqui rapidamente, Sr. Armínio Fraga Neto: sou membro da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional e já fui Relator-Geral do Orçamento da União. Em 1996, no ano que cheguei aqui, o Governo gastou R\$46 bilhões com o serviço da dívida. Em 1997, mais R\$46 bilhões. Em 1998, R\$69,4 bilhões. Este ano, estão previstos R\$70 bilhões para o serviço da dívida. O Senador Eduardo Suplicy colocou muito bem que esse valor supera a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI – e realmente supera.

O Presidente do meu Partido, Senador Jader Barbalho, num discurso muito feliz na tribuna do Senado ontem, pede que seja estabelecido um novo perfil para esta dívida e que esta questão seja superada para o bem do País, que se encontre uma solução urgentemente. Eu até apartei S. Ex^a, pedindo que liderasse os outros Partidos e, fora do Parlamento, outras entidades, para que façamos uma cruzada nacional com relação à questão da dívida interna, que nos sufoca, que tira qualquer possibilidade de o País fazer investimentos, principalmente na área social. Vemos diminuirem os recursos da área

social, da merenda escolar, da habitação, da cesta básica. Enquanto cortamos recursos dessas áreas fundamentais, os recursos para pagamento do serviço da dívida aumentam.

Gostaria de ouvir o Sr. Armínio Fraga sobre isso. Considero-me satisfeito; as explicações foram suficientes. Só uma informação ainda: ouvi de um Senador que o grupo a que V. S^a pertencia no exterior teve lucros, foi responsável pela situação da Tailândia; mas, se não me engano, eu li na imprensa que o grupo perdeu dinheiro naquele país. Eu gostaria que V. S^a confirmasse se ganhou ou se perdeu. Então, objetivamente, Sr. Armínio Fraga, gostaria que me respondesse estes dois pontos: a questão dos juros e a questão da nossa dívida interna.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado, Senador Carlos Bezerra.

Com relação à questão dos juros, eu não me recordo de ter dito que eles iriam retornar ao patamar anterior.

O SR. CARLOS BEZERRA – No segundo semestre, V. Ex^a afirmou.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Não. Em relação ao segundo semestre, eu disse que esperava já uma retomada, uma recuperação da economia. Mas afirmei sim – e gostaria então de tentar responder à pergunta de V. Ex^a – que, de fato, vejo espaço, hoje, para que a taxa de juros real caia no futuro. E vejo isso por duas razões muito simples – que são, a meu ver, a origem da taxa de juros elevada que tínhamos em um passado recente: em primeiro lugar, a situação do déficit público, que está sendo saneada e, em segundo, as pressões oriundas do balanço de pagamentos da taxa de câmbio, que faziam com que os investidores em geral, brasileiros e estrangeiros, incorporassem um prêmio de risco às taxas de juros no Brasil, oriundo (esse prêmio) do medo de uma desvalorização.

Esses dois fatores vão desaparecer, por um lado, com a produção de um superávit primário; a trajetória da nossa dívida deve começar a se reverter e a cair e, sem o medo de uma desvalorização, a necessidade de um prêmio de risco também desaparece.

A meu ver, essa é a solução para a situação da dívida interna, é tentar criar condições para que o País entre em um círculo virtuoso, e não vicioso, o que era, de fato, uma situação insustentável. Esse é o desafio, esse é o projeto. V. Ex^a colocou a questão com muita clareza, e dou, então, essa resposta.

V. Ex^a mencionou a Tailândia. Como eu disse antes, não posso comentar sobre coisas específicas; mas, no caso da Tailândia e da Indonésia, é público – o Sr. Soros tomou a decisão de falar – que houve, de fato, um ganho com relação à Tailândia e uma perda das suas operações no caso da Indonésia. Provavelmente, no contexto do balanço asiático, não houve ganho. A meu ver, isso é algo que não tem as implicações macroeconômicas que são, às vezes, atribuídas à atuação do grupo. Como eu disse há pouco, o mercado internacional é muito maior do que qualquer especulador individual ou qualquer grupo de especuladores ou investidores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulto o Senador...

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, só um minuto. É em relação à dívida. Temo pelo prazo. Veja bem, em novembro, a dívida era de 378 bilhões. Para este trimestre, deve ficar em 423 bilhões. São 45 bilhões a mais de novembro para este trimestre. Não sei se o Brasil, com essa política que V. S^a apontou, vai conseguir superar a dificuldade. Acho impossível, e gostaria que V. S^a me explicasse melhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra V. S^a.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Vai superar sim, e a conta tem que ser feita na ponta do lápis.

A intenção que tenho, se aprovado por esta Casa, é justamente procurar apresentar esses dados, fazendo uma análise detalhada do tamanho da dívida, do custo da dívida, do superávit primário, etc.

Concordo com V. Ex^a, essa informação é crucial, e faz parte do projeto de reverter esse quadro, que hoje é dramático.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Este momento que vive o Senado é uma das suas principais competências e atribuições.

Para algumas autoridades públicas deste País, existe o chamado espaço público. O mundo não é só mercado. Existem algumas autoridades que devem, para sua designação, preencher alguns requisitos. Não se tratam de pressupostos. Para o serviço público, um pressuposto é a honorabilidade, a honestidade, o caráter pessoal. Alguns, aqui, confundem o processo de sabatina e o cumprimento desses requisitos constitucionais.

A recepção, que V. S^a conhece bem, da lei que criou o Banco Central determina que, para a sua di-

reção, em todos os cargos, exija-se da pessoa indicada – e, portanto, não pode V. S^a ficar agastado por estarmos discutindo essa questão pessoal de reputação – uma reputação ilibada, que não se confunde com honradez ou honorabilidade. Estamos assistindo, aqui, exatamente à discussão da relação pública que V. S^a tem com especuladores e com quem participa desse mercado financeiro, tal como ele se realiza, o qual, na concepção e no conceito do próprio Presidente da República do Brasil, que o indica para o Banco Central, é uma atividade de cassino, de jogo, de especulação, e que agrediu a nossa moeda numa sexta-feira, 29 de janeiro. V. S^a, naquele exato momento, era funcionário de um fundo de investimento que, não se tem certeza – e V. S^a não assume compromisso com isso –, pode ter agido contra a moeda brasileira por meio dos títulos que são negociados nesse mercado.

Esta é uma discussão de reputação, não de honradez pessoal – até por que, se fosse assim, não seria sabatina no Senado, mas uma discussão no campo da honestidade e honradez –, para se ter uma relação civilizada no cumprimento de uma competência constitucional. Portanto, não fique agastado por questões pessoais. Não se trata da pessoa Armínio Fraga, mas do investidor Armínio Fraga, indicado para a Presidência do Banco Central. Esta foi uma discussão que fiz no Plenário. Não foi reconhecido o conceito subjetivo, mas estamos vendo que é muito objetiva essa relação. Ela traz para o País a grave preocupação de uma promiscuidade que se instala no Banco Central de há muito, a qual os indicados por V. S^a, homens vindos do mercado, iriam aprofundar e enfatizar.

Existe setor público e V. S^a reconhece que alguns homens ligados ao setor público do mundo financeiro foram, inclusive, alunos no curso que deu na Universidade de Columbia. Existe o público, que tem conflitos com o privado, do contrário não precisaríamos estar aqui discutindo, chamaríamos qualquer banqueiro que conhecesse bem o assunto. Era esta a questão que queria colocar, para não restar dúvida do papel que estamos exercendo e para que alguns Senadores não se constranjam imaginando que aqui se tratam de agressões pessoais. Não, estamos exercendo uma função constitucional.

Não o considero com reputação ilibada para ser Presidente do Banco Central. Pode tê-la para exercer qualquer outra função pública, pois tem a honradez e pode ter até o conhecimento – não sei, porque é muito evasivo. Uma autoridade do Banco Central não pode se evadir da discussão sobre qual

será o futuro do sistema financeiro público brasileiro. Não se trata, meramente, de uma decisão do Ministro, nem do Presidente da República, mas de toda uma equipe. O Banco Central tem que participar dessa discussão e V. S^a deve ter uma posição quanto a isso, da mesma forma que deve ter uma posição em relação à política de dolarização ou não. Não pode responder com um advérbio de tempo. Ainda não é o momento de se discutir isso, como declarou quando foi pela imprensa questionado sobre a posição do Sr. Francisco Gros, que foi Presidente do Banco Central quando V. S^a foi Diretor, durante o Governo Collor. Não pode haver evasiva em relação a isso. Não estamos aqui designando para uma questão menor. Trata-se do Banco Central desse País.

Gostaria apenas de lembrar que, quando se fala em especulação, na sexta-feira, dia 29 de janeiro, enquanto V. S^a estava nos Estados Unidos como funcionário de um fundo de investimento, aqui no Brasil prendiam um carregador de mala ao comprar dólar, porque estava agredindo a nossa moeda.

Este é um Brasil muito triste. Quem especula num mercado internacional pode ser contemplado com uma indicação para o Banco Central. Quem compra dólar no saguão do aeroporto do Galeão vai para a cadeia. Isso é uma questão de reputação. Vejo, particularmente, com muita preocupação, a questão da perda desses valores no Brasil: de não se ter um interesse público prevalecendo sobre o privado, a instituição Estado tendo um papel regulador do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – V. Ex^a teceu comentários e não fez perguntas. No entanto, cabe, da minha parte, fazer também algum comentário.

V. Ex^a disse que fugi de algumas perguntas e realmente me senti ofendido por isso, porque até agora atendi a todas as perguntas que foram feitas. Responderei a pergunta sobre o futuro do sistema financeiro público no Brasil. Entretanto, o farei da maneira que penso ser correta, que é a maneira que aprendi em casa: a de não prejulgar. Vejo aqui uma certa tendência ao pré-julgamento, a partir de rótulos que me parecem ser contrários a qualquer noção de justiça. Enfim, tento responder da melhor maneira possível.

No caso do futuro do sistema financeiro público do Brasil, acabou de ser criado um grupo – e mencionei isso – onde terei assento. Não me sinto, portanto, no direito de ter uma opinião, quando, em bre-

ve, terei a chance de fazer um trabalho profundo sobre o assunto, que poderá chegar a uma conclusão embasada, ao contrário de um palpite. Logo, não considero isso uma resposta evasiva. É um grupo que será formado, do qual o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o BNDES e outros participam.

Em um último comentário, ainda na linha do pré-julgamento e da condenação a partir de nem sei do quê, fiquei um pouco sentido não no que tem sido dito aqui a meu respeito, pois tenho tido a chance de responder, mas gostaria que V. Ex^a procurasse se informar a meu respeito. Acredito que V. Ex^a já tenha feito isso, tanto que tem-me dado um voto de honestidade. Entretanto, sentir-me-ia muito melhor – e respeito V. Ex^a de longa data – se realmente procurasse se aprofundar nisso, para ter a tranquilidade de que, de um jeito ou de outro, V. Ex^a está falando com uma pessoa de bem.

Fiquei um pouco triste, porque V. Ex^a se referiu aos Diretores que estão agora aqui indicados e presos a também passarem por uma arguição, na medida em que foi utilizada a palavra promiscuidade, que realmente ultrapassa os limites do razoável. Então, gostaria apenas de sair em defesa de cinco pessoas, que realmente tenho certeza de que darão ao País aquilo que merece: um trabalho competente e sério na Diretoria do Banco Central, num momento muito difícil. Apenas isso, e obrigado, em geral, pela abertura da colocação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Roberto Freire, tem V. Ex^a dois minutos para a réplica.

O SR. ROBERTO FREIRE – Muito rápido. Estamos aqui não para um julgamento judicial, mas para um exercício de uma competência, quando julgamos que V. S^a deve ser ou não Presidente do Banco Central. Vamos decidir isso. E aqui poderia haver – acredito que não é esse o posicionamento majoritário – um posicionamento majoritário, que não queira, na direção do Banco Central, alguém que defenda a posição de privatizar o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica.

É muito justo que o Senado procure saber se essa é a sua posição. Que o grupo que foi criado possa até tomar outra posição diferente da que V. S^a tenha, isso evidentemente é o processo que vai indicar. No entanto, é fundamental para o Senado saber qual a sua posição. É engano de V. S^a achar que não pode falar. Isso não é um problema ético, é um problema político, e V. S^a está sendo indicado para um cargo político, que tem aspectos técnicos, mas

de condução de uma política monetária, condução da nossa moeda.

A dolarização não é para se sair, com um adverbio de tempo, ou não se comprometer. Há um compromisso que V. S^a tem que assumir com o Senado e, para isso, tem que ter a abertura suficiente. E V. S^a tergiversou em várias delas, inclusive na discussão de como foi a sexta-feira, qual o prejuízo, se é possível o Banco Central indicar para o Senado.

Não pense que tem que haver limitações nisso. Não tem. Pode ter a limitação do secreto, mas é aqui, nesta Casa, que se tem que saber todas essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – (Faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO FREIRE – É nesse sentido que estou falando.

Confirmo que há uma promiscuidade, a ponto de toda a população brasileira, a sociedade, ter preocupações de saber se o Banco Central, nessas crises, concedeu informação privilegiada. Não quero discutir isso. Não tenho nenhuma prova, até porque, se tivesse – já disse e repeti –, não estaria aqui na sabatina; seria um outro tipo de depoimento.

Isso é a reputação que estamos querendo discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – (Faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO FREIRE – Essa íntima relação do setor privado no Banco Central; entra e sai. Entra sem ser e sai depois, para o mundo financeiro, com grandes credenciais de **top ten** e, rapidamente, afirmam-se no mercado. Evidentemente que essa relação... e não estou falando do ponto de vista pessoal, não citei nenhum nome, mas há um interesse público que tem que ser preservado. Essa é a nossa função.

Creio que, nessa direção do Banco Central, o que menos está valendo é o interesse público. Vale o interesse do mercado.

Quero dizer que a minha posição é contrária a essa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Só para terminar, acredito que estamos discutindo assuntos políticos, assuntos de opinião, e gostaria de discordar de V. Ex^a, humildemente, no sentido de que o Banco Central não pode ter uma atuação política. O Banco Central precisa, para o bem da sociedade, ter uma atuação técnica. O Banco Central não é o Orçamento, onde se discute a alocação dos recursos públi-

cos. O Banco Central tem que ser o guardião da moeda nacional. Basicamente, uma questão lógica.

Não sou político. Sinto-me numa posição aca- nhada diante da eloquência de V. Ex^a, mas tenho muita confiança nisso.

Quanto às perguntas feitas por V. Ex^a, volto a repetir o que disse antes: acredito, com toda a confiança de quem estuda esse assunto há muitos anos, que o sistema apropriado para o Brasil é um sistema de taxa de câmbio flutuante, com a manutenção do real. Já falei isso várias vezes e falo quantas vezes for necessário.

Quanto à questão do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, realmente, tomar uma decisão ou emitir uma opinião com base em palpites, intuições, não é um papel de um técnico. Respeito o grupo que está sendo formado e entro nesse grupo com a cabeça aberta, limpa, de quem quer avaliar a situação para tomar a decisão correta para o Brasil e não uma decisão ideológica baseada em princípios A ou B. A posição é técnica, e V. Ex^a pode ter certeza de que essa será a direção em geral que assumirei, se aprovado por esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente do Senado Federal, Dr. Armínio Fraga, quero inicialmente referir-me à questão aqui levantada pelo Senador José Eduardo Dutra, do PT, de que não se trata realmente de uma questão de crer ou não crer.

Com relação à questão da reputação ilibada, da honradez de V. Ex^a, não se consegue, embora se combatam os especuladores, a não ser especular contra isso, porque nada de concreto é apresentado no sentido de diminuir o seu conceito.

Gostaria de fazer algumas perguntas a V. S^a. O jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 24 de fevereiro, à página 21, publicou que o Banco Central estaria supostamente negociando com o Fundo Monetário Internacional um sistema de intervenções no câmbio. O senhor teria conhecimento dessas negociações? Os acordos assinados recentemente com o Fundo Monetário Internacional limitam de alguma maneira as atuações do Banco Central no mercado de câmbio?

Há outra questão que eu gostaria de perguntar a V. S^a. As reservas internacionais brasileiras estão diminuindo desde o segundo semestre do ano passado. A persistir essa tendência, minha pergunta é a seguinte: para quando o Governo brasileiro espera

uma reversão da tendência de queda das reservas internacionais?

Quero encerrar as minhas perguntas, baseando-me em duas afirmações feitas por V. S^a. Em uma delas, V. S^a disse que a queda dos juros está ligada à produção de um conjunto de medidas econômicas. Que medidas seriam essas? Que medidas estão faltando? E para quando essas medidas estão previstas? V. S^a disse também que a política cambial está contribuindo para o Brasil exportar mais. Mas é evidente que a política de juros está contribuindo para que o Brasil produza menos e, consequentemente, tenha dificuldade em exportar mais. Com relação à questão da recuperação da credibilidade, ligando-a com a política de juros altos, não é também uma sinalização para o mercado internacional de que quanto mais altos estiverem os juros em nosso País até nós mesmos estamos duvidando da nossa capacidade de recuperar tal credibilidade?

Essas seriam as perguntas que teria a fazer a V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado pelas perguntas.

Começando pela questão do Banco Central, sua atuação no mercado de câmbio e o uso de reservas, etc, devo dizer que o acordo com o Fundo e a política do Governo nessa área são assuntos que ainda não são públicos e, em parte, não estão ainda portanto, na linha do que me é permissível abordar aqui. Seria uma informação privilegiada que eu não posso dividir aqui com a platéia, até porque parte da questão ainda está sendo equacionada.

A pergunta de V. Ex^a fala também sobre queda das reservas e dos juros. A queda das reservas é um sinal da situação em que vivemos. Num período recente, a queda tem sido limitada, uma vez que se tem uma taxa de câmbio flutuante, e a intervenção do Banco Central tem sido de pequena monta. Acredito que esse quadro de reservas se reverterá, na medida em que o programa for implantado, não necessariamente através de um crescimento das reservas, mas, sim, através de outros sinais, na medida em que, de novo, com o câmbio flutuante, as reservas não oscilam tanto.

O que gostaríamos de ver num programa bem-sucedido é justamente o que V. Ex^a mencionou, que é a queda dos juros feita com o tom positivo de uma economia saudável, com sua situação fiscal saneada. Esse é o projeto, não necessariamente no regime de câmbio flutuante. A decodificação desse su-

cesso virá pelo aumento das reservas, mas, a meu ver, numa situação de sucesso, o mais importante é que se permita, de maneira responsável, a queda da taxa de juros, que evidentemente é algo desejado por todos. Isso já foi mencionado aqui, e estarei aberto à discussão, se essa resposta não for satisfatória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem V. Ex^a dois minutos para a réplica, se assim o desejar.

O SR. ANTERO DE BARROS – Não, Sr. Presidente; abro mão da réplica e estou convencido da necessidade da aprovação do Presidente Armínio Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra; Dr. Armínio Fraga, Srs. Senadores, para abreviar o andamento da reunião, procuro ser objetivo.

Em primeiro lugar, quero elogiar o espírito democrático com que o Presidente desta Comissão está dirigindo os trabalhos. Conforme depoimento prestado nesta Comissão, no dia 26 de janeiro, pelo "ex-quase" Presidente do Banco Central, Sr. Francisco Lopes, os economistas dizem que há dois regimes cambiais, que podem ser sustentados permanentemente de ataques especulativos, de crises externas e de contágios financeiros. De um lado, a flutuação cambial, com inequívoca confirmação da sua sustentabilidade; segundo palavras do Sr. Francisco Lopes; de outro lado, o **currency board**, o qual – acredita-se – é sustentável, mas observa-se que se trata de um regime muito raro, com aplicação na Argentina e em Hong Kong. Na Argentina, por exemplo, adotou-se o chamado Plano Bonex, em 1989, que terminou no confisco dos depósitos bancários, assunto esse que volta a ser ventilado no Brasil, por insistentes comentários na imprensa especializada. Lógico que não esperamos que isso aconteça, mas pergunto a V. S^a: como no Brasil o imponderável sempre acontece, e tendo em vista que a Argentina, além de ser um país da América Latina, tem laços econômicos profundos com o Brasil, agora reforçados pelo Mercosul, e considerando as atuais condições do nosso País, há alguma possibilidade de os formuladores da política monetária e econômica vi-

rem a adotar, como solução interna e para o abrandamento da crise dos nossos vizinhos, o chamado **currency board**? Não sendo essa a diretriz preferencial, o regime de flutuação é irreversível, é "imexível"? Conforme divulgado pela imprensa, pensa-se em escolher aleatoriamente a chamada flutuação suja ou podre, ou ainda há possibilidade de se restaurar o famigerado sistema de bandas?

Segundo: no ano passado, em abril de 1998, tínhamos reservas que somavam US\$74 bilhões. Os economistas especializados no assunto achavam que era o momento propício para a adoção de um novo regime no Brasil. O regime da flutuação cambial poderia ter sido aplicado naquela época. Em face disso, nós não teríamos perdido mais de US\$40 bilhões, como perdemos, com o recrudescimento da crise.

Então, faço uma pergunta a V. S^a, que, à época, estava do outro lado da banca, nos Estados Unidos, servindo à sua empresa, aliás, com muita competência e desenvoltura. Como brasileiro e amigo do Ministro Malan, ocorreu-lhe, em algum momento, naquele período, sentimento de civismo nacional para avisar, sugerir ou aconselhar o Ministro Malan de que era a hora e a vez de tocar na política monetária e não deixar que os nossos dólares fossem subtraídos de um momento para o outro, como aconteceu?

E, afinal, a última pergunta, Dr. Armínio Fraga: o Sr. Jeffrey Sachs, em artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, em 19 de janeiro do corrente ano, afirmou que "o histórico do FMI se conserva perfeito: cinco grandes pacotes de socorro desde meados de 1997 e cinco grandes fracassos. O último trem a descarilar foi o Brasil" – palavras do Sr. Jeffrey Sachs, conhecidíssimo de V. S^a.

O articulista sugere que tudo isso poderia ter sido evitado e disse que "os três engenheiros que conduziam a política econômica brasileira (o Governo local, o FMI e as autoridades dos Estados Unidos) foram descuidados. Enquanto o FMI, em particular, não for convocado a assumir a responsabilidade por seus erros, todo mundo corre o risco de sofrer choques financeiros."

O receituário do FMI produz um remédio amargo, onde predomina o desemprego...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Antônio Carlos Valadares, permita-me interrompê-lo. Faltou-me a campainha, mas V. Ex^a já ultrapassou o tempo que lhe é destinado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Já estou no término da minha intervenção.

O receituário do FMI produz um remédio amargo, onde predomina o desemprego, a falência das empresas e, no caso do Brasil, o fantasma da inflação, agravando a pobreza, com restrições para a políticas sociais. Aqui, o Senador Carlos Bezerra citou o caso da cesta básica e da merenda escolar, que estão sendo subtraídas do nosso Orçamento graças à imposição do FMI.

Falar em moratória hoje, no Brasil, é um perigo, porque alguém pode ser considerado um traidor, um Joaquim Silvério dos Reis. Mas não vamos considerar que, por exemplo, um economista consagrado e da maior respeitabilidade como Celso Furtado não possa falar sobre moratória. Ele foi Ministro de dois Governos, de Goulart e de Sarney, e ele diz: "a fatura que o Brasil tem que pagar este ano é de US\$60 bilhões. O Brasil caminha para uma moratória e não tem de onde tirar esse dinheiro. O Brasil pode chegar a uma situação em que a moratória não seria o pior dos males..."

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Antônio Carlos Valadares, peço a colaboração de V. Ex^a em relação...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Antes de mais nada, devo dizer que sou contra a moratória e que penso que o Brasil deve cumprir os seus compromissos internacionais. Mas podemos chegar ao ponto de não termos de onde tirar, pois já tirou dos aposentados e dos pensionistas e não há mais como sugar o sangue do povo. Se chegarmos a uma situação irreversível, V. S^a defenderia a moratória?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra, o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Obrigado por me dar a chance de responder a essa última pergunta. Desta vez, vou contrariar a minha regra e responder à última pergunta antes.

A resposta é "não". Não acredito em soluções mágicas. O Brasil, no passado, já tentou curas milagrosas: congelamentos, seqüestros e controles. Mas a solução não veio. O resultado foi uma **performance** medíocre. Portanto, é uma ilusão pensar que existe uma solução que caminhe por esse campo.

V. Ex^a falou mais uma vez da caixa de conversão, do **currency board**. Repito o que disse antes: acredito que, do ponto de vista técnico, não há dúvida de que a flutuação é um bom regime e – vou além – é um regime adequado para o Brasil.

Não tive a oportunidade de ler o artigo do Professor Sachs ao qual V. Ex^a se refere. Mencionei, há algumas horas, que, de fato, a discussão a respeito

da atuação do FMI e de seu papel é muito rica. Tenho esperanças de que venham aprimoramentos que possam beneficiar países como o Brasil, mas não tive acesso à leitura. Posso dizer que o Professor Sachs tem sido um crítico implacável do FMI, e, portanto, alguém que já tem um histórico nessa área. Entretanto, sem a leitura do artigo não posso comentar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares por dois minutos. Queria dizer aos Srs. Senadores que agora chegamos à metade da lista dos inscritos e são decorridas quase quatro horas e meia de reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sobre a moratória, o Sr. Armínio Fraga foi taxativo. Ele é contra a moratória e esclareceu a sua posição. Quanto ao artigo escrito pelo Dr. Sachs, V. S^a foi evasivo e não respondeu à pergunta que fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Mas ele não leu o artigo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Não leu? Mas li uma parte do artigo e lhe disse o principal. Ou V. S^a não está acreditando? Mandarei uma cópia desse artigo para informá-lo melhor da posição de seus colegas.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – V. S^a não respondeu a pergunta que fiz.

Uma outra pergunta: como amigo do peito do Ministro Pedro Malan, V. S^a não teve nenhuma oportunidade, ao tomar um cafezinho nos Estados Unidos, de dizer-lhe para tomar uma providência imediata, senão o Brasil perde US\$ 74 bilhões? V. S^a não respondeu a essa pergunta. Nesse caso, não foi evasivo, e, sim, omisso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – O tempo de V. Ex^a está esgotado. Peço-lhe a colaboração. Com a palavra o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Não tive essa chance, até porque as condições foram esclarecendo-se em um período mais recente.

Há seis ou oito meses, assisti a uma apresentação do Governo brasileiro e percebi que a determinação das autoridades era de seguir com a política que parecia adequada no momento. A minha opinião ficou para mim mesmo naquela história.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Foi antes das eleições.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, Sr. Armínio Fraga, primeiro quero justificar o meu atrevimento em fazer perguntas sobre matéria notoriamente ligada aos assuntos da economia – não é essa a minha arena. No entanto, a lei que indica V. S^a para o cargo me dá essa possibilidade, e o Senador Roberto Freire me ajudou. Os questionamentos que estão aqui sendo feitos, do ponto de vista ético, fazem parte deste rito para indicação de V. S^a.

O art. 1º do Decreto nº 9.961, de 19 de novembro de 1985, trata da obrigatoriedade e diz que a arquição de V. S^a tem dois aspectos: o notório saber e a reputação ilibada. Quanto ao notório saber, parece-me que é notório o saber de V. S^a. Ainda bem que o segundo nos remete a um campo que vai questionar o saber: a ética. O saber em si não é bom, nem mau. O saber em si é uma dádiva de Deus. Quando colocamos nosso saber à disposição de uma determinada atividade, é que nós o qualificamos. Aí vem a resposta ética. E é por isso que está correta a lei em nos dar a possibilidade de fazer questionamentos éticos.

Vou economizar na pergunta, mas apelo ao Presidente da Mesa para que o meu tempo seja colocado para tréplica. Pergunto rapidamente a V. S^a, com base no aspecto da ética: o homem não é tipificado apenas como homem, ele tem vários adjetivos. Na história da humanidade, ele passou pelo conceito de **homo habilis**, evoluiu para **homo sapiens** e nós vivemos culturalmente o processo do **homo eticus**. É a V. S^a, um homem ético, que pergunto: o **homo eticus** tem duas éticas ou apenas uma ética?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senadora Marina Silva, por me dar a chance de abordar um assunto da maior importância.

A ética é uma só. Não existem duas éticas. Não existem dois pesos. Não existem duas medidas. A ética, no meu modo de ver, só pode ser a ética da correção, aquela que se aprende em casa, cedo, nas menores coisas e que se aplica tanto à atividade do setor privado, quanto do setor público. Imagino que V. Ex^a já esperava essa resposta. Então, vamos à tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Espero ter meu tempo economizado.

V. S^a colocou que o homem tem apenas uma ética. É exatamente partindo desse ponto de vista que questiono a indicação de V. S^a para esse cargo.

Se o homem tem apenas uma ética, existe a ética do interesse público e a ética do interesse privado.

Na instituição Banco Central, V. S^a submeterá suas ações à ética que referencia o mercado, que referencia as operações financeiras do antigo grupo ao qual V. S^a pertencia ou à ética do Banco Central, instituição pública? Se há apenas uma ética, apelarei, Dr. Armínio Fraga, para a Lei do Talião tanto quanto V. S^a. Apenas um peso, apenas uma medida. V. S^a usou de dois pesos e duas medidas quando o Senador Eduardo Suplicy lhe perguntou se V. S^a estaria disposto a trazer a público as operações que o Dr. Krugman afirmou que V. S^a teria feito de forma privilegiada. O Professor Krugman disse que até ele se disporia a trazer as informações a público para salvar a reputação de V. S^a, o Dr. Soros, aliás, o expatriado de V. S^a. No entanto, V. S^a, respondendo ao Senador Eduardo Suplicy, disse que não faria isso porque não era da prática desse tipo de instituição trazer a público esse tipo de informação, em acordo com o que disse o Sr. Soros na entrevista que concedeu, quando afirmou o seguinte – peço a alguém que leia porque tenho um problema visual e a letra não foi aumentada para que eu lesse. Eu pediria a alguém que enxergasse melhor as letras que estão aqui. O que ele disse? Disse algo que é muito semelhante ao que V. Ex^a respondeu.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Com a sua permissão, Sr. Presidente, disse George Soros, na entrevista ao jornal **O Estado**, ao responder à seguinte pergunta: "O senhor investiu em papéis brasileiros? Soros: Nós não divulgamos nossas atividades de investimento, porque há muitos rumores falsos. E esse foi um deles. Se respondêssemos com fatos a cada rumor, teríamos de divulgar nossa carteira de investimentos constantemente. Por isso, não divulgamos. Mas quero dizer que, se Krugman não tivesse retirado sua declaração, eu teria aberto uma exceção e autorizado Armínio a divulgar nossas operações nos dias que precederam sua nomeação, para remover qualquer sombra de suspeita".

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Armínio Fraga, concluindo, reitero a minha afirmação, ou seja, do ponto de vista ético, V. S^a está sendo contraditório no que diz respeito à afirmação que me fez de que há apenas uma ética. Para que seja comprovada a afirmação feita pelo Sr. Treacher – ele é também um convedor das operações de mercado, não é apenas um operadorzinho, ele mesmo se diz um dos maiores operadores dos mercados europeus –, de que V. S^a tem apenas uma ética, como acaba de dizer, será preciso que sejam trazidas a público essas

informações. Graças a Deus, o Sr. Soros concorda em trazê-las para salvar a reputação de V. S^a.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra, para tréplica, o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – V. Ex^a vai perdoar-me, mas discordo do que foi dito, pois a ética é uma só. As decisões são tomadas de acordo com a ética, quaisquer que sejam as circunstâncias. Esse é o comportamento que norteia a minha vida e continuará a ser, no caso. O resto é especulação. Como V. Ex^a está vendo, nem só no mercado financeiro se especula. Mas o fato é o que estou aqui apresentando a V. Ex^a. Tenho absoluta convicção de que o futuro me dará razão. Isso me deixa com a consciência tranquila para, se aprovado por esta Casa, assumir o desafio que agora se apresenta à minha frente.

Um último comentário: não terei a menor dúvida, na Presidência do Banco Central, se aprovado por esta Casa, em investigar quaisquer denúncias embasadas que sejam apresentadas à nossa instituição. Quero deixar isso claro. Não importa quem esteja do outro lado. Se for uma denúncia embasada, nós vamos correr atrás. Essa é uma promessa que posso fazer aqui, sem o menor constrangimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente, Fernando Bezerra; Sr. Presidente do Banco Central, no mês de junho do ano passado, o Governo brasileiro anunciou o plano de safra agrícola deste ano, estabelecendo valores para o crédito rural em torno de R\$10,5 bilhões. Todavia, lá pelo mês de agosto ou setembro, começou a fuga de capitais do Brasil. Estavam inseridos nestes R\$10,5 bilhões destinados ao custeio da agricultura R\$3 bilhões vindos de empréstimo externo através da Resolução 63 do Banco Central. Com a fuga de recursos estrangeiros do Brasil, nós ficamos sem a devida alocação de recursos para o crédito rural. Fomos buscar, conforme promessa do Governo, recursos de outras fontes. Esta Casa lutou muito por isso. Até mesmo o Presidente Antonio Carlos Magalhães entrou nesse trabalho, para que o Governo Federal tivesse condições de conseguir outra fonte de recursos para substituir aquela que se evadiu do Brasil.

Pois bem, Sr. Presidente do Banco Central, uma saída seria a elevação momentânea da exigibilidade bancária de 25%, conforme a obrigação de

aplicação do crédito rural, para 30%. Esse dinheiro fica retido no Banco Central. Outro dinheiro representaria... e a agricultura estava exigindo R\$1 bilhão a mais. Com esse acréscimo, Sr. Presidente, a agricultura do Brasil seria muito mais irrigada com recurso, e aproveitariam essa safra, em que a natureza nos dá a possibilidade de correr tudo bem, produziríamos muito mais que 83 milhões de toneladas de grãos. A agricultura geraria mais emprego, mais renda e traria maior progresso para os municípios, para os estados e para a União.

Entretanto, Sr. Presidente, o Banco Central não concordou com o aumento da exigibilidade bancária, exatamente porque R\$1 bilhão prejudicariam a inflação no Brasil com a expansão monetária.

Sr. Presidente, eu gostaria de saber se V. S^a concorda com a idéia de que R\$1 bilhão poderiam ser multiplicados em produção, em emprego, em geração de renda. Não seria melhor aumentar a exigibilidade bancária e conceder esse recurso para a agricultura brasileira?

Gostaria de fazer justiça, por intervenção do Congresso Nacional, sobretudo desta Casa, houve a alimentação com um pouco mais de recurso, mas faltou dinheiro para a agricultura brasileira num momento muito interessante, quando exportaríamos mais, provocaríamos o desenvolvimento, sobretudo com ações sociais mais adequadas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Dr. Armínio Fraga, V. S^a tem a palavra.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Senador Jonas Pinheiro, agradeço a pergunta de V. Ex^a e aproveito para prestar a minha solidariedade a um setor tão importante para o nosso País e para o nosso balanço de pagamentos.

Não estou a par dos acontecimentos específicos a que V. Ex^a acaba de se reportar. Tenho certeza que a agricultura, no contexto de um orçamento e de uma política responsável, tem o seu lugar. Não tenho condições, neste momento, de dar uma resposta específica. Apenas digo que cabe ao Governo tomar uma decisão dentro das limitações que infelizmente hoje existem para o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulto V. Ex^a, Senador Jonas Pinheiro, se deseja fazer réplica.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente do Banco Central, levantei essa situação exatamente porque talvez tenhamos necessidade da compreensão de V. S^a nos anos agrícolas que se sucedem. Estamos trazendo essa situação exatamente porque

foi devido à atitude do Banco Central que deixamos de plantar mais no Brasil. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Estou aqui com o artigo do Professor Sachs e faço questão de encaminhá-lo ao Dr. Armínio, lamentando que S. S^a tenha deixado de responder uma pergunta porque o artigo fala mal do FMI. Isso não deixa o indicado pelo Presidente da República em boa situação, uma vez que quem vai votar não é o Dr. Sachs, sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Antonio Carlos Valadares, isso não é uma questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Estou no meu direito. S. S^a poderia ter tido a atenção de ter respondido a minha pergunta e não ter se recusado porque o artigo fala mal do FMI.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a poderá encaminhar por escrito sua questão de ordem à Mesa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, encaminho à Mesa o artigo, em atenção à Casa.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Em seguida. Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, Sr. Armínio Fraga, confesso que respeito a coragem do Presidente Fernando Henrique. Todos estamos tranquilos com relação à aprovação do seu nome neste Senado. Jamais imaginei que o ilustre Presidente Fernando Henrique indicaria uma pessoa como V. Ex^a. Tenho as suas melhores referências. Não tenho nada contra V. S^a. Segundo a Bíblia, há lugar, momento e circunstância para tudo. V. Ex^a ocupa uma posição excepcional. O maior e mais competente grupo de especulação do mundo escolheu V. Ex^a como seu braço direito. Isso é motivo de orgulho para nós. É bastante significativo que o grupo mais respeitado do mundo tenha escolhido para seu representante e um dos seus maiores coordenadores um nome como o de V. S^a. É uma vitória fantástica a sua.

No entanto, propor V. S^a para a presidência do Banco Central é um gesto de coragem de Fernando

Henrique Cardoso, nosso Presidente., e um gesto importante de V.S^a.

Eu já sabia por fonte fidéigna que V. S^a já estava decidido a vir para o Brasil em junho e que apenas antecipou sua vinda. Questionei, então, acerca dos motivos pelos quais um cidadão, talvez ganhando um altíssimo salário, viria receber um provento não tão baixo como o de um Senador, mas aproximado, para assumir o cargo de Presidente do Banco Central. Responderam-me que V. S^a cansou de ganhar dinheiro, e isso foi, de certa forma, confirmado aqui. Mas ainda podemos perguntar por quanto tempo, porque pode-se querer ganhar dinheiro de novo. Há pessoas que se cansam da ambição, mas que, depois, voltam a tê-la.

V. S^a cortou os laços com a equipe que trabalhava no exterior? V. S^a vem para o Banco Central com o intuito de promover mudanças? Inicialmente, V. S^a disse que nem sequer atuaria no setor econômico, mas que lecionaria na Universidade do Rio de Janeiro. Entretanto, aceitou ser o Presidente do Banco Central.

Estamos falando de futuro, e V. S^a, um guri de 42 anos, faz um brilhante trabalho. Com essa mocidade, vem pela segunda vez a uma sabatina e já passou por um cargo muito importante no exterior e ocupará outro no Brasil. V. S^a se prepara para ocupar uma posição significativa, mas pode dar errado. E aí seria dito: Até com ele deu errado! Com o homem que era o melhor de todos não deu certo. Que coisa. O Brasil não tem solução!. Mas, se V. S^a resolver o impasse, será manchete internacional. V. S^a veio para uma grande tarefa. O desafio é do Presidente Fernando Henrique, que o convidou, e de V. S^a, que aceitou o convite.

Não há como deixar de reconhecer que houve um equívoco sério. Gostaria, inclusive, que o Senador Antonio Carlos Magalhães explicasse como entrou na história do café da manhã, porque, se ele o fez, não há o que se esconder, porque S. Ex^a é um homem competente, sério e merece respeito. Mas por que motivo um megaespeculador como V. S^a viria jantar com o Presidente da República e com outras autoridades, numa quarta-feira, em meio a uma enorme crise, quando um Presidente do Banco Central, nomeado, não havia ainda assumido o cargo? Na minha opinião, V. S^a foi convidado para ser o Presidente do Banco Central. Não fizeram isso? Foi irresponsabilidade. Terminada aquela reunião, deveriam ter perguntado se V. S^a aceitava ser o Presidente do Banco Central. Seria normal que houvesse essa pergunta e que saisse a indicação de V. S^a,

que pediria demissão. V. Ex^a não tem culpa. Acredito na sua palavra. Não tenho por que duvidar. Mas foi incompetência recebê-lo em reunião antecipadamente. Pelo amor de Deus, numa época de crise em que está o Brasil, será que o Presidente da República, o Ministro da Fazenda e as autoridades econômicas ficaram discutindo com V. Ex^a coisas da sociedade americana, ou discutiram sobre a economia brasileira? Esse foi um equívoco sério.

Mas pergunto a V. Ex^a, primeiro: o seu rompimento com o mundo do lado de lá é definitivo? V. Ex^a está agora seguindo uma outra linha, assumindo o cargo de Presidente do Banco Central – se Deus quiser vai dar certo – ou vai entrar para uma nova realidade como Presidente do Banco Brasil, ou vai entrar na vida política como Senador pelo Rio de Janeiro? V. Ex^a pretende seguir essa outra linha? Ou, mais uma vez, acontecerá o fato: foi Diretor do Banco Central, voltou para a instituição como Presidente e depois volta para lá? Isso é muito importante. V. Ex^a está praticando algo inédito.

Considero-me um homem de bem, que ganha uma quantia muito ruim como Senador. Não sei se estivesse ganhando o que V. Ex^a está ganhando em Nova Iorque – trezentos, quatrocentos, quinhentos mil dólares –, se eu largaria para vir ganhar cinco mil. Para ser sincero, eu não sei até onde chegaria o meu patriotismo. Não sei por que nunca ganhei, mas não sei, se eu ganhasse... E diria para o meu amigo Presidente Fernando Henrique que eu estaria ganhando quinhentos mil dólares. O que é isso? V. Ex^a está praticando um gesto muito importante.

V. Ex^a, que é um jovem, talvez no meio desta reunião, esteja marcando uma posição muito importante. Talvez, daqui a alguns anos, eu tenha que dizer que V. Ex^a foi um homem extraordinário, fantástico e que tenhamos que tirar o chapéu para a sua pessoa, porque realmente largou as amarras do lado de lá, e o Brasil deve-lhe muito. Ou, então, a verdade durou pouco. Não foi como Saulo, no caminho de Damasco, que cortou um lado e foi para outro.

É muito importante o que V. Ex^a está vivendo aqui. Nós estamos vivendo uma situação inédita. Não me lembro de um megaespeculador ser convidado para ser Presidente do Banco Central. Coragem do Fernando Henrique, e eu tenho o Presidente da República como um homem de bem. Penso que ele fez uma jogada de tudo ou nada, achando que vai dar certo. Pensou em pegar o mais competente do lado de lá e colocar do lado de cá. Ele conhece aquela gente. Mas isso pode ter consequências imprevisíveis.

Tenho aqui uma declaração, uma entrevista feita pelo seu ex-companheiro de empresa, onde ele diz o seguinte: "Sou uma pessoa que, durante um certo período, se envolve em atividades amorais, e, no resto do tempo, tenta ser moral. O que acontece no mercado não faz a menor diferença. Não sinto culpa, pois estou engajado numa atividade amoral, que não pode gerar sentimento de culpa." Isso ele disse na **Globo News**, no sábado e no domingo. Tenho a fita no meu gabinete. Então, V. Ex^a conviveu nesse período todo com um homem amoral, que reconhece que a sua atividade é amoral e não tem nenhuma preocupação com as consequências dessa atividade, e fora disso tenta ser moral.

V. Ex^a rompeu com esse homem? Posso dizer que V. Ex^a veio, efetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a já ultrapassa os dez minutos, Senador Pedro Simon.

V. Ex^a tem mais um minuto.

O SR. PEDRO SIMON – V. Ex^a concordaria – e vou ser sincero, falo como amigo – em pegar a sua Declaração de Bens, daqui e dos Estados Unidos, e publicar, mandar para nós, para fechar a boca de alguns, que não sou eu, mas que convém sejam fechadas.

Felicto V. S^a. O próprio Presidente do Banco Central afirmou crer que a quarentena é importante. O apelo que faço ao Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, através de seu prestígio, é de que consiga que se vote na Câmara dos Deputados, com a urgência necessária, para que possamos votar aqui a quarentena. O próprio Presidente afirmou que é favorável, todos afirmaram ser favoráveis, mas, no entanto, não foi votada até agora. Com toda a sinceridade, entendo que isso é da maior importância.

Felicto V. S^a. No seu lugar não teria aceito o cargo, se fosse Presidente não o teria convidado. Trata-se de uma situação fantástica, de uma loteria em que o resultado pode ser de um ou um milhão. Podemos estar aqui diante de um fato histórico da vida brasileira. Se isso acontecer, V. S^a terá um caminho extraordinário. Na verdade, preocupo-me com o dia de amanhã, que está mais contra a economia brasileira do que contra a favor. De qualquer maneira, tenho convicção de que V. S^a possa levar adiante seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Tenho, hoje, foco absoluto na tarefa que, espero, possa-me ser dada. Pretendo dedicar-me de corpo e alma a esta.

Como mencionei antes, estava realmente a caminho do Rio de Janeiro. Pretendia voltar e abrir um novo mundo para nossa família, que incluiria a volta à universidade e também, como disse aqui, a abertura de um negócio. Trata-se, agora, de um plano que ficou absolutamente esquecido em minha mente. Pretendo, sem dúvida, inclusive porque é uma obrigação, apresentar minha declaração de bens ao Banco Central, conforme o manda o regulamento. Declaração de bens, em minha opinião, só existe uma: é declaração de bens, nem fora, nem dentro, mas total. Assim o farei de acordo com a regra.

Enfim, obrigado pela parte positiva do discurso de V. Ex^a.

Não hesitei ao receber o convite do Presidente da República e o fiz um pouco por minha natureza otimista e idealista. Creio que o desafio é duro, como comentou V. Ex^a, e que não temos tempo a perder. É preciso arregaçar as mangas e trabalhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Agradeço ao Senador Pedro Simon por ter aberto mão da réplica.

Com a palavra o Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do Senado, Dr. Armínio Fraga, em primeiro lugar, gostaria de fazer três rápidas considerações a respeito dos últimos pronunciamentos que ouvi e, afinal, de todo o debate.

Em primeiro lugar, creio estar muito claro e parece ser consensual, não só entre nós que fazemos vida pública, mas entre os estudiosos, que há uma só ética. É fundamental verificar-se, na análise de um nome que nos é submetido para o exercício de uma função pública, se houve um comportamento ético nas funções públicas ou privadas que exerceu. Não se trata aqui de analisar se um determinado cidadão brasileiro, vindo de uma atividade privada, pode ou não exercer uma atividade pública. Trata-se de analisar se seu comportamento sempre foi ético na atividade pública ou privada.

Sobre a questão de ganhos pessoais, que não está em discussão, é importante lembrar que há vários colegas, do Senado Federal e até presentes nesta sala, que abriram mão de altíssimos ganhos pessoais na direção de grandes grupos em função do desejo, do ideal que tinham de exercer um mandato público no Senado Federal, eventualmente, como disse o Senador Pedro Simon, num salário um

pouco menor que aquele que se ganha no Banco Central.

Por último, quero aqui, se me permite meu caro amigo Senador Pedro Simon, com quem estou aprendendo muito, de quem procuro a amizade, mas às vezes fico receoso, pois a primeira vez em que se colocou como amigo foi no episódio do Luiz Carlos Mendonça de Barros. Claro que naquele caso deu certo e espero que não aconteça outra vez.

Dr. Armínio Fraga, há uma questão que me parece fundamental na exposição de V. S^a em algumas respostas. V. S^a afirmou, em primeiro lugar, que é favorável à independência do Banco Central, que estaria ligada a metas preestabelecidas. No outro ponto V. S^a afirmou que se não fizer mais nada como Presidente do Banco Central, caso seja aprovada sua indicação, uma coisa lhe parece fundamental como objetivo de qualquer Banco Central, que é a defesa da moeda. No caso presente, em que não temos ainda uma legislação clara de independência do Banco Central e, portanto, a Presidência do Banco Central, embora necessária a aprovação por esta Casa, está hierarquicamente vinculada às autoridades econômicas. V. S^a acredita que há no Banco Central o arsenal, o instrumental necessário para que um Presidente do Banco Central possa efetivamente cumprir sua missão de defesa da moeda, mesmo não tendo sob sua decisão outros instrumentos de política econômica, por exemplo, no que diz respeito ao ajuste fiscal? Para lembrar mais um exemplo de V. S^a. Nesse caso, como deverá ser seu comportamento se colocado frente a esse dilema? O que me parece mais importante. Todos estamos aqui, concordemos ou não com sua indicação, trabalhando para que este País não volte a ter inflação. Para que saímos deste período de turbulência e voltemos a ter estabilidade econômica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador José Roberto Arruda, pela chance de abordar uma pergunta da maior importância.

Tenho certeza que a postura do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de seu Ministro da Fazenda, Pedro Malan, hoje é a postura correta de dar ao Banco Central objetivos claros e o espaço para trabalhar nessa direção.

Fiz, durante minha breve fala, a ressalva de que o Banco Central, para ter sucesso, precisa contar também com o apoio de outras políticas e agradeço ao Senador a chance de reforçar esse ponto. Acredito que a política do Banco Central será muito

mais eficaz acompanhada da atual trajetória de política fiscal proposta pelo Governo. Esse é um ponto muito importante, na medida em que a política econômica é uma política complexa que envolve inúmeras variáveis. Tenho certeza de que essa é uma meta de Governo e, portanto, vou a ela com tranquilidade.

Quanto ao ponto da independência, a história de outros países mostra que a independência vem e assume um papel fundamental após a conquista prática dela. Não é muito diferente no caso da economia e da política. Mas que, uma vez que esses objetivos sejam atingidos, a independência funciona como uma forma de defender as conquistas. Então, nesse sentido, cabe essa pequena colocação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, apelando a S. Ex^a para resumir o máximo possível seu tempo.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Srs. Presidentes, Dr. Armínio Fraga, eu gostaria de começar com uma concordância com V. S^a, quando disse que um dos seus objetivos é não permitir a volta da inflação.

Como V. S^a menospreza nossa inteligência e a inteligência do povo brasileiro ao negar que sabia que seria convidado para presidir o Banco Central, após um jantar com o Presidente da República e após um café com o Presidente do Congresso Nacional, eu me permito não acreditar em V. S^a. E não acredito por uma questão prática também. Duas outras razões me levam a votar no plenário do Senado contra a indicação de V. S^a – e queria chamar a atenção dos Srs. Senadores desta Casa, porque, mais uma vez, o Senado da República comete e acolhe um erro de uma decisão de política econômica adotada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

V. S^a disse duas coisas, durante a sua manifestação, que me fazem votar contra a sua indicação: disse que o viés restritivo deve ser mantido na política monetária. Em palavras claras, isso significa que V. S^a vai defender o controle monetário e, portanto, os juros altos. Parece-me engraçado, estranho que Senadores da base governista, que permanentemente estão aqui a condenar essa política – como, inclusive, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos –, apesar de saberem que V. S^a e a equipe econômica do Presidente Fernando Henrique continuarão a adotar essa política, cedam à sua orientação.

Outra afirmação de V. S^a é a de que respeitará todos os compromissos e contratos feitos. Isso signi-

fica que V. S^a, na prática, irá defender, com unhas e dentes, o pagamento dos compromissos nacionais e internacionais da dívida pública interna e externa no nosso País.

A meu ver, era preciso repensar isso, porque temos de assumir os compromissos que fazemos na medida em que não prejudiquemos a nossa Nação e, consequentemente, a sua própria população.

A essas duas manifestações de V. S^a os Senadores precisavam prestar atenção para não acreditar mais uma vez na equipe econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que dá uma demonstração clara de que não entende nada de economia, porque o rumo que estamos tomando nos levará de volta à inflação. Não há como evitar isso. V. S^a não fará nenhum milagre.

E aí vai a minha primeira pergunta: V. S^a não se sente culpado, como um representante ou como um funcionário de um especulador internacional, pela situação que vivemos hoje?

Quando o Presidente Fernando Henrique assumiu o Governo, nossa dívida era de R\$60 bilhões; hoje, chega a R\$415 bilhões, numa economia que praticamente não teve inflação durante um período de 4 anos. A política econômica do Senhor Fernando Henrique e a do Ministro Malan foi a política de manter permanentemente esses juros altos, para captar recursos internacionais e manter aqui a sua reserva.

Então, como é que pode, Dr. Armínio Fraga?

Entendo que V. S^a é um pouco responsável, estando do outro lado do balcão, pela situação que o Brasil está vivendo hoje. No ano de 1999, vamos pagar a título de juros mais do que a nossa dívida em 1995, quando o Senhor Fernando Henrique assumiu o Governo. Questiono a competência desse Governo, e, se V. S^a vai fazer parte dessa equipe e está absolutamente entrosado com o Ministro Pedro Malan, questiono o interesse e a vontade política de V. S^a nesse processo.

Por último, creio que nem V. S^a, nem o Ministro Pedro Malan permanecerão muito tempo no cargo, porque a política que V. S^as estarão adotando não tem nenhuma diferença da adotada entre 82 e 90: é a política dos juros altos; é a política que pretende deter a inflação por contenção de consumo. V. S^as só terão sucesso no aumento das exportações, no superávit da nossa balança comercial – aí sim, creio que terão sucesso. É evidente que terão sucesso, mas o povo brasileiro sofrerá com isso, pois vai-se reduzir a importação; quem vende para o mercado interno passará a vender para o mercado externo, e,

finalmente, os preços subirão, porque a demanda vai continuar, e numa situação muito pior do que a da década de 80, porque hoje o salário está achulado, as dificuldades são as maiores possíveis.

Por último, apelo à consciência de V. S^a para que tenha a coragem de explicitar, neste plenário, o seu pensamento. V. S^a tem um pensamento, tem uma análise, tem um posicionamento político e não pode esconder isso desta Comissão. Expressa a sua posição sobre a questão da privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e acrescentaria ainda da Petrobrás, porque tudo o que o Brasil já vendeu rendeu R\$32 bilhões, e é menos do que vamos pagar de juros no ano de 1999.

Então, a política que está sendo adotada está fadada ao insucesso, à volta da inflação, ao absoluto sacrifício do povo brasileiro. Lamentavelmente, essa não é a saída. Como haverá muito questionamento social em nosso País, acredito que em breve o Presidente Fernando Henrique Cardoso vai acordar e compreender um pouco mais de economia, deixando de acreditar no Ministro Pedro Malan e em pessoas como V. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga Neto, se assim o desejar.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Senador Ademir Andrade, em vista do tempo escasso e do número de inscritos, gostaria de pedir que lesse uma cópia de minha fala, porque lá apresento as posições com relação à política macroeconômica, inclusive sobre essa política de taxa de juros e outras. Além disso, argumento que, sem prejuízo de uma política monetária responsável, que não permita a volta do imposto criminoso que é a inflação, chegue-se a uma taxa real de juros mais baixa, graças às outras variáveis que já discutimos, como o déficit público, taxa de câmbio e outras. Agora não me cabe repetir o que já disse. E sinto que realmente temos uma diferença fundamental. Espero que V. Ex^a esteja errado. Acredito que esteja, mas o futuro dirá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Senador Ademir Andrade, para a réplica.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Vou ler o que V. S^a afirmou aqui em plenário: "Isto significa que a política monetária terá que necessariamente se caracterizar por um viés restritivo, enquanto não desaparecerem os efeitos transitórios da desvalorização." Isso significa que V. S^a manterá uma política de juros altos. É a mesma política do passado: Nada muda. E

insisto: V. S^a tem o dever de dar a sua opinião. V. S^a está se omitindo perante vários Senadores que lhe questionaram nesta Casa sobre a privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás. Insisto em que V. S^a deva dar a sua manifestação a respeito dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Para terminar, se V. Ex^a puder ler o próximo parágrafo, nele abordo a questão da taxa de juros real, que é a mais importante para o setor produtivo. V. Ex^a está fazendo uma leitura parcial, que é um direito seu – entendendo –, é uma coisa política. Eu não sou político, e vamos deixar assim.

Quanto ao Banco do Brasil, infelizmente vou repetir o que já disse, pois não sei mais o que fazer; penso que é correto repetir.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Dê a sua opinião.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – A minha opinião é que um assunto dessa importância merece o estudo que será feito.

O SR. ADEMIR ANDRADE – V. S^a é a favor da privatização.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Ademir Andrade, a palavra está com o Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Sr. Presidente, Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Bezerra; Sr^ss e Srs. Senadores, entendo que o Professor Armínio Fraga possui, inegavelmente, os três requisitos fundamentais para exercer a Presidência do Banco Central: reputação ilibada, profundo conhecimento sobre questões econômicas e conhecimento sobre as práticas da administração pública. Acrescento um outro importante atributo. Faço-o em função das discussões que aqui ocorreram. O ilustre economista estava nos Estados Unidos da América. Tinha, em função das suas qualidades profissionais, um posto privilegiado no mercado financeiro. Foi convocado pelo Presidente da República depois de graves momentos ocorridos no final de janeiro neste País, no auge de uma grande crise. Respondeu, de forma imediata, aceitando o desafio. Acrescento, portanto, ao ilustre economista o atributo fundamental de ter es-

pírito público. Por isso mesmo, posso diretamente às duas perguntas que farei.

Na exposição inicial, V. S^a declarou sua posição a favor da manutenção do câmbio flutuante, admitindo intervenções para correções em casos especiais. Visando tranquilizar a incerteza que predomina na sociedade em face da alta desvalorização do Real, pergunto quais as ações excepcionais que V. S^a admite para conter os abusos do mercado na defesa do poder de compra da moeda nacional.

V. S^a pretende seguir valorizando as reuniões do Comitê de Política Monetária, Copom, na determinação das taxas de juros? Sobre essa questão, gostaria que esclarecesse ainda se prefere a colocação a papéis pré-fixados ou pós-fixados, já que uma estrutura de taxas pré-fixadas, lançadas em diferentes vencimentos, define a certeza e a segurança do mercado sobre o futuro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga Neto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Jorge Bornhausen. A sua pergunta é absolutamente pertinente.

Começando pelas ações excepcionais, temos de separar a resposta em duas partes. No que diz respeito aos movimentos de mercado, estes têm de ser objeto de resposta da política econômica, resposta esta que pretendo dar em moldes tradicionais, sem a falsa criatividade que, volta e meia, permeia a discussão sobre o assunto.

As ações desestabilizadoras de natureza criminosa terão o tratamento que merecem. Conto, nesse sentido, também com a ação da nossa Câmara de Valores Mobiliários, CVM.

A instituição do Copom foi uma boa idéia, por retirar da reunião de Diretoria do Banco Central um assunto que merece um destaque especial. A política monetária tem um impacto macroeconômico extraordinário e é, realmente, o ponto de maior importância da atuação do Banco Central.

Portanto, posso responder afirmativamente a sua pergunta, dizendo que manteremos o formato do Copom, a importância simbólica que vem desta reunião, que dá um traço muito especial à decisão de política monetária.

Quanto à colocação de papéis pré e pós, tenho de dar uma resposta um pouco genérica. Acredito que num momento como este, de turbulência, o Banco Central não pode abrir mão de um ou outro papel. Não tenho dúvida de que, a longo prazo, é correto ter uma gama de títulos no mercado com prazos diferentes e com, como disse V. Ex^a, a carac-

terística do pré, que é a definição de uma estrutura futura de taxa de juros.

O Banco Central, nesse sentido, tem a tradição de atuar nessa área, que foi relegada a segundo plano em função da crise. Acredito que seja uma boa tradição e pretendo voltar a ela, quando o momento de mercado assim o permitir, o que pode ocorrer com papéis de curto prazo num futuro próximo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen para a réplica.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Agradeço as respostas que foram efetivadas pelo Professor Armínio Fraga e declaro que, com convicção e com esperança, votarei a favor do indicado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Armínio Fraga, parece-me que nesse mercado especulativo especula-se com muita coisa. Especula-se com o dinheiro, com o caráter e com a honabilidade das pessoas.

A propósito disso, recordo-me da entrevista dada pelo economista Simon Treacher, Diretor de Mercados Emergentes no Morgan Grenfell à revista **Carta Capital**, em que ele afirma que não há dúvida de que houve ganhos suspeitos dos **hedge funds** após a sua nomeação para o Banco Central.

Logo em seguida, ele é perguntado pela revista: "Pode-se afirmar que os fundos de Soros participaram dessas operações?" Responde o entrevistado: "Não tenho nenhum interesse em provar se o que estou dizendo é verdade ou mentira". Pergunta a revista: "Voltando à questão anterior, os fundos de Soros participaram ou não das operações?" Responde o entrevistado: "Não sei quais são os fundos envolvidos, o que dá para dizer é que fundos movem-se em bloco". Pergunta a revista: "Paul Krugman disse que Soros valeu-se de informação privilegiada". Responde o entrevistado: "Não sei se podemos dizer que foi o próprio Soros que se valeu de informação privilegiada". Vê-se, portanto, que é muito difícil dar crédito a informações que o próprio acusador não tem a coragem de sustentar.

Passo em seguida às minhas perguntas. Todos nós assistimos ao Brasil perder, nos últimos tempos, cerca de R\$40 bilhões de suas reservas cambiais. Diferentemente do que ocorreu na Indonésia, por exemplo, não vimos investidores ou especuladores se queixarem de quaisquer perdas que tenham tido

no Brasil. Conclui-se, portanto, que saíram daqui satisfeitos com os seus ganhos. Parece-me, também, ser evidente e fartamente demonstrado o prejuízo e a desestruturação da economia provocada por essa fuga repentina de capitais. Pergunto: qual foi o benefício advindo para o Brasil da passagem, do passeio desses fundos especulativos pelo nosso País nos últimos três anos?

Há algum tempo, o Governo deixou de informar qual era o fluxo diário das nossas reservas cambiais. A última informação que obtivemos indicam estarem essas reservas em cerca de U\$35 bilhões. Pergunto se V. S^a confirma esse valor. Caso confirme, gostaria de saber qual o montante disponível – depósito à vista – e qual o volume de recebíveis, de curto e médio prazo? E, em terceiro lugar, pergunto-lhe qual é o percentual dessas reservas que poderia ainda ser considerado como investimentos voláteis oriundos do capital especulativo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Luiz Estevão.

A sua primeira pergunta diz respeito ao benefício para o Brasil do dinheiro que pode ter entrado e saído. A resposta é de difícil confecção, na medida em que, claramente, os que saíram evitaram a perda da desvalorização. Se ganharam, não sei, não dá para dizer. Manifestei aqui a minha convicção de que a abertura é uma política que favorece ao País, porque nos traz poupança, tecnologia, etc. Manifestei também a minha preocupação com a administração do fluxo de capitais de curto prazo, assunto que, conforme mencionei, era objeto de minha pesquisa econômica com um colega professor em Harvard. A pergunta é complexa. O benefício para o Brasil veio num momento em que, talvez, ninguém mais se interessasse em investir aqui. O custo, a longo prazo, foi a saída que nos colocou na difícil posição atual.

Minha opinião é que, sendo possível, é melhor financiar o balanço de pagamentos com recursos mais longos, e que toda precaução é válida nesse sentido. Quanto às informações, eu diria que são informações internas do Banco Central. Não tive acesso à carteira de investimentos ou de colocações das reservas do Banco, tampouco a outra informação do fluxo. Se aprovado por esta Casa, terei essa informação, que é divulgada – as reservas são divulgadas com periodicidade quase instantânea, mas, no momento, não disponho de informações a respeito desses detalhes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulto V. Ex^a se quer fazer uso da palavra para a réplica.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a dispõe de dois minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN – Da resposta dada pelo Dr. Armínio Fraga, parece-me evidente que é difícil identificar qual foi o ganho para o nosso País da permanência desses recursos nesse período. Parece-me, também, bastante claro que não houve perdas para os investidores. Ninguém se queixou de perdas até o momento. Parece-me cristalino que o Brasil perdeu muito com a saída e que toda essa desestruturação advém, em grande parte, dessa fuga maciça e concentrada de capitais num primeiro momento. E a minha pergunta é a seguinte: considerando o risco de que, dentro do processo de recuperação econômica, o Brasil se torne, num futuro próximo, novamente um alvo atrativo para esses capitais especulativos, de que forma V. S^a pretende – já que resta quase provado que eles não trouxeram nenhum benefício ao País – evitar que essa arriabação se repita aqui?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – É correto especular que os investidores que saíram não perderam, mas a realidade é que muita gente ficou, muita gente manteve seus investimentos. A maioria dos investimentos permaneceu no País e esses perderam muito. A nossa esperança é que eles, olhando para frente, vejam que poderão ter ganhos e que, portanto, permaneçam aqui ou até tragam mais recursos. O ponto que é muito interessante e que V. Ex^a coloca é, realmente, o da administração dos capitais de curto prazo. A experiência mostra que eles são os primeiros a voltar e os primeiros a sair. Então, tratar-se de administrar isso. A minha postura é que capital de curto prazo em excesso é algo que merece alguma atenção, principalmente no que diz respeito aos aspectos prudenciais do retorno à circulação desse capital no sistema financeiro. E esse será o foco de nossa atuação, se aprovado por esta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador. Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Bezerra, Sr^ss e Srs. Senadores, Dr.

Armínio Fraga, os negociadores de mercado atuam numa arena onde a disputa na defesa dos seus interesses é muito dura, é implacável; arena onde amadores, ingênuos e despreparados não prosperam. Ali se exige a atuação de especialistas e profissionais.

O perfil técnico de V. S^a, por sua formação acadêmica e larga experiência profissional, credencia-o a exercer a exigente função de Presidente do Banco Central. Não posso aprovar o nome de V. S^a nesta Comissão – não a integro –, mas assim farei em plenário. Cumprimento V. S^a pela coragem e espirito público de aceitar esse desafio em um momento de turbulência da economia nacional.

Gostaria, entretanto, de fazer duas breves investigações.

A primeira: o Congresso Nacional aprovou a maior parte das medidas propostas pelo Governo para a concretização do ajuste fiscal. De sua parte, a equipe econômica optou pela manutenção da política de juros altos, política que se provou ineficaz no combate à fuga de capitais externos. Pergunto se o ganho financeiro do ajuste revela-se suficiente para alcançar o equilíbrio fiscal.

O segundo questionamento seria o seguinte. Diante do cenário de especulação da moeda, de dívida interna elevada, de juros exorbitantes, de atividade econômica constrangida, de taxa de desemprego elevada e com a perda da âncora cambial, como seria possível a curto e a médio prazo reverter esse quadro e manter o Plano Real e a inflação sob controle, valores que já eram consagrados como uma conquista da sociedade brasileira?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha. V. Ex^a aborda pontos da maior importância e a resposta para eles virá com a sequência temporal desses eventos.

Tivemos recentemente duas mudanças importantes: o ajuste fiscal, a partir de novembro, e a mudança no regime cambial. Essas mudanças me dão a confiança de que será realmente possível um futuro mais promissor, com crescimento sem medo.

As mudanças são recentes e seus efeitos vêm com um pouco de tempo. A mudança cambial não tem um mês e por isso não estão claros os benefícios que virão, mas tenho realmente a certeza de que espaço há e, como falei, em um futuro que espero não estar muito distante será possível a queda dos juros reais e a volta ao crescimento. Esse é o caminho que vem a partir de novidades, quer dizer,

não são políticas antigas, são políticas novas que foram, como mencionou V. Ex^a, apoiadas integralmente pelo Congresso, pelo Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Consulto V. Ex^a se quer fazer uso da palavra para a réplica.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA – Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente, com as respostas recebidas e, como há pouco tempo, abro mão da réplica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador José Alencar.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Congresso, Srs. membros da Mesa, ilustre Sr. Armínio Fraga, não tenho a intenção de fazer perguntas, porque praticamente todas as perguntas já foram feitas. Gostaria, no entanto, de colocar aqui umas questões ligadas à ética, à honorabilidade etc.

Sou de uma família grande, de quinze filhos, e meu pai nos ensinava que, **a priori**, as pessoas são honestas. Não podemos, até que provem em contrário, julgar uma pessoa desonesta. Ele nos ensinava isso. E outra ponto: quando eu saí de casa aos 14 anos – sou de família pobre – ele me disse: "meu filho, o importante é poder voltar".

Então, comprehendo que V. S^a possa ter, como todos tem, necessidades materiais e não-materiais e que veio para o Banco Central em busca, naturalmente, de atender a uma necessidade de auto-realização.

Portanto, desejo a V. S^a muito boa sorte, se aprovado – e tudo indica que o será –, na função de Presidente do Banco Central do Brasil e também que V. S^a possa sempre voltar a esta Casa para encarar a cada um de nós consciente de que cumpriu o seu dever de brasileiro e de que prestou um grande serviço ao País.

Gostaria de comentar com V. S^a que o Banco Central tem como principal atribuição a manutenção da moeda, e sabemos que a estabilidade monetária deve ser sempre encarada como meio para uma retomada do desenvolvimento e abertura de oportunidades de trabalho e de crescimento no campo social brasileiro.

Não sei se temos tido cultura para este "Brazil", grafado com "z", em que passamos a viver, depois que se começou a falar em modernidade no País. Cultura negocial, por exemplo, não temos tido. Recentemente, vendemos na Bolsa de Mercadorias e Futuros muitos dólares. Seria – esta é a pergunta que eu gostaria de fazer a V. S^a –, considerando a

sua cultura técnica negocial, propósito de V. S^a continuar essa prática de venda de dólares na Bolsa de Mercadorias e Futuros?

Outra pergunta que eu gostaria de fazer a V.S^a é que, considerando que todos os monetaristas, a começar por Milton Friedman, recomendam política monetária restritiva por um curtíssimo prazo. Por quanto tempo V.S^a considera que o Brasil pode continuar ainda a resistir a essa política monetária que, no nosso caso, tem tido justamente um efeito inverso, porque faz agravar o nosso déficit – não o primário, mas não posso adjetivar o déficit, tenho de falar nele como um todo?

E quanto ao nosso déficit que se preconiza para este ano, ainda que se tenha buscado no ajuste fiscal, com o sacrifício de Estados, Municípios e de pessoas, 28 bilhões e, agora, mais 8 bilhões, todos esses recursos podem ser insuficientes para menos de 4 meses de juros que irão pesar por essa monumental e formidável dívida, construída com a essa política.

Estamos muito preocupados, porque o Brasil não pode continuar neste "Brazil" sem cultura negocial para administrá-lo. Então temos de voltar ao Brasil, com "s", que é a agricultura, pecuária, a indústria, o comércio e as produções nacionais que precisam ser vistas. Estamos muito embevecidos com questões financeiras e fiscais, nos esquecendo que o Brasil precisa de nós. Não podemos construir o futuro do País com as costas viradas para o Brasil, com "s", para o povo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador José Alencar. Quanto ao tema política monetária restritiva, taxas de juros, trata-se de assunto que abordei em minha exposição. Repito, portanto, apenas a parte que me parece relevante, qual seja a necessidade de se atacar as causas das altas taxas de juros em suas verdadeiras raízes. Tenho certeza de que isso está sendo feito e de que, com o correr do tempo, as taxas reais cairão. Isso é o que vai dar esse necessário alívio à nossa economia.

O que não é possível, a meu ver, é uma política monetária isolada desse contexto. A política monetária fora desse contexto corre o risco de ser desestabilizadora. Concordo com V. Ex^a quanto à impossibilidade de se manter o País na trajetória dos últimos dezoito meses. Acredito, no entanto, que as medidas tomadas, incluindo as partes fiscal, cambial e estrutural, poderão restabelecer uma taxa de juros real

normal no País, e espero que isso ocorra o mais rápido possível. Esse é um tempo que é difícil precisar.

Quanto à questão da venda de dólares na Bolsa, acredito que, com o regime de câmbio flutuante, a atuação do Banco Central nesses mercados certamente diminuirá, na medida em que o mercado agora determina a taxa de câmbio e o Banco Central não tem compromisso direto com qualquer nível de taxa. O compromisso é com a taxa de inflação. Essa é a minha resposta direta.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ALENCAR – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente do Senado, Sr. Presidente da Comissão, Dr. Armínio Fraga, V. S^a não fez nenhum segredo, tanto durante a exposição como durante algumas respostas, de que terá que necessariamente usar a política monetária para evitar o que seria o mal pior: a volta exacerbada da inflação.

Gostaria de perguntar a V. S^a, que tem uma larga experiência internacional, se foi possível, em países que já atravessaram uma situação semelhante à que, neste momento, atravessa o Brasil, adotar, sem prejuízo dessas metas, algumas políticas de natureza compensatória que aliviassem um pouco principalmente as condições da população mais carente do País.

Quero dizer que entendemos que essa política necessariamente vai gerar alguma redução da atividade econômica, mas que existe um certo espaço para medidas de natureza compensatória que possam, pelo menos, minorar as dificuldades por que certamente podem passar uma grande parte de nossa população.

Durante todo o transcurso do Plano Real, pelo menos para uma parte ponderável dos economistas, ficou mais ou menos claro – este já é um assunto praticamente ultrapassado – que havia uma valorização excessiva da nossa moeda. Mesmo aqueles mais exagerados sempre acreditaram que era algo da ordem de 20% a 25%.

Pergunto: por que, com a liberalização do câmbio, não aconteceu o que o mercado dizia? Aconteceu, realmente, uma desvalorização muito maior do que o esperado durante todo esse tempo. Essa foi uma questão meramente de especulação ou isso refletiu, naturalmente, as fragilidades dos nossos indicadores macroeconômicos?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) — Concedo a palavra ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO — Muito obrigado, Senador Paulo Souto.

A sua primeira pergunta diz respeito a políticas compensatórias, que me parece ser da maior importância. O assunto foi abordado em outros países, e, normalmente, como parte do financiamento externo concedido a esses países, surgia algo que viesse do Banco Mundial com esse objetivo. Creio que esse é um caminho possível.

O outro caminho, infelizmente, é realocar recursos, que são escassos, tendo esse objetivo em mente. E me parece que essa é uma idéia louvável. Quanto à taxa de câmbio, o que nós, hoje, vivemos no Brasil é um processo com certo exagero na desvalorização. A avaliação que a maioria dos economistas têm é esta; realmente, de que a taxa está desvalorizada demais, e que, com o tempo, esse fenômeno tende a se corrigir. O desafio para o Banco Central é zelar para que isso ocorra sem aumento na taxa de inflação. Esse é o desafio, mas concordo com a avaliação de V. Ex^a quanto ao problema em geral, e é extensivo também ao padrão internacional para essas situações.

Finalmente, V. Ex^a perguntou se esse processo advém de fragilidades internas ou se é parte da especulação. Eu diria que é das duas coisas. Normalmente, uma não vem sem a outra, e acho que o nosso caso é este.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Sr. Presidente do Congresso Nacional, Sr. Presidente da Comissão, Srs. Vice-Presidente e Relator, Professor Armínio Fraga, ouvi, com muito cuidado, a exposição que V. Ex^a fez aqui, no início dos trabalhos, dando a sua visão de como deve atuar o Banco Central, as políticas a serem adotadas, buscando a estabilidade da moeda, o controle da inflação. No decorrer dessa exposição, verificamos que a indicação de V. Ex^a, a submissão do seu nome a esta Casa e a ampla discussão que se fez foi uma medida correta. Pelas respostas dadas aos vários Srs. Senadores que questionaram a sua indicação, os que discutiram a problemática brasileira do momento, V. Ex^a fez com que várias das indagações que eu gostaria de fazer a V. Ex^a ficasssem antecipadamente respondidas. Mesmo porque entendemos que a realidade brasileira exige de cada um de nós uma compreensão clara

do que está acontecendo na economia e do papel de cada um e dos vários organismos na orientação da política econômica e da atividade econômica. Falamos muito na taxa de juros, que é elevada, mas temos que levar em conta que ela não depende da vontade de alguém. Ela é consequência de vários vetores, é consequência de variáveis que influem no processo e servem também como política para controlar o crescimento ou para evitar a inflação. Daí o aconselhamento de que, quando a inflação começa a se manifestar, como está ocorrendo agora, o aconselhamento dos técnicos é a elevação das taxas. Só que o efeito é maléfico, porque o aumento da taxa de juros reduz a capacidade de produção; a redução da capacidade de produção leva à recessão; a recessão causa problemas sociais terríveis, e tudo isso junto, num quadro como o nosso, pode resultar no que é mais terrível: a estagflação.

Mas as colocações que V. Ex^a fez aqui dizem bem claro que é possível chegar a compatibilizar a política monetária, humanizando-a, levando em conta a cidadania, levando em conta, como disse o nobre Senador José Alencar, que o País não é só moeda, o País são cidadãos; são 156 milhões de brasileiros, mal contados pelo IBGE, que precisam ser levados em conta também nesse processo, para que não cheguemos efetivamente à estagflação.

A moeda é importante, mas a produção é fundamental. Se não recuperarmos o crescimento, este País não sairá da dificuldade em que se encontra. E mais: terá agravado o problema social, e o problema social é um conselheiro terrível para a democracia. Acredito nisso porque não me baseei em jornais, em informações, em interesses vários que circulam no mundo inteiro e que discutem a sua nomeação. Fui procurar me informar com ex-alunos seus, com professores seus, e todos atestam a sua correção, a sua firmeza de caráter, a sua competência, que todos reconheceram aqui. Tenho certeza de que V. Ex^a será um grande Presidente do Banco Central.

Era o que tinha a dizer, dispensando-me de fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) — Concedo a palavra ao Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO — Só posso agradecer. É uma honra ser alvo de comentários dessa natureza e que me dão um estímulo ainda maior para atacar esses problemas que hoje machucam o nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) — Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SR^a HELOISA HELENA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Armínio Fraga, é evidente que esse debate da ética, debate que moveu muitos discursos importantes na manhã de hoje, pudesse talvez ser esclarecido se buscássemos nos basear na velha e atual concepção de ética exposta por D. Pedro Casaldáliga, que dizia que "ética é vergonha na cara e amor no coração".

Sinceramente, Dr. Armínio Fraga, não consigo acreditar que uma estrutura, mesmo legal, que desmantela nações em função da mediocridade do lucro, que impõe fome, miséria, humilhação, desemprego e sofrimento a nações inteiras seja justa. Não consigo entender que essa seja uma atividade que pode estar sob qualquer ética, pelo menos do ponto de vista que entendo, que é o ponto de vista cristão. E como tanto V. S^a quanto outros Senadores falaram sobre algumas questões relacionadas a aprendizados domésticos, a influências da infância sobre a ética, é justamente em função da companhia de V. S^a, durante tanto tempo, a uma figura – desculpe-me a expressão – sórdida, porque é alguém que, sendo judeu, se traveste, reveste-se de nazista para perseguir os seus próprios irmãos judeus; vai à opinião pública e se diz um amoral. Efetivamente, posso até, com o tempo, ter que declarar publicamente que me enganei a respeito de V. S^a, mas devo dizer também que, na humildade de minha infância, aprendi, para julgar as pessoas, uma velha frase que minha mãe sempre repetia: "Dize-me com quem andas e eu te direi quem és".

Em função disso, não entendo que esteja presente a reputação ilibada, necessária para se assumir esse cargo. Posso me enganar no futuro e terei a obrigação perante V. S^a e a opinião pública de dizer que estava enganada, mas hoje tenho essa impressão e certeza.

A outra questão que tem sido alardeada em todos os cantos deste País é no sentido de que justamente a competência de V. S^a em atuar no mercado é que vai ajudar a enfrentar esse mesmo mercado. Não consigo entender que justamente no momento em que precisaríamos saber detalhes importantes sobre as suas atividades, tanto que foram jogadas pela opinião pública, V. S^a sonegue essas informações em nome de uma ética profissional da atividade que desenvolvia anteriormente. Então, não entendo, a não ser que V. S^a fosse ferir a ética profissional, enquanto atividade de especulação, para entrar numa nova ética pública e, portanto, defender os interesses da Nação brasileira.

Do mesmo jeito, não entendo quando V. S^a diz que não tem informações suficientes para responder a várias questões que foram feitas aqui sobre privatização do Banco do Brasil. V. S^a, inclusive, na sua exposição inicial, disse que durante esses últimos anos tem estudado profundamente a situação dos países emergentes e do Brasil. Então, V. S^a se nega a dar essa informação porque antes tinha uma posição enquanto representante do grande capital especulativo, e, hoje, uma nova posição? É em função disso que há sonegação de informações a esta Casa?

Até entendo que nos cause uma certa angústia fazer este debate aqui, porque é meio como se já soubéssemos o resultado. Temos que fazer este exercício, porque é uma prerrogativa que a Constituição nos assegura e o povo nos assegurou estar aqui, mas sabemos já o que vai acontecer. Não é à toa que todos os jornais ontem já anunciam, inclusive pelo próprio Presidente da Casa, que a Oposição atacaria e o Governo aprovaria. Mas, mesmo assim, gostaria que V. S^a assumisse algumas questões que são importantes do ponto de vista da transparência.

Tenho que dizer isso, mesmo que não acredite profundamente que vá ser feito, mas que ao menos V. S^a possa assumir nesta Casa a questão relacionada ao vazamento de informações privilegiadas – acho que V. S^a deve ter visto na mídia as informações que foram apresentadas com os respectivos documentos pelo Deputado Federal Aloízio Mercadante, em que, através de transações às vésperas da maxidesvalorização do real, muitos bancos ganharam com isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra. Faz soar a campainha.)

A SRA. HELOÍSA HELENA – São meus cinco minutos, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Perfeitamente.

A SR^a HELOÍSA HELENA – Muito obrigada.

Portanto, gostaria que V. S^a assumisse, na manhã de hoje, que irá garantir todos os esforços e o máximo de transparência no sentido de que a sociedade possa saber efetivamente sobre o vazamento das informações, até porque no texto que cita na relação de textos produzidos, "A Lição Mexicana de Prevenção e Gerenciamento da Crise", V. S^a diz que a melhoria na disponibilidade estatística dos passivos do Governo e do setor financeiro poderia ser particularmente útil, uma vez que permitiria a elabora-

ração de análises mais consistentes sobre o perfil de risco do Brasil.

Que isso não sirva só para o mercado, para o capital especulativo, mas que possa servir também para as forças democráticas que querem, efetivamente, construir uma Nação brasileira. Então, que V. S^a garanta a todos os Senadores que, em tempo real e a qualquer momento do dia, possam ter as informações sobre os níveis das reservas brasileiras, o fluxo de entrada e saída de capitais, o movimento de todos os itens do balanço de pagamento e outras informações que são relevantes. Hoje, o Senado, pelo menos os Senadores que conheço, que pertencem à Bancada de Oposição, não têm esse acesso.

Gostaria ainda que V. S^a trabalhasse um pouco dois temas, inclusive sobre o da dívida externa. Lógico que todos sabemos que o ciclo de endividamento externo do Brasil – não tenho certeza se é o sexto ou sétimo ocorrido no País neste século –, ao contrário dos anteriores, não deixa marcas palpáveis em obras ou realizações. Certamente as únicas obras que podemos ver devem ser nas quinquilharias da abertura desvairada do mercado ou então nas taxas de desemprego e insolvência.

Pergunto se V. S^a acredita que o caminho percorrido ao longo dos últimos anos foi o melhor para o nosso País. Gostaria também que V. S^a falasse um pouco sobre o atual montante da dívida externa pública. Qual o volume de recursos que o Brasil terá que desembolsar este ano para o pagamento da dívida externa? V. S^a, honesta e sinceramente, entende que o Brasil tem condições de arcar tanto com a sua dívida interna como externa, que não seja à custa de um preço social exagerado, sem causar mais prejuízos, mais dor e sofrimento à grande maioria da população brasileira?

E gostaria também de perguntar sobre a aplicação do seu próprio dinheiro. Como foi já referido aqui anteriormente, V. S^a ganhou muito dinheiro na atividade de especulação; pergunto se V. S^a trouxe para o Brasil e, se trouxe, em que aplicou? Era o que gostaria de saber. Muito obrigada por ter sido tolerante.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Dr. Armínio Fraga, V. S^a tem a palavra.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Agradeço o entusiasmo com que a Senadora Heloisa Helena transmite as suas opiniões. Temo que haja pouco do que foi dito que não abordei; de qualquer forma, seguirá a lista, sob pena de entediá-los.

O assunto Banco do Brasil tem sido levantado com tanta freqüência que estou começando a ficar

curioso sobre o porquê. Realmente posso dizer à nobre Senadora que pretendo, com muito cuidado, me dedicar à análise dessa questão no âmbito do grupo formado pelo Governo. Realmente estou bastante curioso.

Quanto às denúncias do Deputado Mercadante, suponho que elas tenham sido encaminhadas ao Banco Central. Tendo meu nome aprovado, estarei lá para dar, como sei que sempre dá a Casa, o tratamento respeitoso às denúncias que, sem nenhuma restrição, serão investigadas, avaliadas como sempre o foram; e sempre o serão na minha administração, se aprovado.

V. Ex^a também levanta questões ligadas à dívida externa e quais são os volumes e montantes. Não tenho, de cabeça, os dados, mas eles são públicos, é só uma questão de avaliação.

Do lado filosófico, minha visão parece ser diametralmente oposta à sua. Sou a favor de honrar compromissos, porque penso que é uma postura vantajosa para nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a tem dois minutos para a réplica.

A SR^a HELOISA HELENA – Primeiro, como já era de se esperar, quero acreditar que as respostas que não foram efetivamente dadas não o tenham sido para não perder votos da Bancada governista.

Volto a repetir que espero que possamos ter outras oportunidades para que muitas das questões levantadas por V. S^a, no dia de hoje, sejam trazidas novamente a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente do Congresso, Sr. Presidente desta Comissão, demais membros da Mesa, professor Armínio Fraga, serei breve ao apresentar duas preocupações que tenho. Caso alguma delas já tenha sido aqui abordada, peço que V. S^a releve esse fato, porque a reunião já dura mais de seis horas, e confesso que não estive presente todo esse tempo.

Professor Armínio Fraga, o Brasil, todos sabem, carece de credibilidade externa, principalmente no campo financeiro. Há um reconhecimento público em relação a isso. Como decorrência, os custos dos recursos são mais altos e observa-se uma pressão dos juros sobre a economia.

Como escapar dessa armadilha? Os juros elevados – e eles devem se manter por mais tempo no atual patamar –, com o tempo, não poderiam amea-

çar inclusive os compromissos do Governo com relação à dívida interna?

Professor Armínio Fraga, trago ainda uma segunda preocupação – decorrência de questionamentos que me são feitos por vários empresários e produtores do meu Estado, Santa Catarina –, que diz respeito à inflação. Há uma preocupação de garantir a inflação no Brasil, pois temos receio de voltar ao passado. Existe o medo de que voltemos à fase da grande especulação, da grande inflação.

Meu Estado produz frango, e já se argumentou que o preço desse produto não poderia aumentar em função do dólar, porque frangos não comem ração importada. Eu até concordo com esse argumento, mas as pessoas não podem esquecer que, se essas empresas não importam ração, importam – várias dessas empresas –, equipamentos.

Há empresários – não somente nesse setor – que assumiram compromissos em dólares para melhorar as suas indústrias, as suas fábricas. Algumas empresas dirigem seus produtos para o mercado interno e não apenas para o mercado externo. Quem compra em dólares e destina sua produção principalmente ao mercado externo está mais protegido, pois tem receitas em dólares. Há uma compensação. No entanto, há também empresas que produzem exclusivamente ou principalmente para o mercado interno, que estão permanentemente me questionando. Como responder a esses questionamentos? Se houve uma desvalorização da ordem de 60% e o produto é colocado no mercado interno, quem não puder transferir para o consumidor esses custos, quebra, não há a menor dúvida. Com a transferência, no entanto, provoca-se a volta da inflação, o que a todos atinge. Trago, então, essa preocupação.

Como vamos responder a essas questões que nos são feitas todos os dias?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Sr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

De fato, abordei a questão dos juros e da credibilidade, mas gostaria de dirigir mais algumas palavras sobre o assunto.

Partilho do seu diagnóstico de que a situação, como vinha, era difícil, não sustentável. Porém, gostaria de aqui manifestar a minha visão de otimismo e esperança na medida em que vejo, com a política fiscal adotada a partir de novembro e com o novo regime cambial, a chance concreta de realmente virmos a passar para um círculo virtuoso de taxa de ju-

ros e dívida, feito com a base necessária de uma política fiscal responsável e de uma política cambial mais flexível.

Entendo as preocupações de seu Estado, que conheço e admiro muito. Espero que o próprio mercado encontre uma solução. Os produtores de bens exportáveis e comerciáveis, provavelmente, vão, de alguma forma, se beneficiar, e o mercado é quem vai dar, ao longo do tempo, enfim, o alívio necessário aos produtores do Estado de Santa Catarina, que é muito produtivo e merece mais.

Muito obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER – Não se trata, propriamente, de uma réplica, mas é claro, Professor Fraga, nas empresas cujo produto é para exportação, há compensação e equilíbrio. Existe preocupação com aquelas que têm compromissos com a moeda internacional, em dólar, e cujo produto é destinado ao mercado interno. Se transferirmos aos consumidores esses custos, vamos provocar a inflação. Aí, vem a questão do poder aquisitivo que tem que melhorar, o Primeiro de Maio, e seria levantar uma polêmica.

São questões que trago para a reflexão, para, em conjunto, meditarmos e formular votos para que possamos, em conjunto, encontrar esses caminhos.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Para encerrar com chave de ouro, concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Srs. Presidentes do Senado e da Comissão de Assuntos Econômicos, demais componentes da Mesa, Professor Armínio Fraga, temos assistido, no Brasil, a várias correntes – inclusive com a participação dos ex-Ministros Delfim Netto e Roberto Campos – criticando o receituário do FMI, especialmente a política dos juros altos, pois entendem que, à medida que os juros brasileiros, que já são os maiores do mundo, à medida que vão aumentando, ao invés de atraírem investidores, afastam-nos, porque cresce o temor da insolvência do País, e, de maneira exponencial, a nossa dívida interna, sem falar na recessão brutal, que está levando as empresas brasileiras à falência, e do desemprego preocupante e crescente.

Hoje, não somente os economistas, mas uma quantidade enorme de financistas, inclusive americanos, concordam com a idéia de que a política dos juros altos, adotada pelo FMI, é suicida. Nessa mesma linha, o próprio Banco Mundial, pela voz do s-

economista-chefe, condena a linha do FMI, que, segundo suas palavras, conduz o País à inviabilidade.

Os críticos são inúmeros: Jeffrey Sachs e Galbraith são unâmines em aconselhar que a política dos juros altos pregada pelo FMI é péssima para qualquer economia, e o próprio George Soros afirma que a principal preocupação do FMI é mais de proteger os investidores do que a economia que ele está ajudando. Finalmente, na semana passada, pudemos ler no **New York Times** um editorial contrapondo-se às soluções do FMI.

Então, a minha primeira pergunta – que as suas palavras já responderam mas para a qual eu gostaria que V. S^a desse maiores explicações – é: diante de tantas respeitáveis opiniões, V. S^a vai insistir nessa política de juros altos, levando as empresas brasileiras à falência, levando ao desemprego e ao aumento da nossa dívida interna?

A segunda questão é prática: acredito que V. S^a, como técnico competente, já tenha mecanismos para que o setor de fiscalização do Banco Central possa atuar com relação aos bancos nacionais e estrangeiros, sediados no Brasil, que estão especulando contra o real. Isso é o que eu gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Dr. Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA NETO – Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo.

Partilho da ansiedade de V. Ex^a quanto à taxa de juros e acredito que o programa que está sendo posto em prática agora permitirá uma queda responsável das taxas de juros sem as ameaças do passado, as ameaças do confisco, da inflação, que realmente foram caminhos que não trouxeram bem-estar à nossa população e ao desenvolvimento do nosso País.

Vejo hoje o FMI como financiador de um programa que é nosso. Sem o FMI, teríamos que fazer um programa mais duro. Infelizmente, essa é a realidade. Porém, continuo achando que o programa que temos permitirá a retomada do crescimento e a queda dos juros – de novo insisto – de forma responsável.

Quanto à especulação contra o real, o Banco Central tem interesse em ter certeza de que as regras do mercado e da ética sejam obedecidas. Isso é uma prioridade e será feito. Disso a Senadora pode ter certeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem V. Ex^a dois minutos para réplica se assim o desejar.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES – Estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Tem a palavra o Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, não tenho nenhuma pergunta a fazer ao Dr. Armínio Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Peço silêncio, por favor!

O SR. JADER BARBALHO – Eu gostaria de cumprimentar o Senado, na pessoa do nosso Presidente, e a Comissão, na pessoa de V. Ex^a. Estamos há mais de seis horas nesta reunião e não creio que foi demais ficar aqui esse tempo todo.

Neste momento, a sociedade brasileira está tendo a oportunidade de verificar que o Senado, pelas diversas representações partidárias, cumpriu o papel da representação parlamentar ao indagar, à exaustão, o indicado à Presidência do Banco Central sobre as mais diversas questões.

Portanto, quero, como Senador e como Líder do meu Partido, cumprimentar a Casa e, particularmente, os integrantes desta Comissão, assim como aqueles que, não o sendo, aqui compareceram.

O Senado precisava demonstrar, neste momento grave da vida brasileira, o seu interesse pela indicação do futuro Presidente do Banco Central e pelas questões que envolvem essa indicação.

Desejo cumprimentar o nosso sabatinado pelo equilíbrio com que se comportou. Efetivamente, o Dr. Armínio Fraga não é um político; e, por não ser um político, confessou essa sua posição. Efetivamente, é um técnico. Talvez um político, sabatinado da forma como ele foi, não tivesse condição de chegar ao final desta longa entrevista com a tranquilidade com que conseguiu se manter até o final.

A responsabilidade política da sua indicação é do Presidente da República, que deve ter feito a avaliação de que as suas condições técnicas...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Peço aos Srs. jornalistas silêncio, por favor.

O SR. JADER BARBALHO – ...valeriam a pena, pela sua contribuição à frente do Banco Central.

Não vou aliar-me, de forma alguma, às considerações, e não as recrimino porque a sociedade democrática tem que ser contraditória e pluralista. E aqui, efetivamente, se exerceu a democracia, mais uma vez, em relação às questões éticas.

Penso que V. S^a é um profissional como tantos outros. Se a pessoa para quem V. Ex^a trabalhou ganhou dinheiro, no Brasil, também os banqueiros tam-

bém têm ganho dinheiro há muito tempo. Há muito tempo ganham dinheiro aqui dentro, como ganha o Sr. George Soros lá fora. É a ciranda financeira lá fora e aqui dentro.

Todos estamos na expectativa, Dr. Armínio, de que V. S^a, com a competência profissional – que o Presidente da República deve ter avaliado –, efetivamente dê conta do recado, até porque não precisamos apenas mudar de rumo. V. S^a é um economista e nós, que não somos economistas, precisamos continuar a ter, se possível, admiração pela sua classe.

Estamos todos muito confusos. Já houve um governo que colocou no Banco Central alguém que era do mercado, para dar conta do Banco Central. Veio do mercado para o Banco Central, porque era um craque do mercado; entretanto, não deu certo. V. S^a sabe disso: V. S^a foi apresentado dessa forma. Estamos apostando que as condições técnicas e o embasamento técnico de V. S^a efetivamente dêem segurança à condução da política do Banco Central.

Temos assistido a economistas que dão palpite todo dia, alguns dos quais deixaram a inflação a 88% ao mês neste País. Entretanto, como este é um País de pouca memória, quem deixa ao País 88% de inflação ao mês também pode falar sobre economia, dar lições e indicar diretrizes, sem problema algum, porque, de certa forma, perdemos a memória.

Um dos projetos polêmicos no Senado, na Legislatura passada, foi a taxação de juros colocada na Constituição. Considerando-se isso como algo ridículo – não sou economista; sou um bacharel de província e tenho uma dificuldade imensa em economia – o Senado aprovou-o e foi recriminado por isso. Confesso que fiquei em dúvida, se se devia colocar tabela de juros na Constituição. Muitas pessoas disseram que isso era ridículo, que era uma piada sob o aspecto econômico. O Senado aprovou e agora o projeto encontra-se na Câmara. Fomos censurados.

Domingo, abro o jornal e, lá, um economista de renome nacional, cujo nome permito-me não declarar – dirigente de um importante banco –, numa longa entrevista, dizia que devímos tabelar juros no Brasil e que o dispositivo constitucional deveria ser adotado. Confesso que, de certa forma, quanto mais leio o que os economistas, no Brasil, escrevem, mais em dúvida fico.

Quero, portanto, Dr. Armínio Fraga, dizer que a responsabilidade política da sua indicação é do Presidente da República. O meu Partido é solidário com o Presidente da República e quero-lhe desejar boa sorte. Que V. S^a use a competência que dizem – e

que acredito – que V. S^a tem! É isso que nós e a sociedade brasileira esperamos.

Em nome do meu Partido, recomendo aos meus companheiros nesta Comissão que dêem este voto de confiança política à escolha do Sr. Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado, Senador Jader Barbalho.

Quero agradecer ao Dr. Armínio Fraga a maneira elegante, atenciosa, competente, equilibrada e paciente com que durante seis horas e meia respondeu perguntas de 37 Srs. Senadores. Peço a V. S^a que se retire da sala, para que iniciemos a votação, e aguarde o resultado na sala ao lado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Antes que o Dr. Armínio Fraga Neto se retire, ou por uma questão de ordem referente à arguição dos diretores do Banco Central, tendo ele convidado a equipe para se tornar, cada um, diretor do Banco Central, na medida em que a Mensagem Presidencial não indicou por que área cada um deles será responsável, avalio que seja importante, se puder o Sr. Armínio Fraga Neto, informar qual a respectiva área de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Suplicy, cada um dirá em qual área atuará e se submeterá às indagações de V. Ex^{as}.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O próprio seria que o Presidente da República tivesse indicado a área.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a pela maneira como conduziu os trabalhos, de forma a permitir que tivéssemos a completa arguição do Sr. Armínio Fraga Neto, com espírito de tolerância, permitindo que cada um dos Srs. Senadores pudesse argüi-lo da melhor maneira possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado. Inclusive, às vezes concedi o dobro do tempo.

Vamos iniciar a votação pela chamada nominal, por escrutínio secreto, utilizando o sistema de cédula.

(Procede-se à votação.)

Passo a Presidência ao Senador Bello / Par... para que eu possa votar.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, à ordem. Faltou o nome de um Senador do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Chamarei ao final o primeiro suplente.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Muito bem. Agradeço.

(Continua o processo de votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Encerrada a votação, convido como escrutinadores os Senadores José Eduardo Dutra e Osmar Dias. (Pausa.)

Proclamo o resultado: 21 votos "sim" e 6 votos "não".

Está aprovado, pela Comissão de Assuntos Econômicos, o nome do Sr. Armínio Fraga Neto. (Pausa.)

Vou interromper a reunião por um minuto.

(Interrompe-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Declaro reaberta a reunião.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, proponho que os cinco candidatos a diretores do Banco Central sejam sabatinados em conjunto e que, depois, façamos a votação de cada um separadamente. É essa a proposta que queria apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Submeto a proposta ao Plenário.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, possivelmente a batalha regimental que tivemos no início desta reunião teria sido evitada se houvesse, desde o início, a intenção de se estabelecer a negociação.

Desde ontem, propusemos não só a V. Ex^a, como o Senador Eduardo Suplicy propôs publicamente em aparte ao Senador Jader Barbalho, que se fizesse, primeiro, a sabatina do candidato a Presidente do Banco Central e, depois, dos onze candidatos a diretores. Infelizmente, o entendimento não foi feito, o que nos obrigou a utilizar o único instrumento que as minorias têm, que é exatamente o de cobrar a observância do Regimento.

Na medida em que V. Ex^a, democraticamente, acatou o encaminhamento e foi atendido aquilo que já havia sido, inclusive, objeto de uma proposta nossa, concordamos. E quero registrar, inclusive, que fizemos isso até em defesa do Senado, porque me preocupou uma matéria de **O Globo** ao relatar o procedimento:

"No momento em que passar a palavra ao Senador Suplicy, Fernando Bezerra vai anunciar que está aberto o processo de votação dos nomes de Ar-

mílio Fraga e dos cinco diretores. As urnas ficarão ao alcance dos Senadores durante todo o processo de sabatina. Desse modo, se algum deles quiser viajar, é só depositar o voto na urna e ir embora."

Somo-me, inclusive, às palavras do Senador Jader Barbalho a respeito da importância que teve esta reunião, independentemente das posições políticas e do mérito, e acredito que isso só foi possível exatamente porque V. Ex^a acatou o cumprimento do Regimento e a sugestão que fizemos no dia de ontem.

Nesse sentido, concordamos com a proposta do Senador Sérgio Machado.

A SRA. MARINA SILVA – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Eu queria apenas salientar que eu iria fazer essa proposta ao Plenário, mesmo porque eu, já nesta Comissão, assisti a várias práticas dessa natureza, sem nenhuma contestação de V. Ex^a. Inclusive, abertas as votações, os Senadores podiam votar e sair. E foi nesse sentido que, no momento em que V. Ex^a recorreu ao Regimento, imediatamente acatei sua proposição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É óbvio, Sr. Presidente. Não houve contestação antes porque não tivemos situações de tal gravidade. O Regimento é exatamente para garantir...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Eu quis dar um sentido prático, mas comprehendo perfeitamente a posição de V. Ex^a.

A SR^a MARINA SILVA – Eu queria fazer uma justificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senadora, desculpe, eu não a havia visto. V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a MARINA SILVA – São 15h49min e, neste momento, os únicos que têm "reservas cambiais" a queimar aqui são os Senadores Antônio Carlos Magalhães, José Eduardo Dutra e Hugo Napoleão. Eu e o Senador Edison Lobão já estamos no limite das nossas reservas; então, faço um apelo no sentido de que se faça a sabatina em bloco dos demais candidatos a membros da Diretoria do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – É exatamente o que faremos, nobre Senadora.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão ainda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permita fazer uma sugestão que acredito V. Ex^a considerará de bom senso. Para que não haja uma outra lista de inscrição, e como, inclusive, tive a oportunidade de ser o primeiro, proponho que a lista de inscrição seja a mesma, mas invertida. Tendo sido o primeiro, não terei qualquer problema, agora, em ser o último. Então, penso que seria justo até para os que não puderam inscrever-se tão rapidamente quanto nós o fizemos. Não me importaria de estar ao final, apenas para facilitar o prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Suplicy, agradeço a forma democrática com que V. Ex^a se coloca. Creio que, com a essência das questões abordadas, cada Senador que quiser interpelar os indicados que peça a palavra, a fim de que anotemos aqui, na ordem em que for pedida, se V. Ex^a concordar.

Pergunto a V. Ex^a, Senador José Eduardo Dutra, se podemos também – e essa prática já foi adotada aqui –, na medida em que fizermos a arguição, abrir a votação. Agradeço a V. Ex^a. Vamos determinar que se faça dessa maneira. Peço também aos Srs. Líderes que convidem para entrar na sala o Sr. Diretor do Banco Central.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Haverá cinco urnas então, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não, a proposta é que teremos uma cédula com cinco nomes. Nessa cédula, vota-se "sim" ou "não". Obviamente, deixando em branco, é porque se absolveu ou votou em branco.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, sugiro que se distribua a cédula agora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna.

SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente do Senado; Sr. Presidente da Comissão; Srs. Senadores; Srs. Indicados:

O Presidente da República indicou para serem diretores do Banco Central do Brasil os Srs. Daniel Luiz Gleizer, Edison Bernardes dos Santos, Luiz Carlos Alvarez, Luiz Fernando Figueiredo e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang. Os currículos foram por mim analisados, e todos os Senadores dispõem dos currículos sobre suas bancadas. Analisaram-se também as três condições de conhecimento, idoneidade e experiência.

O meu parecer, Sr. Presidente, é favorável aos cinco nomes. Pelo adiantado da hora, creio que não preciso ler o currículo de cada um e dizer as razões

do meu parecer. Os currículos foram analisados, todos os Srs. Senadores tiveram acesso a eles e, por essa razão, creio que meu voto poderá ser simplificado, sendo emitido em conjunto e favorável aos cinco indicados.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Ex^a me permite um aparte para esclarecimento, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Gostaria de saber se V. Ex^a recebeu da Presidência da República ou do Ministério da Fazenda comunicação sobre as áreas para as quais os diretores designados foram apontados, até para que, como Relator, V. Ex^a pudesse examinar se os indicados tinham currículo, experiência e notório saber nas áreas para as quais estão sendo designados. É a pergunta que formulo a V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA – Perfeitamente, Senador Eduardo Suplicy. Tenho alguns dados, não por indicação da Presidência, mas porque procurei me informar. Por exemplo, o Dr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang foi indicado para a Diretoria de Política Monetária.

O SR. EDUARDO SUPLICY – A informação que tenho pelo boletim eletrônico do Ministério da Fazenda, que infelizmente o Senado não recebeu,...

O SR. NEY SUASSUNA – Desculpé, Senador, eu me equivoquei.

O SR. EDUARDO SUPLICY – ...é que o indicado para Diretoria de Política Monetária seria Luiz Fernando Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Suplicy, permita-me interrompê-lo. Concederei a palavra a cada um dos indicados, e poderão dizer a área em que vão atuar e a forma como atuarão. Acredito que ficará nítido e claro para nosso entendimento.

O SR. NEY SUASSUNA – Obtive as informações para cada área. Equivoquei-me ao responder ao Senador Eduardo Suplicy: trata-se do Sr. Luiz Fernando Figueiredo o indicado para a Diretoria de Política Monetária. Cada um, ao ser interpelado, dirá qual sua área de atuação. Dessa forma, não teremos nenhuma dúvida. Creio que, com isso, encerra-se meu relatório, uma vez que teremos oportunidade de inquiri-los à exaustão; se preciso for. Encerro, portanto, meu voto, sendo favorável aos cinco indicados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Daniel Luiz Gleizer.

O SR. DANIEL LUIZ GLEIZER – Fui designado para a Diretoria de Assuntos Internacionais.

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Fernando Bezerra, Exmº Sr. Senador Bello Parga, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exmº Sr. Relator, Senador Ney Suassuna, demais Senadores, Senadoras, Senhoras e Senhores, gostaria de começar ressaltando a honra de submeter-me a este procedimento de arguição pública, na qualidade de indicado a integrante da Diretoria do Banco Central do Brasil. Serei breve nesta apresentação, para que passemos ao processo de arguição, que é o objetivo maior deste nosso encontro.

Vivemos um momento de intensa reflexão sobre a condução da política econômica no País. A turbulência financeira internacional que se iniciou na Ásia em meados de 1997 e propagou-se pelo mundo nos meses subseqüentes, somada às dificuldades de transformação definitiva do regime fiscal do País, inviabilizou a opção gradualista que pautava a condução da política econômica, culminando na flutuação do câmbio em 15 de janeiro do corrente ano. Essa importante alteração no regime monetário e cambial do País gera novas oportunidades e desafios para a formulação da política econômica, em particular, para atuação do Banco Central.

Conforme mencionado pelo Dr. Armínio Fraga, considerações históricas e analíticas demonstram que o foco primordial de um Banco Central é a manutenção da estabilidade de preços. Um fator fundamental para atingir essa meta é o estabelecimento de um regime formal que norteie a condução da política monetária. Esse regime consiste em um enunciado claro dos objetivos da autoridade monetária e dos elos entre esses objetivos e a condução da política monetária no dia-a-dia.

A transparência em relação às prioridades da política, a coerência entre os instrumentos e as metas e a clareza dos procedimentos operacionais são elementos essenciais do regime que contribuem para a credibilidade das políticas e para a reputação do Banco Central.

Enquanto vigorava o sistema de bandas cambiais, o regime monetário brasileiro era claro e simples. A taxa de câmbio proporcionava meta intermediária e a política monetária se pautava na manutenção da taxa de câmbio dentro de sua banda de flutuação. A combinação das taxas de juros e câmbio daí resultante era compatível com a meta de controle da inflação. A opção pelo sistema de flutuação

cambial impõe a adoção de um novo regime de condão da política monetária. Conforme mencionado pelo Dr. Armínio Fraga, um sistema de metas inflacionárias constitui-se na melhor alternativa.

Desse regime o Banco Central estabelece, de forma categórica, que sua meta primordial é manter a estabilidade de preços. Ao invés de ter como meta uma variável intermediária, tal como a taxa de câmbio ou os agregados monetários, que por sua vez afetam a taxa de inflação, o Banco Central impõe uma meta para a própria taxa de inflação. Em seguida, compararam-se previsões de inflação baseadas em um amplo leque de indicadores com a inflação desejada. As diferenças entre a previsão e a meta determinam o grau de ajuste da política monetária. Os efeitos imediatos da exagerada desvalorização cambial que se seguiu à adoção do regime de flutuação cambial determinam a necessidade de uma política monetária austera, para que reajustes de preços relativos e impactos transitórios não se propaguem pela economia.

A política monetária brasileira tem à sua frente a tarefa urgente de reconquistar a credibilidade, sem o apoio de uma meta cambial e diante de um exagerado ceticismo sobre as perspectivas da economia que se manifestem em uma escassez de recursos externos e uma taxa de câmbio excessivamente desvalorizada. Ceticismo exagerado, pois baseia-se em analogias internacionais inapropriadas, ignora características institucionais relevantes, tal como a estabilidade e solidez do nosso sistema político, e abstrai aspectos econômicos distintos da economia brasileira, tal como a complexidade e sofisticação do seu sistema produtivo. Câmbio real excessivamente desvalorizado, pois não representa uma situação de equilíbrio sob qualquer critério, dados os fundamentos que se delineiam para a economia brasileira.

A reconquista da credibilidade e a superação desse ceticismo requerem um esforço multifacetado. Precisamos não apenas da adoção de um novo regime monetário, mas da execução de uma política fiscal com ele compatível. Necessitamos adicionalmente esclarecer à opinião pública sobre as reais perspectivas da economia brasileira, salientando os avanços já obtidos e os planos para superação das dificuldades remanescentes.

À Diretoria de Assuntos Internacionais do Banco Central cabe um esforço coordenado e de longo alcance, que vise a aprofundar esse processo de esclarecimento, estendendo à investidores e autoridades estrangeiras, contribuindo para a reconquista da confiança no País. Paralelamente devemos trabalhar

na elaboração de estruturas que viabilizem novas captações de recursos externos a custos, prazos e condições adequadas ao financiamento do País. No âmbito fiscal, o Executivo, com o apoio do Congresso Nacional, caminha hoje para a geração de superávits primários superiores a 3% do Produto nos próximos anos.

Essa combinação de políticas deverá ser capaz de gerar, a médio prazo, taxas de juros reais compatíveis com a retomada do crescimento econômico em bases sustentadas, elevando a renda nacional e gerando novos empregos em um cenário de estabilidade de preços. Esses elementos são os reais pilares do processo de melhoria das condições de vida da população, que representa, em última instância, o objetivo maior da política econômica. É para o sucesso desse processo que gostaria de contribuir, se for aprovado nesta Casa, a partir da Diretoria do Banco Central do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. E coloco-me à disposição dos ilustres Senadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado. Concedo a palavra ao Sr. Edison Bernardes dos Santos.

SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS – Diretoria de Administração. Excelentíssimo Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal; Exmº Sr. Senador Fernando Bezerra, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmº Sr. Senador Bello Parga, vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmº Sr. Senador Ney Suassuna; Exmºs Srs. Senadores; demais autoridades; senhoras e senhores:

Eu gostaria inicialmente de registrar meus agradecimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso; ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan; e ao Dr. Armínio Fraga, pela confiança em mim depositada, e dizer do orgulho de estar nesta Comissão, cumprindo um preceito constitucional.

Convidado pelo Dr. Armínio Fraga para integrar a nova equipe à frente do Banco Central, não hesitei em aceitar o honroso convite, a despeito das profundas modificações estruturais com que se tem deparado a Instituição nos últimos anos. Todos sabemos que, no mundo inteiro, as organizações passam por grandes transformações. As empresas privadas nacionais avançaram muito em suas estratégias na busca da competitividade em um ambiente globalizado. O Estado brasileiro, por sua vez, vem se redimensionando e adequando suas funções à realidade

da Nação. Ao setor público se impõe atender melhor às necessidades e exigências do cidadão, seu principal cliente. São transformações que têm alterado substancialmente a maneira de gerir as organizações e as instituições no Brasil e em qualquer parte do mundo.

Bancos centrais de todos os países enfrentam desafios semelhantes, direcionando suas ações para manter a estabilidade de preços e zelar pela solidez dos mercados financeiros. Como responsáveis pela execução de políticas econômicas consistentes, com esses objetivos, suas ações afetam diretamente a vida do cidadão. E é exatamente por meio dos resultados dessas ações que se mede a responsabilidade que os seus administradores têm para com a sociedade. Entendo ser essa a principal razão da argüição pública por parte de V. Ex's, legítimos representantes dessa sociedade.

Ao longo de meus quase trinta anos de carreira no Banco Central, pude acompanhar-lhe o crescimento e participar de sua institucionalização como um dos órgãos mais importantes e significativos na vida dos brasileiros. Mas, certamente, os modelos de gestão que hoje precisamos empregar não são mais os mesmos de pouco tempo atrás. Até porque é imperioso que o Banco Central acompanhe a enorme velocidade com que ocorrem as mudanças em todos os campos da atividade econômica e humana.

Estão afetas à área de administração as atividades do meio circulante, da área de tecnologia da informação e o serviço de suporte, que mantém o funcionamento de sua estrutura.

A primeira diz respeito à função básica de satisfazer a demanda de moeda, atividade econômico-financeira do País, mantendo numerário em circulação na quantidade necessária em boas e seguras condições de uso pela população, racionalizando custos e desenvolvendo melhores processos de fabricação do dinheiro.

A segunda atribuição envolve, além das atividades de informatização dos serviços rotineiros, o desenvolvimento de estruturas de transmissão de dados e informações entre o Banco Central e as demais instituições do sistema financeiro e órgãos públicos. Os sistemas informatizados e o parque computacional são pilares fundamentais para o harmônico e seguro funcionamento das operações que transcendem em muito o sistema bancário.

Para o terceiro grupo de atividades administrativas, existem unidades que se encarregam da seleção, do treinamento, qualificação de recursos humanos, da administração orçamentária e orça-

mento contábil e da administração dos recursos materiais e gestão do planejamento.

O desempenho dessas atribuições envolve complexidades e desafios. A recente edição da Lei n.º 9.650, por exemplo, trouxe profundas modificações na relação de trabalho do Banco Central. Contudo, a instituição tem conseguido adequar-se aos preceitos organizacionais de um novo Estado, mas muito ainda precisa ser feito.

Há que se repor tempestivamente pessoal experiente que se aposentou em grande número. Portanto suprimento de recursos humanos, bem como um programa consistente e permanente de qualificação são metas que precisam ser perseguidas para responder de pronto a um mercado tecnicamente sofisticado e em constante mutação.

Garantir recursos, meios, para a fabricação de numerário, assim como instalações seguras e automatizadas para a movimentação da moeda são condições essenciais para o cumprimento da responsabilidade que se refere à administração do meio circulante.

O Sistema de Informações do Banco Central, conhecido por Sisbancen, sustenta nas vinte e quatro horas do dia, direta ou indiretamente, todas as atividades financeiras do País. Mantê-lo, pois, tecnologicamente atualizado é um dos pontos que requer atenção especial da administração do banco, procurando-se afastar quaisquer possibilidades de risco ou interrupção.

Se o Sisbancen promove a integração virtual do Banco Central com a sociedade, as representações regionais são a nossa presença física nas principais praças do País. Por meio delas se executa função de saneamento do meio circulante, desenvolvem-se atividades nas áreas de organização e fiscalização de instituições financeiras e nas áreas de câmbio e registro de capitais estrangeiros, dentre outras.

Maior consciência dos indivíduos como cidadãos e consumidores levou os brasileiros a tornarem-se mais críticos e exigentes, cobrando do Governo e de suas instituições medidas de proteção e resguardo de direitos. Como resultado, aumentou a cobrança social da ação mais efetiva do Banco Central. Cresceu a necessidade da adoção de medidas para torná-lo mais transparente. Por essa razão, tem-se procurado estabelecer um contato mais estreito com a sociedade, em todas as regiões do País. Diversas iniciativas já foram adotadas, mas muito ainda precisa ser feito. É preciso ampliar os canais de informação direta com o cidadão. Esses contatos podem

aliás funcionar como um canal de mão dupla, servindo também para a obtenção de informações valiosas junto aos usuários dos serviços financeiros. Isso pode indicar eventualmente mudança, inclusive na edição de normas de fiscalização, assim como para empreender campanhas de esclarecimento ao público. Ainda neste contexto, sem dúvida, o banco precisa se fazer entender melhor, se comunicar melhor com os diversos segmentos sociais; e nessa linha se reveste da maior importância o fortalecimento da parceria com o Congresso Nacional, em especial com esta Casa.

Para dar cumprimento a todas essas atribuições, mantendo-se indispensável austeridade nos gastos públicos e à vista das restrições orçamentárias, impostas pelos necessários ajustes por que passa o País, temos um grande desafio: as ações deverão ser priorizadas, de forma a garantir ao banco o seu funcionamento e o alcance de sua meta. Consciente da grande responsabilidade do Banco Central como mantenedor da estrutura econômico-financeira do País, compreendo o objetivo que se impõe às organizações públicas de se fazer mais com menos e paradoxalmente com exigências de eficácia cada vez maior.

O sucesso de cada uma das atribuições do Banco Central dependerá da maneira pela qual a área de administração difunda o emprego de práticas de gestão atualizadas e condizentes com a realidade presente.

Muito obrigado. Estou à disposição de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Alvarez, indicado para Diretor de Política Monetária.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Ex.^{mo} Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal; Ex.^{mo} Sr. Fernando Bezerra, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Ex.^{mo} Sr. Senador Bello Parga, Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Ex.^{mo} Sr. Senador Ney Suassuna, Exm^{os}. Srs. Senadores e Senadoras, senhoras e senhores, não poderia começar esta apresentação sem fazer três registros que considero de máxima importância. O primeiro é consignar meus agradecimentos ao Dr. Armínio Fraga Neto; ao Ex.^{mo} Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; pela confiança depositada ao proporem a minha indicação para exercer o elevado cargo de Diretor do Banco Central

do Brasil, responsável pelos assuntos da área de fiscalização.

O segundo é ressaltar a satisfação e o orgulho de comparecer a esta Casa para cumprir um preceito constitucional que considero de extrema relevância e que fortalece a harmonia entre os Poderes Executivo e Legislativo de nosso País.

O terceiro é assinalar que a minha indicação, caso venha a ser aprovado por esta Casa, significará o coroamento de uma carreira iniciada no Banco Central do Brasil há 25 anos, sempre na área de supervisão bancária, e exercida com dedicação e preocupação de bem servir ao País.

O sistema financeiro, e em especial o sistema bancário, possui, sem dúvida, um papel de extrema relevância do desenvolvimento econômico das nações. A percepção do grau dessa relevância, entretanto, vem crescendo acentuadamente em nível mundial, não só pelo avanço do processo de globalização e pelo aumento do volume das transações financeiras realizadas, mas pela constatação de que sistemas bancários fragilizados dão origem a crises econômicas ou potencializam problemas de qualquer natureza enfrentados pelo lado real da economia.

Assim, na atualidade, não basta uma nação ter fundamentos macroeconômicos sólidos para assegurar um desenvolvimento econômico sustentável. É necessário também possuir um sistema financeiro sólido, eficiente e sobretudo confiável.

As contundentes evidências hoje presentes no cenário mundial não deixam dúvidas sobre o elevado custo imposto aos países que permitiram a ocorrência de crises bancárias. Nesse sentido, a existência de uma adequada regulação e supervisão do sistema financeiro é absolutamente fundamental.

O sistema financeiro brasileiro passou por profundas transformações ao longo desta década. A abertura da economia brasileira, a redefinição do papel do Estado e a estabilidade monetária alcançada com o advento do Plano Real produziram impactos significativos sobre o nosso sistema. Só o estancamento do processo inflacionário acarretou uma perda estimada em torno de R\$9 bilhões por ano de receitas para o sistema bancário, com a quase eliminação do ganho oriundo do chamado **float**.

Como consequência dessas profundas transformações, foram implantadas medidas de ordem conjuntural de grande importância e repercussão, tanto de ordem conjuntural, para resolver a crise que se aproximava, como de ordem estrutural, estabelecendo as bases para uma supervisão adequada e

para a existência de um sistema bancário sólido e eficiente.

As principais medidas de ordem estrutural foram:

a) o aprimoramento do escopo legal de atuação do Banco Central na área de supervisão, substanciado na Lei nº 9.447/97, elaborado com a grande contribuição dos Srs. Deputados e Senadores, permitindo a esse órgão dispor de instrumentos para atuação de ordem preventiva;

b) a criação do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, instrumento privado de seguros de depósitos cobrindo até R\$20 mil por depositante;

c) a criação da Central de Risco de Crédito, sistema informatizado onde ficam registradas todas as operações de crédito, a partir de R\$50 mil por cliente, permitindo ao sistema bancário melhor análise de sua política de crédito e ao Banco Central atuação mais tempestiva na identificação de riscos de perdas em operações de crédito e de uma visão completa do grau de endividamento dos bancos;

d) a elevação do nível de capital mínimo requerido para as instituições com base nos artigos ponderados pelo risco em níveis inclusive superiores aos estabelecidos pelo Comitê da Basileia;

e) a exigência ao sistema financeiro do estabelecimento e manutenção de controles internos eficientes e adequados;

f) a introdução de aperfeiçoamentos relevantes nos procedimentos de fiscalização e supervisão, principalmente com a adoção da inspeção global consolidada cujo objetivo é o de obter total conhecimento do conglomerado econômico-financeiro com uma avaliação global de todas as áreas e aspectos que possam representar quaisquer tipos de risco, permitindo, assim, uma atuação eficaz e preventiva do Banco Central;

Tenho condições de afirmar que o sistema financeiro hoje está muito mais sólido do que estava em 1994. De fato, os últimos meses têm demonstrado a solidez do sistema que, diferentemente do que ocorreu em outros países recentemente, tem funcionado como amortecedor às turbulências observadas na economia. Igualmente, dada a saúde do sistema, em nenhum momento esse tem constrangido a implementação das políticas macroeconômicas.

Ao mesmo tempo em que tenho convicção de que muito já se avançou em matéria de reestruturação do sistema, a supervisão deve estar sempre atenta buscando aperfeiçoar-se cada vez mais e adotar sempre uma postura pró-ativa antecipando problemas e fornecendo soluções adequadas no

momento certo. Certamente muito há que se fazer no sentido de continuar avançando na área de supervisão. Cabe acrescentar a esse respeito que uma supervisão bancária eficiente e eficaz, reconhecida nacional e internacionalmente, por si só constitui fator de grande importância para a credibilidade do sistema financeiro, contribuindo para a realização de transações e redução de seus custos.

Outra área de grande prioridade para a supervisão bancária refere-se à questão da mudança de data após 31 de dezembro de 1999 e suas repercussões sobre sistemas computadorizados, o conhecido problema do **bug** do milênio. A supervisão bancária tem atuado de forma muito próxima junto a instituições financeiras que estão bastante avançadas na correção de seus sistemas. Vem promovendo também, em coordenação com entidades de classes, testes integrados, câmaras de compensação, bolsas etc. que permitem detectar de forma antecipada qualquer área de vulnerabilidade. Essa área certamente continuará sendo prioridade ao longo de 1999.

Outra área de trabalho futuro diz respeito à questão da lavagem de dinheiro. Com a recém-aprovada Lei nº 9.613, de 1998, que tipifica como crime autônomo a lavagem de dinheiro, o Banco Central, em seu âmbito, vem estruturando um conjunto de medidas e procedimentos que permitirá uma efetiva implantação dos conceitos da política que conheça o seu cliente. Com isso, buscar-se-á minimizar a utilização do sistema financeiro como canal para a prática de lavagem de recursos.

Por fim, gostaria de enfatizar a importância, como foi dito anteriormente, da solidez do sistema financeiro como condição essencial para se alcançar a estabilidade e o desenvolvimento econômico. Por conseguinte, adequada supervisão bancária que promova o fortalecimento do sistema financeiro deve ser, antes de tudo, objetivo da Nação. Na execução desse objetivo, tenho certeza, não só o Executivo, por meio do Banco Central, mas também o Legislativo e o Judiciário têm papel importante a desempenhar.

Coloco-me à disposição de V. Ex^a para quaisquer esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado, Dr. Alvarez.

Peço-lhe desculpas por haver trocado as atribuições de V. S^a, que é da área de fiscalização e não de política monetária, como eu havia dito.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Fernando Figueiredo, indicado para o cargo de Diretor da Área de Política Monetária.

O SR. LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO – Exm^a Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado, Exm^a Sr. Fernando Bezerra, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exm^a Sr. Bello Parga, Vice-Presidente desta Comissão, Exm^a Sr. Senador Ney Suassuna, Exm^s Srs. Senadores e Senadoras membros da Comissão, minhas senhoras e meus senhores, é com grande prazer e muita honra que venho aqui apresentar-me a V. Ex^ss, encarregados de arguir indicados à Diretoria do Banco Central.

De início, gostaria de lhes falar um pouco sobre como vejo o momento no qual estamos vivendo. Saímos de um câmbio praticamente fixo para um câmbio flutuante e estamos em pleno processo de transição, onde passamos de um sistema de âncora cambial para um novo sistema de ancoragem, de expectativas e preços. A transição altera substancialmente a forma de lidar com um preço extremamente relevante da nossa economia, que é a taxa de câmbio.

A mudança do regime cambial e seus impactos sobre a economia implicam um período de adequação no qual a política monetária, assim como a fiscal, têm um papel decisivo para minimizar os efeitos colaterais dessa transição. Esses efeitos se traduzem, em grande parte, em um realinhamento de preços. Cabe ao Banco Central trabalhar de forma a que tenhamos simplesmente uma acomodação de preços e não permitir, em hipótese alguma, a volta da famigerada inflação.

Uma vez superada essa primeira etapa, passaremos, gradualmente, a um ambiente econômico livre da antiga armadilha de um pequeno crescimento, armadilha essa gerada pelas sucessivas crises externas por nós vivenciadas nos últimos dezoito meses. A partir daí, sim, poderemos, então, crescer a taxas adequadas a um país forte e dinâmico como o Brasil, tendo taxas de juros dentro de padrões aceitáveis e um expressivo aumento da oferta de emprego.

A função do Banco Central será a de administrar e operacionalizar a política monetária dentro de um novo regime cambial, de maneira a alcançarmos, com maior brevidade possível; essa fase que se segue. As mesas de taxas de juros e de câmbio deverão passar a operar de maneira conjunta, dentro da Diretoria de Política Monetária, permitindo um avanço na eficiência da administração desses importan-

tes mercados que formam dois dos mais relevantes preços da economia. Além disso, diante da dinâmica hoje existente no mercado financeiro, precisamos acelerar e ampliar os processos de desregulamentação, tais como o mercado de câmbio, o excessivo volume de cunhas, compulsórios e outros entraves que acabam tornando a intermediação financeira um custo adicional para toda a nossa economia.

Finalmente, devemos manter, de forma inequívoca, as regras de atuação e negociação dos mercados de contratos existentes, ampliando sempre o nosso compromisso com a transparência, pré-requisito básico para nossa credibilidade e confiabilidade.

Não mais me alongarei em meus comentários, aguardando firmemente eventuais questões que V. Ex^{as}s acharem relevantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, indicado para exercer o cargo de Diretor de Política Econômica do Banco Central.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Exm^o Sr. Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, Exm^o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Fernando Bezerra, Exm^o Sr. Vice-Presidente da Comissão, Senador Bello Parga, Exm^o Sr. Senador Ney Suassuna, Exm^{as} Sr^{as} Senadoras, Exm^{os} Srs. Senadores, senhoras e senhores, nosso País vê-se em face de uma nova realidade: conviver com um regime de câmbio flutuante.

Quando se considera a experiência internacional, nota-se que, à exceção do caso ainda muito recente do euro, que é a moeda da União Europeia, a opção pelo câmbio flutuante, sem dúvida, representa a melhor alternativa para um país como o nosso, de dimensões continentais, de população e de economia importantes no contexto mundial.

O sistema cambial flutuante significa que o poder de compra do Real não está atrelado a nenhuma outra moeda. Por sua vez, isso faz com que seja necessária uma mudança de prioridades na agenda brasileira. A política fiscal passa a ser o principal determinante da estabilidade e dos juros reais da economia. Mas, para que essa estabilidade se reflita nos preços de forma sustentada e permanente, torna-se imprescindível que seja introduzido num horizonte não muito distante um novo regime monetário que complementará a austeridade fiscal.

Como o Dr. Armínio Fraga mencionou, o objetivo dessa política será o de perseguir metas inflacio-

nárias específicas de longo prazo. Metas inflacionárias são o substituto moderno das metas monetárias. Ao longo das décadas de 70 e 80, observou-se que a ligação entre moeda e preços existe, mas sofre de dois inconvenientes: primeiro, uma intervenção nos instrumentos monetários leva muito tempo para agir nos preços, fato que já era de conhecimento de Milton Friedman. Fazendo uso de dados da economia norte-americana, Friedman calculou que o impacto da política monetária nos preços verifica-se em média em nove meses.

Segundo, a amplitude desse efeito é muito variável, uma vez que há inovações financeiras que tornam a moeda manual cada vez mais desnecessária. As inovações financeiras eram relativamente sem importância no início do século. Mas, a intensidade e velocidade com que essas têm ocorrido atualmente fazem com que o impacto da política monetária tradicional na inflação seja mais lenta, seja mais e mais de difícil previsão.

Dessa forma, embora metas monetárias continuem sendo úteis, tornou-se evidente que um controle de uma gama mais ampla de variáveis macroeconômicas teria que ser utilizado para atingir resultados diretos mais eficazes na taxa de inflação.

Por esse motivo, vários países na década de 90, resolveram passar ao sistema de metas inflacionárias. Nova Zelândia e Chile foram os precursores em 1990, seguidos de Israel, Canadá, Inglaterra, Suécia, Finlândia, Austrália e Espanha. A adoção de metas inflacionárias em substituição as tradicionais metas monetárias está sendo discutida em vários países, inclusive nos Estados Unidos. Menciono isso em particular porque é lá o berço da teoria usual, tradicional do controle monetário.

Esse é o sistema que será adotado no futuro no Brasil, e é aí que pretendo concentrar boa parte de meus esforços, ajudando na implantação desse novo regime de política monetária, aliada à fundamental tarefa de elaborar monetários, de balanços de pagamentos e fiscais e de analisá-los, é importante que seja mencionado o papel da pesquisa. Para a introdução do sistema de metas inflacionárias, é preciso que o Banco Central do Brasil tenha capacidade autônoma de pesquisa, isso porque esse regime monetário requerá a construção de modelos macroeconômicos complexos que necessitarão ser estimados e avaliados continuamente.

Além disso, os técnicos envolvidos terão que interagir com instituições acadêmicas e com departamentos de pesquisa de outros bancos centrais para que se mantenham atualizados. Dessa maneira

ra, será indispensável a estruturação e formação de um grupo do Banco Central para atender a essas novas exigências.

Essas são as considerações iniciais que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Srs. Senadores, de acordo com o que foi aprovado pelo Plenário, a palavra será facultada a cada um dos Senadores que a pedirem pela ordem.

O processo de votação já está liberado. Os Srs. Senadores devem dirigir-se ao Senador Bello Parga, de quem receberão a cédula, e à cabine de votação.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Pergunto, inicialmente, ao Sr. Luiz Fernando Figueiredo, responsável pela política monetária o seguinte: a que S. S^a atribui a atual instabilidade do mercado cambial no Brasil? Qual a relevância do mercado paralelo nesse mercado?

A segunda pergunta será para o Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, responsável pela política econômica. A insustentável política de juros elevados no longo prazo imporá uma redução brusca das taxas de juros em algum momento deste ano. Quais os pré-requisitos necessários para a baixa de taxa de juros no Brasil? Como S. S^a como avalia a possibilidade da volta da inflação por falta de capacidade fiscal de rolagem de dívida interna?

Pergunto para o Sr. Daniel Luiz Gleizer, da área internacional: como S. S^a avalia as possibilidades da conta de transações correntes do balanço de pagamento após o ajuste da taxa de câmbio?

Gostaria de saber do Sr. Luiz Carlos Alvarez, responsável pela área de fiscalização, como S. S^a avalia a importância da fiscalização preventiva para a estabilidade do sistema bancário? Quais os recursos de pessoal de que o banco dispõe para fazer essa fiscalização? Esses recursos são suficientes? Existe um planejamento estratégico para a fiscalização bancária?

Finalmente, Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, pergunto ao Sr. Edison Bernardes o seguinte: o Banco Central tem desenvolvido programa de renovação institucional e de informática visando adequar-se às complexas missões que lhe são imputadas?

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao primeiro inquirido, Sr. Luiz Fernando Figueiredo.

O SR. LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Com relação à atual instabilidade no mercado de câmbio, tenho a dizer que estamos num processo de transição de um regime de câmbio fixo, o sistema de bandas, para um sistema de câmbio flutuante. É normal que aconteça um processo como esse numa primeira etapa de acomodação do sistema a essa nova realidade. Por intermédio de todas as políticas implementadas pelo Banco Central e pelo Governo como um todo, com uma ajuda muito relevante desta Casa e de todo o Congresso, a tendência é que, no curto prazo, esses preços venham a estabilizar-se e acomodar-se.

Até o ano de 1988/89, o mercado paralelo tinha algum destaque, alguma relevância. A partir de 1989, vimos passando por um processo de grandes mudanças e de liberação do nosso regime cambial, dos nossos controles de câmbio, etc, culminando com a criação do mercado flutuante. Desde então, uma série de operações realizadas no mercado paralelo foram entrando na economia formal, transformando o mercado paralelo num mercado praticamente sem nenhuma relevância.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Diretor do Banco Central inquirido pelo Senador Ney Suassuna.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Obrigado pelas perguntas, Senador Ney Suassuna. Elas ajudam muito no esclarecimento de questões. Os juros elevados, no longo prazo, realmente estavam numa trajetória insustentável nesses últimos 18 meses pelo menos. Havia duas razões principais para isso. A primeira era que a austeridade fiscal acabou não vindo no passado. Em segundo lugar, havia a necessidade de se manter uma taxa de câmbio quase fixa ou com a desvalorização pré-fixada. A partir de novembro, houve uma mudança substancial desse quadro, em primeiro lugar com grande apoio do Congresso, aprovando uma austeridade fiscal bastante importante que deverá produzir superávits, como mencionou o Dr. Armínio Fraga, superiores a 3% do Produto Interno Bruto na área primária. Esse é o primeiro ponto importante que garantirá que os juros terão que ser mais baixos, porque haverá menos necessidade de o Governo pegar dinheiro emprestado para pagar.

Em segundo lugar, a simples mudança da política de câmbio fixo para a de câmbio flutuante, já em si mesma, traz uma grande alteração e uma diminuição da taxa de juros reais. Isso ocorre por um motivo muito simples: agora não há mais necessidade de se impedir que o capital saia na marra. Não é preciso haver o risco da desvalorização cambial e não é preciso pagar por esse risco, como, aliás, já foi mencionado também na primeira sabatina de hoje. Esses dois fatos por si sós são os que garantirão os juros mais baixos.

Mais ainda: estamos, como mencionei, tentando modificar procedimentos de política monetária. O procedimento de política monetária atual, que ainda será utilizado por algum período de transição, que não deverá ser muito longo, é o procedimento tradicional de controle de juros e agregados monetários. Como eu disse, esse procedimento acaba funcionando, mas é ineficiente, já que, na verdade, exige juros reais mais elevados do que os necessários para controlar a taxa de inflação. A mudança do regime monetário para metas inflacionárias também permitirá a diminuição da taxa de juros real.

Por fim, há necessidade de volta da inflação por falta de capacidade fiscal de rolagem da dívida? A nossa dívida pública com percentagem do PIB não é tão grande assim para padrões internacionais; mesmo depois da desvalorização, se se fizer uma contabilidade muito conservadora, essa dívida está na faixa de 45% do PIB. Mesmo durante os períodos mais graves do Brasil, quando da hiperinflação de 1989, não houve problema com a rolagem da dívida. Esse ponto é muito importante e deve ficar claro. É claro que, a longo prazo, quando se analisa a relação entre dívida pública e o Produto Interno Bruto, pode-se perguntar se essa relação aumentará ou não. Claramente, com o Programa de Austeridade Fiscal acoplado ao sistema de câmbio flutuante e com a implantação da nova política monetária, haverá uma estabilização da relação dívida/PIB em valores não muito superiores ao que mencionei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) – Concedo a palavra ao terceiro Diretor do Banco Central a ser inquirido.

O SR. DANIEL LUIZ GLEIZER – Senador Ney Suassuna, obrigado pela importante pergunta.

Tem havido bastante apreensão com relação à trajetória do nosso déficit em transações correntes, e o impacto da mudança de regime cambial sobre essa variável é da maior importância. A alteração do regime cambial promove um realinhamento impor-

tante na taxa de câmbio real, que promove a competitividade das exportações brasileiras, tende a reduzir as importações e afeta os demais componentes da conta de transações correntes.

É possível trabalhar com a hipótese de que a conta comercial melhorará bastante nos próximos meses, e o mesmo deve acontecer com os demais componentes da balança de transações correntes, tais como a conta de viagens internacionais e a conta de turismo, que vêm se comportando bastante adversamente e com o respaldo de uma política fiscal consistente e responsável, uma política monetária apropriada e a volta da confiança no País, outras contas, tais como, por exemplo, a conta de remessa de lucros e dividendos, que se comportou de forma bastante adversa no segundo semestre do ano passado, devem apresentar melhorias significativas.

É, portanto, possível vislumbrar uma situação na qual o déficit entre ações correntes se reduza para patamares compatíveis com o fluxo de investimentos diretos no País, condição salutar de sustentabilidade das contas externas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Dr. Edison Bernardes.

O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS

– A pergunta que me coube foi sobre o Programa de Renovação Institucional e de Informática para atender à realidade atual. O Banco Central tem de fato adotado, em especial na última década, renovação em todas as suas formas de atuar. Desde os idos de 1990, a Diretoria do Banco Central passou a atuar em colegiado. O Programa de Modernização está sendo implantado no Banco Central; o planejamento estratégico foi feito e está em cumprimento, atendendo às reais necessidades de todas as áreas da instituição, desde as áreas de manutenção da sua estrutura e funcionamento, de seus sistemas de informática, a parte de fiscalização, a parte de normatização. O parque computacional do Banco é um dos mais atualizados ultimamente. Apesar de eventuais dificuldades orçamentárias, o Banco Central tem procurado se manter tecnologicamente atualizado a fim de atender a demanda de um sistema financeiro cada vez mais complexo e que requer decisões mais rápidas.

Em minha fala, mencionei que essa é uma das maiores preocupações desta administração e, caso aprovado, estando à frente da Diretoria de Administração, estarei envidando esforços voltados exatamente para a parte da atualização institucional, principalmente em áreas que dão suporte a outras áreas

fins do Banco Central, ou seja, a parte de informática e a parte de funcionamento de toda essa estrutura, as quais nossos colegas aqui apresentaram.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado. Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra, em seguida o Senador Jefferson Péres e o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, a exemplo do que fez a Senadora Marina Silva na sabatina do Dr. Armínio Fraga, farei perguntas objetivas, com dois minutos no máximo, e depois peço mais tempo para a réplica.

Pergunta ao Sr. Edison Bernardes. Diz respeito à totalidade de funcionários do Banco Central em áreas que não são suas áreas fins, particularmente fiscalização, supervisão bancária, administração de reservas etc. A Secretaria Executiva do Banco Central, por exemplo, que até há pouco era dirigida por V. S^a, segundo consta, possui um contingente de aproximadamente 200 funcionários, sendo a maior unidade do Banco Central, em detrimento da área de supervisão. Gostaria de saber se V. S^a tem alguma posição a respeito de mudança desse quadro.

Pergunta dirigida ao Sr. Luiz Carlos Alvarez. Atualmente, a estrutura organizacional do Banco Central atribui a função de supervisão bancária ao Departamento de Fiscalização e a função de fiscalização das operações cambiais ao Departamento de Câmbio; portanto, subordinados a duas diretorias distintas e, portanto, sob a orientação de duas chefeas de departamentos distintos. Além disso, a expedição de normas que devem regulamentar o sistema financeiro encontra-se subordinada à Diretoria de Normas, descolada, assim, da experiência prática que a atividade de supervisão propicia. V. S^a acredita que esse é o layout adequado para o Banco Central? Não seria melhor unificar essas funções em diretorias, para que garantissem maior eficiência à fiscalização?

Agora, a mesma pergunta ao Sr. Daniel e ao Sr. Sérgio: o Deputado Aloízio Mercadante fez um pronunciamento na Câmara a respeito de uma inversão da posição do total dos bancos no mercado de câmbio, às vésperas da mudança cambial. Segundo ele, no dia 11 de janeiro, a situação do mercado era vendida em um total de 800 milhões, e no dia 12 – portanto véspera da desvalorização cambial – passou a ser comprada em 200 milhões, uma inversão global de 1 bilhão em um dia.

Entre os bancos relacionados pelo Deputado Aloízio Mercadante estão o Garantia e o BBN, bancos de que V. S^as são egressos. Gostaria de saber

se os senhores podem dizer, perante a Comissão, se a posição do Garantia e do BBN, respectivamente, correspondem ou não a essa informação do Deputado Aloízio Mercadante, nos dias 11 e 12. E caso V. S^as adotem – o que julgo mais provável – a mesma estratégia do Dr. Armínio Fraga, de invocar a ética profissional, quero saber se V. S^as, na condição de diretores do Banco Central, estão dispostos a estabelecer um processo de fiscalização sobre esses dois bancos particularmente, para ver se o comportamento deles foi ou não suspeito nesse período.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Na ordem em que foram feitas as perguntas pelo Senador José Eduardo Dutra, facuto a palavra aos Srs. Diretores para suas respostas.

O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS – Muito obrigado.

Sr. Senador José Eduardo Dutra, de fato, a Secretaria Executiva do Banco Central, sob a minha gestão, transformou-se numa das maiores unidades em número de funcionários, pela seguinte razão: a Secretaria Executiva, quando criada, juntou, num só componente, todas as atividades que davam suporte aos diversos diretores e seus gabinetes. Racionalizamos toda a área meio, a parte de secretaria, de apoio de material, e tivemos que criar subsecretarias institucionais, voltadas para o atendimento dos diversos assuntos da responsabilidade da Secretaria Executiva, como por exemplo a Secretaria do Conselho Monetário. Ela é um componente, uma subsecretaria que cuida especificamente da Secretaria de Apoio ao Conselho Monetário, que é, por força de lei, responsabilidade do Banco Central. E a própria diretoria, além de outras comissões, tipo Comorc etc. Uma pequena Secretaria de Administração foi criada para dar suporte a todos esses componentes até então dispersos.

Posteriormente, pela necessidade de maior relacionamento com a sociedade, foram criadas duas outras subsecretarias: uma voltada para o Congresso, que foi a Secretaria Parlamentar; até então uma pequena assessoria, que entendíamos, à época, que não conseguia cumprir sua finalidade; então criamos uma subsecretaria voltada especificamente para esse fim; e uma outra Secretaria de Relações Institucionais, porque o Banco também carecia disso. Tínhamos uma assessoria voltada para a área de imprensa, mas faltava ainda uma parte de interação com organismos, mesmo públicos, internacionais inclusive. E essa Secretaria de Relações Institucionais foi criada voltada para isso. Dentro da Secre-

taria de Relações Institucionais, foram criados os programas de contato com o público, com a sociedade, vamos dizer assim, e ela hoje é responsável por isso.

Então, pode parecer que de fato é uma secretaria grande, no seu volume de funcionários, frente a outros departamentos do Banco Central. Temos, no Banco Central, por exemplo, departamentos com dezenas de funcionários que respondem por atividades específicas e precisam de poucos funcionários – funcionários altamente qualificados para tratar especificamente daqueles assuntos.

A Secretaria Executiva toma conta de uma gama enorme de atividades, voltadas tanto para a Diretoria quanto, eventualmente, para o Conselho Monetário, como citei, e voltadas, agora, para o atendimento ao cidadão, que é a parte de relações internacionais com as nossas centrais de atendimento por todo o Brasil. Essa é a razão de a Secretaria ter uma quantidade de funcionários maior do que alguns departamentos da área de fiscalização. Entendemos que as áreas-fim do Banco são as que precisam ter, realmente, um número adequado – não necessariamente a maior quantidade – de funcionários tecnicamente qualificados para aquelas funções.

Perdemos, sim, ao longo dos últimos anos, muitos funcionários, em especial nessas áreas em que há necessidade de alta qualificação. E digo mais: a partir de agora, iremos implementar um programa voltado – isso já vinha sendo implementado, mas vamos intensificar esse programa – para racionalizar a área-méio, de forma que as pessoas que têm qualificação ou que possam ser treinadas atendam melhor as áreas-fim do Banco, como, por exemplo, a fiscalização.

Essa é a razão de uma Secretaria Executiva, que, na verdade, era um gabinete, passar a ter várias outras funções e, com isso, ter um quadro de funcionários aumentado – um número realmente bastante elevado frente a outros departamentos.

Muito obrigado.

O SR. DANIEL LUIZ GLEIZER – Exmº Senador José Eduardo Dutra, as suas questões foram bem colocadas.

Esclareço que, no que tange àquilo que é mais importante, que é a questão de risco e de prevenção, as operações de câmbio são fiscalizadas pelo Departamento de Fiscalização. O Departamento de Câmbio tem um trabalho muito mais voltado para o aspecto formal de algumas questões específicas,

que têm diminuído ao longo do tempo, até pela própria desregulamentação.

Com relação à área normativa, para a efetividade da supervisão é muito importante que as áreas trabalhem integradas. Não é tão importante saber se é uma ou se são duas áreas; importante é que elas trabalhem integradas.

O Banco Central, na área de normas, tem uma demanda muito grande em razão da excessiva regulamentação existente para áreas como crédito rural, consórcio, aplicações de fundações e uma série de outras. Essas atividades não têm um vínculo muito estreito com a supervisão. O que não pode ocorrer é separação da regulamentação que chamamos prudencial, ou seja, a regulamentação que quer prevenir crises, dar poderes à supervisão, controlar o funcionamento do sistema. Essa não pode ser desassociada.

Pessoalmente, defendo a unificação da melhor forma que for possível. Quanto mais unificado, melhores serão as condições de assumir a responsabilidade de zelar pelo sistema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra,...

O SR. DANIEL LUIZ GLEIZER – Gostaria de responder a indagação do nobre Senador José Eduardo Dutra.

Primeiro, gostaria de esclarecer que a minha atribuição no Credit Swiss First Boston/Garantia era dirigir o Departamento de Pesquisa Macroeconômica da Instituição para a América Latina. Nunca estive envolvido com a tomada de decisões relativas a operações e não tenho conhecimento de fatos relativos às operações que foram efetuadas naquele dia ou em qualquer outro dia.

No que diz respeito à forma como denúncias desse tipo devem ser apuradas, como já foi mencionado, a Diretoria de Fiscalização está empenhada em esclarecer essas e quaisquer outras denúncias procedentes com relação à forma como as instituições financeiras brasileiras se comportam no mercado. Respondo de forma categórica com relação à minha disposição de empreender a fiscalização do Credit Swiss ou de qualquer outra instituição, caso essas denúncias venham a ser apresentadas.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – A sua pergunta, Senador José Eduardo Dutra, foi boa, inclusive, para esclarecer esse ponto. Fiz minha carreira toda praticamente acadêmica, até que em janeiro de 1994 passei a ser Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia, substituindo

o Professor Mário Henrique Simonsen, quando ele saiu da direção.

Em agosto de 1994, com a aquiescência do meu então chefe, Mário Henrique Simonsen, recebi um convite e acabei indo para o mercado financeiro. Nunca deixei de dar aula na escola, em momento algum. Continuei dando aula, mesmo de graça – cheguei a dar aula por dois anos, de graça, ganhando zero.

Na primeira semana de dezembro, comuniquei ao Presidente do Banco minha intenção de sair. Não havia necessidade de eu sair do Banco às pressas, para voltar à vida acadêmica, à Escola de Pós-Graduação em Economia na Fundação Getúlio Vargas, ou seja, no dia 31 de dezembro, larguei a diretoria executiva do Banco, responsável pelas áreas de pesquisa e gerenciamento de risco, que não são áreas operacionais, e passei um mês em transição, num trabalho em que se mantêm relações muito importantes, apresentando os contatos pessoais que eu tinha às pessoas do Banco e montando meu escritório, de volta, na Fundação Getúlio Vargas. No dia 1º de fevereiro eu estava na Fundação Getúlio Vargas como professor pesquisador titular, como está no meu currículo, de modo que eu já não era mais diretor executivo do Banco e não tinha conhecimento algum das operações que estavam sendo feitas. Essa é a primeira coisa que quero deixar bem clara.

Em segundo lugar, faço minhas as palavras de Daniel Gleizer e do Dr. Armínio Fraga, pois de modo algum uma instituição ou outra será protegida. Se as denúncias forem apresentadas, serão apuradas com rigor idêntico ao de todas as outras que são apresentadas ao Banco Central.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador José Eduardo Dutra, V. Exª tem a palavra para a réplica. São dois minutos por cada um dos cinco diretores. Pediria a V. Exª que reduzisse 50% do tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Na verdade, o perfil majoritário do conjunto de Diretores está relacionado com o tema da discussão quando da sabatina do Dr. Armínio Fraga, e diz respeito a essa profunda relação, quase que simbiótica, entre o Banco Central e o sistema financeiro privado nacional e internacional.

Dos seis Diretores, incluindo o Presidente, que estão sendo sabatinados, quatro são oriundos diretamente do mercado financeiro: o Dr. Armínio Fraga; um, do Garantia; um, do BBM; e um, do BBA. Não

há suspeita sobre a honestidade dos mesmos, como já foi dito na sabatina anterior, mas volto a insistir na questão da mulher de César, com base em fatos muito objetivos.

O Deputado Aloizio Mercadante fez um pronunciamento, na Câmara dos Deputados, a respeito da posição do mercado de câmbio à vista, uma inversão muito grande, exatamente na véspera da mudança cambial, e cita uma série de bancos. Os Srs. Senadores que tiverem a curiosidade de pegar os jornais de abril de 1995 verão o noticiário a respeito de uma informação semelhante que prestei, naquela ocasião, a partir de posturas suspeitas por parte de alguns bancos com relação ao mercado à vista.

Também naquela ocasião, eu, assim como o Deputado Aloízio Mercadante fizemos questão de dizer que essas informações eram relativas ao mercado à vista. Assim como o Deputado Aloízio Mercadante está pedindo informações, naquela ocasião eu solicitei que o Banco Central fizesse auditoria nesses bancos, tanto com relação ao mercado futuro, quanto às operações de swap indexadas à variação cambial.

Se os Srs. Senadores tiverem a curiosidade de pesquisar, verão que, na lista de 95, pelo menos quatro bancos são coincidentes: o ING, o Pactual, o Matrix e um outro de que não me lembro agora. Na ocasião, para rebater uma ação claramente de defesa do interesse público, para que o Banco Central apurasse – também naquela época não estava sendo feita acusação alguma –, o Presidente da República colocou em questão o meu caráter e o Dr. Péricio Arida, a minha capacidade.

O Dr. Péricio Arida, anteriormente a sua vinda a esta Comissão, disse que, em uma reunião secreta do Senado Federal, ele exporia os estudos que o Banco Central havia feito. A reunião secreta foi feita, no entanto, o Dr. Péricio Arida não expôs os dados, o que propiciou um comentário do então Senador Esperidião Amin: "Ele nada esclareceu, mas acredito nele." A velha discussão de fé.

A partir daí fiz um requerimento oficial ao Banco Central para que me fornecesse aquela investigação que havia sido feita. Sugerí que se retirassem os nomes das instituições, que se colocassem bancos A, B, C, D ou E, para tentar receber as informações e não a resposta de que não poderia responder porque o sigilo bancário não permitia. Mesmo assim o Dr. Péricio Arida respondeu, dizendo que não podia mandar as informações porque o sigilo bancário não permitia.

A respeito de um desses bancos, o Matrix, é interessante estabelecermos uma certa, também, lem-

braça. Na ocasião, o Dr. Pérsio Arida era Presidente do Banco Central e os donos do Matrix eram os Srs. André Lara Resende e Luiz Carlos Mendonça de Barros. Decorridos três anos, surge um outro fato ainda também não devidamente esclarecido: o possível favorecimento ao Banco Opportunity no processo de privatização das teles. O dono do Opportunity era o Dr. Pérsio Arida. O Ministro das Comunicações era o Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros, então Presidente do Matrix em 95. O Presidente do BNDES era o Dr. André Lara Resende, também dono do Matrix em 95.

Podem dizer que são ilações, coisa da Oposição. Mas o fato é que há uma troca de figurinhas: num dia, um vai para um lado do balcão; no outro dia, pula o balcão e está do outro lado. Sempre a alegação do Governo e do Banco Central para impedir a investigação é: "Não, são denúncias sem fundamento, não devem ser apuradas, não têm sentido, não têm qualquer credibilidade." E nós continuamos nessa relação, insisto, promiscua entre o Banco Central e instituições financeiras privadas.

O BBA emplaca mais um diretor. Aliás, o BBA, em matéria de bolsa de apostas para indicar diretor do Banco Central, é pule de dez. O BBA: B de Bracher, B de Bacha, A de Arida. Todos três anteriormente diretores ou presidente do Banco Central.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nós continuamos numa situação em que essa relação Banco Central e Banco Privado me lembra aquela brincadeirinha de criança, os escravos de Jó: vão se trocando as pedras. "Escravos de Jó jogavam caxangá, banqueiros com banqueiros fazem ziguezigue-zá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) - Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, peço desculpas aos colegas da Comissão, pois a hora já vai adiantada. Não compareci a esta Comissão apenas com o intuito de fazer um questionamento mais duro ao Dr. Armínio Fraga. Tenho algumas preocupações também com questões de ordem técnicas e que gostaria de levantar. É claro que essas questões seriam muitas, mas só vou fazer três pequenas. Duas aos Dr. Sérgio Werlang e uma ao Dr. Luiz Fernando Figueiredo.

Dr. Werlang, ao que tudo indica, o Banco Central optou pela política cambial de flutuação suja: vai evitar intervir no mercado, mas quando houver sinais de histeria, de pânico, ele intervirá. Parece-me que a política será essa. No entanto, parece-me que isso

tem um limite, a não ser que as condições mudem. As nossas reservas cambiais estão hoje em torno de US\$25 ou 26 bilhões, não computados os US\$9,5 bilhões de repasse do FMI e que não podem ser aplicados no início. Pelo acordo feito com o FMI, se as nossas reservas caírem para algo abaixo de US\$20 bilhões, nós estaremos em moratória técnica. Isso vai-nos criar um problema. O Banco Central pode intervir até certo ponto. Mas a minha preocupação é que a capacidade de intervenção do Banco no mercado vai até o ponto em que as reservas se aproximarem, perigosamente, dos US\$20 bilhões, quando o sinal vermelho será aceso. Qual seria a política do banco a partir daí? Deixaria flutuar livremente ou continuaria queimando as reservas?

Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta, ainda para V. S^a, é sobre a dívida pública. V. S^a poderia respondê-la? Eu concordo inteiramente com V. S^a. Aliás, trata-se do óbvio e ululante. O nível da dívida pública em termos do percentual do PIB é relativamente baixo, no Brasil – menos de 50% do PIB. O problema é o perfil da dívida. Trata-se de uma dívida de curtíssimo prazo. Isso é insustentável. O País tem que fazer o alongamento dessa dívida, mas isso acarreta um problema muito sério, com V. S^a sabe. O problema conjuntural é a rejeição do mercado a títulos de prazo mais longo. Segundo, isso não pode ser imposto ao mercado porque criaria um problema muito sério para os bancos – o descasamento entre as duas pontas: a captação e a aplicação. Os bancos não poderiam aceitar porque isso poderia quebrá-los.

Pergunto a V. S^a: quais as ações que o Banco Central pensa desenvolver no sentido de apressar esse processo de alongamento da dívida?

Dr. Luiz Fernando Figueiredo, há muito tempo, devido às condições internas brasileiras – dívidas, inflação desvairada, natureza dos títulos públicos –, o Banco Central deixou de usar um importante instrumento de política monetária, as operações de **open market**. Pergunto a V. S^a se há condições ou se haverá a curto prazo ou se o banco procurará criar condições para que essa importantíssima ferramenta que determina o nível de liquidez da economia poderá ser usada novamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Dr. Sérgio Werlang.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Senador Jefferson Péres, suas perguntas são realmente muito boas e nos permitem esclarecer vários pontos.

Em primeiro lugar, a política cambial de flutuação suja, na verdade, quer dizer o seguinte: essencialmente o câmbio é flutuante. V. Ex^a tem que entender um problema muito grave que havia. Toda a nossa legislação cambial foi preparada, durante anos e anos, para conviver com o câmbio fixo. O que acontece é que hoje o mercado está muito longe de ter aquele grau de liquidez e transparência que gostaríamos num país que tem câmbio livre. Logo, uma das tarefas dessa diretoria que está vindo aqui com o Dr. Armínio é justamente preparar o nosso Banco Central para viver com o câmbio flutuante. O senhor tem toda razão quando fala dos problemas da flutuação. Então, pode ser necessária uma ou outra intervenção curta quando há problemas de liquidez aqui e ali que exacerbam o preço.

Em relação especificamente às reservas, veja bem: o programa do FMI está no momento sob revisão. Ocorre que eu, particularmente, não sei como está isso. Diferentemente do Dr. Armínio, não fui contratado como assessor do Ministério da Fazenda e, portanto, não sei desses detalhes. Propositadamente, não quis tomar conhecimento do que está acontecendo. Mas, pelo comunicado que foi lançado no dia 4 de fevereiro, o FMI está ciente de que tudo isso tem que ser amarrado num acordo. Basta ler o comunicado de 4 de fevereiro, conjunto entre o Ministro Malan e o FMI. De modo que é justamente o programa do Fundo que vai determinar de forma objetiva a revisão do programa do Fundo, que vai permitir o que se pode e o não se pode fazer e até que grau.

Eu, na verdade, não tenho idéia de como está o andamento e não sei dizer-lhe. O Dr. Armínio poderia dar explicações um pouco mais detalhadas, mas eu não posso.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Essa pergunta eu ia fazer a ele, mas não houve tempo.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Perfeito. Há um outro ponto que o senhor tem que levar em consideração. Houve uma grande alteração do preço da moeda. De modo que fica hoje muito mais simples financiar o balanço de pagamentos. Hoje, provavelmente, financiaremos o balanço de pagamentos quase que exclusivamente com investimentos diretos, como Daniel Gleizer mencionou há algum tempo, porque as importações caíram muito, aumentarão muito as exportações, as viagens internacionais foram reduzidas, etc. Então, diminui também o problema de financiamento substancialmente simplesmente pela alteração do câmbio.

Quanto à dívida pública, quanto ao termo "dívida pública", V. Ex. fez uma excelente pergunta. É sempre bom deixar esse ponto muito claro. De fato, o endividamento é relativamente baixo, e o perfil é um pouco de curto prazo. Por isso, quando da pergunta do Senador Ney Suassuna, fui tão específico em mencionar que problemas de rolagem não tivemos nem durante o período da hiperinflação.

O problema não é a rolagem. O problema é as pessoas olharem e acreditarem que aquilo tem um horizonte sustentável a longo prazo e é justamente a mudança para câmbio flutuante, a austeridade fiscal, a nova meta de política monetária e, é claro, o acordo com o FMI que vão permitir que tenhamos sustentabilidade. O alongamento será voluntário. Serão oferecidos diferentes títulos. O Dr. Luís Fernando Figueiredo até poderá falar um pouco mais, mas certamente aumentar-se-á a gama de produtos que poderão ser oferecidos ao mercado para que eles possam ter dívidas públicas em diversas outras modalidades. É isso o que eu teria a dizer.

O SR. LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO – Exmo. Senador Jefferson Péres, quanto a sua questão para mim com relação ao mercado de **open market**. Na verdade, o mercado de **open market** interbancário existe, porque os bancos têm um fluxo de caixa diário e eles precisam esse tipo de mercado. O objetivo de ter acabado o mercado de **open market** foi porque passamos um processo de inflação, em que os fluxos financeiros eram de curtíssimo prazo, para um processo em que praticamente não havia inflação. O objetivo foi alongar os prazos, ou seja, o ciclo econômico da economia, de modo que as empresas pudessem tomar capital num prazo mais longo, na verdade, incentivar, por intermédio de vários instrumentos, que a economia fosse gradualmente alongando os seus prazos, o que é muito importante.

Há dois problemas muito sérios para as empresas no Brasil: um deles é o custo da taxa de juros; o outro é o perfil da dívida que elas fazem. Quer dizer, não é só o custo. Num período de instabilidade, elas não são capazes de tomar dinheiro por um prazo muito longo, o que seria compatível com o investimento das empresas.

Muito bem. Hoje, o que temos, do ponto de vista de empresas e de clientes em geral, é uma carência para CDBs de 30 dias e para fundos de renda fixa de 60 dias. Espera-se que, no futuro – quando tivermos uma situação estabilizada e depois desse incentivo –, os fluxos financeiros se alonguem, e que

se possa permitir novamente que essa modalidade de operação ocorra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente Fernando Bezerra; Sr. Vice-Presidente Bello Parga; Sr. Relator Ney Suassuna; meus nobres pares, Srs. e Srs. Senadores, eu gostaria de cumprimentar toda a diretoria, já em fase de aprovação, e desejar êxito, uma vez que acredito na aprovação de seus nomes; acredito ainda no espírito público ao aceitarem tamanho desafio.

Vou fazer uma única indagação e deixarei a cargo dos próprios diretores indicarem qual seria o mais adequado para responder à minha indagação.

Agora que o País vai trabalhar com uma taxa flutuante, eu gostaria de saber se este não seria o momento adequado para que fosse liberada à rede bancária a aceitação de depósito de moeda estrangeira. Não é a dolarização, mas a simples aceitação de depósito em moedas estrangeiras. Gostaria de saber se isso não favoreceria o fim do famoso depósito de colchão, se não favoreceria o ingresso de moeda, o repatriamento de milhares de dólares ao nosso País e se isso não se transformaria num mecanismo de fortalecimento dos nossos depósitos bancários. Eu gostaria de saber, na visão da diretoria, quais seriam as consequências da adoção dessa medida e qual o posicionamento dos diretores acerca desse assunto. Seria somente essa a pergunta.

Muito obrigado.

O SR. DANIEL LUIZ GLEIZER – Senador Eduardo Siqueira Campos, na verdade, isso pode, no futuro, ter sentido. Ocorre que, hoje, na prática, as pessoas têm acesso a títulos com cláusula de variação cambial. Portanto, não há necessidade, dada a necessidade de as empresas fazerem **hedge** ou de as pessoas, ao se sentirem, em algum momento, confortáveis por ter ativos em dólares, de abrir uma conta em dólar. Quer dizer, atualmente, qualquer cidadão, qualquer empresa, possui facilidade absoluta para ter seus ativos dolarizados. Há fundos cambiais, títulos públicos cambiais, instrumentos financeiros de derivativos, etc., que cumprem muito bem esse papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

Já são decorridas oito horas e vinte e um minutos de reunião da Comissão. Peço a V. Ex^a que seja o mais objetivo possível.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Procurarei atender à solicitação de V. Ex^a, Sr. Presidente.

Pergunta ao Sr. Luiz Fernando Figueiredo, indicado para Diretor da área de política monetária.

Em virtude de ter o mesmo sido Diretor do Banco Nacional, gostaria de saber se ele pode nos explicar, ao tempo em que participou da direção como Diretor-Adjunto do Banco Nacional, qual a natureza dos problemas ocorridos que levaram o Banco Nacional a sua absorção, por meio do Proer, pelo Unibanco?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Suplicy, creio que a pergunta de V. Ex^a foge aos objetivos. Não estamos aqui para investigar por que o Banco Nacional fechou. Mas para avaliar a capacidade técnica, moral ou ética dos candidatos a diretores do Banco. Pediria a V. Ex^a, porque é regimental, que se ativesse às questões pertinentes ao objetivo da nossa reunião.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Sr. Presidente, na medida em que os diretores do Banco Central serão responsáveis pela aplicação do Proer, se há um candidato que foi, inclusive, diretor do Banco Nacional, de fevereiro de 1992 a maio de 1993, de um banco que foi absorvido pelo Unibanco, através do Proer, gostaria que S. S^a explicasse – e penso que é perfeitamente adequado e pertinente a pergunta que faço –, porque quero que S. S^a, como também o diretor indicado para a área de fiscalização, faça uma avaliação dos efeitos do Proer. A avaliação que tenho, Sr. Presidente, é que precisamos estar examinando quais são os efeitos de alguns instrumentos de política econômica adotados pelo Governo Fernando Henrique, nesses últimos quatro anos e dois meses. Um é o Proer e o outro é o próprio processo de privatização.

O que gostaria de solicitar do Sr. Luiz Fernando Figueiredo, bem como do Sr. Luiz Carlos Alvarez – que será o responsável pela fiscalização e pelas questões do Proer, até porque foi também o Sr. Alvarez o diretor do conselho que elaborou o regime de administração especial no Banco Nacional, e depois interventor no Banco Bamerindus, portanto conhece muito bem esse mecanismo – que examinas-

sem à luz dos efeitos sobre o processo de concentração da renda e da riqueza.

Sr. Presidente, V. Ex^a faz um protesto só por causa da qualidade da minha pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não, dirigi-me ao Senador Sérgio Machado.

O SR. EDUARDO SUPILY – Senador Sérgio Machado, V. Ex^a está protestando contra a minha pergunta juntamente com o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Suplicy, não houve nenhum comentário que partisse de algum Senador em relação a V. Ex^a. Eu apenas na pergunta inicial, e dei razões claras por que intervi, e V. Ex^a tem toda liberdade para fazer a pergunta que quiser.

O SR. EDUARDO SUPILY – A minha preocupação, Sr. Presidente, é que dezenas de bilhões de reais têm sido canalizados pelo Banco Central para instituições financeiras, consideradas como saudáveis, a fim de absorver os ativos de instituições financeiras que, por problemas tais – imagino que o Sr. Luiz Fernando Figueiredo conheça bem – levaram instituições a serem fechadas, a situações de insolvência.

Então, o que aconteceu? O Governo brasileiro instituiu o Proer. Por meio do Proer, o Banco Central canaliza recursos a taxas de juros bem menores do que de mercado, provendo empréstimos para os proprietários de instituições financeiras, em princípio saudáveis, absorverem aqueles ativos e, inclusive, podendo abater pelo menos 30% do prejuízo demonstrado pelas instituições que foram fechadas, mas absorvidas pelas outras, do Imposto de Renda a pagar. Trata-se, portanto, na avaliação que faço, de um processo que contribui para a concentração de renda e de riqueza em uma nação que já tem índices recordes de desigualdade. Peço aos dois Diretores a quem perguntei que façam uma avaliação dos efeitos do Proer no que diz respeito aos aspectos de concentração de renda e riqueza.

Ao Sr. Daniel Luiz Gleizer, que cuidará da área internacional, pediria que fizesse uma avaliação dos efeitos da desvalorização havida desde o início de janeiro, quando o dólar estava cotado em U\$1,21, até o presente instante, em que o dólar está cotado em torno de U\$2,07. Registrou-se, portanto, uma desvalorização, nesse período, da ordem de 71%. Em consequência dessa desvalorização muito acima do que esperavam, segundo as autoridades econômicas do Governo, quais são os instrumentos reco-

mendáveis de controle do fluxo de capitais de curto prazo ou quaisquer outros de controle cambial que possam, inclusive, ser compatibilizados com a taxa flutuante de câmbio? Assinalo que Francisco Lopes, quando estava para ser indicado para a Presidência do Banco Central, fez-me uma visita, na véspera de sua arguição, ocasião em que me explicou que havia estado na África do Sul em julho do ano passado e, ali, observou o sistema de taxa flutuante de câmbio. Tive o cuidado de pedir ao nosso Embaixador Oto Agripino Maia que enviasse as informações sobre os sistemas de controle cambial na África do Sul e sobre o regime cambial lá existente. De fato, na África do Sul há o sistema de taxa flutuante, mas com inúmeros controles. Os residentes na África do Sul ou cidadãos sul-africanos residentes no exterior estão sujeitos aos controles cambiais, só podem transferências para fora do país dentro dos limites previstos e mediante autorização específica do **Reserve Bank**. E há uma série de detalhamentos.

Gostaria de saber em que medida V. S^a está estudando regimes, inclusive de taxas cambiantes, que têm formas de controle cambial como os adotados pelo Governo Nelson Mandela? Se conhece tais sistemáticas ou se está considerando em virtude da desvalorização que está acima daquela que o Governo imaginava?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Suplicy, apelo a V. Ex^a que seja breve. Decorrem onze minutos que V. Ex^a está com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPILY – Sr. Presidente, farei ainda uma pergunta ao Sr. Edison Bernardes dos Santos, tendo em vista que ele é o Presidente da Centrus, que é o fundo de pensão dos funcionários do Banco Central.

Gostaria de saber se V. S^a pode nos descrever a maneira como os fundos de pensão têm interagido para adquirir o controle parcial das empresas estatais e como é que V. S^a avalia o processo de concentração de renda e de riqueza que, pelo mecanismo de privatização, está sendo instituído pelo Governo Fernando Henrique Cardoso? Por que razão?

Tem sido utilizado para todo o processo de privatização um mecanismo bastante complexo. O BNDES financia grupos financeiros privados para adquirir as ações dessas empresas. Ademais, o Banco do Brasil, por exemplo, avalia empréstimos dos grupos que adquirem ações de empresas estatais. Além disso, há indicações de que o Governo Federal coordena as decisões de fundos de pensão

que também participam de inúmeras aquisições de empresas estatais.

O que se nota é que há um apoio do Governo Federal, propiciando a certos grupos, e, por vezes, até repetindo os grupos, para aquisição da empresa a, b, c, ou d, e assim por diante, diversas empresas estatais, facilitando o processo de controle de tais empresas.

Eu gostaria que, sendo o Presidente da Centrus, explicasse-nos a sua avaliação se considera que está havendo um processo de concentração que precisaria ser mais bem estudado, e se recomenda ao Presidente Fernando Henrique e à equipe econômica cuidado com esse processo de concentração de renda e de riqueza, e se há procedimentos que recomenda num sentido diferente.

E ao Sr. Sérgio Werlang, que tem aqui a maior experiência acadêmica, inclusive com muitas contribuições, em termos de publicações, eu gostaria que fizesse uma avaliação de procedimento com respeito às metas de política econômica.

V. Ex^a mencionou as metas de inflação. Então, como responsável pela política econômica, na medida em que estará interagindo com os demais responsáveis pela elaboração da política econômica, porque a política monetária e a política de taxas de juros têm enorme influência sobre recessão, desemprego, distribuição da renda e da riqueza, eu gostaria que dissesse que proposições irá formular a equipe econômica ao Ministro da Fazenda, ao Ministro do Planejamento, para que o Brasil deixe de ser um dos campeões mundiais da desigualdade sócio-econômica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a despendeu 16 minutos na sua questão.

Pela ordem das questões, peço aos Srs. Diretores do Banco Central que respondam ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, a palavra será concedida ao Senador José Fogaça.

O SR. LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO – Com relação à questão do Banco Nacional, há duas coisas que eu gostaria de comentar.

O meu cargo na Instituição era de Diretor-Adjunto da área de câmbio, portanto, a minha atividade era restrita à área de câmbio especificamente. Portanto, não tinha acesso à informação dos ativos do Banco, etc.

A outra questão é que eu estive lá um ano e dois meses somente. Entrei em fevereiro de 1992 e saí em maio de 1993, muito antes de qualquer coisa

a respeito do Banco Nacional, que aconteceu, se não me engano, entre agosto e setembro de 1994.

Com relação ao Proer, o Proer teve vários objetivos muito importantes. O objetivo básico e prioritário do Proer, que foi sem dúvida alguma alcançado, foi proteger o cidadão e não o banqueiro. O banqueiro foi processado, mas foi a fórmula legal de, não protegendo o banqueiro, proteger o cidadão. O Proer possibilitou a passagem do Brasil pelas crises que nós vivemos, sem nenhum problema, em termos razoáveis no sistema financeiro. Na verdade, foi um ponto de não fragilidade do país nessas situações que vivemos há dezoito meses. E a terceira questão é que todos os países que não fizeram o mesmo, ou seja, que não protegeram seu sistema financeiro sofreram muito mais do que os países que tiveram essa atitude.

Não tenho dados sobre os custos. O que sei é que o nível de custo do Proer brasileiro foi muitíssimo menor do que a maioria dos países que tiveram que tomar a mesma atitude. É isso. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Senador Eduardo Suplicy, as perguntas foram muito bem colocadas; a preocupação de V. Ex^a é pertinente. Numa democracia, realmente deve-se tomar muito cuidado com a alocação de recursos.

Mas queria deixar V. Ex^a tranquilo, porque a dedução de imposto de renda do Proer se aplicava apenas a uma situação, qual seja, a incorporação. Essa dedução já estava prevista na legislação de imposto de renda; ela apenas foi aperfeiçoada. E não ocorreu em caso prático algum; não houve ocorrência alguma da espécie. A legislação foi preparada para uma situação que pudesse ocorrer; e ela não ocorreu em caso algum. O Unibanco não incorporou o Nacional, o Excel não incorporou o Econômico, o HSBC não incorporou o Barmerindus – ele levou ativos e passivos. Então não houve dedução fiscal alguma. O prejuízo ficou com o Nacional. Como o Nacional já tinha recolhido imposto sobre lucros inexistentes, na realidade ele recolheu mais imposto do que seria devido.

A segunda questão é um esclarecimento: os empréstimos não foram dados aos compradores. O Unibanco não tomou empréstimo no Proer; foi dado empréstimo à própria instituição. Com relação...

O SR. EDUARDO SUPILCY – Isso eu havia dito.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Não a instituição Unibanco.

O SR. EDUARDO SUPILY – O Unibanco, sim, recebeu recursos...

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Não, mas ele não recebeu empréstimo, ele não ficou devendo. Ele recebeu recursos para contrabalançar os depósitos que recebeu e tinha que pagar para a clientela; apenas isso.

O SR. EDUARDO SUPILY – A taxas bem menores do que as de mercado.

O SR. LUIZ CARLOS ALVAREZ – Não, o Unibanco não tomou emprestado; ele recebeu recursos sem taxa alguma. Para assumir um depósito para pagar, precisa receber um ativo. Então, ele recebeu recursos, imóveis, empréstimos, tudo, para equilibrar apenas a conta, para não tomar prejuízo.

Com relação ao que o Dr. Luiz Fernando Figueiredo falou, tenho dados aqui que permitem dar uma visão de como o Proer foi interessante. Os dados são do World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional de maio de 1998:

Alguns custos, em porcentagem do PIB de alguns países que sofreram crise bancária: a Argentina, 13%; Chile 19%; Finlândia, 8%; México, 12%; Espanha, 15%; Noruega, 4%; Suécia, 4%; Estados Unidos, 5%; Uruguai, 31%; Venezuela, 17%.

No caso do Brasil, os volumes de recursos emprestados ao Proer foram 20 bilhões – esse número não está atualizado –, 20 bilhões, dos quais 30% foram empréstimos à Caixa Econômica Federal, que não tem dúvida alguma do retorno. Do restante, 30% já foram pagos; e do montante que falta, todos eles têm garantia em títulos do governo. Ainda que todos os empréstimos não fossem pagos, o custo seria muito mais baixo do que qualquer outro país do mundo. A propósito, temos sido alvo de visitas de Fundo Monetário Internacional, Bird, para saber como conseguimos fazer um processo com um custo tão baixo. Evidentemente, o custo final terá que ser apurado no processo final das liquidações, mas não tenho a menor dúvida de que foi um dos programas mais inteligentes do mundo no processo de enfrentar a crise bancária.

O importante, a meu ver, é mais do que isso: é aprender a lição de que é necessária uma supervisão bancária eficiente, prudente, proativa para que não ocorra a crise. Ocorrendo a crise, o problema torna-se seriíssimo, pode quebrar um país. E é isso que essencialmente deve-se tentar evitar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo à palavra ao Dr. Edison.

O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS

– Muito obrigado. Sr. Senador Eduardo Supilcy, vou me ater à questão da Centrus, fundo do qual participo como membro do Conselho de Curadores.

O SR. EDUARDO SUPILY – Presidente do Conselho, membro que é presidente é especial.

O SR. EDISON BERNARDES DOS SANTOS

– Na verdade os fundos de pensão hoje talvez sejam um dos poucos instrumentos de poupança, a longo prazo, que a sociedade brasileira dispõe. Não acredito que haja um processo – vamos dizer assim – de concentração de riquezas. Pelo contrário, acho que há até uma democratização de riquezas quando os participantes de um fundo podem, através desse fundo, participar de diversas empresas.

No caso da Fundação Banco Central, a pergunta que V. Ex^a colocou – o controle parcial de empresas estatais –, a nossa Fundação tem, no início de todos os anos, um plano de aplicações aprovado para o ano. Temos uma filosofia de aplicações, onde são traçados os objetivos da Fundação, e em seguida aprovamos um plano onde a Fundação irá colocar os seus recursos com vista ao seu objetivo maior, que é atender a questão previdenciária de seus participantes. Acontece dessa forma na Fundação. Existe uma filosofia de investimentos, aprovada pelo Conselho, e um plano de investimentos para cada ano, o qual, obviamente, é feito como uma meta a ser atingida durante aquele exercício.

De um modo geral, a participação em empresas, como a questão da privatização de empresas, fica a critério de cada fundo, dentro da sua filosofia de investimentos, participar ou não da privatização de empresas. Obviamente, quando há interesse de sua diretoria e de seus membros do conselho, propõe-se a participação de empresas estatais ou de empresas privadas mesmo. Essa é a filosofia do nosso caso.

Recomendar que se tenha no País fundos de pensão seria um dos pontos principais – vamos dizer assim – da atual política de Governo. Acho que o Governo mesmo está preocupado em criar fundos de pensão, oferecer aos seus servidores. A Reforma da Previdência vem nesse sentido, exatamente como uma das formas de se buscar a poupança de longo prazo para o cumprimento de objetivos previdenciários ao final da carreira desses funcionários. Acredito que esse é um dos passos importantes na condução, daqui para a frente, da criação de fundos de pensão, voltados inclusive para o setor público.

Essa é a minha previsão a respeito dos fundos de pensão.

Muito obrigado.

O SR. DANIEL LUIZ GLEIZER – Agradeço ao ilustre Senador a pergunta formulada. Conforme mencionei na minha breve apresentação, acredito que a taxa de câmbio se encontra nesse momento excessivamente desvalorizada, qualquer que seja o critério de avaliação utilizado para fazer essa estimativa.

Parece-me, entretanto, que a forma de colaborar, de produzir uma reversão desse processo é através da implementação de um conjunto de políticas macroeconômicas consistentes, conforme mencionei, com o apoio da política fiscal ora sendo implementada. Essa taxa de câmbio deve voltar para um patamar bastante mais razoável. E conforme mencionou também o Dr. Sérgio Werlang, em resposta a uma das perguntas, a regulamentação do mercado de câmbio deve ser alterado de forma propícia, adequando-o a um sistema de câmbio flutuante.

Devo reconhecer que não conheço as especificidades da experiência sul-africana. Reitero, porém, a nossa determinação em utilizar a experiência internacional, qualquer que ela seja, de forma a aprimorar a política econômica brasileira.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Foi uma pergunta bastante boa.

O objetivo da política econômica é o crescimento a longo prazo, com proteção ao menos favorecido. Isso é o que eu, particularmente, penso.

Hoje em dia, temos que conseguir chegar a uma situação em que consigamos viver com uma estabilidade de preços sem sobressaltos, neste mundo em que vivemos, que quer queiramos quer não tem mais competição internacional.

Por isso, tendo em vista a situação de austeridade fiscal que o Congresso contribuiu muito para aprovar, tem contribuído consistentemente, temos que diminuir a ineficiência de carga tributária, etc. Tudo isso já sabemos que temos de fazer, pois já houve ampla discussão do assunto pelo Congresso.

No entanto, uma vez que temos uma moeda própria que não se ancora em outra para determinar o seu valor, devemos ter um Banco Central moder-

no, preparado para conviver com isso. É importante deixar claro o papel do Banco nesse contexto.

O Dr. Armínio há pouco se referiu ao papel do Banco Central: assegurar a moeda estável ao menor custo possível. Como eu disse, há a possibilidade de manter sempre a nossa moeda estável – ela ficou estável durante muito tempo, mas a um custo de juros muito grande.

O Banco Central tem de fazer a ponte para a estabilidade. Temos de aprender a conviver com o câmbio flutuante. Há necessidade de modificação de metas monetárias tradicionais para aquelas que sejam inflacionárias, diretamente. É muito importante que a estrutura do Banco Central faça isso de forma autônoma, sem a necessidade de buscar alguém da área acadêmica. Meu maior desafio será montar uma estrutura de pesquisa autônoma, capaz de, por conta própria, se manter nessa instituição. Esse é o desafio que vou enfrentar com muita disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Eduardo Suplicy, pretende fazer a réplica?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se for possível, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Certamente, Sr. Senador. Concedo-lhe a palavra, solicitando-lhe apenas que, na medida do possível, procure limitar-se ao tempo que lhe foi destinado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma recomendação, tanto ao Presidente Armínio Fraga quanto aos cinco diretores que constituirão a nova equipe do Banco Central.

Peço-lhes que, além de terem por preocupação – e esta é a sua principal responsabilidade – sustentar o valor da moeda, serem os guardiões da moeda brasileira, tenham em perspectiva a importância de construirmos uma Nação justa. Não percebi claramente nas palavras hoje formuladas, nos trabalhos publicados por todos os diretores preocupações que considero importantes.

Refiro-me a preocupações que alguns economistas têm, como, por exemplo, o ganhador do Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen. Ele dedicou quase toda a sua vida a estudos sobre a erradicação da pobreza e sobre como superar os problemas da desigualdade. Um dos maiores economistas e estudiosos da área monetária, Sr. James Tobin, também Prêmio Nobel em Economia, muito se preocupou com a erradicação da pobreza e da desigualdade. James Tobin, juntamente com outro monetarista

aqui citado hoje, propõem a criação de um imposto de renda negativo. Outro ganhador do Prêmio Nobel de Economia, James Edward Meade, propôs que se criassesem instrumentos para assegurar que não haja inflação, mas pleno emprego e formas de assegurar a todos um mínimo necessário a sua sobrevivência.

Com respeito à questão da política de controle cambial e monetário, encaminho a experiência da África do Sul ao Diretor da Área Internacional – trabalho que me foi enviado pelo Embaixador Oto Agripino Maia, que me parece uma experiência relevante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Eu é que agradeço, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo porque são quase 18 horas e V. Ex^a manteve um desempenho extraordinário. V. Ex^a foi equilibrado, justo na distribuição do tempo e soube não ser discriminatório em relação a nenhum dos Parlamentares que fizeram indagações.

Sr. Presidente, tenho uma única pergunta dirigida especificamente ao Dr. Sérgio Werlang, porque S. S^a trouxe à discussão tema que me parece interessante e momentoso: o das chamadas metas inflacionárias, o que os economistas, em nível internacional, chamam de **inflation targets**. É um sistema muito adotado em países europeus, como a Suécia e outros. De fato, o Brasil, acredito, é um país de experiência única na questão inflacionária.

O que vou dizer para suscitar as suas observações está muito mais baseado numa visão pessoal e empírica do que propriamente no rigor científico de análise.

Quando se encerrou o Governo José Sarney, tínhamos uma inflação de mais de 80% no País, juros nominais elevadíssimos – não sei se os juros reais eram tão altos como agora –, e uma taxa histórica de 4% e 5% de desemprego. Quando veio o Governo Collor, houve aquele enxugamento brutal de ativos financeiros, que gerou uma escassez de crédito impactante, evidentemente com uma redução brusca de investimentos no País. Essa escassez de crédito também determinou um baixíssimo crescimento, uma estagnação da economia. No entanto, mesmo com essa escassez, havia taxas de desemprego muito baixas.

Analiso isso muito mais como uma impressão pessoal, como uma conclusão empírica de que a inflação no Brasil tem uma instrumentalidade extrema-

mente perversa e uma destinação específica. A inflação é utilizada no Brasil para garantir redução dos salários, portanto, o resultado é sempre o aumento da taxa de emprego. Mas esse aumento da taxa de emprego, conhecido historicamente no Brasil, é, sem dúvida alguma, irmão gêmeo da depressão e do arrocho dos salários.

A experiência recente que vivemos – uma pequena fase da vida brasileira sem inflação e, talvez, a mais longa que a minha geração conheceu – trouxe-nos duas coisas bastante claras – também é uma visão empírica e pessoal: a ausência do instrumento inflacionário gera a estabilidade dos preços e dos salários, além do avanço, evidentemente, da massa salarial. Ou seja, como não há um instrumento para deprimir, reduzir e arrochar os salários dos trabalhadores, reduz-se o poder de negociação dos empresários e há desemprego, ou pelo menos as taxas de desemprego tendem a crescer.

Evidentemente, esse é um processo mascarado. E ele não é um processo em que haja, por exemplo, uma iniciativa consciente ou de má-fé do empresariado brasileiro. Quer dizer, o empresariado brasileiro não adere deliberadamente a uma vida inflacionária como forma de exploração. É evidente; nunca ouvi um empresário defender inflação. No entanto, já vi políticos defenderem inflação, supondo que, ao fazê-lo, estão defendendo suposto crescimento econômico e expansão do emprego. Porém, pela experiência que se tem no Brasil, essa expansão do emprego se dá, evidentemente, com depressão dos salários. Gostaria de saber de V. S^a são quais as observações que tem a fazer como gestor de política econômica dentro do Banco Central. Como se pode ter estabilidade da moeda sem financiamento externo abundante como vinha ocorrendo – pelo menos teremos um período sem investimentos externos no montante que vinha ocorrendo – para que se possa atingir taxas mais reduzidas de desemprego? Ou seja, é possível que este País possa pensar nisso, possa almejar isso num breve período de tempo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Sr. Sérgio Werlang.

O SR. SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG – Obrigado Senador José Fogaça. V. Ex^a fez uma pergunta muito interessante. A austeridade fiscal é a chave disso. Antigamente, a inflação no Brasil vinha a corrigir o problema, porque tínhamos um disparate entre o gasto nominal e a receita nominal. A única maneira de se resolver era dar mais infla-

ção, que corroía o gasto nominal – o gasto do Orçamento é todo nominal – e, no fundo, era isso que ocorria: a inflação resolia esse problema. Ora, de fato, aparece uma taxa de desemprego muito baixa, mas não somente os salários ficam baixos. Há um outro fato muito mais negativo ainda: justamente as classes D e E não têm acesso ao sistema financeiro, porém, tudo aquilo que se chama imposto inflacionário, na verdade, é pago por essas classes, que são as mais prejudicadas.

Então, a chave para tudo isso está na austeridade fiscal e as instituições trabalhando para se modernizarem. Sei que meu papel e o do da diretoria do Banco Central, do Presidente Armínio Fraga é pequeno. Faremos o papel de preparar um pedaço, uma pequena instituição para viver num regime novo. Vamos tentar fazer o melhor possível, mas a saída é essa, a diferença é que temos de ter real austeridade fiscal. Sem isso, não será possível termos inflação baixa sem que haja juros escorchantes como vimos no passado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, vou me valer da réplica apenas para dizer que o Senador Eduardo Suplicy lembrou o nome do mais recente Nobel de Economia, o economista paquistanês Amartya Sen, cujo livro que mereceu o prêmio nunca foi publicado no Brasil, e só foi possível lê-lo através da Internet, mas eu li esse livro. O autor diz, entre outras coisas, que há dois tipos de situação pela qual os setores mais carentes da sociedade podem obter um atendimento. Citou o exemplo do Sri Lanka e de um outro país completamente inverso. O Sri Lanka fez investimentos maciços em políticas públicas de distribuição de alimentos de setores mais carentes. Mas disse que exatamente o mesmo nível de distribuição de renda, de igualdade social, de extinção da fome se deu em outro país através de outras políticas, baseadas na austeridade fiscal. E citou a Coréia do Sul como exemplo. Esta, uma citação feita em uma análise de aproximadamente sete páginas do livro do economista Amartya Sen.

O Brasil conhece, durante toda esta vida republicana, dois tipos de discurso: um que diz que o Estado deve – mesmo a custo da inflação – fabricar dinheiro para poder atender aos desprotegidos e desfavorecidos da sociedade. Isso se tem repetido ao longo dos anos e parece ter sido essa uma política de boas intenções e de consequências fracassadas. Creio que, pela primeira vez, na História do Brasil, estamos atingindo estes objetivos: o de proteger os

desfavorecidos, de melhorar a vida daqueles que mais sofrem, dos mais pobres, através de algo chamado "austeridade fiscal". Por isso, pareceu-me extremamente interessante a resposta que me foi dada pelo Dr. Sérgio Werlang, a qual me satisfez inteiramente.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Muito obrigado, Senador José Fogaça. Agradeço, ainda, a deferência que V. Ex^a teve para comigo em razão da condução dos trabalhos desta reunião.

Foram colhidos os votos de todos os Srs. Senadores, membros efetivos ou suplentes da Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, designo os Senadores Bello Parga e o Senador José Fogaça para que procedam à apuração dos votos.

Solicito aos senhores candidatos aos cargos de Diretores do Banco Central, com os meus agradecimentos, que se retirem do recinto enquanto são apurados os votos.

Srs. Senadores, vamos proclamar o resultado.

Sr. Daniel Luiz Gleizer: votaram SIM 24 Srs. Senadores; e NÃO 3.

Não houve abstenção.

Total: 27 votos.

Sr. Edison Bernardes dos Santos: votaram SIM 24 Srs. Senadores; e NÃO 2.

Houve uma abstenção.

Total: 27 votos.

Sr. Luiz Carlos Alvarez: votaram SIM 25 Srs. Senadores; e NÃO 1.

Houve uma abstenção.

Total: 27 votos.

Sr. Luiz Fernando Figueiredo: votaram SIM 24 Srs. Senadores; e NÃO 3.

Total: 27 votos.

Sr. Sérgio Ribeiro da Costa Werlang: votaram SIM 23 Srs. Senadores; e NÃO 3.

Houve uma abstenção.

Total: 27 votos.

Proclamado o resultado, estão aprovados os nomes indicados pelo Senhor Presidente da República para o cargo de Diretor do Banco Central.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h05min.)

ATOS DO PRESIDENTE

P U B L I Q U E - S E

Em 03/03/99

Paulo Brügger

Paulo Brügger
Chefe-Gabinete
Diretoria Geral

ATO DO PRESIDENTE Nº 44, DE 1999

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 03388/99-9,

RESOLVE designar o servidor FÁBIO LIBERAL FERREIRA DE SANTANA, matrícula 4964, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Liderança do PT, com efeitos financeiros a partir de 22 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 3 de março de 1999.

Antônio Carlos Magalhães
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

P U B L I Q U E . S E
Em 03/03/99

Brügger

Patricia Gribel Brügger
Chefe-Gabinete
Diretoria Geral

**ATO DO PRESIDENTE
Nº 45, DE 1999**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997,

RESOLVE designar a servidora **SALETE ALVES PEREIRA**, matrícula 1946, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-08, do Gabinete do Senador José Alencar, com efeitos financeiros a partir de 04 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 3 de março de 1999.

Antônio Carlos Magalhães
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

ATOS DO DIRETOR-GERAL

REPUlique-se em 03/03/99

José Paulo Botelho Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 756, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar a servidora MARILDA GOMES DO NASCIMENTO, matrícula 3953, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO, do Serviço de Atividades Especiais, da Subsecretaria de Apoio Técnico, e designá-la para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo terceiro turno, com efeitos financeiros a partir de 22 de fevereiro de 1999.

Brasília, 23 de fevereiro de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 03/03/99

José Paulo Botelho Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 915, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor PAULO EUFRASIO PEIXOTO DE BRITO, matrícula 3956, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC04, de AUXILIAR DE GABINETE PARLAMENTAR, do Gabinete do Senador Romero Jucá, com efeitos financeiros a partir de 01 de dezembro de 1998.

Brasília, 03 de  de 999

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

~~Publique-se em 03/03/99~~

~~Jose Paulo Matheus Lebrão
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES~~

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 916, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Dispensar o servidor PAULO TEIXEIRA GONDIM DE LIMA, matrícula 3397, da FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC05, de ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA, Símbolo FC07, de CHEFE DE SERVIÇO, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo primeiro turno, com efeitos financeiros a partir de 23 de fevereiro de 1999.

Brasília, 03 de  de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

Publique-se em 03/03/99

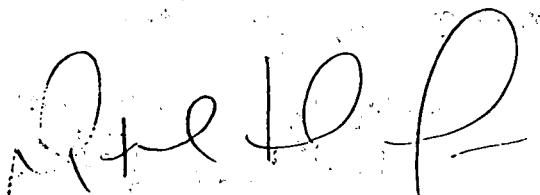
*Jose Paulo Bottalini Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES*

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 917, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997,

R E S O L V E, com base § 1º do Art. 13 da Lei 8.112, de 11/12/1990, tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº. 128/99, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 1838, de 27/01/1999, que nomeou **MARIA NAUSTRIA ALBUQUERQUE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Cândido.

Senado Federal, 23 de fevereiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
 José Paulo Botelho Cebucci
 Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 918, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição

que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente n.º 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002.010/93-3,

RESOLVE:

Homologar, para fins do disposto no artigo 20 da Lei n.º 8.112, de 1990, a avaliação de desempenho dos seguintes servidores em estágio probatório:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	MÉDIA FINAL
ANA LUIZA RIBAS MARIZ DE BARROS	5384	156

Senado Federal, em 03 de março de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

Assinatura

Publique-se em 02/03/1999
José Paulo Moreira Cribauw
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 919, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 000293/99-7,

RESOLVE dispensar o servidor ERCILIO AQUINO SOARES, matrícula 5176, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Moreira Mendes, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Apoio Técnico da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, com efeitos financeiros a partir de 07 de janeiro de 1999.

Senado Federal, 3 de março de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
José Luiz Boletto Cebucci
Chefe do Serviço da Apniq Técnico - SSARES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 920, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº. 12, de 1995, e tendo em vista o disposto no art. 13, § 6º, da Lei nº. 8.112, de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 9.527, de 1997,

R E S O L V E

Tornar sem efeito a nomeação de SELENA PAULA INNECCO para o cargo de Analista Legislativo, Nível III, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade de Medicina, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, constante do Ato do Diretor-Geral nº. 092, de 1999, em virtude de não haver cumprido o prazo previsto para posse no referido cargo, de acordo com o disposto no art. 13, § 1º, da Lei nº. 8.112, de 1990, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 9.527, de 1997.

Senado Federal, em 03 de março de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

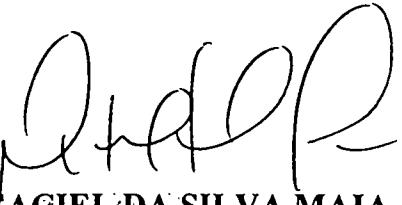
~~Publique-se em 03/03/99~~
José Paulo Belchior Cebulski
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPEE

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 921, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora CLÁUDIA GAMA FRANCO DE OLIVEIRA, matrícula 4288, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 3 de março de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
Jose Paulo Botelho Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 922, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003948/99-4,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ DOS REIS**, matrícula 31125, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Liderança do PSB, a partir de 02 de março de 1999.

Senado Federal, em *03 de março de 1999*

AGACIEL DA SILVA MAIA
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
Jose Paulo Belotti Lebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 923, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 03947/99-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA EMILIA DOS REIS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 03 de março de 1999

Agaciel da Silva Maia

Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
José Paulo Botelho Cobuci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 924, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 03949/99-0,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, CARLOS BARRETO DE GOES para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 03 de março de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
Jose Paulo Boieldieu Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 925, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 03924/99-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSELIS DE AGUIAR MACEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alvaro Dias.

Senado Federal, em 03 de março de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
José Paulo Botelho Cubucco
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 926, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 03925/99-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **SERGIO OSNA FARIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alvaro Dias.

Senado Federal, em 03 de março de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

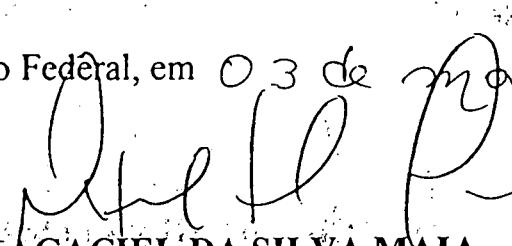
~~Publique-se em 03/03/1999~~
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 927, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 03926/99-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **JAQUELINE DE FATIMA DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Alvaro Dias.

Senado Federal, em 03 de março de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 23/03/99
José Daulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 928, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº. 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003790/99-1,

RESOLVE designar o servidor FRANCISCO PEREIRA DA SILVA, matrícula 0622, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Coordenador de Atividade Policial, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 3 de março de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99

Jose Paulo Botelho Cibucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 929, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003781/99-2,

RESOLVE designar a servidora SANDRA PEREIRA CANTUARIA, matrícula 1213, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Djalma Bessa, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 3 de março de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
José Paulo Boellho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 930, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003740/99-4,

RESOLVE designar o servidor ANTONIO COELHO RIBEIRO, matrícula 4032, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete da Senadora Maria do Carmo Alves, com efeitos financeiros a partir de 12 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 03 de março de 1999

Agaciel da Silva Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
José Paulo Botelho Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 931, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003774/99-6,

RESOLVE dispensar a servidora PATRICIA RATTO ABRITTA, matrícula 3370, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Fernando Bezerra, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo orgão, com efeitos financeiros a partir de 26 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 3 de março de 1999.

Agaciel da Silva Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
Jose Paulo Brilhante Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 932, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003743/99-3,

RESOLVE dispensar o servidor ALEX PEREIRA DE ANDRADE, matrícula 2737, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria de Informações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do mesmo orgão, com efeitos financeiros a partir de 26 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 3 de março de 1999.

Agaciel da Silva Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
Jose Paulo Boelhi Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 933, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003720/99-3,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA VERÔNICA DE S. LA ROCCA R. MIRANDA, matrícula 0176, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador José Alencar, com efeitos financeiros a partir de 25 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 3 de março de 1999.

Agaciel da Silva Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se cm 03/03/99
José Paulo Botelho Cobucol
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 934, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº. 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº. 3775/99-2,

RESOLVE revogar o Ato nº. 827, de 1999, desta Diretoria-Geral, para que seja mantido o servidor RODRIGO DE ARAÚJO COSTA, matrícula 3570, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, na Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comunicação Social.

Senado Federal, 3 de março de 1999.

Agaciel da Silva Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

~~Publique-se em 03/03/99~~

Jose Paulo Bochini Debucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 935, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003783/99-5,

RESOLVE dispensar o servidor RODRIGO DE ARAÚJO COSTA, matrícula 3570, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, com efeitos financeiros a partir de 26 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 03 de março de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
José Paulo Botelli Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 936, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003838/99-4

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DE LOURDES ARENHART** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Fogaça.

Senado Federal, em

03 de março de 1999
AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
José Lauto Petelha Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 937, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 04016/99-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **FLAVIA REGINA DALLAPICOLA TEIXEIRA MIGNONI** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Hartung.

Senado Federal, em 03 de março de 1999

Agaciel Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99
José Lúcio Batelli Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 938, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 04021/99-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANTONIO AMARAL FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Pedro Piva.

Senado Federal, em 03 de março de 1999

Agaciel da Silva Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

~~Publique-se em 03/03/99~~

Jose Paulo Borelli Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 939, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001160/99-0

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA NAUSTRIA ALBUQUERQUE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, Ap-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Cândido.

Senado Federal, em 03 de março de 1999

Agaciel da Silva Maia
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Rubrique-se em 03/03/99
Joac Mauto Pachir Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 940, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002905/99-0,

RESOLVE dispensar a servidora CREMILDA PILOTO SOUSA, matrícula 3005, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da Senadora Maria do Carmo Alves, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1999.

Senado Federal, 3 de março de 1999.

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

AGACIEL DA SILVA MAIA

1999-03-03/99

Publique-se em 03/03/99
José Paulo Botelho Uebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 941, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº **002.916/99-1**

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos proporcionais, a servidora **DELZA MARIA DE OLIVEIRA BATISTA**, Técnico Legislativo, Área 7, Especialidade Segurança, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da *Constituição da República Federativa do Brasil, na forma assegurada pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998*, com as vantagens previstas na *Resolução SF nº 74, de 1994*, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 03 de março de 1999

AGACIEL DA SILVA MAIA
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

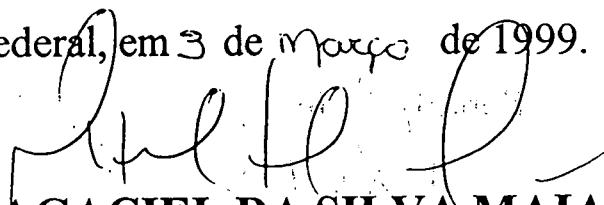
Publique-se em 03/03/99
Alvaro Martins

José Paulo Borelli Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 942, DE 1999

O Diretor-Geral do Senado Federal no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000150/99-1, resolve aposentar, voluntariamente, o servidor **DORIVAL FERREIRA DA SILVA**, Analista de Informática Legislativa, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal -PRODASEN, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c" da Lei nº 8.112/90, bem assim com as vantagens das Resoluções 59/91, 51/93, 74/94, 05/95 e 55/98 do Senado Federal, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 3 de Março de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 03/03/99

Alvaro Martins

José Paulo Werther Cebuca

p/ Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 943, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997,
RESOLVE:

Designar o servidor JOSÉ APARECIDA CAMPOS, matr. 4558, ocupante do cargo de Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro do Programa Interlegis, símbolo FC-7, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN, a partir de 1º de março de 1999.

Senado Federal, em 3 de Março de 1999

1999

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: (Vago)
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. (Vago)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. (Vago)

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. (Vago)
4. (Vago)

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. (Vago)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. (Vago)
2. Osmar Dias

1. (Vago)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 26.2.99)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)
CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609) - VALDELICE DE ALMEIDA PEREIRA (Ramal 3972)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: FERNANDO BEZERRA

VICE-PRESIDENTE: BELLO PARGA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
PMDB			
FERNANDO BEZERRA	RN - 2461/2467	1- GERSON CAMATA	ES - 3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS - 1207/1607	2- PEDRO SIMON	RS - 3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG - 4018/4621	3- ROBERTO REQUIÃO	PR - 2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF - 4064/4065	4- ALBERTO SILVA	PI - 3055/3057
MAGUITO VILELA	GO - 3149/3150	5- MARLUCE PINTO	RR - 1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM - 3104/3106	6- MAURO MIRANDA	GO - 2091/2097
RAMEZ TEBET	MS - 2221/2227	7- WELLINGTON ROBERTO	PB - 3194/3195
NEY SUASSUNA	PB - 4345/4346	8- AMIR LANDO	RO - 3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT - 2291/2297	9- JOÃO ALBERTO SOUZA	MA - 4073/4074
PFL			
JORGE BORNHAUSEN	SC - 4200/4206	1- JOSÉ AGRIPINO	RN - 2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG - 2411/2417	2- JOSÉ JORGE	PE - 3245/3246
EDISON LOBÃO	MA - 2311/2317	3- ROMEU TUMA	SP - 2051/2057
BELLO PARGA	MA - 3069/3072	4- BERNARDO CABRAL	AM - 2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/2272	5- EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO - 4070/4072
FREITAS NETO	PI - 2131/2137	6- GERALDO ALTHOFF	SC - 2041/2047
PAULO SOUTO	BA - 3173/3175	7- MOZARILDO CAVALCANTI	RR - 1160/1163
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17	1-PAULO HARTUNG	ES - 1129/7020
PEDRO PIVA	SP - 2351/2355	2- ÁLVARO DIAS	PR - 3206/3207
SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/2287	3- LUIZ PONTES	CE - 3242/3243
OSMAR DIAS	PR-2121/2125	4- ROMERO JUCÁ	RR - 2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT - 1248/1348	5-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/3215	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/2347	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/2397	3- ROBERTO FREIRE	PE - 2161/2164
ROBERTO SATURNINO	RJ - 4229/4230	4- MARINA SILVA	AC - 2181/2187
JEFFERSON PERES	AM - 2061/2067	5- HELOISA HELENA	AL - 3197/3199
PPB			
PAULINO OTÁVIO	PA - 3050/4393	1- ERNANDES AMORIM	RO - 2255/2257

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SALA N° 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3^{as} feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-SEBASTIÃO ROCHA,	
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURÓ CAMPOS - PT	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES	RS	3- ROBERTO FREIRE	
HELOISA HELENA		JOSÉ EDUARDO DUTRA	
TIÃO VIANA		4- JEFFERSON PERES.	

PPB

PTB

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515

SALA N° 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 4^{as} feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-MARINA SILVA - PT	AC- 2181/87
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-HELOISA HELENA	
JEFFERSON PERES		4- EDUARDO SUPLICY	

PPB

PTB

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315.

Atualizada em: 23/02/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

SEBASTIÃO ROCHA
HELOISA HELENA

EMILIA FERNANDES - PDT
ROBERTO SATURNINO
MARINA SILVA

RS-2331/37

1- GERALDO CÁNDIDO
2- ANTONIO CARLOS
VALADARES
3- LAURO CAMPOS
4- TIAO VIANA
JEFFERSON PERES

PPB

PTB

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5°s feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS
SEBASTIÃO ROCHA
TIÃO VIANA

1-EDUARDO SUPILY - PT
2- ROBERTO SATURNINO
3- EMILIA FERNANDES

SP-3215/16

PPB

PTB

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA N° 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 **FAX: 311-3546**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5's feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
EDUARDO SUPLICY	SP	2- TIÃO VIANA	
GERALDO CÂNDIDO		3- JOSÉ EDUARDO DUTRA	
ROBERTO FREIRE		4- ROBERTO SATURNINO	

PPB

PTB

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA N° 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607 FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 3^{as} feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 23/02/99

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

PMDB

PSDB

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPLICY - PT

SP-3215/16

1-GERALDO CÂNDIDO

RJ-2171/72

JOSÉ EDUARDO DUTRA

2- ROBERTO SATURNINO

JEFFERSON PERES

PPB

PTB

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS. (*) SALA N° 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 23/02/99

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES PMDB	
JOSE FOGAÇA CASILDO MALDANER	1 - PEDRO SIMON 2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
DJALMA BESSA	1 - VAGO 2 - VAGO
PSDB	
LÚDIO COELHO	
PPB	
VAGO	
PTB	
JOSE EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PSB,PDT,PPS)	
GERALDO CÂNDIDO	1 - EMÍLIA FERNANDES
TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PMDB	
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
EDISON ANDRINO GERMANO RIGOTTO	CONFÚCIO MOURA ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO CELSO RUSSOMANO	NELSON MARCHEZAN RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
LUIZ MAINARDI	
SECRETARIA DA COMISSÃO:	

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433

FAX: (55) (061) 3182154

SECRETARIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 1º/03/99.

EDIÇÃO DE HOJE: 216 PÁGINAS